



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em observância à Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU nº 72/2013), Decisão Normativa TCU nº 161/2017, Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidades Consolidadas:

Gabinete do Ministro (GM)
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)
Secretaria de Política e Integração (SPI)

Secretaria Executiva
Brasília-DF/2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
AGEF	Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A
AGU	Advocacia-Geral da União
ANAC	Agencia Nacional de Aviação Civil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APFD	Administração Pública Federal Direta
APT	Avaliação das Políticas de Transportes
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASSAM	Assessoria Socioambiental
ATIT	Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
AUXFUN	Auxilio Funeral
BF	Boletim Financeiro
BGU	Balanço Geral da União
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BO	Boletim Orçamentário
BP	Boletim Patrimonial
BPM	Business Process Management
BR-LEGAL	Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
BSC	Balanced Scorecard
CADIPP	Cadastro de Interessados Ponto de Parada
CAPPL	Consultar Andamento de Processos Livre
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CDC	Companhia Docas do Ceará
CDFMM	Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
CDP	Companhia Docas do Pará
CDRJ	Companhia Docas do Rio de Janeiro
CDT	Canal Direto com os Transportes
CDU	Classificação Decimal Universal

CE	Comissão de Ética
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CETIT	Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
CGAA	Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação
CGCAP	Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes
CGDC	Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
CGJA	Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos
CGMO	Coordenação–Geral de Modernização e Organização
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União
CIDE	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CIL	Centro de Integração Logística
CLE	Corredores Logísticos Estratégicos
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COAD	Coordenação de Administração do Pessoal Ativo
COAP	Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde
CODEBA	Companhia das Docas do Estado da Bahia
CODERN	Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CODESA	Companhia Docas do Espírito Santo
CODESP	Companhia Docas do Estado de São Paulo
CODOMAR	Companhia Docas do Maranhão
COE	Contratos Operacionais Específicos
COEX	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGETI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
COINF	Coordenação de Infraestrutura de Informática
COMAP	Coordenação de Material e Patrimônio

CONAC	Conselho de Aviação Civil
CONAERO	Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuárias
CONAGH	Criação do Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
CONAPORTOS	Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
CONIT	Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
CONJUR	Consultoria Jurídica
CONSETRANS	Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CORREG	Corregedoria
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
COTEC	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPI	Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
CREMA	Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
CTICS	Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
CTLAG	Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
CV	Casa Civil
CVC	Contagem Volumétrica Classificatória
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DEADE	Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DECON	Departamento de Concessões
DEDL	Departamento de Desenvolvimento e Logística
DEINT	Departamento de Informações de Transportes
DEPLAN	Departamento de Planejamento de Transportes
DEPTA	Departamento de Programas de Transportes Aquaviários
DEPTT	Departamento de Programas de Transportes Terrestres
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DFMM	Departamento do Fundo da Marinha Mercante
DGTI	Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação

DIBEN	Divisão de Benefícios
DICOP	Divisão de Concessão e Revisão de Pensão
DINOR	Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humana
DITC	Divisão de Treinamento e Capacitação
DIVAP	Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão
DMM	Departamento da Marinha Mercante
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
DP	Direito de Passagem
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
e-CONTAS	Sistema de prestação de Contas
EF	Estrada de Ferro
EGAB	Sistema Eletrônico de Gabinete
EGP-TI	Escritório de Gerenciamento de Projeto de TI
EPL	Empresa de Planejamento e Logística
ETAV	Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade
ETC	Estação de Transbordo de Cargas
EVTEA	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
FEP	Fundo de Estruturação de Projetos
FG	Funções Gratificadas
FHWA	Federal Highway Administration
FICO	Ferrovia Integração Centro Oeste
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FMM	Fundo da Marinha Mercante
FNS	Ferrovia Norte-Sul
FORMAR	Acompanhamento de Formação de Servidores
FRANAVE	Companhia de Navegação do São Francisco
GCN	Gestão de continuidade de Negócios
GEIPOT	Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes

GM	Gabinete do Ministro
GPWEB	Gestão de Projetos WEB
GT	Grupo de Trabalho
GTPE	Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
HDM-4	Highway Development and Management Model
HELP ONLINE	Guia prático de ajuda
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICE	Índice de Conformidade Executiva
ICP	Índice de Pertinência Complementar Propositivo
IDE-T	Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte
IDG	Indicador de Desempenho Geral
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
IP4	Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
IPC	Índices de Preços ao Consumidor
IPE	Índice de Porte Econômico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPR	Instituto de Pesquisas Rodoviárias
ITE	Índice de Temporalidade Executiva
ITP	Índice de Temporalidade Propositivo
LAI	Lei de Acesso a Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPi	Meta Anual Projetada
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MF	Ministério da Fazenda
MFN	Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
MINFRA	Ministério da Infraestrutura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRE	Ministério de Relações Exteriores
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
NEAT	Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NMAM	Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
NMAT	Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
NMEA	Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas
OCI	Órgão de Controle Interno
OFI	Operadores Ferroviários Independentes
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU	Orçamento Geral da União
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTM	Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
PA	Processo Administrativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEA	Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
PAG	Prima Associação dos Governos
PAM	Percentual de Ações Monitoradas
PARi	Percentual do Projeto/Atividade i
PAR	Procedimentos para Apuração da Responsabilidade Administrativa
PAS	Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos de Infraestrutura de Transportes
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCN	Plano de Continuidade de Negócios
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEF	Pagamento Eletrônico de Frete
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PER	Programas de Exploração de Rodovias
PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes
PFA	Posto de Fiscalização e Atendimento

PGEO	Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
PGF	Procuradoria-Geral Federal
PGINF	Programa Gestão da Informação
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PHE	Plano Hidroviário Estratégico
PIAF	Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PMGP	Programa Modernizando a Gestão Pública
PMI	Plano de Metas e Investimentos
PNCV	Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
PNIH	Plano Nacional de Integração Hidroviária
PNLI	Plano Nacional de Logística Integrada
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PNP	Plano Nacional de Pesagem
PNT	Política Nacional de Transportes
PNTH	Política Nacional de Transporte Hidroviário
PPA	Plano Plurianual de Investimentos
PPEi	Percentual de Participação do Projeto i
PPP	Parceria Público-Privada
PPV	Programa de Pesagem de Veículos
PROCREMA	Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
PRODEFENSAS	Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
PROMEF	Programa de Modernização e Expansão da Frota de Transportes
PROPASS	Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
PROSINAL	Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
RAD	Reuniões de Avaliação do Desempenho
RAE	Reuniões de Acompanhamento da Estratégia
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
REIDI	Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura

RFB	Receita Federal do Brasil
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RNTRC	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
SAAD	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
SAECI	Sistema da Assessoria de Controle Interno
SAFF	Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
SAMS	Serviço de Atendimento Médico-Social
SAPPI	Sistema de alimentação Ações de Estados
SCA	Sistema de Controle de Acesso
SCEPL	Sistema de Consulta Extrema Controle
SCIMO	Sistema de controle de Instrumentos Médico e Odontológico
SE	Secretaria Executiva – MT
SEAINF	Serviço de Articulação e Informação
SECR	Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
SEGES	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SEP	Secretaria Especial de Portos
SEPEN	Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões
SEREF	Serviço de Registro Funcional
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SFAT	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
SFF	Sistema Ferroviário Federal
SGD	Sistema de Gestão de Documentos
SGF	Sistema de Gestão de Frotas
SGI	Sistema de Gestão Internet
SGINP	Sistema de Gestão de Impressão de Processos
SGON	Setor de Garagens Oficiais Norte
SGP	Sistema de Gestão Processos
SIADRE	Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
SIAEP	Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas

SIAEX	Sistema de Extração
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF	Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
SICAP	Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
SICAR	Sistema de Controle de Arquivo
SICONV	Sistema de Convênios do Governo Federal
SICPAG	Sistema de Controle de Pagamento
SICPAT	Sistema de controle de Pagamentos atrasados
SIGAT	Sistema de Gestão das Ações de Transporte
SIGEF	Sistema de Gestão Funcional
SIGESA	Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
SIGPAC	Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGT	Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
SIMIC	Sistema de Microfilmagem
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORC	Sistema de Orçamento
SIORG	Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPEC	Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISG	Sistemas de Serviços Gerais
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISPF	Sistema de Programação Financeira
SITRA	Sistema de Tramitação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNV	Sistema Nacional de Viação
SOF	Secretaria Orçamento Federal
SOPHIA	Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
SPATIC	Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

SPCE	Sistema de Painel de Controle de Eficácia
SPF	Sistema de Programação Financeira
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPL	Sistema de Passe Livre
SPNLT	Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego
SPNT	Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SREAP	Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista
STN/MF	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TAV	Trem de Alta Velocidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
TM	Tráfego Mútuo
TRC	Transporte Rodoviário de Cargas
TRF	Tribunal Regional Federal
TUP	Terminais de Uso Privativo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VALEC	Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
VMDA	Volume Médio Diário Anual
Wi-fi	Rede Sem Fio
ZAL's	Zonas de Atividades Logísticas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Movimentação externa entre unidades orçamentárias	43
Tabela 2 - Programação de despesas	44
Tabela 3 - Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa	45
Tabela 4 – Programa temático 2017 - avião civil.....	47
Tabela 5 – Metas regionalizadas da capacidade de passageiros da rede de aeroportos	49
Tabela 6 – Metas regionalizadas da capacidade de cargas da rede de aeroportos	49
Tabela 7 – Metas regionalizadas de estudos para aumento de infraestrutura nos aeroportos	51
Tabela 8 – Quantitativo de estudos/projetos por aeroportos	51
Tabela 9 – Metas quantitativa de rotas de passageiros e cargas.....	52
Tabela 10 – Metas quantitativas regionalizadas de aeroportos atendidos por transporte de passageiros e cargas	53
Tabela 11 – Metas indicativas de acidentes aeronáuticos em relação a média mundial	54
Tabela 12 – Metas quantitativas da capacitação de profissionais do setor de aviação	54
Tabela 13 – Metas quantitativas regionalizadas da prestação de serviços de tráfego aéreo	56
Tabela 14 – Programa temático 2086 – transporte aquaviário.....	58
Tabela 15 – Adequação de 4 IP4.....	59
Tabela 16 – Eliminação de 18 pontos críticos em hidrovias.....	59
Tabela 17 – Implantar 23 IP4.....	60
Tabela 18 – Contratação de dispositivos de transposição de nível	60
Tabela 19 – Manter corredores hidroviários	61
Tabela 20 – Manter e operar 40 IP4.....	62
Tabela 21 – Melhorar ou implantar sinalização em hidrovias	62
Tabela 22 - Fomentar construção de embarcação.....	63
Tabela 23 – Fomentar a contratação de projetos com recurso do FMM.....	63
Tabela 24 – Executar obras e serviços de dragagem em portos nacionais.....	64
Tabela 25 - Arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados	65
Tabela 26 - Obas civis, de superestrutura e infraestrutura nos portos nacionais	65
Tabela 27 - Cumprimento de metas em Administrações Portuárias	66
Tabela 28 - Planos mestres para 36 portos organizados.....	66
Tabela 29 – Implementar o novo modelo de gestão em 10 Administrações Portuárias	67
Tabela 30 – Implantar sistema de gestão do tráfego de embarcações em portos públicos	67
Tabela 31 – Implantar áreas de apoio logístico em portos públicos	68
Tabela 32 – Implantar sistema para otimizar fluxo logístico de acesso terrestre.....	68
Tabela 33 – Implantar sistema porto sem papel em terminais de uso privado alfandegados	69
Tabela 34 – Índice de desempenho ambiental IDA	69

Tabela 35 – Programa temático 2087 – transporte terrestre.....	71
Tabela 36 – Concessão de rodovias	73
Tabela 37 – Fiscalização eletrônica do transportes rodoviário de cargas e passageiros	74
Tabela 38 – Duplicação de rodovias federais concedidas.....	75
Tabela 39 – Adequação de acessos rodoviários	76
Tabela 40 – Adequação de trafego rodoviário	76
Tabela 41 – Construção de contornos e anéis rodoviários	77
Tabela 42 – Obras de travessia de vias urbanas	77
Tabela 43 – Construção e a pavimentação de malha rodoviária	78
Tabela 44 – Construção de pontes internacionais	78
Tabela 45 – Construção de pontes.....	79
Tabela 46 – Operação de equipamentos de medição de peso	80
Tabela 47 – Implantar controle de equipamentos de velocidade	80
Tabela 48 – Implantar de sinalização na malha rodoviária federal	82
Tabela 49 – Adoção de ações na manutenção permanente da malha rodoviária	82
Tabela 50 – Expansão da malha ferroviária com recursos do OGU	83
Tabela 51 – Expansão da malha ferroviária federal com recurso da iniciativa privada.....	84
Tabela 52 – Adequação de ferrovias em perímetro urbano	84
Tabela 53 – Manutenção permanente da malha ferrovia	85
Tabela 54 – Concessão de trechos de ferrovias.....	86
Tabela 55- Indicadores COGEP/SAAD.....	100
Tabela 56 - Indicadores da CGRL/SAAD.....	103
Tabela 57 - Indicadores CGTI/SAAD.....	105
Tabela 58 – Macro-ações dos processos de bens e serviços de TI.....	107
Tabela 59 – Ações de aprimoramento da segurança da informação	108
Tabela 60 – Indicadores SPI.....	108
Tabela 61 – Simulação de recursos destinados, executados e atualizados de projetos	108
Tabela 62 – Simulação da programação dos recursos para o ano	109
Tabela 63 – Simulação da pontuação dos projetos	109
Tabela 64 – Simulação do desempenho dos projetos.....	110
Tabela 65 – Relação dos projetos/atividades da SPI.....	111
Tabela 66 – Evolução dos projetos /atividades da SPI.....	112
Tabela 67 - Procedimentos disciplinares instaurados em 2017.....	121
Tabela 68 – Procedimentos disciplinares julgados em 2017.....	122
Tabela 69 – Penalidade aplicadas em 2017.....	122
Tabela 70 – Evolução da despesa com estagiários.....	133
Tabela 71 - Distribuição geográfica dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união....	133

Tabela 72 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UPC	134
Tabela 73 – Principais sistema de informação	136
Tabela 74 - Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos que foram realizados no período em análise:.....	142
Tabela 75 – Capacitação de servidor em cursos e workshops	144
Tabela 76 – Treinamentos para transferência de conhecimento	144
Tabela 77 – Distribuição dos servidores, terceirizados e estagiários da CGTI no MTPA.....	145
Tabela 78 – Descrição dos Projetos de TI.....	150
Tabela 79 – Projetos executados em 2017	154
Tabela 80 – Quantitativo dos principais sistemas de informação	156
Tabela 81 – Relação dos serviços de manutenção de sistemas legados.....	158
Tabela 82 – Relação dos serviços de manutenção do SEI	160
Tabela 83 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	162
Tabela 84 - Indicadores para transporte terrestre	163
Tabela 85 – Indicador de Desempenho da Central de Relacionamento.....	164
Tabela 86 – Estatística mensal	165
Tabela 87 – Atendimento NRH nos últimos exercícios.....	165
Tabela 88 – Razões da negativa de acesso - SIC	166
Tabela 89 – Meios de envio de resposta - SIC	167
Tabela 90 – Recursos apresentados - SIC	167
Tabela 91 – Comparativo percentual de satisfação de serviços prestados por ano.....	169
Tabela 92 – Pesquisa de satisfação SIC (MTPA)	170
Tabela 93 – Processos disciplinares com possibilidade de dano ao erário.	186
Tabela 94 – Quantitativo de processos encerrados e motivo de encerramento.....	186
Tabela 95 - Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	189
Tabela 96 - Termos de Execução Descentralizada.....	192
Tabela 97 - Relação dos Empenhos emitidos em 2017.....	193
Tabela 98 - Contratos firmados de publicidade e propaganda	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.4.1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	29
Quadro 3.3.2.1 - Ações do orçamento de investimento	86
Quadro 3.3.4.1 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	88
Quadro 3.3.5.1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SAAD)	89
Quadro 3.3.5.1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (GM).....	90
Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres (GM).....	90
Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres (SPI).....	91
Quadro 3.3.5.3 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SPNT)	91
Quadro 3.3.6.1 - Despesas por modalidade de contratação	93
Quadro 3.3.6.2 - Despesa por grupo e elemento de despesa	94
Quadro 3.3.7.1 - Concessão de Suprimento de fundos	96
Quadro 3.3.7.2 - Utilização de suprimento de fundos.....	96
Quadro 3.3.7.3 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência....	97
Quadro 5.1.1.1 - Força de Trabalho da UPC.....	125
Quadro 5.1.1.2 - Distribuição da lotação efetiva.....	126
Quadro 5.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC 126	
Quadro 5.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal.....	129
Quadro 5.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade 131	
Quadro 8.1.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	174
Quadro 8.3.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	187
Quadro 8.6.1 - Despesas com publicidade	193

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma funcional do Ministério dos Transportes, segundo do Decreto nº 9.000, de 08/03/2017.....	27
Figura 2 - Cadeia de valores dos processos.....	34
Figura 3 - Pagamentos: Custeio / Investimento – Rap e Exercício.....	98
Figura 4 - Comparativo da dotação autorizada e limites concedidos para outros custeios e capital .	99
Figura 5 - Pedidos por tipo de resposta.....	166
Figura 6 - Percentual de atendimento por assunto	168
Figura 7 - Resultado da Pesquisa de Satisfação	169

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 - Demonstrações contábeis do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e as notas explicativas.	194
Anexo 2 - Notas explicativas das demonstrações contábeis do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.....	194

SUMÁRIO

1. Apresentação	20
2. Visão geral da unidade	22
2.1. Finalidade e competências	22
2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	24
2.3. Ambiente de atuação	25
2.4. Organograma	27
2.5. Macroprocessos finalísticos	34
3. Planejamento organizacional e resultados	38
3.1. Planejamento organizacional	38
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	38
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	39
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	39
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos	40
3.3. Desempenho orçamentário	40
3.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	46
3.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	86
3.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	88
3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	88
3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos	89
3.3.6. Informações sobre a execução das despesas	92
3.3.7. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	96
3.4. Desempenho operacional	97
3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	99
4. Governança, gestão de risco e controles internos	114
4.1. Descrição das estruturas de governança	114
4.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	120
4.3. Gestão de riscos e controles internos	123
5. Áreas especiais da gestão	124
5.1. Gestão de pessoas	124
5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	125
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	128
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	130
5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	131

5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura	133
5.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da união	133
5.3. Gestão da tecnologia da informação	134
5.3.1. Principais sistemas de informação	156
5.3.2. Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação (PDTI)	160
5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	160
5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	162
6. Relacionamento com a sociedade	164
6.1. Canais de acesso do cidadão	164
6.2. Carta de serviços ao cidadão	168
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	169
6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	170
6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	171
7. Desempenho financeiro e informações contábeis	172
7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	172
7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	172
7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	173
8. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle	174
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	174
8.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	185
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário	185
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	187
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração de folha de pagamento	187
8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda	190
9. Anexos e apêndices	194

1. Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as contas e realizações do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) com assertividade e transparência, em cumprimento à obrigação constitucional prevista no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, de forma a permitir uma visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão, no exercício de 2017, aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

Este Relatório está estruturado em 9 capítulos, conforme disponibilizado no sistema e-contas, que abordam os itens de informações gerais sobre a gestão constante do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 161, de 01.09.2017, e apresenta informações consolidadas sobre a gestão das unidades que integram a estrutura da Secretaria Executiva, adicionados dos informes da Secretaria de Política e Integração (SPI) e do Gabinete do Ministro (GM).

Os demais órgãos específicos e singulares da estrutura deste Ministério apresentarão seus Relatórios de Gestão de forma individualizada, quais sejam: Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário (SNTTA), Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Secretaria Nacional de Portos (SNP) e Secretaria de Fomento e Parcerias (SFP).

Foram realizadas consultas junto a unidades técnicas do TCU quanto ao preenchimento do Relatório, de modo a obter esclarecimentos sobre itens que diriam ou não respeito às atividades da Secretaria Executiva. A orientação recebida foi a de se seguir os itens ou subitens apresentados no portal e-contas para esta unidade.

Eventuais itens que não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Prestadora de Contas (UPC) ou que, apesar de se aplicarem, não ocorreram no presente exercício, foram suprimidos deste Relatório de Gestão (RG), sendo destacados no campo próprio do e-contas com a respectiva justificativa.

No tocante as principais realizações no exercício de 2017, merecem destaque as ações vinculadas ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com a participação determinante deste Ministério, que resultaram na assinatura dos contratos de concessão dos Aeroportos Internacionais de Porto Alegre/RS, Salvador/BA, Florianópolis/SC e Fortaleza/CE, todos concedidos com significativo ágio.

Na carteira de projetos do PPI estão, por exemplo, rodovias (BR-364/365/GO/MG e BR-101/116/290/386/RS), ferrovias (EF-151SP/MG/GO/TO–Norte-Sul, EF-170MT/PA–Ferrogrão e EF-334/BA–FIOL), portos (Terminais de Combustíveis de Santarém e de Trigo do Rio de Janeiro)

Fora da carteira de projetos do PPI, foram realizados em 2017, por intermédio deste MTPA vários investimentos nos setores portuários, rodoviários, ferroviários e aeroportuários.

No segmento portuário foram aprovados pelo Governo Federal investimentos estimados em R\$ 2,98 bilhões. Deste montante, os arrendamentos nos portos organizados respondem por cerca de 1,5 bilhão, R\$ 1,0 bilhão relativo às prorrogações antecipadas, R\$ 357,0 milhões de reequilíbrios contratuais e R\$ 119,0 milhões aos novos leilões realizados, relativos aos terminais localizados em Santarém/PA e Rio de Janeiro/RJ.

Na carteira de projetos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), o ano de 2017 concluiu com 167 empreendimentos com financiamento contratado perante os agentes financeiros para execução em estaleiros de norte a sul do país. O apoio financeiro do FMM impulsionou investimentos na

construção naval para o transporte aquaviário, alternativa de menor custo e impacto ambiental, quando comparada ao transporte rodoviário e ferroviário. O montante de R\$ 2,3 bilhões foi o valor injetado, pelo FMM, para financiamento à Marinha Mercante (MM) e à Indústria Naval e o montante de R\$ 137,3 milhões foi o valor de incentivos (incentivo mais ressarcimento) para empresas brasileiras de navegação.

No setor rodoviário, obras estão sendo realizadas para a melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nas rodovias já concedidas destacou-se as seguintes: BR-050/GO/MG, duplicação (218,5 km) 24% executados; BR-163/MS, duplicação (806,3 km) 5% executados; BR-116/PR, duplicação do trecho Curitiba – Mandirituba/PR (25,4 km) 5% executados; BR-101/RJ, duplicação do km 84,6 até o Entroncamento RJ Via Lagos (176,6 km) 6% executados; BR-101/SC, construção, contorno de Florianópolis (49,0 km) 20% executados; BR-116/SP, duplicação, Serra do Cafezal, Rodovia Régis Bittencourt (30,3 km) Inaugurada em 19/12/2017; e BR-153/SP, duplicação (39,4) 4% executados.

No modo ferroviário, o objetivo dos investimentos é a construção de estrutura intermodal para conectar importantes pontos de escoamento de cargas. A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com os outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros.

As concessões ferroviárias buscam o desenvolvimento do transporte ferroviário, com maior eficiência energética e menores custos operacionais. Destacam-se os seguintes empreendimentos EF-151 ou Ferrovia Norte-Sul, foi projetada para se tornar a espinha dorsal do transporte ferroviário no Brasil, integrando de maneira estratégica o território nacional e contribuindo para a redução do custo logístico do transporte de carga no país e a EF-170, chamada de Ferrogrão, constitui-se numa alternativa a ser viabilizada pelo Governo com o objetivo de consolidar um novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia apresenta uma extensão de 1.142 km, conectando a região produtora de grãos entre Lucas do Rio Verde/MT até Miritituba/PA.

Com o objetivo de melhorar a infraestrutura aeroportuária, alavancar investimentos e trazer concorrência para oferta de serviços distintos e com maior qualidade, o Governo Federal tem prosseguido com a concessão de aeroportos. Em 2017, foram assinados os contratos de concessão dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza. Como já dito, em 2018, ainda no âmbito do PPI, está prevista a concessão à iniciativa privada de mais 13 aeroportos.

As maiores dificuldades encontradas por este Ministério, no ano em análise, foram destravar, retomar e intensificar obras estruturantes em todo o País. Com o Programa Avançar Parcerias (PAP), que tem foco na conclusão de obras que estavam paralisadas e inacabadas, em razão das dificuldades orçamentárias, as entregas já estão acontecendo.

O novo modelo concebido no âmbito do Programa Avançar, instituído pelo Governo Federal em novembro de 2017, começou a ser implementado com resultados exitosos e impulsionará investimentos públicos em projetos estratégicos nas áreas de infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias, recursos hídricos e saneamento), mobilidade urbana, habitação, energia, ciência e tecnologia, defesa nacional, esporte e turismo, que serão executados até o final de 2018

Diante de tudo o que foi feito e dos desafios que foram superados, o ano de 2018 se inicia com uma perspectiva bastante promissora para o setor de transportes. O Brasil ainda tem muitas carências para desenvolver sua infraestrutura logística, mas com uma gestão pública comprometida e com disposição para o diálogo, os investimentos públicos e privados foram retomados e estão acontecendo. Agora é Avançar!

2. Visão geral da unidade

2.1. Finalidade e competências

O Ministério é o órgão central da Administração Pública Federal Direta, responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais, referentes aos transportes rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário, bem como do setor de portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres. Ocupa-se, ainda, da participação do planejamento estratégico e investimento, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na aprovação dos planos de outorga na forma da legislação específica.

O MTPA, a partir da publicação da MP 782/2017, no Diário Oficial da União, edição extra do dia 1º de junho de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, passou a ter como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) política nacional de transportes ferroviário, rodoviário, aquaviário e aeroviário;
- b) marinha mercante e vias navegáveis;
- c) formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres e execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;
- d) formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;
- e) participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos em transportes;
- f) elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma da legislação específica;
- g) estabelecimento de diretrizes para a representação do País nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes às suas competências;
- h) desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e instalações portuárias em sua esfera de competência, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros; e
- i) aviação civil e infraestruturas aeroportuária e de aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa (MD).

As competências acima elencadas compreendem:

I - a formulação, a coordenação e a supervisão das políticas nacionais;

II - a formulação e a supervisão da execução da política referente ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), destinado à renovação, à recuperação e à ampliação da frota mercante nacional, em articulação com os Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG);

III - o estabelecimento de diretrizes para afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas;

IV - a elaboração de estudos e projeções relativos aos assuntos de aviação civil e de infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e relativos à logística do transporte aéreo e do transporte intermodal e multimodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, em articulação com os demais órgãos governamentais competentes, com atenção às exigências de mobilidade urbana e de acessibilidade;

V - a proposição de que se declare a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, à manutenção e à expansão da infraestrutura em transportes, na forma da legislação específica;

VI - a coordenação dos órgãos e das entidades do sistema de aviação civil, em articulação com o Ministério da Defesa, no que couber;

VII - a transferência para os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios da implantação, da administração, da operação, da manutenção e da exploração da infraestrutura integrante do Sistema Federal de Viação (SFV), excluídos os órgãos, serviços, instalações e demais estruturas necessárias à operação regular e segura da navegação aérea;

VIII - a atribuição da infraestrutura aeroportuária a ser explorada pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); e

IX - a aprovação dos planos de zoneamento civil e militar dos aeródromos públicos de uso compartilhado, em conjunto com o Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa.

As responsabilidades do Ministério, aludidas acima, são compartilhadas com suas entidades vinculadas, sendo algumas executoras (DNIT, VALEC, INFRAERO e COMPANHIAS DOCAS) e outras agências reguladoras, assim classificadas:

a) Autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e
4. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

b) Empresas Públicas:

1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
2. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

c) Sociedades de Economia Mista:

1. Companhia Docas do Pará (CDP);
2. Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR);
3. Companhia Docas do Ceará (CDC);
4. Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
5. Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA);
6. Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);
7. Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e
8. Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP).

Integram, ainda, a estrutura básica do Ministério:

I - o Conselho de Aviação Civil (CONAC);

II - o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);

III - a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS);

IV - a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO);

V - o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH); e

VI - cinco Secretarias: (i) Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário (SNTTA), (ii) Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), (iii) Secretaria Nacional de Portos (SNP), (iv) Secretaria de Política e Integração (SPI) e (v) Secretaria de Fomento e Parcerias (SFP).

O Ministério, por meio de representante, preside o Conselho de Aviação Civil, que tem como competência estabelecer as diretrizes da política relativa ao setor de aviação civil, preside, também, o Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante (CDFMM), que tem por objetivo administrar o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Coordena, ainda, os seguintes órgãos colegiados: (i) Conselho Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS); (ii) Conselho Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); e (iii) Conselho de Aviação Civil (CONAC). Pode-se dizer que as finalidades gerais desses colegiados são a integração das atividades desempenhadas por diferentes entidades que a compõem.

2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Decreto nº 1.067, de 28.07.1860, do Império do Brasil, criou o Ministério dos Transportes com o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

A Lei nº 23, de 30.10.1891, da República do Brasil, elevou de Secretaria à condição de Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

O Decreto nº 1.606, de 29.12.1906, modificou a denominação para Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Decreto Lei nº 200, de 25.02.1967, designou o nome de Ministério dos Transportes.

A Lei nº 8.028, de 12.04.1990, unificou as competências das áreas de Transportes, Minas e Energia, e Comunicações, criando o Ministério da Infraestrutura. (MINFRA).

A Lei nº 8.422, de 13.05.1992, separa a pasta de Minas e Energia e cria o Ministério dos Transportes e Comunicações.

A Lei nº 8.490, de 19.11.1992, separa a pasta das Comunicações e cria o Ministério dos Transportes.

A Lei nº 11.518, de 05.09.2007, cria a Secretaria de Portos, separando as competências relativas aos portos marítimos do Ministério dos Transportes.

A Lei nº 12.815, de 05.06.2013, novo marco regulatório dos portos, amplia a área de competência da Secretaria de Portos reduzindo atribuições deste Ministério, mantendo a denominação de Ministério dos Transportes.

O Decreto nº 8.687, de 04.03.2016, que entrou em vigor no dia 30.03.2016, vigorou até 10.04.2017, aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e revoga o Decreto nº 7.717, de 04.04.2012.

A Lei nº 13.341, de 29.09.2016, conversão da Medida Provisória nº 726, de 12.05.2016, altera a Lei nº 10.683, de 28.05.2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Vários órgãos foram extintos, entre estes, a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil. Ambos passaram a integrar o Ministério dos Transportes, que agora se chama Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O Decreto nº 9.000, de 08.03.2017, entrou em vigor em 11.04.2017, revoga o Decreto nº 8.687/2016, e estabelece a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Lei 13.502, de 01.11.2017, conversão da Medida Provisória nº 782, de 2017, estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e revoga a Lei nº 10.683, de 2003. Este normativo alterou parcialmente as competências deste Ministério.

O regimento Interno do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil foi aprovado pela Portaria GM nº 250, de 31.10.2012 e está em processo de atualização em razão das mudanças na estrutura orgânica da Administração do Poder Executivo Federal e da edição do Decreto nº 9.000/2017, que estabeleceu nova estrutura organizacional deste Ministério.

2.3. Ambiente de atuação

O MTPA tem, hoje, como ambiente de atuação as áreas de transportes rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário, bem como do setor de portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres. Ocupa-se, ainda, da participação do planejamento estratégico e investimento no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na aprovação dos planos de outorga na forma da legislação específica.

No entanto, nem sempre foi assim. A infraestrutura de transportes do Brasil passou por grandes transformações, nos últimos vinte e cinco anos. Até 1990, o Ministério estava estruturado para atuar no plano federal nas funções de construção, conservação, restauração e operação da infraestrutura de transportes em geral, com exceção do transporte aéreo.

Anterior à década de 90, o ambiente de atuação do Ministério era amplo, tendo como missão o planejamento dos transportes; operação de portos; navegação; operação de ferrovias de carga e de passageiros interestaduais e intermunicipais; operação, por intermédio de concessão, dos serviços de transportes rodoviários interestaduais e internacionais de passageiros; operação de transporte metropolitano sobre trilhos de passageiros e operação dos armazéns gerais da estrada de ferro.

Essas atribuições elencadas acima eram empreendidas por diversas entidades da administração direta, autarquias e empresas estatais, com destaque para a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT); o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); a Rede Ferroviária Federal (RFFSA); a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); a Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRAS); a Companhia Brasileira de Dragagem (CBD);

Superintendência da Marinha Mercante (SUNAMAN); Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE); a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro; e a Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S/A (AGEF).

A Constituição de 1988, como grande marco da redemocratização no Brasil, propiciou, por meio de diversos dispositivos, que os modelos político e administrativo sofressem alterações no sentido da descentralização de competências da esfera federal para a alçada estadual e para a iniciativa privada.

A partir da década de 1990, começaram a ocorrer essas alterações, entre elas assinala-se: (i) a delegação de exploração de portos e rodovias aos estados e municípios; (ii) a concessão a empresas privadas da exploração de importantes rodovias federais; (iii) a delegação para os estados de parte considerável da malha rodoviária federal; (iv) a concessão ao setor privado do sistema ferroviário federal, responsável pelo transporte de mercadorias; e (v) a transferência para os estados da operação dos metrô e trens metropolitanos.

Diante dessas mudanças, foram criadas novas entidades como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e, posteriormente, a Secretaria de Portos (SEP) e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Esses novos parceiros colocaram em evidência a necessidade de redefinir como este Ministério deveria operar, dentro desse novo contexto.

Em 2016, o Governo Federal, entendendo ser necessário adequar a estrutura da administração à realidade econômica do País, reduziu o número de ministérios, criando condições para a diminuição da despesa pública. Essas mudanças ocorreram com a edição Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.

A supracitada MP-726 modificou a estrutura organizacional da Presidência da República e dos Ministérios, iniciando pela extinção de diversos órgãos, entre eles a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil. As competências e as entidades supervisionadas pelos órgãos citados foram absorvidas por este Ministério, que passou a ser chamado de Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

A partir das mudanças supramencionadas, o ambiente de atuação do Ministério foi ampliado, passando para a situação atual, de órgão central responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais referentes aos transportes rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário, bem como do setor de portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres.

Com a amplitude nas atividades do Ministério, o principal desafio foi integrar os modais de transportes e priorizar a participação do setor privado em projetos capazes de potencializar a competitividade, pois ainda persistem problemas estruturais como o uso predominante do modo rodoviário na movimentação de mercadorias em relação aos demais modais.

O MTPA é o órgão supervisor das ações de implementação das políticas públicas relacionadas ao sistema nacional de transportes federal. Para consecução dessas atividades atua por meio dos esforços mútuos desenvolvidos em parceria com outras instituições, a exemplo das Universidades Federais e outras entidades governamentais, tais como: EPL, MPDG, MMA, ANA, MME, MCDIC, MD e suas entidades vinculadas DNIT, VALEC, INFRAERO, ANTAQ, ANTT, ANAC e as Companhias Docas.

2.4. Organograma

Consoante o Decreto nº 9.000/2017, este Ministério está estruturado conforme a Figura abaixo:

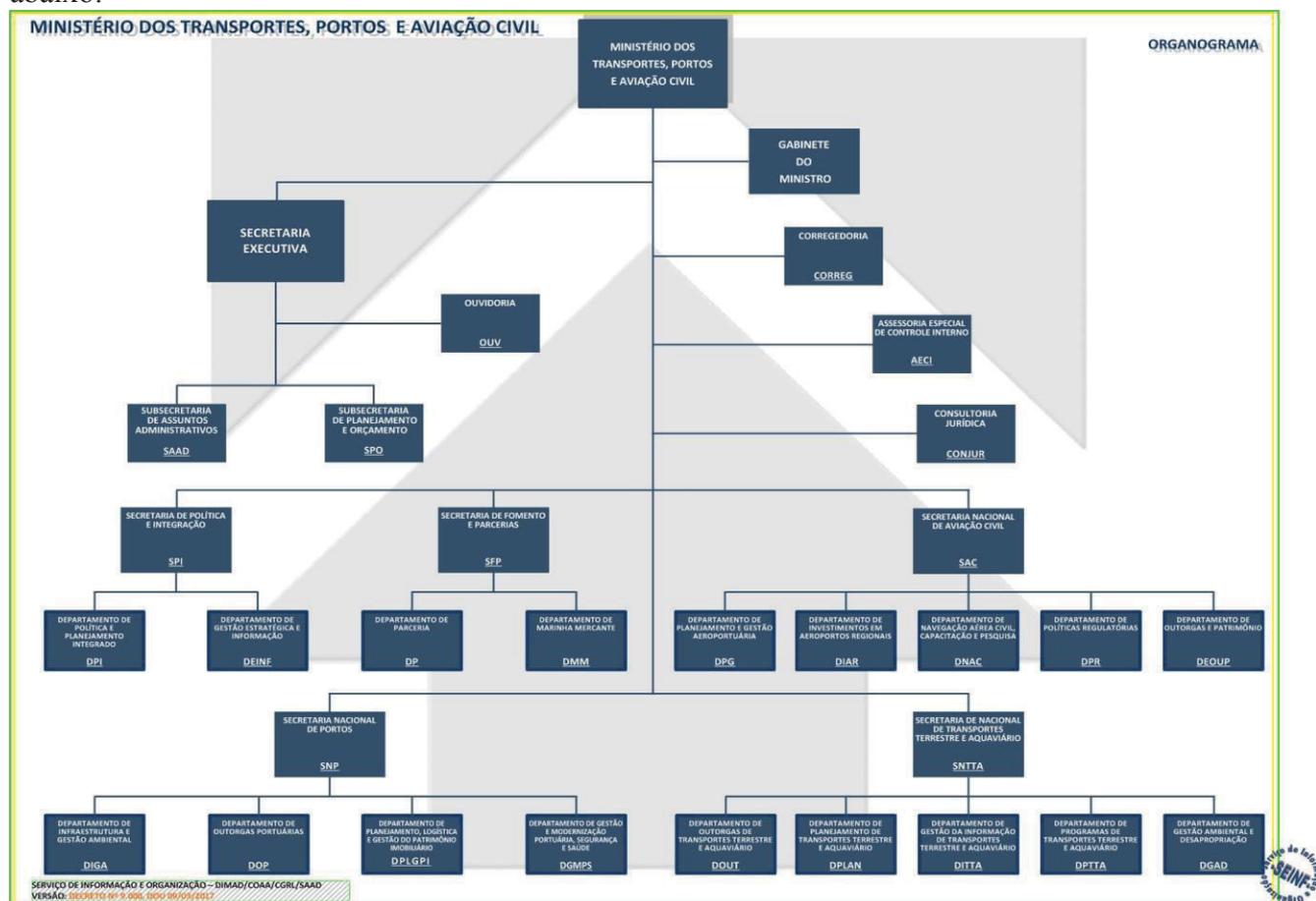


Figura 1 - Organograma funcional do Ministério dos Transportes, segundo do Decreto nº 9.000, de 08/03/2017
Fonte: Serviço de Informação (SEINF).

A estrutura organizacional do Ministério, também, pode ser visualizada com maiores detalhes conforme estabelecido no próprio Decreto nº 9.000/2017.

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a) Gabinete (GM);
- b) Assessoria Especial de Controle Interno (AECI);
- c) Corregedoria (CORREG)
- d) Secretaria Executiva (SE):
 1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD); e
 2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO);
- e) Consultoria Jurídica (CONJUR);

II - órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Política e Integração (SPI):

1. Departamento de Política e Planejamento Integrado (DPI); e
2. Departamento de Gestão Estratégica e Informação (DEINF);

b) Secretaria de Fomento e Parcerias (SFP):

1. Departamento de Marinha Mercante (DMM); e
2. Departamento de Parcerias (DP);

c) Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC):

1. Departamento de Planejamento e Gestão Aeroportuária (DPG);
2. Departamento de Investimentos em Aeroportos Regionais (DIAR);
3. Departamento de Navegação Aérea Civil, Capacitação e Pesquisa (DNAC);
4. Departamento de Políticas Regulatórias (DPR); e
5. Departamento de Outorgas e Patrimônio (DEOUP);

d) Secretaria Nacional de Portos (SNP):

1. Departamento de Infraestrutura Portuária e Gestão Ambiental (DIPGA);
2. Departamento de Outorgas Portuárias (DOUP);
3. Departamento de Planejamento, Logística e Gestão do Patrimônio Imobiliário (DPLGPI);
4. Departamento de Gestão e Modernização Portuária, Segurança e Saúde (DGMPS); e
5. Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH);

e) Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário (SNTTA):

1. Departamento de Outorgas de Transportes Terrestre e Aquaviário (DOUT);
2. Departamento de Planejamento de Transportes Terrestre e Aquaviário (DPLAN);
3. Departamento de Gestão da Informação de Transportes Terrestre e Aquaviário (DITTA);
4. Departamento de Programas de Transportes Terrestre e Aquaviário (DPTTA); e
5. Departamento de Gestão Ambiental e Desapropriação (DEGAD);

III - órgãos colegiados:

- a) Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);
- b) Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS);
- c) Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); e
- d) Conselho de Aviação Civil (CONAC); e

IV - entidades vinculadas:

a) autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e
4. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

b) empresas públicas:

1. Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; e
2. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); e

c) sociedades de economia mista:

1. Companhia Docas do Ceará (CDC);
2. Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA);

3. Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);
4. Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP);
5. Companhia Docas do Pará (CDP);
6. Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
7. Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e
8. Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR), em liquidação.

As competências de cada área estão descritas no quadro abaixo, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 9.000/2017, de 08.03.2017, que entrou em vigor em 11.04.2017, uma vez que o Regimento Interno do MTPA encontra-se em elaboração.

Quadro 2.4.1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
Gabinete do Ministro (GM)	(i) Assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social; (ii) ocupar-se das relações públicas, do preparo e despacho de seu expediente pessoal; (iii). Monitorar o andamento dos projetos de interesse do Ministro no Congresso Nacional. (iv) Providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional; (v) Providenciar a publicação oficial e a divulgação de matérias alusivas com a área de atuação do Ministério; (vi). Exercer as atividades de cerimonial e de apoio à organização de solenidades oficiais no âmbito do MTPA; (vii). Exercer as atividades de comunicação social, relativas às realizações do Ministério e de suas entidades vinculadas.	Ana Patrícia Gonçalves Lira	Chefe de Gabinete	01 de janeiro a 31 de dezembro
Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)	(i) Assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão; (ii) Assistir o Ministro de Estado no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; (iii) Apoiar a supervisão ministerial das entidades vinculadas, em articulação com as respectivas unidades de auditoria interna, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos; (iv) Acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; (v) Apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão.	Augusto César Carvalho Barbosa de Souza	Chefe de Assessoria	01 de janeiro a 31 de dezembro
Corregedoria (CORREG)	(i) Promover as atividades de prevenção e de correição para verificar a regularidade e a eficácia de serviços e propor medidas saneadoras ao seu funcionamento; (ii) Instaurar as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares, observado o disposto no art. 56 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e no art. 14 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; (iii) Julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão por até trinta dias, observado o disposto no art. 56 da Lei 10.233/2001, e no art. 14 da Lei 11.182/2005	Edvon Pires Nogueira Edvon Pires Nogueira Jorge Arzabe	Corregedor Corregedor, Substituto Corregedor	01 de janeiro a 10 de maio 12 de maio a 22 de novembro 10 de outubro a 31 de dezembro

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
Secretaria Executiva (SE)	(i) Assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias do Ministério e das entidades vinculadas; (ii) Supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas de Planejamento e Orçamento Federal, de Contabilidade e Finanças, de Administração Financeira, de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas. (iii) Coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com a ouvidoria; (iv) Articular e acompanhar as proposições de políticas de pessoal e salarial das entidades vinculadas junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; (v) Coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com a ouvidoria	Fernando Fortes Melro Filho	Secretário-Executivo	01 de janeiro a 31 de dezembro
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)	(i) Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas ao SIORG, SISP, SISG ESIGA, no âmbito do Ministério; (ii) Realizar as tomadas de contas dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outras irregularidades que resultem em dano ao erário; (iii) Liquidar e executar as despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual e suas alterações, as inscrições em restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, inclusive as referentes a pessoal e encargos sociais, e proceder ao levantando dos valores a serem liquidados e executados, atestar sua exatidão e promover as medidas cabíveis para garantir a dotação e a disponibilização dos recursos necessários; (iv) coordenar a elaboração e a consolidação de planos, programas e atividades da sua área de competência e submetê-los à decisão superior.	Wallace Moreira Bastos	Subsecretário	01 de janeiro a 31 de dezembro
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)	(i) Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira e de Contabilidade e Finanças, no âmbito do Ministério; (ii) Desenvolver, analisar e propor medidas para aperfeiçoar as atividades de acompanhamento e de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério; (iii) acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil e encaminhar relatórios mensais ao Secretário-Executivo; (iv) planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais e investimentos.	Ana Maria Almeida Brito	Subsecretária	01 de janeiro a 31 de dezembro
Consultoria Jurídica (CONJUR)	(i) Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério; (ii) Assistir o Ministro de Estado, no controle interno da legalidade dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; (iii) Realizar revisão final da técnica	Rafael Magalhães Furtado	Consultor Jurídico	01 de janeiro a 31 de dezembro

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
	legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; (iv) atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado.			
Secretaria de Política e Integração (SPI)	(i) Formular e avaliar a política nacional de transportes dos subsistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário, e propor diretrizes para as ações governamentais, em articulação com as secretarias do Ministério; (ii) coordenar o processo de gestão estratégica do Ministério; (iii) Promover a integração da política nacional de transportes com as diversas esferas de governo e com a sociedade civil; (iv) Orientar as entidades vinculadas ao Ministério para o cumprimento das diretrizes da política nacional de transportes de que trata o inciso I; (v) orientar as atualizações do Sistema Nacional de Viação – (SNV); (vi) assessorar o Ministro de Estado nas atividades do Programa de Parcerias de Investimentos – (PPI) e do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – (CPPI), relacionadas à integração de políticas de transporte e demais ações pertinentes à competência da Secretaria.	Herbert Drummond	Secretário	01 de janeiro a 31 de dezembro
Secretaria de Fomento e Parcerias (SFP)	(i) Propor e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes para a captação de recursos para os subsistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário; (ii) Identificar fontes de recursos e desenvolver instrumentos de financiamento para os subsistemas de transportes; (iii) Coordenar, supervisionar e auxiliar a execução das atividades relacionadas aos financiamentos internacionais, no âmbito do Ministério; (iv) Articular as políticas de fomento com as diferentes modalidades de investimento dos subsistemas de transportes; (v) propor e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval; (vi) participar da formulação da política de aplicação dos recursos do FMM; (vii) supervisionar a execução das receitas vinculadas ao (FMM) e dos financiamentos concedidos aos subsistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário.	Dino Antunes Batista	Secretário	01 de janeiro a 31 de dezembro
	(I) assessorar o Ministro de Estado na coordenação e supervisão dos órgãos e entidades do sistema de aviação civil; (ii) Propor, implementar e monitorar a política nacional de transportes do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e para as ações governamentais a ela relacionadas, em articulação com a Secretaria de Política e Integração e, no que couber, com o Ministério da Defesa; (iii) Participar da			

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC)	<p>formulação e implementação do planejamento estratégico do Ministério, relativo ao setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, e propor prioridades dos programas de investimentos; (iv) Propor atualizações e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do SNV, relativo ao setor aeroportuário; (v) Elaborar e propor ao Ministro de Estado a aprovação dos planos de outorgas para a exploração da infraestrutura aeroportuária, ouvida a ANAC no caso de transferência de exploração ao setor privado. (vi) Propor ao Ministro de Estado: a) A declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, à manutenção e à expansão das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária; b) A aprovação de planos de investimentos do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil; c) A celebração de instrumentos de cooperação técnica e administrativa envolvendo o setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil; d) A transferência para Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de convênios de delegação, da exploração de aeródromos públicos; e) A aprovação dos planos de zoneamento civil e militar dos aeródromos públicos de uso compartilhado, em conjunto com o Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa; e f) A infraestrutura aeroportuária a ser atribuída à Infraero;</p>	Dario Rais Lopes	Secretário	11 de abril a 31 de dezembro
Secretaria Nacional de Portos (SNP)	<p>(i) assessorar o Ministro de Estado na coordenação e supervisão dos órgãos e entidades vinculadas do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres; (ii) Propor, implementar e monitorar a política nacional de transportes, do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres, em articulação com a Secretaria de Política e Integração; (iii) Participar da formulação e implementação do planejamento estratégico do Ministério, relativo ao setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres, propondo prioridades dos programas de investimentos; (iv) Coordenar e acompanhar os assuntos do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres, que necessitem de posicionamento do Governo brasileiro perante organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades governamentais; (v) propor atualizações e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do SNV, relativo ao setor</p>	Luiz Otávio Oliveira Campos	Secretário	11 de abril a 31 de dezembro

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
	<p>portuário; (vi) Elaborar e propor ao Ministro de Estado a aprovação dos planos de outorgas para exploração da infraestrutura e de prestação de serviços do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres; (vii) Propor ao Ministro de Estado: a) A declaração de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão da infraestrutura do setor portuário; b) A aprovação de planos de investimentos do setor portuário; c) A celebração de instrumentos de cooperação técnica e administrativa de atividades portuárias; d) A transferência para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio de convênios de delegação, da exploração do setor portuário; e e) A aprovação dos planos de desenvolvimento e zoneamento dos portos marítimos, fluviais e lacustres;</p>			
<p>Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário (SNTTA)</p>	<p>(i) assessorar o Ministro de Estado na coordenação e supervisão dos órgãos e entidades vinculadas do setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário; (ii) Propor, implementar e monitorar a política nacional de transportes, no que tange ao setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, em articulação com a Secretaria de Política e Integração; (iii) Participar da formulação e implementação do planejamento estratégico do Ministério, relativo ao setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, propondo prioridades nos programas de investimentos; (iv) Coordenar e acompanhar os assuntos do setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário que necessitem de posicionamento do Governo federal perante os organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades governamentais; (v) Propor atualizações e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do SNV, relativo ao setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário; (vi) Estabelecer as diretrizes para a elaboração de planos de outorga e de propostas tarifárias, no setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário; (vii) Avaliar e propor ao Ministro de Estado a aprovação dos planos de outorgas e dos instrumentos de delegação de infraestrutura do setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário; (viii) propor ao Ministro de Estado: a) A declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão da infraestrutura do setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário; b) A aprovação de planos de investimentos no setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário; c) A</p>	<p>Luciano de Souza Castro</p>	<p>Secretário</p>	<p>01 janeiro a 31 de dezembro</p>

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
	celebração de instrumentos de cooperação técnica e administrativa do setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário; e d) A transferência para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio de convênios de delegação, da exploração do setor de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário;			

Fonte: Secretaria Executiva

2.5. Macroprocessos finalísticos

O trabalho original de mapeamento de processo no Ministério ocorreu em 2013, no qual foi definida sua cadeia de valor agregado e tinha como macroprocessos finalísticos: a gestão do planejamento de transportes e do monitoramento de empreendimentos públicos; o acompanhamento dos empreendimentos concedidos e a ação de fomento, em especial na área de marinha mercante e de instalações portuárias públicas de pequeno porte. A figura abaixo mostra os processos estratégicos, finalísticos e os de suporte:

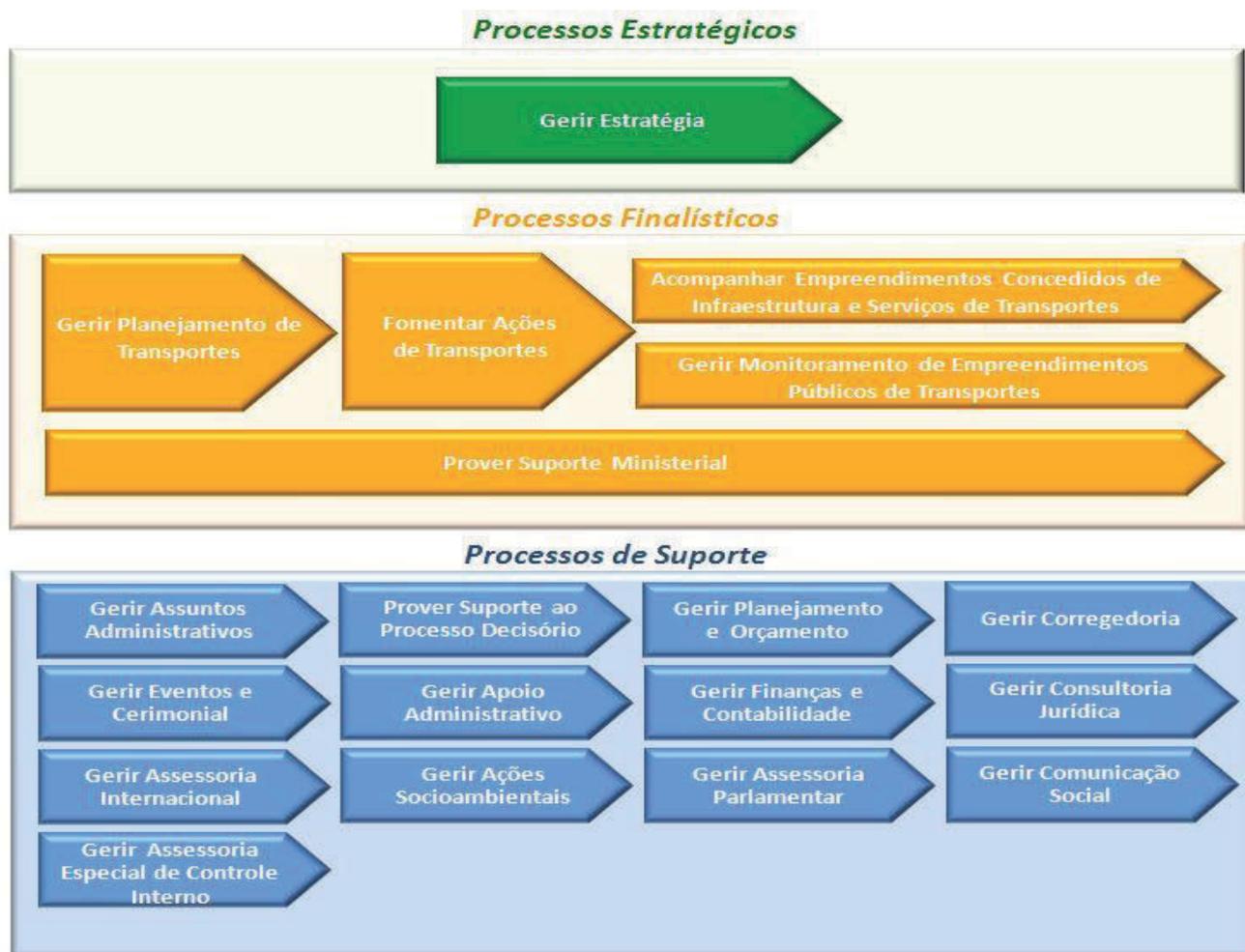


Figura 2 - Cadeia de valores dos processos.

Fonte: SPI

Com a publicação do Decreto nº 9.000/2017, de 08 de março de 2017, o Ministério recebeu novas competências e atribuições, incorporando as Secretarias de Aviação Civil e de Portos, mas por questões orçamentárias, ainda, não foi possível revisar e definir uma nova cadeia de valor.

No exercício de 2017, os conjuntos de processos, associados às atividades fim, que constituíram os macroprocessos finalísticos da Secretaria de Política e Integração (SPI) foram:

1 - Macrop processo: Formulação da Política Nacional de Transportes

➤ Descrição:

O processo de construção da Política Nacional de Transportes (PNT) contou com um levantamento de informações a partir da análise de políticas, planos, programas e projetos de setores e órgãos relacionados à temática do transporte de bens e pessoas. Também foram realizadas consultas a instituições governamentais federais e estaduais, consultores técnicos e entidades representativas de classe com a finalidade de apreender sugestões, observações e contribuições voltadas à elaboração de princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos e estratégias da PNT.

➤ Produtos e Serviços:

Política Nacional de Transportes

Relatório 1 – Apresentação; Relatório 2 – Levantamento de Informações; Relatório 3 – Consultas; Relatório 4 – Metodologia; Relatório PNT – “Livro de Estado”; e Relatório PNT – “Caderno das Estratégias Governamentais”.

➤ Principais Clientes:

Unidades e entidades vinculadas ao MTPA; órgãos governamentais, federais e estaduais relacionados à temática “transportes”; entidades representativas do setor de transportes; e a sociedade.

➤ Subunidades Responsáveis:

Departamento de Política e Planejamento Integrado (DPI);

Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Avaliação (CGVAL)

2 - macrop processo: Avaliação de Políticas Públicas de Transportes

➤ Descrição:

Realização de avaliações temáticas de políticas afetas ao Ministério

➤ Produtos e Serviços:

Segurança viária nas Rodovias Federais

Desenvolvimento dos aspectos conceituais e metodológicos para a avaliação das políticas públicas de segurança nas rodovias federais, diagnóstico temporal e espacial do problema de segurança nas rodovias federais e suas causas entre 2007-2016, mapeamento das estratégias governamentais para a redução de acidentes no período em análise, avaliação da política de segurança em rodovias federais frente aos critérios elencados.

➤ Principais Clientes:

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Organizações não Governamentais (ONGs), como o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV).

➤ Subunidades Responsáveis:

Departamento de Política e Planejamento Integrado (DPI)

Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Avaliação (CGVAL)

3 - Macroprocesso: Planejamento de Transportes

➤ Descrição:

Realizar o mapeamento e o diagnóstico dos corredores logísticos por onde circulam os principais produtos da economia do país, incluindo: Complexo de Soja e Milho; Petróleo e Combustíveis; Complexo de Minério de Ferro; Açúcar; Carnes; e Veículos Automotores. Além do mapeamento e diagnóstico dos corredores já mencionados, o projeto deverá contemplar a avaliação de corredores de passageiros e também dos relacionados com a integração e defesa do País, nos quais o Governo também atua como promotor de infraestrutura.

➤ Produtos e Serviços:

“Volume I – Complexo de Soja e Milho”, que contemplou a caracterização das cadeias produtivas do complexo de soja e do milho, sob a ótica do setor de transportes.

“Volume II – Complexo de Minério de Ferro”, com a conclusão de 95% das etapas, em 2017, incluindo a realização de dois Workshops, envolvendo diversos agentes do setor público e da iniciativa privada.

➤ Principais Clientes:

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério de Minas e Energia (MME); Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT); Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Engenharia, Construções e Ferrovias - VALEC; Empresa Brasileira de Planejamento e Logística (EPL); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Associação Brasileira de Logística (ABRALOG); Associação Brasileira das Indústrias de óleos Vegetais (ABIOVE); Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT); Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA); Confederação Nacional do Transporte (CNT); Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Movimento Pró Logística de Mato Grosso; Sindicato Nacional de Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (SINFERBASE); e Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (SINDIFER).

➤ Subunidades Responsáveis:

Departamento de Política e Planejamento Integrado (DPI)

Coordenação-Geral de Planejamento e Logística (CGPLAN)

4 - Macroprocesso: Gerir informações do setor transportes

➤ Descrição:

Subsidiar instituições públicas e privadas, com informações dinâmicas sobre o setor transportes, contribuindo para a formulação de políticas públicas, a tomada de decisão, o planejamento de transportes e a avaliação de cenários.

➤ Produtos e Serviços:

Banco de Informações de Transportes (BIT);

Anuário Estatístico de Transportes 2010/2016;

Rede de Informação;

Caderno de Transportes 2016.

- Principais Clientes:

Unidades e entidades vinculadas ao MTPA, os órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais, entidades representativas do setor de transportes, universidades e a sociedade.
- Subunidades Responsáveis:

Departamento de Gestão Estratégica e Informação (DEINF);
 Coordenação-Geral de Gestão da Informação (CGINF).
 5- Macroprocesso: Realizar Inteligência Estratégica
- Descrição:

Acompanhar e monitorar as variáveis do ambiente interno e externo, a fim de coletar e analisar as tendências do Setor Transportes, inovações tecnológicas, mudanças nos fatores políticos, econômicos e sociais que servem de base para a elaboração, atualização dos cenários prospectivos bem como para o Mapa Estratégico do Setor Transportes.
- Produtos e Serviços:

Relatório de Análise SWOT - Ambiente Externo
 Análise de Cenários – Entrevistas
- Principais Clientes:

Unidades e entidades vinculadas do MTPA, os órgãos governamentais, entidades representativas do setor de transportes e a sociedade.
- Subunidades Responsáveis:

Departamento de Gestão Estratégica e Informação (DEINF);
 Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico e Estatística (CGPE).
 6 - Macroprocesso: Promover a integração
- Descrição:

Desenvolver a inter-relação entre as Secretarias e unidades vinculadas ao Ministério, bem como, a articulação, no segmento da logística e dos transportes, entre o governo e a sociedade.
- Produtos e Serviços:

Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas;
 Workshop Integra Transportes;
 Ciclo de Palestras.
- Principais Clientes:

Unidades e entidades vinculadas ao MTPA, os órgãos governamentais, federais e estaduais, relacionados à temática “transportes”, entidades representativas do setor de transportes e a sociedade.
- Subunidades Responsáveis:

Gabinete;
 Departamento de Gestão Estratégica e Informação (DEINF);
 Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico e Estatística (CGPE);
 Coordenação-Geral de Gestão da Informação (CGINF).

3. Planejamento organizacional e resultados

3.1. Planejamento organizacional

O processo de planejamento estratégico no Ministério teve início em 2012 por meio do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) e que se traduziu em uma agenda de gestão que viabilizasse a execução do planejamento estratégico pelo Ministério e pelas suas entidades vinculadas, para o período de 2013-2015.

Com o fim do primeiro ciclo de execução da estratégia do Sistema Transportes em 2015, teve início o processo de avaliação e revisão do planejamento estratégico.

Em março de 2017 foi publicado o Decreto nº 9.000 com a nova estrutura do Ministério, incorporando as Secretarias de Aviação Civil e de Portos.

A primeira ação desenvolvida foi a de realização do Workshop Integra Transportes com o objetivo de promover a integração e o alinhamento entre as Secretarias da nova estrutura do Ministério.

O processo de revisão do planejamento estratégico do Sistema Transportes, já levando em conta as novas atribuições e competências, foi desenhado com as seguintes etapas:

1. Diagnóstico: Levantamento dos principais desafios do Setor a partir da visão das principais partes interessadas internas e externas;
2. Construção de uma agenda de gestão: Elaboração de um plano estratégico com ações prioritizadas a partir da interpretação e confirmação dos principais desafios e objetivos do Setor Transportes;
3. Alinhamento das Secretarias e órgãos: Explicitação das contribuições e responsabilidades de cada uma das partes que compõem o Ministério, na execução do plano;
4. Implementação de um processo de acompanhamento e gestão: Estruturação de uma rotina de acompanhamento e gestão do plano desenhado, bem como, um processo de retroalimentação do próprio.

Das quatro etapas descritas acima, apenas a Etapa 1 - Diagnóstico, já está concluída e conta com dois relatórios consolidados, Análise de Cenários - Entrevistas, e RELATÓRIO ANÁLISE SWOT - Ambiente Externo.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Com relação aos objetivos da SPI, podemos destacar:

- 1: Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de governo e sociedade.

Promover ações que visem à integração e alinhamento dos planejamentos setoriais de transportes de passageiros e cargas no âmbito do Governo Federal, com participação dos órgãos públicos e da sociedade civil, de forma a ser reconhecido como referência no processo de planejamento e atendendo às diretrizes políticas para desenvolvimento socioeconômico e sustentável e à integração nacional e sul-americana.

2: Incorporar continuamente melhores práticas incluindo a aferição dos resultados.

Desenvolver continuamente a capacidade de prospectar, analisar, adaptar e incorporar melhores práticas e tecnologias (modelos, conceitos e técnicas) que permitam o desenvolvimento de uma infraestrutura e serviços de transportes de classe internacional de excelência.

3: Promover e consolidar a Política Nacional de Transportes

Institucionalizar e consolidar o processo de formulação e avaliação da política nacional de transportes com vistas à integração das políticas setoriais, envolvendo Governo e Sociedade, promovendo e divulgando os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da PNT.

4: Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações

Prover o Setor de Transportes de instrumentos que possibilitem identificar os fluxos de informação entre o Ministério e seus órgãos vinculados e demais órgãos, com a finalidade de integrar e melhorar a qualidade das informações do Setor, visando disponibilizá-las em um ambiente que propicie a gestão do conhecimento.

5: Aprimorar a competência integradora da SPI

A articulação contínua com atores relevantes dentro dos Governos (Federal, Estadual e Municipal) e sociedade é considerada o fator fundamental para a elaboração de um planejamento que alinhe políticas de transportes às políticas de Governo, focado no desenvolvimento sustentável do País.

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Ministério iniciou há cerca de 4 (quatro) anos um processo de modernização da gestão por meio do desenvolvimento de um processo estruturado de administração estratégica e de gestão por resultados. Seu principal instrumento é a adoção do Planejamento Estratégico com uso do Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de acompanhamento e controle das ações do MTPA e de seus órgãos vinculados.

Atualmente encontra-se em revisão da Pasta o planejamento estratégico, tendo em vista a nova estrutura organizacional e atribuições da Pasta, a conjuntura nacional e o horizonte temporal para as ações.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O Ministério é o órgão da administração pública federal direta que tem como áreas de atuação a política nacional de transportes dos modais ferroviário, rodoviário, aquaviário e aeroviário, além de realizar ações no âmbito da marinha mercante, das vias navegáveis e dos portos fluviais e lacustres (excetuados os que estão sob a responsabilidade das companhias docas).

No processo de formulação/revisão do Planejamento Estratégico do Sistema Transportes estão sendo observadas as competências institucionais e demais planos direcionadores do planejamento institucional, o Decreto nº 9.000/17, o Plano Plurianual (PPA), Programa Avançar Parcerias e demais planos de transportes.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

Por meio da Portaria nº 352, de 29.12.2011, publicado no DOU de 30.12.2011, o Ministério criou o Fórum de Desempenho do qual a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) faz parte. O foco do aludido Fórum é direcionado para melhoria dos gastos públicos.

No tocante ao planejamento efetuado, são estabelecidas metas de desempenho para as Unidades responsáveis pela aplicação dos recursos consignados no Orçamento-Geral da União. São analisadas as despesas inscritas em restos a pagar, em busca de melhoria na gestão dos processos que envolvem a redução dos prazos entre a realização das obras/serviços, atestação das despesas e o efetivo pagamento.

A Secretaria de Política e Integração (SPI) adota um modelo que define os resultados a serem alcançados, promova o alinhamento organizacional em torno de objetivos e metas institucionais, os redirecionamentos e o aprendizado contínuo. Além disso, o modelo foca no alinhamento da estratégia com a operação a partir da gestão de iniciativas.

As principais etapas deste modelo são:

- Estabelecimento de um processo de elaboração, detalhamento, priorização e gestão das ações executivas;

- Estruturação de uma rotina de acompanhamento e gestão do plano desenhado, bem como, um processo de retroalimentação do próprio plano.

3.3. Desempenho orçamentário

Em 2017, inicia-se o processo orçamentário com a solicitação, em janeiro, da reabertura dos saldos dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro (4) meses de 2016, conforme dispõe o art. 52, da Lei nº 13.408, de 26.12.2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Posteriormente, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017, aprovado pelo Congresso Nacional, foi sancionado e transformado na Lei nº 13.414, a qual foi publicada em 11.01.2017 (LOA/2017), e foi amplamente divulgada no âmbito do Ministério e de suas Unidades jurisdicionadas.

No dia 17.01.2017, foi publicado o Decreto nº 8.961, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e que estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017.

Em seguida, e de acordo com a Portaria SOF nº 8, de 14.02.2017, que estabeleceu procedimentos e prazos para a solicitação de alterações orçamentárias no exercício, a SPO recebeu, examinou, promoveu ajustes e encaminhou ao órgão central de orçamento os pedidos de créditos e/ou alterações orçamentárias solicitados pelas Unidades Orçamentárias na 1ª etapa de pleitos dessa natureza.

Depois dessas atividades, e com base no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, foram enviadas às Unidades Orçamentárias as orientações para a elaboração da proposta

orçamentária preliminar para o exercício financeiro seguinte, que foram preparadas e enviadas à SPO/SE/MTPA.

O passo seguinte foi a montagem das propostas definitivas, com os referenciais monetários definidos para a Pasta pelo Ministério do Planejamento, inclusive as estimativas da arrecadação das receitas próprias e vinculadas.

Esses referenciais foram detalhados nas programações orçamentárias de cada Unidade, as quais foram inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), e, posteriormente, enviadas à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para serem integradas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018.

Finalizada essa fase, foram elaboradas e enviadas à SOF/MP as informações complementares ao Projeto de Lei do Orçamento, relativas aos incisos II, IV, XIV, XV, XVI e XX do Anexo II, do art. 9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO/2018).

Em seguida, trabalhou-se na 2ª etapa de créditos adicionais e/ou alterações orçamentárias, sendo que essa era a última oportunidade para pleitos que dependiam de autorização legislativa, uma vez que o prazo máximo para o Poder Executivo enviar os pedidos ao Congresso Nacional, de acordo com o § 2º do art. 44 da LDO/2017, era 15.10.2017.

Em novembro de 2017, tratou-se do encaminhamento das solicitações referentes à 3ª etapa de solicitações de créditos adicionais e outras alterações orçamentárias.

Durante o exercício de 2017, foram elaborados relatórios relativos à execução orçamentária da Administração Direta desta Pasta e das Unidades vinculadas, envolvendo todas as despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e, em especial, dos investimentos e inversões por Unidade da Federação.

A SPO, no exercício de sua competência como Órgão Setorial do Sistema de Administração Financeira, em 2017, após a publicação da Lei Orçamentária Anual e do Decreto de Programação Financeira Decreto nº 8.961, de 16.01.2017, publicado no DOU de 17.01.2017, apresentou proposta de distribuição dos limites de pagamento por unidades desta Pasta para despesas discricionárias classificadas como “Demais Ações”, custeio e investimentos e também para as Ações relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, ainda, as relativas às Despesas Obrigatórias descritas no Decreto, exceto as ações relativas ao crédito extraordinário, inversões financeiras do Departamento da Marinha Mercante.

Para as Ações relativas a Despesas Discricionárias – Demais Ações, o valor do limite estabelecido foi de R\$ 1.002,6 milhões. Desse limite, R\$ 791,1 milhões referem-se às fontes do Tesouro Nacional. Do limite do ano, foram pagos R\$ 901,0 milhões, sendo que deste valor R\$ 107,0 mil referem-se a Ordens Bancárias de 2016 que impactaram o limite de 2017.

Quanto às Ações relacionadas ao PAC, o valor do limite estabelecido foi de R\$ 13.048,7 milhões, dos quais foram pagos no ano R\$ 12.868,1 milhões, sendo que deste valor R\$ 8,0 milhões referem-se a Ordens Bancárias de 2016 que impactaram o limite de 2017.

Quanto à execução das Inversões Financeiras do Departamento da Marinha Mercante, permitiram pagar R\$ 2.297,6 milhões.

Quanto ao trabalho realizado pela área contábil como Órgão Setorial do Sistema de Contabilidade, buscou-se atender prontamente às unidades da administração direta e indireta

vinculadas à Pasta, por meio de orientação para esclarecer dúvidas geradas no decorrer da execução orçamentária e financeira. Realizou-se o cadastramento de usuários do SIAFI Operacional e Tesouro Gerencial. Realizou-se monitoramento por meio da análise dos balancetes contábeis para identificar possíveis despesas apropriadas em desacordo com as normas e a finalidade deste Ministério e registrou-se a conformidade contábil de órgão superior. As inconformidades apuradas foram enviadas formalmente aos ordenadores de despesas para providências.

No exercício de 2017, buscou-se agregar esforços objetivando maior eficiência no processo de Monitoramento e Avaliação dos Programas Temáticos do Ministério. Estabeleceu-se como principal diretriz estratégica o aperfeiçoamento do conhecimento técnico nos demais modais de transportes acrescentados a esta Pasta: Aviação Civil e Portos. O resultado obtido do monitoramento foi um avanço qualitativo e integrado na gestão dos transportes, o qual contribuiu para a retroalimentação das políticas públicas, aproximando os processos de acompanhamento e avaliação das políticas de gestão ministeriais institucionalizadas.

Além das importantes diretrizes estabelecidas pelos planos do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Investimentos em Logística (PIL), destaca-se, no âmbito do MTPA em 2017, o lançamento do Programa “AGORA É AVANÇAR” com o objetivo de alavancar o setor de infraestrutura e promover investimentos, priorizando o término de obras inacabadas, obras em fase de conclusão e manutenção da infraestrutura existente.

O Monitoramento do Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de acompanhamento permanente, em contínuo processo de aperfeiçoamento. A dinâmica estruturada pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), com atividades de monitoramento e avaliação das políticas e programas do PPA, constitui importante atributo do planejamento governamental em direção ao alcance e efetividade das políticas públicas.

A SPO consolidou todas as informações, por meio do preenchimento e atualização no SIOP. É importante destacar que as informações introduzidas no SIOP servem de subsídio para as atividades de elaboração da Mensagem Presidencial, da Prestação de Contas da Presidência da República e do Relatório de Gestão, no âmbito do Ministério, realizadas pela SPO, consolidando-se como importante ferramenta de planejamento e gestão.

Deste modo, dando continuidade ao processo de monitoramento do PPA, em 2017, foram articulados esforços dentro de sua estrutura interna para:

- Coordenar o preenchimento e o envio dos dados no módulo de monitoramento do PPA no SIOP, organizando, disciplinando e difundindo sua sistemática;
- Disponibilizar relatórios gerenciais da execução orçamentária e financeira e séries históricas;
- Analisar, no âmbito setorial, cadastros dos empreendimentos quanto a aspectos orçamentários e financeiros, demandados pelas entidades e unidades orçamentárias do Ministério para obras do PAC;
- Autorizar a movimentação de recursos orçamentários via Sistema de Monitoramento do PAC (SisPAC), por meio de análises para o desbloqueio de recurso; e
- Contribuir para a disseminação de informações orçamentárias e financeiras, de modo a subsidiar o gerenciamento dos empreendimentos, no âmbito do MTPA.

A SPO conta com diversas ferramentas de apoio, entre elas os Relatórios Gerenciais que são encaminhados rotineiramente aos gestores, os quais geram subsídios para acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil e auxilia na tomada de decisões.

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), o Tesouro Gerencial e o Sistema de Programação Financeira do Governo Federal (SIAFI) são utilizados pela SPO/MTPA por assegurarem confiabilidade e atualização tempestiva.

➤ **Movimentação Externa**

No exercício de 2017, as dotações alocadas nas ações de Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê - no Estado de São Paulo, e de Apoio à Construção do Rodoanel do Estado de São Paulo, constaram do orçamento da Administração Direta, sendo, portanto, necessária a descentralização para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), UG 393003, por meio de destaque, conforme autorizações constantes das Portarias/MT nº 116, de 09.03.2017, referente ao Tietê e nº 115, de 09.03.2017, referente ao Rodoanel.

Além disso, foi também descentralizada dotação para a Advocacia-Geral da União (AGU), UG 110161, por meio de destaque destinado a atender ao Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito, firmado entre o MTPA e a AGU, a fim de defender de decisão judicial proferida em recurso interposto pela Italplan Engineering, Environment & Transportes.

Tabela 1- Movimentação externa entre unidades orçamentárias

Movimentação entre Unidades Orçamentárias						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	390002	110161	2000			250.949,52
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	390002	39252				
Recebidos		393003	12JP	154.755.584,00		
		393003	14KV	13.900.000,00		

Fonte: SPO/SE

O orçamento aprovado para a Administração Direta do Ministério, Unidade – 39.101, é lançado no SIAFI na UG 390002 – Setorial Orçamentária, que por sua vez transfere os recursos para as unidades executoras vinculadas à Unidade Orçamentária - 39.101.

Ocorreu abertura de crédito especial em favor das ações 15PR - Adequação de Infraestrutura Portuária no Porto de Maceió/AL, 15PY - Adequação da Infraestrutura Portuária do Porto de Itajaí/SC e 00QP - Cumprimento de Obrigações Decorrentes de Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão – (CODOMAR) pela Lei 13.534, de 15/12/2017.

Foram efetuados bloqueios de dotações orçamentárias em atendimento ao art. 12 do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017.

➤ **Movimentação interna**

Os recursos aprovados na Lei nº 13.414, de 10.01.2017 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017 atenderam parcialmente as despesas no decorrer do exercício com variações, principalmente, nas despesas obrigatórias, conforme elencado a seguir.

No decorrer do exercício de 2017, foi permitido atender as despesas referentes à assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis e empregados. Já em relação aos recursos para assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados e seus dependentes e auxílio alimentação dos servidores civis e empregados, estes sofreram ajustes envolvendo suplementações ou cancelamentos.

O acompanhamento da execução orçamentária da ação 20TP - Pessoal Ativo da União e ação 0181 – Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis é feito tanto pela Unidade Orçamentária quanto pela SOF/MP, sendo que, no decorrer do exercício, aquela Secretaria fez ajustes nas dotações dessas rubricas orçamentárias.

Foi realizado o remanejamento de dotação entre os grupos de despesa da ação 2000 - Administração da Unidade, de forma a atender despesas correntes da administração direta do Ministério.

A ação 0713 – Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento de Estradas e Rodagem (DNER) e a ação 6058 - Formulação de Políticas de Transportes tiveram parte de suas dotações canceladas por meio da Lei 13.533, de 15.12.2017.

As ações 12JP – Apoio à Construção do Rodoanel – Trecho Norte/SP, e 14KV - Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê - no Estado de São Paulo, constaram do orçamento da Administração Direta por se tratar de apoio a empreendimentos de esfera estadual, cuja dotação foi descentralizada parcialmente ao DNIT, que por sua vez transferiu ao Governo do Estado de São Paulo via convênio. A parcela restante de recursos foi oferecida para cancelamento.

Tabela 2 - Programação de despesas

Unidade Orçamentária: Administração Direta		Código UO: 39.101	UGO: 390002	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL		3.446.229.574,00		275.122.099,00
CRÉDITOS	Suplementares	10.979.547,00		24.750.033,00
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
	Créditos Cancelados		(162.000.000,00)	
Outras Operações				
Dotação final 2017 (A)		3.295.209.121,00		252.282.843,00
Dotação final 2016 (B)		3.070.317.594,00		155.656.708,00
Varição (A/B-1)*100		7,324699159		62,07643489

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		674.330.832,00			
CRÉDITOS	Suplementares	75.037.388,00			
	Especiais	Abertos	2.268.000,00		
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		(561.330.151,00)			
Outras Operações					
Dotação final 2017 (A)		190.306.069,00			
Dotação final 2016 (B)		182.580.819,00			
Variação (A/B-1)*100		4,231139964			

Fonte: SPO/SE

Tabela 3 - Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

Movimentação dentro da mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	390002	COGEP	00MI			4.670.508,00
		390007	0181	3.078.835.045,00		
		390007	0536			3.861.935,00
		390007	09HB	21.926.373,00		
		390007	2000			1.841.000,00
		390007	2004			32.659.839,00
		390007	2010			363.156,00
		390007	2011			3.538.812,00
		390007	2012			9.935.088,00
		390007	20TP	193.304.802,00		
	390007	216H			673.504,00	
	390002	RFFSA	0181	550.000,00		
		390015	0536			6.562.860,00
		390015	0625	592.901,00		
	390002	DNER	09IX			7.940.000,00
		390056	0713			200.000,00
	390002	CGRL	2000			139.681.476,48
		390004	2907			2.300.000,00
		390004	4641			5.039.926,00
		390004	6058			1.300.000,00
390004		8785			23.557.553,93	
390081		00OQ			122.361,00	
390081		122O			10.000.000,00	
390081		122X			6.460.000,00	
390081		12Y0			1.000.000,00	
390081		15CX			1.000.000,00	
390081		2000			482.003,43	
390081		20B9			28.020.863,00	
390081		211X			2.349.330,00	
390081	8785			878.799,00		

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesa de Capital			
	Concedente	Recebedora		4 Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6. Amortização da Dívida	
Concedidos	390002	CGRL 390004	2000	10.140.429,00			
	390002	RFFSA 390015	09IX	60.000,00			
	390002	SNP 390081	009V			1.500.000,00	
		390081	00HH			15.000.000,00	
		390081	00HT			12.071.713,00	
		390081	0EB6			7.000.000,00	
		390081	122A		5.402.462,00		
		390081	122M		8.303.869,28		
		390081	122O		121.059.549,00		
		390081	12K7		26.000.000,00		
		390081	12Y0		35.324.045,00		
		390081	15CX		9.000.000,00		
		390081	2000		98.500,00		
390081	212A		68.500.000,00				
390081	7L25		2.670.009,00				

Fonte: SPO/SE

3.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Plano Plurianual – PPA 2016-2019 – Ano Base 2017

➤ Programa 2017 – Aviação Civil

A aviação civil constitui um setor importante para o país, tendo em vista que o transporte de passageiros e cargas pelo modal aéreo, assim como a adequação da infraestrutura aeroportuária são grandes vetores de desenvolvimento e integração nacional pelo estímulo à realização de negócios ou pela melhoria na eficiência de diversas cadeias produtivas.

As diretrizes para o setor são exaradas na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), aprovada por meio do Decreto 6.780, de 18.02.2009, que estabelece como principal propósito “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial”.

A política pública de aviação civil se fortaleceu com a criação do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), Lei nº 12.648/2012, o qual destina recursos para o sistema de aviação civil com o objetivo de desenvolver e fomentar o setor, bem como as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

Segue abaixo Relatório de Gestão TCU - Programas Temáticos – Programa Aviação Civil (2017), retirado do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Tabela 4 – Programa temático 2017 - avião civil.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (LOA + Créditos)	Dotação/Posição 2017 (LOA + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	2.491.384.362	363.970.832	259.072.376
Orçamento de Investimentos - OI	3.044.881.834	834.742.516	923.412.847
Recursos Extraorçamentários	8.876.402.768	2.590.370.941	1.892.434.407
Total	14.412.668.965	3.789.084.289	3.074.919.630

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2017 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2017					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2017)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
230.089.204,41	77.449.556,21	76.987.970,91	461.585,30	152.639.648,20	532.378.195,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	0,00		0,00	0,00	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2017 (em R\$ 1,00)

39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil					
Dotação Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	259.072.376,00	Dotação Orçamento de Investimentos	923.412.847,00	Recursos Extraorçamentários	1.892.434.407,25

(*) Valor da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, atualizado para 2017.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 08/03/2018

No ano de 2017, houve uma recuperação no cenário fiscal e o Ministério consolidou e deu continuidade aos empreendimentos implementados anteriormente. Os limites orçamentários e financeiros disponibilizados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento foram distribuídos para alocação dos recursos, em que foram priorizados os empreendimentos lançados no Programa Agora é Avançar, que tem foco na entrega de obras e trechos em fase de conclusão. Tal programa tornou possível destravar, retomar e intensificar obras nos principais aeroportos do país.

Quanto aos Restos a Pagar, o MTPA tem feito constante análise dos valores inscritos, otimizando a sua utilização e dando ênfase à continuidade dos empreendimentos durante a transição orçamentária no final e início de ano.

➤ Objetivo 0083 - Adequar a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura, por meio de intervenções nas infraestruturas aeroportuárias e medidas de gestão.

No intuito de adequar a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura, o Brasil segue ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização.

Em 2016, a capacidade anual de processamento de passageiros foi de 386.616.000. Já, em 2017, a capacidade foi ampliada para 398.110.000, o que representa 103,41% da meta estabelecida para o período do Plano.

Em relação à capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos, em 2016 atingiu 2,21 milhões de toneladas e, em 2017, 2,24 milhões, e alcançou 93,33% da meta para o período do plano. A meta qualitativa “Elaborar o Novo Plano Aeroviário Nacional (PAN)” trata do planejamento estratégico para o setor de aviação civil, onde são estabelecidas as premissas e objetivos de desenvolvimento para o setor, e planejados os cenários de evolução dos aeroportos de interesse nacional. Ressalta-se que, em 2017, foi dada continuidade no desenvolvimento do PAN de forma integrada com os demais modos de transporte e instituições que de alguma forma impactam no setor, garantindo a coerência das ações governamentais.

O programa de Aviação Regional contemplou inicialmente 270 municípios para execução de estudos e projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos regionais. Entretanto, como resultado dos estudos realizados, das tratativas com estados e companhias aéreas, e da avaliação de indicadores, foi definida, no âmbito do governo federal, a descontinuidade/ conclusão dos projetos de 93 aeroportos da relação inicialmente prevista. Com isso, foi constituída uma carteira de execução de projetos com 177 aeroportos e dentre esses, 58 aeroportos integram a lista de aeroportos priorizados para a execução de obras.

Em 2017, quatro aeroportos (Maringá/PR, Passo Fundo/RS, Bom Jesus/PI e Barreiras/BA) tiveram os seus estudos concluídos na totalidade, ou seja, percorreram as fases de Estudo de Viabilidade Técnica (EVT), Estudos Preliminares (EP), Anteprojeto (AP) e foram entregues para aceitação da SAC e destinação para a realização de instrumentos de repasse, haja vista a disponibilidade orçamentária e financeira, realizações de obras.

No intuito de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada para a viabilização de uma infraestrutura moderna, ágil e competitiva, foram concedidos seis grandes aeroportos entre 2011 e 2016 (São Gonçalo do Amarante/RN, Brasília/DF, Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Galeão/RJ e Confins/MG). Até o 3º trimestre de 2017, foram investidos mais de R\$ 13 bilhões nesses aeroportos e os investimentos totais estimados para todos os períodos de concessão são de mais de R\$ 25 bilhões.

Em 2017, outros quatro aeroportos foram concedidos à iniciativa privada (Salvador/BA, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC). Esses aeroportos passaram por um período de transição entre a operação da Infraero e a operação privada ao longo do segundo semestre de 2017

e, no início de 2018, passaram ao controle das concessionárias. Os investimentos totais nesses aeroportos são de R\$ 6,6 bilhões nos períodos de concessão.

➤ Meta: 0056 – Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 385 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequadas expedidas pela ANAC.

Tabela 5 – Metas regionalizadas da capacidade de passageiros da rede de aeroportos

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0056 – Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 385 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequadas expedidas pela ANAC.	Milhões de passageiros	385	398,11
Região Centro-Oeste	Unidade	39.000.000	39.815.000
Região Nordeste	Unidade	84.000.000	79.840.500
Região Norte	Unidade	39.000.000	44.822.000
Região Sudeste	Unidade	177.000.000	185.836.000
Região Sul	Unidade	46.000.000	47.796.000

Fonte: SPO/SE

No que tange à rede de aeroportos operada pela Infraero, em 2017, foram efetuados investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização dos Terminais de Passageiros, pistas e pátios dos aeroportos.

Com isso, a capacidade dos aeroportos da rede Infraero atingiu 61,72% do total alcançado em 2017, correspondendo à capacidade de processamento de 237,61 milhões de passageiros. Embora os aeroportos de Fortaleza, Florianópolis, Salvador e Porto Alegre tenham sido concedidos em 2017, ainda fazem parte dos dados apresentados, pois a transferência das operações aos vencedores dos leilões ocorreu somente em janeiro/2018.

A capacidade total dos Aeroportos concedidos não foi alterada em relação ao ano de 2016. No total, houve um ganho de capacidade de 12,49 milhões de passageiros nos aeroportos em relação a 2016, passando de 386,61 milhões de passageiros para 398,11 milhões.

Ressalta-se que, em 2017, a capacidade da rede de aeroportos do Brasil superou a meta estabelecida para o período do Plano.

➤ Meta: 0058 – Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas, por meio de investimentos públicos e privados.

Tabela 6 – Metas regionalizadas da capacidade de cargas da rede de aeroportos

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0058 – Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas, por meio de investimentos públicos e privados.	Milhões de toneladas	2,40	2,24
Região Centro-Oeste	Tonelada	163.000,00	130.964,00
Região Nordeste	Tonelada	165.000,00	135.339,00
Região Norte	Tonelada	353.000,00	257.322,00

Região Sudeste	Tonelada	1.545.000,00	1.584.226,00
Região Sul	Tonelada	174.000,00	129.483,00

Fonte: SPO

A capacidade de processamento de cargas dos Terminais de Carga da rede Infraero no exercício de 2017 foi de 608.763 toneladas.

Já a capacidade dos aeroportos concedidos aumentou em 30.000 toneladas no total em comparação ao exercício anterior. Somando-se a capacidade dos aeroportos da rede INFRAERO (608.763) com os aeroportos concedidos (1.628.571), chega-se a uma capacidade de processamento de cargas de 2,24 milhões de toneladas, que representa a 93,33% da meta prevista no plano.

Ao término do exercício 2017, após os ajustes relacionados às concessões aeroportuárias, os Terminais de Logística de Carga da INFRAERO alcançou a capacidade de processamento de carga equivalente a 25,37% da meta estabelecida para o Plano, correspondendo a 0,608 milhão de toneladas, representando pequena redução de 1,64% na capacidade de processamento, em comparação ao exercício 2016, devido à exclusão dos Terminais de Campos, Porto Velho, Maceió, Aracajú e Corumbá que não possuem mais estrutura para o processamento de cargas.

Ressalta-se que embora os aeroportos de Fortaleza, Florianópolis, Salvador e Porto Alegre tenham sido concedidos em 2017, ainda fazem parte dos dados apresentados, pois a transferência das operações aos vencedores dos leilões ocorreu somente em janeiro/2018.

Em geral, houve melhorias nos processos operacionais, com ganhos de eficiência e agilidade na liberação de cargas, que resultaram em ganhos de escala, onde, com a mesma área, foi possível processar maior tonelagem de carga sem o acréscimo de novos espaços. Neste sentido, no período janeiro de 2013 a novembro de 2017, a média do indicador Tempo de Processamento de Carga (TPC), caiu de 73 horas e 16 minutos (em janeiro/2013), para 45 horas e 13 minutos, em novembro/2017, representando redução de 38,28% nos tempos médios de processamento do período. Contribuíram fortemente para a redução das médias dos tempos de processamento as ações desenvolvidas junto aos clientes estratégicos, que por meio dos Programas de Visitas/Fidelização e do Programa Infraero de Eficiência Logística (PIEL) - continuaram a sensibilizar os clientes para a melhoria de suas operações e nacionalização/retirada de cargas no menor tempo possível, com ganhos significativos para toda a cadeia produtiva.

➤ Meta: 03ZH – Elaborar o Novo Plano Aeroviário Nacional (PAN).

O PAN trata do planejamento estratégico para o setor de aviação civil, onde são estabelecidas as premissas e objetivos de desenvolvimento para o setor, e planejados os cenários de evolução dos aeroportos de interesse nacional. O trabalho foi iniciado no ano de 2015, conforme a carteira de projetos estratégicos da então Secretaria de Aviação Civil, e se destaca como uma importante referência para o setor, visto que será o primeiro planejamento nacional voltado à Aviação Civil a ser publicado. Em síntese, o novo Planejamento, busca estabelecer as bases para o desenvolvimento do setor, de modo a orientá-lo, assim como desenvolver as ferramentas necessárias para a atualização do plano e a avaliação contínua das ações governamentais voltadas ao alcance dos objetivos. O novo Planejamento é desenvolvido de forma integrada com os demais modos de transporte e instituições que de alguma forma impactam no setor, garantindo a coerência das ações governamentais.

Até o final de 2016, foi desenvolvido, em versão preliminar, o relatório “Dimensão estratégica do Planejamento Aeroviário Nacional”, que consolida as premissas e objetivos gerais do plano, a serem validadas no âmbito Ministerial para publicação, e iniciada a segunda etapa do trabalho que busca a “Simulação de cenários para a Rede de Aeroportos Nacional”, por meio de uma ferramenta de simulação com base em indicadores de custo-benefício, permitindo ao Governo Federal uma avaliação contínua de suas ações e benefícios projetados em função delas. O

desenvolvimento da ferramenta de simulação conta com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Laboratório de Transportes e Logística (Labtrans), que através de um Acordo de Cooperação contribui para garantir a qualidade técnica dos resultados.

Em 2017 foi desenvolvido e publicado o relatório “Projeções de demanda para os aeroportos brasileiros 2017-2037 – Metodologia e Resultados”.

➤ Meta: 03ZG - Realizar estudos e investimentos para aumentar a disponibilidade de infraestrutura nos 270 aeroportos contemplados no Programa de Aviação Regional.

Tabela 7 – Metas regionalizadas de estudos para aumento de infraestrutura nos aeroportos

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
03ZG - Realizar estudos e investimentos para aumentar a disponibilidade de infraestrutura nos 270 aeroportos contemplados no Programa de Aviação Regional.	Aeroportos	270,00	97,00
Região Centro-Oeste	Unidade	31,00	9,00
Região Nordeste	Unidade	64,00	25,00
Região Norte	Unidade	67,00	17,00
Região Sudeste	Unidade	65,00	27,00
Região Sul	Unidade	43,00	19,00

Fonte: SPO/SE

O Programa de Aviação Regional contemplou inicialmente 270 (duzentos e setenta) municípios para execução de estudos e projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos regionais. Como resultado desses estudos, foi definida a Rede de Interesse Regional, composta por 189 aeroportos, base para composição do PAN, instrumento balizador do planejamento aeroportuário do País.

A rede de interesse regional integra alguns aeroportos que receberam recentemente investimentos ou não necessitam de investimentos em médio prazo. A partir disso, e com base nas tratativas com estados, nas manifestações das companhias aéreas no interesse em operar nas localidades estudadas, e mais a avaliação de indicadores de custo, de operação e de benefícios, foram definidos os aeroportos aptos a receber investimentos e esses irão compor a Carteira de Projetos de aeroportos regionais, atualmente com 177 aeroportos. Vale ressaltar que desses, 58 aeroportos integram a lista de aeroportos inicialmente priorizados para a execução de obras.

O valor alcançado, em 2016, foi de 93 aeroportos com estudos concluídos conforme demonstrativo a seguir:

Tabela 8 – Quantitativo de estudos/projetos por aeroportos

Estudos/ Projetos	Total
Estudo de Viabilidade Técnica - EVT	20
Estudo Preliminar – EP	51
Anteprojeto - AP	11
Novos Sítios	11
Total	93

Fonte: SPO/SE

Em 2017, quatro aeroportos (Maringá/PR, Passo Fundo/RS, Bom Jesus/PI e Barreiras/BA) tiveram os seus estudos concluídos, ou seja, percorreram as fases de EVT, EP, AP e estão entregues

para possível continuidade com elaboração do projeto básico/executivo para posterior execução das obras.

➤ **Objetivo: 0084 - Ampliar a oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas por meio de medidas institucionais e incentivos à concorrência.**

A ampliação da oferta de serviços de transporte aéreo regular de passageiros e cargas no Brasil consiste em um elemento essencial ao desenvolvimento econômico e social do país. A geração de novas oportunidades de negócios, o aumento da renda da população, a redução da pobreza e a integração nacional dependem da capacidade de superação de grandes distâncias com rapidez, segurança e menor custo.

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) (Decreto nº 6.780, de 18.02.2009) reconhece a importância de tal objetivo e estabelece, dentre suas diretrizes para o setor, a necessidade de incentivos ao desenvolvimento e à expansão dos serviços aéreos – especialmente em ligações de baixa e média densidades de tráfego – com vistas ao aumento de municípios atendidos regularmente. Dela constam ainda ações voltadas ao segmento internacional, como a integração dos serviços aéreos no âmbito da América do Sul: i) o desenvolvimento dos serviços aéreos internacionais como vetor de integração com demais países; ii) e o aperfeiçoamento de mecanismos de negociação com vistas a evitar restrições à oferta dos serviços aéreos internacionais.

Nesse sentido, conquanto a prestação de tais serviços se dê exclusivamente por parte da iniciativa privada, é fundamental que o Estado brasileiro proporcione um conjunto de políticas públicas que garanta condições para o desenvolvimento dessa atividade. Essas iniciativas incluem a adequação da infraestrutura aeroportuária em localidades de baixa e média densidade de tráfego às normas de segurança operacional vigentes: i) a concessão de subvenção econômica para voos operados em rotas regionais; ii) a redução de barreiras à entrada de empresas no mercado; iii) e a integração do sistema de aviação civil brasileiro ao cenário internacional, com expansão das capacidades e liberdades de rotas nos Acordos sobre Serviços Aéreos firmados com outros países.

➤ **Meta: 005F - Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.**

Tabela 9 – Metas quantitativa de rotas de passageiros e cargas

Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
005F - Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.	Rotas	1000,00	763,00

Fonte: SPO/SE

Conforme disposto nos artigos 48 e 49 da Lei nº 11.182, de 27.09.2005, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e deu outras providências, não há no marco regulatório referente ao transporte aéreo a possibilidade de interferências governamentais nas operações das empresas de transporte aéreo, ressalvadas questões relativas à segurança operacional.

As empresas aéreas atuam em regime privado, tendo em vista que a modalidade de outorga, na prática, se assemelha à autorização. As tarifas são livres, assim como a exploração das linhas aéreas.

Verifica-se que o atendimento da meta depende fundamentalmente das condições de mercado, pois a exploração de rotas ou o atendimento de novas localidades estão intrinsecamente relacionados às suas viabilidades econômicas.

Em 2017 foi alcançado um percentual de 76,30% do total da meta estabelecida.

➤ Meta 005G – Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Tabela 10 – Metas quantitativas regionalizadas de aeroportos atendidos por transporte de passageiros e cargas

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
005G – Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.	Aeroportos	150,00	111,00
Região Centro-Oeste	Unidade	19,00	15,00
Região Nordeste	Unidade	28,00	25,00
Região Norte	Unidade	46,00	27,00
Região Sudeste	Unidade	30,00	25,00
Região Sul	Unidade	27,00	19,00

Fonte: SPO/SE

Em 2017, o número de aeroportos atendidos manteve-se em 111, assim distribuídos: i) 19 aeroportos na Região Sul; ii) 25 na Região Sudeste; iii) 27 na Região Norte; iv) 25 na Região Nordeste; e v) 15 na Região Centro-Oeste.

Os motivos para a variação no número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei 11.182/2005. Ressalte-se que, após um período de forte expansão da oferta, as empresas vêm readequando seus custos, por meio de diversas ações, tais como a otimização da malha, de forma a melhorar a taxa de ocupação das aeronaves. Contudo, as dificuldades decorrentes do aumento dos custos operacionais se destacam. Tais custos foram especialmente afetados pelo aumento do preço do Querosene de Aviação e pelo aumento do valor do dólar norte-americano. No âmbito das competências do MTPA, têm sido objeto de análise medidas que possam contribuir para a redução do custo operacional da indústria de transporte aéreo.

Dentre as medidas adotadas para aumentar a oferta do serviço de transporte aéreo, estão: i) o Programa de Aviação Regional; ii) medidas de estímulo à concorrência entre prestadores de serviços de transporte aéreo; iii) e o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), criado pela Lei nº 13.097/2015, que autoriza a subvenção econômica para voos que tenham origem ou destino em um aeroporto classificado como regional a partir da movimentação anual de passageiros – inferior a 600 mil passageiros em aeroportos que não estejam situados na região da Amazônia Legal e 800 mil naqueles localizados nessa região.

➤ Objetivo: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*). A segurança de voo (*safety*) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e

gerenciamento dos riscos. As ações relativas a *safety* – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já *security* é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas.

➤ Meta: 005K - Manter, até 2019, o índice anual de acidentes aeronáuticos em nível igual ou melhor que a média mundial, índice de 0,39 no ano de 2013, considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens.

Tabela 11 – Metas indicativas de acidentes aeronáuticos em relação a média mundial

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
005K - Manter, até 2019, o índice anual de acidentes aeronáuticos em nível igual ou melhor que a média mundial, índice de 0,39 no ano de 2013, considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens.	Acidentes/milhão de decolagens	0,39	0,00

Fonte: SPO/SE

A média móvel da taxa de acidentes com fatalidade para cada milhão de decolagens na aviação regular – que compreende as companhias aéreas que prestam serviço de transporte aéreo de passageiros e de carga por meio de linhas regulares – vem caindo desde 2012, atingiu a taxa 0 (zero) em 2016 e manteve-se em 0 (zero) em 2017. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

➤ Objetivo: 0086 - Promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira.

Esse objetivo visa promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira, por meio da capacitação de profissionais, revisão do marco legal e elaboração de estudos e projetos para o planejamento e gestão da aviação civil.

Dentre os programas previstos pela Secretaria para promover o desenvolvimento técnico da aviação civil brasileira, estão o “Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais (TREINAR)”; o Programa Bolsa Piloto; e o Curso Básico de Bombeiros de Aeródromos (CBBA).

Está sendo analisada a melhor forma de inclusão de conteúdos relacionados à acessibilidade e às especificidades de passageiros com deficiência ou necessidade de atendimento especial nas capacitações para gestores de aeroportos públicos.

➤ Meta: 005P - Formar e/ou capacitar 3.378 profissionais para suprir as demandas decorrentes do crescimento no setor de aviação civil, bem como atender aos padrões normativos em vigor.

Tabela 12 – Metas quantitativas da capacitação de profissionais do setor de aviação

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
----------------------------------	----------------	---------------	--------------------

005P - Formar e/ou capacitar 3.378 profissionais para suprir as demandas decorrentes do crescimento no setor de aviação civil, bem como atender aos padrões normativos em vigor.	Pessoas	3.378,00	368,00
---	---------	----------	--------

Fonte: SPO/SE

Durante o exercício de 2017, no Programa TREINAR, estimou-se um total de 870 (oitocentos e setenta) vagas no âmbito do contrato celebrado com a INFRAERO. No início do ano, houve a reprogramação do calendário de cursos para reajustar a oferta de treinamento de acordo com as demandas atuais do setor, assim, foram oferecidas inicialmente 675 (seiscentos e setenta e cinco) vagas, entretanto, apenas 136 (cento e trinta e seis) foram preenchidas, sendo 120 (cento e vinte) profissionais capacitados (aprovados).

Devido às restrições orçamentárias e financeiras dos governos municipais e estaduais, o primeiro ano de mandato de novos gestores municipais, bem como a necessidade de traçar novas estratégias de divulgação dos cursos, na busca da aproximação da política pública federal aos entes federativos, são fatores que ainda limitam a participação de profissionais e a realização da totalidade das turmas oferecidas.

Em relação ao Curso Básico de Bombeiro de Aeródromo (CBBA), considerando as observações constantes no monitoramento do ano de 2016, ressalta-se que, além da empresa privada mencionada, duas instituições públicas foram certificadas para ministrar o referido curso, fato que ocorreu no mês de setembro de 2017.

Quanto ao Bolsa Piloto, mantêm-se as considerações mencionadas quanto ao monitoramento de 2016, no que tange ao planejamento para novas edições do Programa, destacando que a SAC está buscando alternativas para incrementar os resultados atingidos, com foco na eficiência e economicidade, por meio de parcerias com outros órgãos públicos, a exemplo do Ministério da Educação.

Nos demais processos em andamento, destaca-se a iminente contratação, prevista para janeiro de 2018, de empresa especializada no desenvolvimento e aplicação de treinamentos on-line de profissionais que atuam em aeroportos regionais, nos cursos de “Introdução à Segurança Operacional em Aeroportos Regionais” e “Gestão da Receita de Aeroportos Regionais”, com vistas a oferecer até 360 (trezentos e sessenta) vagas até 2019.

Outro processo que merece destaque é a capacitação de cerca de 30 (trinta) profissionais civis da administração pública federal em curso de especialização (Master) em Navegação Aérea Civil, cujo objetivo é prover e aperfeiçoar o conhecimento específico na área de navegação aérea civil no Brasil, por meio do desenvolvimento de corpo de agentes públicos do setor aeroportuário - MTPA, ANAC e INFRAERO – dotando-os de conhecimentos avançados e atualizados sobre o tema, bem como apresentando as melhores práticas a partir de outras experiências do setor.

Este processo, a exemplo do processo mencionado anteriormente, em virtude da tramitação burocrática necessária para sua conclusão ter se estendido por todo o exercício, não houve tempo hábil para assinatura ainda em 2017, porém, como se encontram em fase final de ajustes de demandas técnicas e jurídicas.

- Meta: 005R - Revisar o marco legal do setor de aviação civil.

Em 2017, houve participação ativa da SAC, juntamente com a Casa Civil (PR), COMAER, INFRAERO, ANAC e outros órgãos governamentais, no acompanhamento do PLS nº 258/2016, que trata de Projeto de Lei de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Destaque-se, ainda, a publicação pelo MTPA e pelo Ministério do Planejamento (MP) da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 11.05.2017, que estabeleceu diretrizes para a transferência, do MP ao MTPA, dos imóveis da União destinados à Infraestrutura Aeroportuária Civil.

Em relação à elaboração de estudos e projetos para o planejamento e gestão da aviação civil, foi dada continuidade às atividades do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a SNAC/MTPA e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) cujo objeto é a realização de estudos e pesquisas visando o apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país e na estruturação do planejamento desse Ministério.

Cabe ressaltar que o projeto só será considerado como concluído quando o diagnóstico e o planejamento do sistema aeroportuário do país estiverem finalizados e entregues à SAC.

➤ **Objetivo: 0087** - Aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor por meio do desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil.

O objetivo de aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor foi elaborado de forma a contemplar, no âmbito das políticas de desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil, o desenvolvimento do marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas, popularmente chamadas de *drones*, visando a sua inserção no setor aéreo de forma segura, harmonizando interesses públicos, privados, científicos e comerciais. Além disso, com o intuito de fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais, uma das metas reflete a ampliação da prestação de serviços de tráfego aéreo (ATS) e/ou de sistemas de auxílio à navegação.

➤ **Meta: 005T** - Ampliar em 40 aeroportos a prestação de serviços de tráfego aéreo e/ou de sistemas de auxílio à navegação, visando o aumento da segurança operacional e a ampliação da oferta de voos.

Tabela 13 – Metas quantitativas regionalizadas da prestação de serviços de tráfego aéreo

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
005T - Ampliar em 40 aeroportos a prestação de serviços de tráfego aéreo e/ou de sistemas de auxílio à navegação, visando o aumento da segurança operacional e a ampliação da oferta de voos.	aeroportos	40,00	6,00
Região Centro-Oeste	unidade	9,00	0,00
Região Nordeste	unidade	7,00	5,00
Região Norte	unidade	9,00	0,00
Região Sudeste	unidade	10,00	0,00
Região Sul	unidade	5,00	1,00

Fonte: SPO/SE

Em 2017, foram implantados equipamentos de navegação aérea em seis aeroportos do Programa de Aviação Regional e que foi formalizado um Termo de Execução Descentralizada

(TED) com o COMAER para implantação, até 2020, de Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas (EMS-A) em 34 aeroportos e sistema ILS em dois aeroportos.

➤ Meta: 03ZI - Desenvolver o marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas visando sua inserção no setor aéreo de forma segura, harmonizando interesses públicos, privados, científicos e comerciais.

Em 2017, o Grupo de Trabalho de Aeronaves Remotamente Pilotadas (GT RPA) deu continuidade ao trabalho que tem como objetivo promover a inserção dessas aeronaves de forma segura e harmonizada, por meio da atualização da regulamentação, ações de fiscalização e campanhas de comunicação.

A ANAC publicou, em 2017, a norma (Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial (RBAC-E) nº 94/2017 com as regras para operações civis de aeronaves não tripuladas, popularmente conhecidas como drones, com o objetivo de tornar viáveis as operações desses equipamentos, preservando-se a segurança da população, além de, também, contribuir para promover o desenvolvimento sustentável e seguro do setor. No Regulamento da Agência, constam requisitos quanto à fabricação, manutenção, operação, licença e habilitação do operador e proprietários dos equipamentos, etc.

O RBAC-E nº 94/2017 da ANAC é complementar às normas de operação de drones estabelecidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), que atualizou, em 2017, a ICA 100-40, que dispõe sobre Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro, e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Atualmente, o trabalho do GT é de acompanhamento e atualização, quando necessário, das informações e normativos sobre o tema, como a atualização do Guia para fiscalização da operação de aeronaves não tripuladas, direcionado para as Forças de Segurança.

➤ Programa 2086 – Transporte Aquaviário

O Programa Transporte Aquaviário foi estruturado para dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços de transportes no Brasil e, assim, elenca ações que, no período de 2016-2019, possam fazer frente aos principais desafios do setor.

Diante desse cenário, foram formulados objetivos voltados à adequação da capacidade portuária às demandas de carga e passageiros, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor portuário, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental das áreas hidroviárias e dos portos organizados.

Visando uma melhor organização do setor de transportes do país, foram estabelecidos objetivos integrados e contínuos para a expansão da cobertura e ampliação da rede de transporte hidroviário, de forma a elevar os padrões de segurança e eficiência dos fluxos de cargas e passageiros, com benefícios econômicos e ambientais e para promover a modernização da frota mercante do país. O Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem a competência de prover recursos para modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros.

Segue abaixo Relatório de Gestão TCU – Programas temáticos – Programa Transporte Aquaviário (2086) retirado do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Tabela 14 – Programa temático 2086 – transporte aquaviário

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (LOA + Créditos)	Dotação/Posição 2017 (LOA + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	23.353.787.594	5.482.376.727	5.331.515.042
Orçamento de Investimentos - OI	1.965.764.604	729.041.892	624.880.354
Recursos Extraorçamentários	2.120.000.000	1.356.000.000	202.000.000
Total	27.439.552.198	7.567.418.619	6.158.395.396

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2017 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2017					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2017)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
536.143.182,44	156.017.965,55	153.164.077,44	2.853.888,11	380.125.216,89	164.901.977,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	70.195.704,27	41.753.045,87	41.359.980,26	417.400,75	28.465.470,55
Processados	4.260.909,00		4.269.186,81	0,01	107,45

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2017 (em R\$ 1,00)

39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil					
Dotação Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	674.216.017,00	Dotação Orçamento de Investimentos	624.880.354,00	Recursos Extraorçamentários	202.000.000,00

(*) Valor da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, atualizado para 2017.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Em 2017 houve uma recuperação no cenário fiscal e o Ministério consolidou e deu continuidade aos empreendimentos implementados anteriormente. Os limites orçamentários e financeiros disponibilizados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento foram distribuídos para alocação dos recursos, em que foram priorizados os empreendimentos lançados no Programa Agora é Avançar, que tem foco na entrega de obras e trechos em fase de conclusão, além da manutenção das hidrovias e portos organizados. Tal programa tornou possível destravar, retomar e intensificar obras hidroviárias em todo o país.

Quanto aos Restos a Pagar, o MTPA tem feito uma análise constante dos valores inscritos, otimizando a sua utilização e dando ênfase a continuidade dos empreendimentos durante a transição orçamentária no final e início de ano.

➤ Objetivo 0234 – Ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte.

Ampliar e melhorar a navegabilidade dos rios brasileiros para diminuir o custo de frete, aumentar segurança e planejar o crescimento da navegação pelos rios do país.

As hidrovias nacionais são utilizadas para transporte de cargas e de passageiros, portanto têm papel importante em questões estratégicas, econômicas, turísticas e sociais. Melhorar as condições atuais da estrutura da malha hidroviária brasileira, tanto em termos de corredores hidroviários quanto de instalações portuárias, representa possibilidade de aumento de capacidade operacional – aumentando a quantidade e a qualidade do fornecimento de serviços prestados através das hidrovias.

➤ Meta 043V – Adequar 4 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

Tabela 15 – Adequação de 4 IP4

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
Meta: 043V – Adequar 4 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	Unidade	4	4
Região Norte	Unidade	4	4

Fonte: SPO/SE

As quatro ações Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) que compõem esta meta foram concluídas: Parintins (Pontes), Humaitá, Manacapuru e Beruri (Ponte).

➤ Meta 00F2 – Eliminar 18 pontos críticos em hidrovias.

Tabela 16 – Eliminação de 18 pontos críticos em hidrovias

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
00F2 – Eliminar 18 pontos críticos em hidrovias.	Unidade	18	2
Nacional	Unidade	6	0
Sudeste	Unidade	6	2
Sul	Unidade	6	0

Fonte: SPO/SE

Em 2017, foram entregues dois empreendimentos desta meta: a ampliação da ponte Ayrosa Galvão e conclusão da proteção da SP-595.

➤ Objetivo 0278 – Expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte.

A ampliação e aumento da capacidade da malha hidroviária nacional busca aprimorar a eficiência e integração dos fluxos de nossos modos de transporte.

A gestão do escoamento de cargas e fluxo de passageiros através da hidrovia proporciona novas possibilidades de adaptação para os serviços de transporte, de acordo com as especificidades que cada demanda possui. O resultado é um sistema de transporte melhor e mais eficiente como um todo.

➤ Meta 00IL – Implantar 23,00 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

Tabela 17 – Implantar 23 IP4

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
00IL – Implantar 23,00 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	IP4	23	7
Região Norte	Unidade	23	7

Fonte: SPO/SE

Em 2017, foram implantadas as IP4 nos Municípios de Guajará, Ipixuna, Itamarati e Itacoatiara, todos no Amazonas.

➤ Meta 0445 – Contratar a construção de 2,00 dispositivos de transposição de nível.

Tabela 18 – Contratação de dispositivos de transposição de nível

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0445 – Contratar a construção de 2,00 dispositivos de transposição de nível.	Contratos	2	0
Região Norte	Unidade	2	0

Fonte: SPO/SE

Não houve execução da meta proposta porque a contratação das obras de construção das eclusas de Marabá e São Luiz do Tapajós só poderá ser realizada após a implantação das respectivas Usinas Hidrelétricas.

➤ Objetivo 1054 – Assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas por meio da manutenção e da operação.

As ações desse objetivo visam contribuir para uma operação de navegação mais rápida e segura de passageiros e cargas em trânsito sobre as hidrovias. A manutenção de sinalização e de balizamento destaca-se e deve, portanto, ser suportada por uma estrutura organizacional eficiente,

moderna e orientada para os fluxos hidroviários sobre as vias aquáticas, seus sistemas de transposição de níveis (eclusas), seus terminais de transbordo e portos de origem e destino.

A disponibilidade da rede hidroviária depende também dos níveis dos rios, de maneira que a hidrovía garanta o calado necessário para a passagem das embarcações. Desse modo, é imprescindível que as intervenções de manutenção sejam executadas no tempo certo, para que mesmo nas épocas hidrológicas críticas, o corredor esteja disponível durante o maior período de tempo possível.

➤ Meta 00F3 – Manter 7,00 corredores hidroviários.

Tabela 19 – Manter corredores hidroviários

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
00F3 – Manter 7,00 corredores hidroviários.	Corredores hidroviários	7,00	5,00
Nacional	Unidade	5,00	4,00
Região Norte	Unidade	1,00	0,00
Região Sul	Unidade	1,00	1,00

Fonte: SPO/SE

Em 2017, foi realizada manutenção em cinco corredores hidroviários conforme a seguir:

Na Hidrovía do Paraguai, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi dada continuidade à desobstrução de passos críticos por meio de dragagem no Tramo Norte da Hidrovía do Paraguai e manutenção da sinalização dos tramos Norte e Sul.

Na Hidrovía do Paraná, no Estado de São Paulo, foram executados os serviços de manutenção do sistema de sinalização e serviços de vistoria e manutenção nos quatro trechos do rio Paraná: I (Itaipu a Guaíra), II (Guaíra a Porto Primavera), III (Porto Primavera a Jupia) e IV (Ilha Solteira a São Simão).

Com relação à Hidrovía do Mercosul, no Estado do Rio Grande do Sul, destacam-se a elaboração dos estudos e projetos para licenciamento ambiental e licitação da dragagem da Lagoa Mirim, a contratação dos serviços de dragagem do rio Taquari e a realização dos serviços de manutenção das eclusas.

Na Hidrovía do Madeira, nos Estados do Amazonas e Rondônia, destaca-se a realização da dragagem nos passos críticos para eliminar os gargalos criados pelo acúmulo de sedimentos no canal de navegação do rio Madeira. Nesta etapa foram removidos 364,9 mil m³ de sedimentos.

E na Hidrovía do Tocantins, nos Estados do Pará e Tocantins, a principal ação prevista nesta hidrovía é o projeto de derrocamento do Pedral do Lourenço/PA, no rio Tocantins, obra de grande relevância para integração logística entre os corredores Norte, Centro-Sul, Sul e Sudeste do país, pois permitirá o transporte fluvial, durante todo o ano, entre Marabá e a foz do Tocantins. A licitação foi concluída em 2016 e com isso tiveram continuidade as atividades de levantamentos de campo para desenvolvimento do projeto e estudos ambientais, que deverão prosseguir até 2019.

Na hidrovía do São Francisco, continua o acompanhamento do desenvolvimento dos EVTEAs cuja conclusão está prevista para o ano de 2018. Tais estudos são necessários para a contratação dos serviços de dragagem ao longo do canal de navegação. Não obstante, merece

destaque a contratação pontual de dragagens emergenciais nas travessias entre as cidades de Penedo (AL) até Neópolis (SE) e Pão de Açúcar (AL) até Niterói (SE).

- Meta 043X – Manter e operar 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

Tabela 20 – Manter e operar 40 IP4

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
043X – Manter e operar 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	IP4	40	41,00
Região Norte	Unidade	40	41,00

Fonte: SPO/SE

Em 2017, além das 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) estabelecidas na meta, mais uma IP4 foi implantada e entrou em operação no município de Japurá/AM. Houve manutenção e operação nos 41 terminais hidroviários, contemplando serviços no sistema de amarração e fundeio. Também foram realizados os serviços de limpeza da estrutura naval, com a retirada de troncos e galhos presos no fundo do rio, acumulados durante o período da cheia, que poderiam inclusive causar avarias nas IP4.

- Meta 04LQ – Melhorar ou implantar sinalização em 7,00 hidrovias.

Tabela 21 – Melhorar ou implantar sinalização em hidrovias

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04LQ – Melhorar ou implantar sinalização em 7,00 hidrovias.	Hidrovias	7,00	5,00
Nacional	Unidade	5,00	4,00
Região Norte	Unidade	1,00	0,00
Região Sul	Unidade	1,00	1,00

Fonte: SPO/SE

Na Hidrovia do Paraná-Tietê estão mantidos os contratos de sinalização para toda a hidrovia do Paraná. Estes são divididos em quatro lotes, com execução física entre 50% a 70%.

A manutenção da sinalização na Hidrovia do Paraguai é executada pela Marinha do Brasil (MB), por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). Esta sinalização tem sido mantida continuamente.

Os serviços de natureza continuada de manutenção da sinalização na Hidrovia Brasil-Uruguai (antiga Mercosul) e da Hidrovia do São Francisco têm sido realizados pontualmente. Ressalta-se que devido à estiagem rigorosa observada na região da Hidrovia do São Francisco, essa manutenção tem ocorrido com menos intensidade.

No corredor hidroviário do Rio Madeira, encontra-se em fase de projeto executivo a sinalização entre Porto Velho/RO e Manicoré/AM, que corresponde a aproximadamente 50% desta hidrovia. Na outra metade, foram realizados os levantamentos hidrográficos que são a base para a implantação da sinalização náutica. Os maiores riscos para implantação da sinalização no Rio

Madeira são as dificuldades de obtenção de autorização da supressão vegetal e a grande variação de nível do Rio Madeira entre as estações de seca e chuva.

➤ Objetivo 0757 – Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Este objetivo busca ampliar a participação do transporte aquaviário na matriz de transporte brasileira, planejada para avançar de um patamar avaliado em 13% de participação (dados do Plano Nacional de Logística e Transportes – 2011) para 29% até 2025.

Para a superação dos desafios, é necessário e fundamental a ampliação e modernização da frota mercante nacional. Para tal finalidade, o FMM tem sido instrumento central de incentivo à indústria naval brasileira e tem vivenciado grandes avanços, além de contribuir para o aumento da eficiência produtiva dos transportes e consequente redução dos custos dos fretes.

➤ Meta 0444 – Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem.

Tabela 22 - Fomentar construção de embarcação.

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0444 – Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem.	Embarcações	10,00	6,00
Região Nordeste	Unidade	5,00	5,00
Região Sudeste	Unidade	5,00	1,00

Fonte: SPO/SE

Em 2017, tivemos a construção de uma embarcação de cabotagem, do tipo Suezmax, de 145.800 toneladas brutas, para a Transpetro, construída no Estaleiro EAS, localizado no estado de Pernambuco, na Região Nordeste.

Das 10 embarcações previstas para o período 2016-2019, cinco para a região Nordeste e cinco para a região Sudeste, já foram construídas ao todo seis embarcações: cinco na região Nordeste e uma na região Sudeste, cumprindo-se até agora 60% da meta estipulada.

➤ Meta 02IW – Fomentar a contratação de R\$ 14 bilhões em projetos (embarcações e/ou estaleiros) financiados com recursos do FMM.

Tabela 23 – Fomentar a contratação de projetos com recurso do FMM.

Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
Meta: 02IW – Fomentar a contratação de R\$ 14 bilhões em projetos (embarcações e/ou estaleiros) financiados com recursos do FMM.	Bilhões	14	1,63

Fonte: SPO/SE

No ano de 2017, foram contratados R\$ 630 milhões em novos projetos. Em relação à meta global, de R\$ 14 bilhões, o realizado em 2017 representa 4,5% da meta. Somando os financiamentos contratados em 2016, no valor de R\$ 1 bilhão em projetos, temos uma execução acumulada de 11,6% do total da meta.

Apesar da queda dos investimentos na indústria naval, resultado da crise econômica que acometeu o país em 2014, e da interrupção do programa de investimentos na indústria do petróleo, capitaneado pela Petrobrás, a qual se refletiu em sua controlada Transpetro – detentora de substancial carteira de pedidos junto aos estaleiros brasileiros e fomentadora de toda a cadeia de fornecedores de serviços marítimos - o Departamento de Marinha Mercante vem realizando esforços para viabilizar novas contratações de embarcações.

A despeito do ocorrido, houve relevante entrega de embarcações no setor offshore nos últimos dois anos, totalizando 39 embarcações. Com a reabertura das licitações de blocos de petróleo e a flexibilização das regras de participação nas licitações, pode-se esperar a retomada dos investimentos no setor de petróleo e gás, embora o momento desta retomada dependa do cronograma de realização dos leilões e o início das atividades de prospecção e exploração pelas empresas vencedoras.

➤ Objetivo: 1080 - Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.

O sistema portuário responde sozinho por mais de 90% das exportações e, desta forma, cumpre importante papel no que diz respeito aos custos e à eficiência da logística de transportes do País, impactando diretamente na competitividade dos produtos nacionais no exterior.

Estudos mostram que o Brasil possui potencial para aumentar significativamente a produção e, conseqüentemente, as exportações, galgando importantes saldos e fomentando o crescimento econômico.

➤ Meta: 04T1 - Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais em portos marítimos.

Até 2017, nenhuma adequação foi realizada.

➤ Meta: 0497 - Executar obras e serviços de dragagem em 12 portos nacionais.

Tabela 24 – Executar obras e serviços de dragagem em portos nacionais

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0497 - Executar obras e serviços de dragagem em 12 portos nacionais.	Portos	12,00	3,00
Região Nordeste	Unidade	4,00	1,00
Região Norte	Unidade	1,00	0,00
Região Sudeste	Unidade	4,00	2,00
Região Sul	Unidade	3,00	0,00

Fonte: SPO/SE

Nesta meta, foram realizadas obras e serviços de dragagem e/ou sinalização náutica e balizamento no Porto de Rio de Janeiro, no Porto de Vitória está com execução física superior a 80%, e foi contabilizado nesta meta. No Porto de Cabedelo foram executados também os serviços de implantação de sinalização náutica e balizamento.

- Meta: 0498 - Realizar 83 arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados.

Tabela 25 - Arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0498 - Realizar 83 arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados.	Arrendamentos	83,00	4,00
Região Nordeste	Unidade	25,00	1,00
Região Norte	Unidade	21,00	0,00
Região Sudeste	Unidade	19,00	3,00
Região Sul	Unidade	18,00	0,00

Fonte: SPO/SE

No que se refere aos arrendamentos, em 2017, foi celebrado um Contrato de Arrendamento no Porto do Rio de Janeiro/RJ e um Contrato de Arrendamento para um Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Salvador/BA.

- Meta: 0495 - Realizar obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo em 11 portos nacionais

Tabela 26 - Obras civis, de superestrutura e infraestrutura nos portos nacionais

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0495 - Realizar obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo em 11 portos nacionais	Portos	11,00	3,00
Região Nordeste	Unidade	4,00	2,00
Região Norte	Unidade	3,00	0,00
Região Sudeste	Unidade	2,00	0,00
Região Sul	Unidade	2,00	1,00

Fonte: SPO/SE

Dos 11 portos nacionais contemplados com obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo, podemos considerar três com a meta alcançada. Os portos de Itaquí e Rio Grande foram concluídos e Fortaleza está com execução física superior a 90%.

- Objetivo: 1082 - Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário

Este objetivo visa rever o planejamento do setor, com um modelo de gestão capaz de tornar os portos rentáveis, competitivos, autossustentáveis, com menor dependência de fundos externos e mais autonomia, conforme previsto no Art. 64 da Lei 12.815. O Ministério vem elaborando o planejamento setorial em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada.

Integram o conjunto do planejamento do setor portuário nacional: o Plano Mestre, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e o Plano Geral de Outorgas (PGO).

➤ Meta: 04A5 - Alcançar 80% do índice de cumprimento de metas de desempenho empresarial em 10 Administrações Portuárias.

Tabela 27 - Cumprimento de metas em Administrações Portuárias

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04A5 - Alcançar 80% do índice de cumprimento de metas de desempenho empresarial em 10 Administrações Portuárias.	Portos	10,00	0,00
Região Nordeste	Unidade	2,00	0,00
Região Norte	Unidade	2,00	0,00
Região Sudeste	Unidade	3,00	0,00
Região Sul	Unidade	3,00	0,00

Fonte: SPO/SE

As companhias Docas estão buscando o aprimoramento para atingir as metas de desempenho empresarial por meio da proposta de implementação dos programas de Honorário Variável Mensal (HVM), Remuneração Variável Anual (RVA) e Participação nos Lucros e Resultados (PLR), alinhando-os com o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP).

➤ Meta: 04A7 - Atualizar os Planos Mestres para 36 portos organizados

Tabela 28 - Planos mestres para 36 portos organizados

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04A7 - Atualizar os Planos Mestres para 36 portos organizados	Portos	36,00	5,00
Região Nordeste	Unidade	12,00	0,00
Região Norte	Unidade	6,00	4,00
Região Sudeste	Unidade	9,00	0,00
Região Sul	Unidade	9,00	1,00

Fonte: SPO/SE

Conforme definido na SEP/PR nº 03/2014, que estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário - Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) e respectivos Planos Mestres, Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e Plano Geral de Outorgas (PGO), os Planos Mestres são instrumentos de planejamento de Estado voltado à unidade portuária, considerando as perspectivas do planejamento estratégico do setor portuário nacional constante do PNL, que visa direcionar as ações, as melhorias e os investimentos de curto, médio e longo prazo no porto e em seus acessos. Assim, os Planos Mestres trazem elementos, ferramentas e alternativas para melhoria da gestão e para a expansão dos portos.

Em 2017, foram entregues os Planos Mestres dos complexos portuários de Santarém, Santana, São Francisco do Sul, Porto Velho e do Complexo de Belém/Vila do Conde.

➤ Meta: 04A6 - Implementar o novo modelo de gestão em 10 Administrações Portuárias

Tabela 29 – Implementar o novo modelo de gestão em 10 Administrações Portuárias

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04A6 - Implementar o novo modelo de gestão em 10 Administrações Portuárias	Portos	10,00	18,00
Região Nordeste	Unidade	2,00	7,00
Região Norte	Unidade	2,00	4,00
Região Sudeste	Unidade	3,00	7,00
Região Sul	Unidade	3,00	0,00

Fonte: SPO/SE

O novo modelo de gestão contempla as seguintes ações: novos estatutos sociais, regimentos internos, sistema de custeio, metas de gestão, plano de contas padrão e o projeto de modernização. Tais ações estão em andamento e/ou concluídas nas 18 administrações portuárias vinculadas às Companhias Docas superando a meta pré-estabelecida.

➤ Objetivo: 1083 - Melhorar a produtividade, nível de serviços e otimizar os fluxos logísticos do sistema portuário na movimentação de carga e transporte de passageiros.

O presente objetivo caracteriza-se especialmente pelo desenvolvimento e implantação de sistemas de Inteligência Logística Portuária, com destaque à implantação do Porto Sem Papel (PSP), que é um sistema de informação voltado à gestão portuária, que concentra as informações de diversas áreas de maneira eficiente, coordenadas e transparentes, reduzindo os custos e a burocracia para os usuários dos serviços portuários. O projeto virá a integrar, também, as informações de outros sistemas de inteligência, como o Vessel Traffic Management Information System (VTMIS) (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e o Portolog, que também integram como metas deste objetivo e estão em fase de implantação.

Em 2017 cabe destacar a continuidade das ações voltadas ao desenvolvimento de uma contabilidade regulatória dos serviços de praticagem, a qual vem sendo desenvolvida por este Ministério em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que subsidiam as atividades da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (CNAP). Neste período foram entregues diversos produtos essenciais à promoção da regulação, como as bases de dados operacionais e econômico-financeiras das Zonas de Praticagem.

➤ Meta: 04AB - Implantar Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações em 04 portos públicos.

Tabela 30 – Implantar sistema de gestão do tráfego de embarcações em portos públicos

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04AB - Implantar Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações em 04 portos públicos.	Portos	4,00	1,00
Região Nordeste	Unidade	2,00	0,00
Região Sudeste	Unidade	2,00	1,00

Fonte: SPO/SE

Em 2017, o Comando da Marinha do Ministério da Defesa concedeu a licença de operação para o primeiro serviço VTMIS do país, sob competência da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e utilizado no Porto de Vitória, para fornecer informações aos navegantes (INS, de Information Service) na área marítima adjacente à baía de Vitória e águas interiores, contendo a área do Porto Organizado, portos e terminais do Complexo Portuário de Tubarão e Praia Mole, seus canais de acesso, áreas internas e externas do canal de acesso, bacias de manobra, áreas de espera e fundeadouros, permitindo, assim a ampliação da segurança da vida humana no mar, da segurança da navegação, da proteção ao meio ambiente e da eficiência nas manobras de embarcações.

➤ Meta: 04AD - Implantar 4 Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos

Tabela 31 – Implantar áreas de apoio logístico em portos públicos

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04AD - Implantar 4 Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos	ALLP	4,00	7,00
Região Nordeste	Unidade	2,00	1,00
Região Sudeste	Unidade	1,00	6,00
Região Sul	Unidade	1,00	0,00

Fonte: SPO/SE

O conceito de AALP foi desenvolvido no sentido de englobar infraestruturas que variam desde Pátios de Regulação de Tráfego Rodoviário (PRTRs), em sua forma mais simples; até Zona de Atividade Logística Portuária (ZALPs) em sua forma mais complexa.

As AALPs têm a finalidade de organizar o fluxo de cargas destinadas ou provenientes do porto, racionalizando o uso dos acessos portuários e minimizando o conflito porto-cidade.

Em 2017, os portos de Santos/SP, Rio de Janeiro/RJ, Itaquí/MA e Vitória/ES realizaram chamadas públicas para fins de credenciamento de Áreas de Apoio Logístico Portuário, o que resultou no credenciamento de 3 novas áreas para o Porto de Santos, 2 áreas para o Porto de Vitória, 1 área para o Porto do Itaquí e 1 área para o Porto do Rio de Janeiro, sem qualquer impedimento para que outros investidores possam posteriormente apresentar suas propostas e aumentar a quantidade de AALP credenciadas.

➤ Meta: 04AE - Implantar em 06 portos sistema para otimizar o fluxo logístico de acesso terrestre.

Tabela 32 – Implantar sistema para otimizar fluxo logístico de acesso terrestre

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04AE - Implantar em 06 portos sistema para otimizar o fluxo logístico de acesso terrestre.	Portos	6,00	0,00
Região Nordeste	Unidade	3,00	0,00
Região Sudeste	Unidade	2,00	0,00
Região Sul	Unidade	1,00	0,00

Fonte: SPO/SE

A implantação do sistema, embora não concluída, progrediu avançando nos portos de Santos e Vitória. No Porto de Santos, foi consolidada a sistemática de agendamento de caminhões para cargas de graneis sólidos vegetais, o que é determinante para a realização da Operação Safra de soja que ocorrerá entre fevereiro e maio de 2018. No Porto de Vitória, estão em fase de obra as duas novas portarias qualificadas do porto, uma do lado de Vitória e outra do lado de Vila Velha.

➤ Meta: 04AC - Implementar o sistema Porto Sem Papel (PSP) em 165 Terminais de Uso Privado alfandegados.

Tabela 33 – Implantar sistema porto sem papel em terminais de uso privado alfandegados

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04AC - Implementar o sistema Porto Sem Papel (PSP) em 165 Terminais de Uso Privado alfandegados.	TUPs	165,00	2,00
Região Centro-Oeste	Unidade	13,00	0,00
Região Nordeste	Unidade	18,00	0,00
Região Norte	Unidade	54,00	2,00
Região Sudeste	Unidade	49,00	0,00
Região Sul	Unidade	31,00	0,00

Fonte: SPO/SE

Em 2017, o sistema Porto sem Papel (PSP) foi implantado em 02 Terminais de Uso Privado (TUP) de Manaus (Superterminais e Chibatão).

➤ Objetivo: 1084 - Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.

Atualmente, a maioria dos portos organizados dispõe de recursos humanos e materiais dedicados ao tratamento de questões ambientais. Entretanto, em muitos casos, verifica-se ainda a necessidade de aprimorar o arranjo institucional dos setores de meio ambiente e de adequar o dimensionamento e qualificação das suas equipes. Além disso, nas Administrações Portuárias, a gestão ambiental portuária ainda carece de reconhecimento institucional acerca da sua importância para o desenvolvimento e modernização da atividade portuária no Brasil. O foco atual ainda está muito associado ao mero cumprimento da legislação e obtenção de licenças ambientais.

➤ Meta: 04AF - 25% dos portos organizados com Índice de Desempenho Ambiental - IDA igual ou superior a 85.

Tabela 34 – Índice de desempenho ambiental IDA

Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
04AF - 25% dos portos organizados com Índice de Desempenho Ambiental - IDA igual ou superior a 85.	%	25,00	16,13

Fonte: SPO/SE

O IDA foi concebido com o intuito de medir o estágio da gestão ambiental em portos e instalações portuárias, assim como o seu avanço. Nesse sentido, é um sistema prático e objetivo. Ele estabelece para cada indicador um conjunto de situações de atendimento (atributos), as quais determinam em que estágio da gestão se encontra aquele indicador.

Além disso, ele sugere níveis progressivos de atendimento para cada indicador, que, de acordo com as prioridades de cada interessado, podem ser utilizados como referências para a adoção de medidas de gestão ou regulação. Foi aplicada metodologia de análise multicritério, considerada a mais adequada para tratar problemas de avaliação de desempenho ambiental. No caso, foi utilizado o “Processo de Análise Hierárquica” (AHP - Analytic Hierarchy Process).

Os indicadores que compõem o IDA foram escolhidos com base em literatura técnica especializada, legislação ambiental aplicável e boas práticas observadas no setor portuário mundial. O somatório dos valores correspondentes aos níveis de atendimento observados para os indicadores específicos fornece o resultado geral de desempenho ambiental.

Cabe ressaltar que a legislação ambiental brasileira sempre foi a principal referência para a escolha dos indicadores específicos e para a definição dos seus respectivos atributos. É justamente o conjunto de indicadores relacionados à legislação ambiental que apresenta o maior peso no cálculo do IDA (85%). O uso contínuo dessa avaliação e a divulgação de seus resultados promovem um fluxo de informações técnicas sobre a gestão ambiental de suma importância para os administradores das instalações portuárias, bem como para técnicos dos órgãos de controle de estado, como órgãos ambientais e outros de regulação e fiscalização da atividade portuária.

Considerou-se que cinco dos 31 portos avaliados no IDA alcançaram a nota de 85 pontos proposta na meta. Seriam necessários que ao menos oito portos atingissem esta pontuação para alcançar os 25% estabelecidos. Desde o início da aplicação do IDA em 2012, verifica-se que, em média, apenas um porto por ano tem atingido a pontuação de 85. O resultado da avaliação mais recente do IDA, publicada em novembro/2017, apresenta o seguinte cenário:

- 8 portos abaixo de 50 pontos;
- 13 portos entre 50 e 75;
- 5 portos entre 75 e 85 pontos; e
- 5 portos acima de 85 pontos.

➤ Programa 2087 – Transporte Terrestre

O Programa de Transporte Terrestre foi organizado com a finalidade de fazer frente aos principais desafios enfrentados pelo setor. Para tanto, está baseado em quatro pilares principais: a cobertura da malha, a capacidade das rodovias e ferrovias, a eficiência e a segurança do transporte terrestre.

A extensão da malha rodoviária pavimentada federal no Brasil atualmente é de 64 mil km de rodovias, de um total de aproximadamente 120 mil quilômetros, entre planejadas, não pavimentadas e pavimentadas. No modo ferroviário, a extensão da malha em operação no Brasil é de 29.013 km, sendo a densidade da malha de 3,41 km de ferrovias em operação por 1.000 km². O grande desafio de médio e longo prazo, do programa transporte terrestre, é ampliar a cobertura dos modais ferroviários e rodoviários para compatibilizá-los à crescente demanda de cargas e passageiros.

Quanto à eficiência do transporte, no modal ferroviário, a velocidade média de percurso dos trens tem buscado se adequar aos desempenhos internacionais. No rodoviário, está prevista a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, e a implantação de sinalização também em 100% das rodovias sob a administração federal. Isso representa um marco importante para o setor, contribuindo para melhorar a eficiência e consequentemente a segurança, refletindo na diminuição do número de acidentes nas rodovias federais.

Segue abaixo Relatório de Gestão TCU – Programas temáticos – Programa Transporte Terrestre (2087) retirado do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Tabela 35 – Programa temático 2087 – transporte terrestre.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (LOA + Créditos)	Dotação/Posição 2017 (LOA + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	43.786.271.974	8.238.121.015	9.401.585.716
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0
Recursos Extraorçamentários	17.914.599.486	6.192.778.547	4.553.498.757
Total	61.700.871.460	14.430.899.562	13.955.084.473

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2017 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2017					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2017)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
8.780.168.994,69	5.554.071.176,12	5.506.895.681,45	47.175.494,67	3.226.097.818,57	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	3.190.390.243,94	2.216.643.205,10	2.202.665.715,78	9.687.561,56	978.036.966,60
Processados	154.137.093,65		152.001.051,46	14.536,75	2.121.505,44

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2017 (em R\$ 1,00)

39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil					
Dotação Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	9.401.585.716,00	Dotação Orçamento de Investimentos	0,00	Recursos Extraorçamentários	4.553.498.756,95

Em 2017, houve uma recuperação no cenário fiscal e o Ministério consolidou e deu continuidade aos empreendimentos implementados anteriormente. Os limites orçamentários e financeiros disponibilizados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento foram distribuídos para alocação dos recursos, em que foram priorizados os empreendimentos lançados no Programa Agora é Avançar, que tem foco na entrega de obras e trechos em fase de conclusão, além da manutenção da malha rodoviária federal. Tal programa tornou possível destravar, retomar e intensificar obras estruturantes em todo o país.

Quanto aos Restos a Pagar, o MTPA tem feito uma análise constante dos valores inscritos, otimizando a sua utilização e dando ênfase a continuidade dos empreendimentos durante a transição orçamentária no final e início de ano.

➤ **Objetivo: 0130 – Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados.**

A promoção da fluidez, qualidade e segurança do transporte de pessoas e cargas é um objetivo importante para a requalificação do desempenho de rodovias federais em patamares mais elevados, criando um ambiente favorável para a redução dos custos de transporte, com consequências positivas para o aumento da produtividade da economia nacional e para a geração de emprego e renda no país.

A consecução do objetivo demanda a mobilização de muitos recursos, tanto financeiros quanto humanos, tecnológicos e operacionais. Significa realizar projetos e obras de duplicação, ampliar a qualidade da manutenção, da sinalização, da operação e dos demais serviços e instalações relacionadas a uma rodovia.

As principais estratégias adotadas para o alcance do objetivo foram: a concessão de rodovias federais e a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados. Tanto as concessões como a fiscalização estão alinhados ao princípio da economicidade (artigo 70 da Constituição Federal - CF/88) e trazem contribuições relevantes para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário no país.

No caso das concessões, evidencia-se a importância da estratégia para:

- Desconcentrar a gestão da malha do Subsistema Rodoviário Federal dentro do Sistema Nacional de Viação (SNV);
- Reduzir a pressão de custos sobre os recursos do Orçamento Geral da União (OGU);
- Dar maior velocidade no processo de adequação/duplicação das rodovias federais, capaz de ser obtida pela associação aos recursos e meios, dispostos pela iniciativa privada;
- Oferecer aos usuários de rodovias federais concedidas conforto e segurança ao trafegar, com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, sistema de informação ao usuário, serviços de apoio ao usuário e sistema de comunicação com telefones para emergências; e
- Aperfeiçoar a estratégia de concessão que abre caminho para outras estratégias, como o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas, orientadas para o aprimoramento da logística de transportes nacional.

Já os aprimoramentos da fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados contribuem para a evolução da estrutura de fiscalização e para a criação de um cenário positivo às Concessões e Parcerias Público-Privadas.

➤ Meta: 006X – Conceder 6.944,90 km de rodovias

Tabela 36 – Concessão de rodovias

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
006X – Conceder 6.944,90 km de rodovias.	Km	6.944,90	0
Região Centro-Oeste	Km	2.544,60	0
Região Nordeste	Km	763,00	0
Região Norte	Km	707,40	0
Região Sudeste	Km	906,30	0
Região Sul	Km	2.023,60	0

Fonte: SPO/SE

A Meta 006X, estabelecida no PPA 2016-2019, trata da concessão de 6.944,90 km de rodovias. Inicialmente, foram elaborados estudos para a concessão dos novos trechos, por meio de Propostas de Manifestação de Interesse (PMI), que consiste na publicação de Editais de Chamamento Público pelo Ministério, para o desenvolvimento de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA's) referentes aos seus projetos. Esses estudos, uma vez entregues pelas empresas autorizadas, são analisados para serem aprovados pelo Governo, antes de serem utilizados nas modelagens das novas concessões rodoviárias. Segue detalhamento na ordem cronológica em que foram iniciados os estudos:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976,0 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT– Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,0 km);
- BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km);
- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232: Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);
- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km). Após mudança de escopo, com a retirada da BR-116/RS, a inclusão da BR-448/RS entre a BR-290/RS e a BR-386/RS e a inclusão de 9,1 km da BR-101/SC, esta extensão passou para 467,6 km;
- BR-101/SC, Ponte sobre o Rio da Madre – Divisa SC/RS (220,0 km). Após mudança de escopo, com a retirada de 9,1 km da BR-101/SC, esta extensão passou para 210,9 km;
- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282: Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km);
- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km).

Em 25 de maio de 2017, o Decreto n. 9.059 da Casa Civil da Presidência da República qualificou mais um empreendimento para execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada:

- BR-101/SC, trecho Paulo Lopes/SC e São João do Sul/SC.

Este projeto encontra-se em fase final da aprovação dos estudos (nos termos do Projeto de PMI lançado em 2015).

No mesmo Decreto, foram qualificados os seguintes projetos para fase de estudos:

- BR-116/RJ/SP - Rodovia Presidente Dutra - trecho Rio de Janeiro/RJ – São Paulo/SP;
- BR-116/RJ - Trecho Além Paraíba/RJ - Teresópolis/RJ - entroncamento com a BR-040/RJ;
- BR-040 MG/RJ - Trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ.

A Resolução do Conselho PPI n. 14, de 23 de agosto de 2017, acrescentou dois projetos que receberam opinião favorável para serem qualificados para execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada:

- BR-364/RO/MT trecho Porto Velho/RO – Comodoro/MT;
- BR-153/GO/TO - entre os estados de Goiás e Tocantins. (na medida em que, por meio do Decreto Presidencial de 15 de agosto de 2017, foi decretada a caducidade da concessão da rodovia BR-153/GO/TO, assinado em 2014).

Ambos os projetos estão em fase de estudos.

➤ Meta: 03ZZ – Implantar e operar de forma integrada 55 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário de cargas e passageiros.

Tabela 37 – Fiscalização eletrônica do transportes rodoviário de cargas e passageiros

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
03ZZ – Implantar e operar de forma integrada 55 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário de cargas e passageiros.	Unidade	55	41
Região Centro-Oeste	Unidade	18	11
Região Nordeste	Unidade	2	4
Região Norte	Unidade	1	0
Região Sudeste	Unidade	20	23
Região Sul	Unidade	14	3

Fonte: SPO/SE

Os pontos de fiscalização possuem equipamentos com capacidade de captura de imagens e reconhecimento automático de caracteres de placas veiculares, sistemas de laços indutivos para classificação de veículos comerciais de transporte de cargas ou de passageiros e de veículos particulares. O sistema também possui antenas de captação Radio Frequency Identification – Identificação por Rádio Frequência (RFID) para identificação redundante dos veículos comerciais, com obrigatoriedade de tagueamento, previsto pela Resolução ANTT nº 4.799/15.

O projeto de Fiscalização Eletrônica tornou-se mais amplo sendo denominado de Canal Verde Brasil, incluindo também a identificação de corredores logísticos, que subsidiam a formulação de indicadores econômicos e o monitoramento de cargas com destino aos portos, o que possibilita acompanhamento do escoamento da safra por meio da verificação de agendamentos prévios dos veículos, visando facilitar a trafegabilidade nos corredores de exportação. Também está previsto o monitoramento do transporte e movimentação de cargas gerais em todo território nacional, preferencialmente em rodovias federais concedidas sob circunscrição da ANTT.

O Canal Verde Brasil, por meio de sistemas de fiscalização eletrônica, efetuou até dezembro/2017 um total de 31.655.500 registros de passagem de veículos, proporcionando 41.307 sugestões de autuação. Ademais, pode-se dizer que o mesmo contribui significativamente para fiscalização dos serviços de transporte regulados pela ANTT. Além disso, esse sistema está sendo utilizado pelas secretarias estaduais de fazenda com o intuito de combater a sonegação fiscal do ICMS, por meio do Operador Nacional dos Estados – ONE.

Com relação aos benefícios gerados pelo projeto Canal Verde Brasil ao transporte rodoviário, destacamos a redução do Custo Brasil, a otimização da cadeia logística e o aumento da eficiência das frequências das viagens em escala decorrente da ininterruptão da viagem para procedimentos gerais de fiscalização do veículo, não somente de transporte, mas de trânsito e tributária. O sistema também é utilizado para evitar filas no porto de Santos, verificando os veículos que ainda não tem agendamento e levantando ações para mitigar os problemas gerados pelo excesso de fluxo. Além disso, os dados estatísticos gerados possibilitarão a criação de banco de dados logísticos para definição de estratégias de fiscalização, além de ampliar o avanço de políticas sociais e econômicas para o país.

- Meta: 049C – Duplicar 2.772,50 km de rodovias federais concedidas.

Tabela 38 – Duplicação de rodovias federais concedidas

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
049C – Duplicar 2.772,50 km de rodovias federais concedidas.	Km	2.772,50	95,81
Região Centro-Oeste	Km	1.484,40	95,81
Região Norte	Km	169,00	0
Região Sudeste	Km	1.119,10	0

Fonte: SPO/SE

A meta estabelecida no PPA 2016-2019 é composta apenas às concessões da 3ª etapa de rodovias. Assim, dentre as obras realizadas em 2017 para melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nessas rodovias concedidas, destacam-se:

- MSVIA – 43,94 km em 2017 – Centro Oeste; e
- MGO – 51,87 km em 2017 – Centro Oeste.

Portanto, em 2017, foram duplicados 95,81 km de rodovias federais concedidas na Região Centro-Oeste. Não ocorreram duplicações nas demais regiões relativas à meta.

- Objetivo 0131 – Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas ou outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego.

No transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional e com os países da América do Sul. Os investimentos realizados no período do PPA voltados às ações de adequação de rodovias constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do PAC e são acompanhados dentro da estrutura de governança deste Programa, que busca maior eficiência nas entregas do governo e rápida solução de entraves que possam atrasar a conclusão das obras.

Os eixos rodoviários federais são indutores de desenvolvimento devido à sua importância no contexto econômico e social do país. A adequação da capacidade desses eixos, que se dá por meio da duplicação das rodovias, da construção de terceiras faixas ou de outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego, contribui para a redução dos custos logísticos e para a melhoria do nível de serviço nas rodovias federais.

- Meta 0073 – Adequar 2 acessos portuários por meio de rodovias federais.

Tabela 39 – Adequação de acessos rodoviários

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0073 – Adequar 2 acessos portuários por meio de rodovias federais	Unidade	2	0
Região Norte	Unidade	1	0
Região Sudeste	Unidade	1	0

Fonte: SPO/SE

Os empreendimentos priorizam a otimização dos acessos terrestres aos portos, com foco na manutenção, recuperação e ampliação da infraestrutura portuária, bem como ampliação da eficiência logística dos portos brasileiros, e vão imprimir ao setor mais competitividade e dinamismo, além de reduzir os custos do transporte aquaviário e contribuir para o desenvolvimento do país.

Para a Região Nordeste, houve avanços que pretendem viabilizar a execução direta de dois empreendimentos: a adequação de acesso ao porto de Aratu, em fase preparatória para licitação; e a duplicação do acesso ao porto de Pecém (entre Entroncamento BR-020 e Entroncamento CE-422), em fase de elaboração e aprovação de projetos básicos e executivos.

- Meta 006Z – Adequar 694,00 km de rodovias federais.

Tabela 40 – Adequação de tráfego rodoviário

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
006Z: Adequar 694,00 km de rodovias federais.	Km	694,00	206,66
Região Centro-Oeste	Km	147,00	44,73
Região Nordeste	Km	291,00	78,33
Região Norte	Km	85,00	0
Região Sudeste	Km	64,00	31,19
Região Sul	Km	107,00	52,41

Fonte: SPO/SE

O processo de adequação de capacidade refere-se à melhora nas condições de tráfego de uma rodovia, que pode vir tanto por meio de uma duplicação como pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares. Com isso, visando atender às demandas decorrentes do crescimento populacional, do aumento da frota de veículos, da ascensão na produção agroindustrial e dos decorrentes fluxos de cargas, tanto internamente como para exportação, foram executados em 2016 e 2017 um total de 206,66 Km referentes a adequação de rodovias.

➤ Objetivo 0136 – Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções.

O tráfego rodoviário pode ter sérios impactos negativos nas aglomerações urbanas sob vários aspectos, tais como: a segurança de motoristas e pedestres, níveis de ruído e poluição, concorrência entre o tráfego local e o de longa distância, entre outros. Para mitigar tais impactos, pode-se tanto optar pela construção de contornos rodoviários, que desviam o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional, como pela implementação de travessias urbanas, que, embora atravessem os municípios, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população.

Dentre os empreendimentos nesta categoria em andamento ainda em 2017, destaca-se o rodoanel de São Paulo, uma rodovia com acesso restrito que contornará a Região Metropolitana num distanciamento de 20 a 40 km do centro do município. A sua extensão total será de 177 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias.

Nesse cenário, a construção de contornos, anéis e travessias urbanas contribui para o ordenamento do tráfego nos perímetros urbanos. Esses dispositivos geram melhoria no desempenho do transporte rodoviário, com a preservação do nível de serviço necessário para o transporte de cargas e passageiros, além de auxiliar na organização do tráfego, segregando o trânsito pesado de veículos dos fluxos urbanos.

➤ Meta0074 – Construir ou adequar 7,00 contornos ou anéis rodoviários

Tabela 41 – Construção de contornos e anéis rodoviários

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
Meta 0074: Construir ou adequar 7,00 contornos ou anéis rodoviários.	Unidade	7	0
Região Centro-Oeste	Unidade	3	0
Região Nordeste	Unidade	3	0
Região Sul	Unidade	1	0

Fonte: SPO/SE

Existem seis contornos rodoviários em execução e um em fase de projeto.

➤ Meta 0076 – Adequar 4 travessias urbanas

Tabela 42 – Obras de travessia de vias urbanas

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0076: Adequar 4 travessias urbanas.	Unidade	4	0
Região Nordeste	Unidade	1	0
Região Sudeste	Unidade	1	0
Região Sul	Unidade	2	0

Fonte: SPO/SE

Existem quatro travessias urbanas em obras e duas em fase de projeto.

➤ Objetivo: 0137 – Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis.

O Brasil ainda possui uma malha rodoviária cuja extensão está aquém das necessidades de escoamento de mercadorias e de integração nacional e sul-americana. Assim, o governo federal vem investindo na construção de novas rodovias de modo a aumentar a abrangência da rede, reduzindo os custos de transporte e trazendo conforto e bem-estar à população. As obras de construção têm como principais benefícios aumentar a capacidade de tráfego, promover o desenvolvimento econômico e reduzir o número de acidentes na malha rodoviária federal nas regiões, estados e municípios do Brasil.

➤ Meta: 0079 – Construir ou pavimentar 1.133,00 km de rodovias.

Tabela 43 – Construção e a pavimentação de malha rodoviária

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
0079 – Construir ou pavimentar 1.133,00 km de rodovias.	Km	1.133,00	338,44
Região Centro-Oeste	Km	125,00	9,00
Região Nordeste	Km	424,00	137,23
Região Norte	Km	470,00	143,68
Região Sudeste	Km	85,00	46,00
Região Sul	Km	29,00	2,52

Fonte: SPO/SE

A Infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento econômico de um país. No transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional e com os países da América do Sul.

Nesse sentido a implantação de rodovias se torna necessário no intuito de ampliar a malha de escoamento de mercadorias e transporte de pessoas, diminuindo a malha não pavimentada, elevando assim o nível de serviços prestados – garantindo a segurança e trafegabilidade das vias. Em busca dessa meta foram construídos em 2017: 246,74 Km de implantação/ construção de trecho rodoviário, perfazendo um total acumulado de 338,44 Km.

➤ Meta: 007C – Construir 2 pontes internacionais.

Tabela 44 – Construção de pontes internacionais

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
007C – Construir 2,00 pontes internacionais	Unidade	2,00	0
Exterior	Unidade	2,00	0

Fonte: SPO/SE

Construção 2ª Ponte Internacional sobre o Rio Paraná em Foz do Iguaçu na BR-277/PR: A iniciativa foi baseada no incremento do fluxo de passageiros e cargas constantemente transportadas pela Ponte da Amizade, que une as localidades fronteiriças de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, no interesse recíproco de promover a integração física de seus territórios. Contrato em fase de elaboração/aprovação dos projetos básicos e executivos.

Construção da Ponte sobre o Rio Jaguarão – Fronteira Brasil/Uruguai na BR-116/RS: Essa será responsável pela circulação do tráfego comercial entre o Brasil e Uruguai, com a função de aliviar o tráfego sobre a Ponte existente – Barão de Mauá, que passará a ser responsável pela passagem apenas de veículos leves. Esta alternativa mostrou-se a mais indicada em virtude da impossibilidade de reforçar a ponte existente para o trem-tipo atualmente em vigor, e de alargá-la, sem incorrer em mudanças de geometria significativas, proibitivas frente à sua condição de patrimônio histórico.

- Meta: 007G – Construir 2 pontes.

Tabela 45 – Construção de pontes

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade de Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
Meta: 007G – Construir 2 pontes.	Unidade	2	0
Região Norte	Unidade	1	0
Região Sudeste	Unidade	1	0

Fonte: SPO/SE

Construção da Ponte sobre o Rio Madeira em Abunã/RO: A BR-364/RO é uma rodovia de fundamental importância para o escoamento da produção da região Norte - a ponte será a integração definitiva do Acre com o restante do Brasil. O contrato de construção possui 60,4% medido financeiramente, toda infraestrutura com projetos já aprovados foi executada – existindo frentes de meso e superestrutura em execução.

Construção da Segunda Ponte sobre o rio Guaíba na BR-116/290/RS: A necessidade deste empreendimento visa restabelecer um nível de serviço adequado na chegada e saída da Capital para os veículos inseridos nestas rotas. Os maiores riscos do empreendimento estão relacionados aos processos de desapropriação e reassentamento de famílias. O contrato de construção possui 54% medido financeiramente. Obra em ritmo normal após setembro devido aporte financeiro de 84 milhões ao empreendimento.

O percentual de execução física considerando as duas pontes é de 45%.

- Objetivo: 0280 – Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.

As condições de trafegabilidade e segurança das rodovias federais dependem de diversos fatores. Dentre eles, destacam-se a manutenção permanente da via e o controle de peso, que contribuem para conservar o estado do pavimento em condições adequadas de trafegabilidade; a sinalização das vias e controle de velocidade, que contribuem para a segurança dos usuários e auxiliam no respeito às normas de trânsito dentro dos limites legais.

- Meta: 001Q – Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso.

Tabela 46 – Operação de equipamentos de medição de peso

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
00IQ – Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso.	Unidade	23	0
Região Centro-Oeste	Unidade	3	0
Região Nordeste	Unidade	8	0
Região Norte	Unidade	4	0
Região Sudeste	Unidade	4	0
Região Sul	Unidade	4	0

Fonte: SPO/SE

A meta está relacionada à implantação e operação dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (PIAF), os quais substituirão os Pontos de Pesagem de Veículos (PPV's).

Apesar da meta acumulada realizada até 2017 não indicar equipamento de medição de peso implantado e operando, no escopo dos PIAFs, houve a adoção de um conjunto de ações para promover a fiscalização da pesagem nas rodovias federais.

A impossibilidade da utilização do equipamento de pesagem (balança), não impede que o objetivo, que é coibir a prática do excesso de peso, tenha sido alcançado. A fiscalização do excesso de peso é permitida por meio da verificação de documento fiscal, conforme previsto no artigo 4º da Resolução Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) nº 258, de 30 de novembro de 2007.

Até o ano de 2017, foram reativados cinco dos 14 Postos de Pesagem de Veículos (PPVs), selecionados para entrarem em funcionamento. As unidades reativadas estão localizadas nos Municípios de Formosa/GO, Araranguá/SC, Feira de Santana/BA, Cáceres/MT e Pocinhos/PB. Todos os postos relacionados promovem a fiscalização de peso dos veículos por meio de documento fiscal. Outra iniciativa que está em curso é a fiscalização de peso no estado do Espírito Santo, através do uso de duas balanças móveis/portáteis que atuam, principalmente, nas rodovias BR-262/ES, BR-259/ES e BR-381/ES. Nesse estado, mais uma balança móvel/portátil opera em atividade regular, esta com enfoque nos veículos de transporte de cargas superdimensionadas para fiscalização de peso, declarado pelos usuários da Autorização Especial de Trânsito (AET). Ainda, somando-se a estas ações, há medidas realizadas por Agentes da Autoridade de Trânsito, nos Postos PPV e em locais e períodos determinados, denominadas Operações de Comando e Controle, que são autorizadas mediante Ordem de Início de Serviço específica. No ano de 2017 foram realizadas operações de pesagem em quatros estados: Pará, Maranhão, Ceará e Minas Gerais.

- Meta: 00IR – Implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade.

Tabela 47 – Implantar controle de equipamentos de velocidade

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
00IR – Implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade.	Unidade	2.500	2.916
Região Centro-Oeste	Unidade	400	437
Região Nordeste	Unidade	850	958
Região Norte	Unidade	225	227
Região Sudeste	Unidade	615	646
Região Sul	Unidade	410	648

Fonte: SPO/SE

Ao longo do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) houve a necessidade de que fossem contemplados novos pontos, ultrapassando a meta inicial de 2.500 equipamentos. No ano de 2016, foram desativados 178 equipamentos e instalados outros 112, contemplando um total acumulado de 3.544 equipamentos instalados/operando até o ano de 2016. Os contratos do PNCV referentes ao Edital 471/2010 tiveram encerramento em novembro e dezembro de 2016, sendo realizada a contratação em caráter emergencial por até 180 dias de 3.160 equipamentos.

O DNIT cumpriu a meta prevista para o Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) no ano de 2017, com 2.916 equipamentos instalados e operando. O que vale ressaltar é que tal meta está atrelada à execução continuidade do programa lançado em 2009 pelo DNIT e contratado em 2010, através do edital nº 471/2009, cujos doze contratos originados encerram-se ao final de 2016. Assim, só foi possível atingir o número de 2.916 equipamentos implantados e operando no ano de 2017 devido às contratações emergenciais que se sucederam após o encerramento dos contratos ao final de 2016.

Isso porque as contratações emergenciais, realizadas mediante as Dispensas de Licitação nº 38/2016 e 05/2017 e a que agora está vigente, permitiram a continuidade dos serviços já prestados no âmbito do edital nº 471/2009, a fim de se evitar uma ruptura na prestação desses serviços até que a contratação do Novo PNCV, realizada no âmbito do Pregão Eletrônico nº 168/16 fosse concluída.

Assim, as Dispensas de Licitação têm por objeto da contratação a manutenção e operação dos equipamentos já instalados e operantes durante as etapas anteriores do PNCV. Nota-se do quadro 02 que houve uma queda no número de equipamentos em operação entre os anos 2016 e 2017. O motivo da redução no número de equipamentos do ano de 2016 para 2017 está diretamente relacionado à jurisdição das rodovias, sendo que até o final da Dispensa de Licitação nº 38/2016, o DNIT manteve em operação equipamentos que haviam sido instalados durante seus programas em rodovias que foram posteriormente concedidas à iniciativa privada ou em rodovias contempladas na Medida Provisória nº 82/2002. À época essa ação foi executada pelo DNIT em atenção às diretrizes do Ministério, a fim de possibilitar prazo para que os entes responsáveis pelos trechos rodoviários estruturassem seus programas para contemplar a fiscalização rodoviária nesses novos pontos, prezando pela garantia da segurança viária nesses locais.

No entanto, quando da ocorrência da 2ª Dispensa de Licitação, cujos serviços tiveram início em julho/2017, foram retirados do escopo equipamentos localizados em trechos rodoviários cuja circunscrição não mais cabia ao Departamento.

Por fim, é válido citar que com a contratação dos serviços de fiscalização de excesso de velocidade mediante o novo PNCV, é esperada uma queda do número de equipamentos em operação durante o primeiro ano de contratação. Isso ocorrerá em função dos prazos para instalação e operação dos novos equipamentos e em respeito ao cronograma físico financeiro previsto, que está diretamente ligada à disponibilidade orçamentária designada para o programa. Portanto, é esperada em 2018 uma redução do número de equipamentos em operação, já que haverá uma transição entre a atual contratação e o Novo PNCV. E que o número de equipamentos instalados e em operação suba gradativamente até a total implantação de todos os equipamentos estimados no Novo PNCV.

➤ Meta: 03ZK – Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR-Legal).

Tabela 48 – Implantar de sinalização na malha rodoviária federal

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
Meta: 03ZK – Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR Legal).*	%	100	69%

Fonte: SPO/SE

O Programa BR-LEGAL consiste em implantar e manter sinalização horizontal, vertical, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços de engenharia de trânsito nas rodovias federais e veio substituir programas anteriores relacionados à área de sinalização e segurança rodoviária.

Em 2017, por meio do referido o programa, foram iniciados serviços de sinalização horizontal em, aproximadamente, 7.534 km e de sinalização vertical em cerca de 11.760 km. Além disso, a implantação de dispositivos de segurança em 5.094 km, aproximadamente.

Observa-se um acréscimo de 7% no percentual de execução da meta no ano de 2017 em comparação com o ano de 2016, alcançando um percentual de 69% da malha rodoviária federal pavimentada.

➤ Meta: 040E – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal.

Tabela 49 – Adoção de ações na manutenção permanente da malha rodoviária

Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
040E – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal.	%	100,00	88,60

Fonte: SPO/SE

No exercício de 2017, o Governo Federal deu continuidade à adoção de ações com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada, assim como ocorreu em anos anteriores. Do total previsto estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano - Conservação Tradicional, a contratos de até cinco anos do Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (CREMA), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento. Objetiva-se com o uso de contratos de maior duração que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia. Consequentemente, tais trechos permanecerão em bom estado por mais tempo e ficarão interditados para reparos com menor frequência.

A cobertura contratual em rodovias pavimentadas e sem pavimentação passou de 90,2% para 88,6% em 2017, representando uma redução percentual de cobertura de 1,6%, em comparação com o ano de 2016. Porém, isso não significa que a cobertura de manutenção foi menor que a do exercício anterior, pois esse percentual considera a situação de cobertura da malha rodoviária federal no último dia do ano em análise, podendo ter ocorrido ao longo do ano variações percentuais de cobertura em função de encerramentos de contrato ou novas contratações, devoluções de malha e concessões rodoviárias

➤ **Objetivo: 0141** – Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos.

O objetivo de expansão da malha ferroviária federal visa aumentar a importância do modal ferroviário para a movimentação de grandes volumes de cargas a longas distâncias, agregando conexões importantes sobre vias fluviais e rodoviárias, que possibilitem o aumento da capilaridade dos modos de transportes.

As localizações atuais de importantes regiões produtoras nacionais agrícolas e de extração mineral impõem que grandes distâncias sejam percorridas até que os produtos alcancem seus portos marítimos de destino. A expansão da malha ferroviária federal se justifica pela necessidade de redução dos custos de transporte. O objetivo tem também a finalidade de conectar melhor as ferrovias nacionais e facilitar a integração modal dos transportes.

Procura-se privilegiar traçados ferroviários que dialoguem com os parques industrial e agrícola nacionais nos quais o Brasil seja competitivo, quais sejam, os setores que demandam um volume expressivo de produtos para beneficiamento, seguimentos em que a ferrovia traz eficiência pela redução dos custos de transporte associados.

Assim, por sua própria natureza, os investimentos relacionados a projetos ferroviários são complexos e demandam expressivos recursos, tanto financeiros (privados ou públicos), quanto tecnológicos. Abre-se a possibilidade de mesclar a utilização de recursos públicos nacionais e também internacionais, em associação ao capital privado em Concessões, Parcerias Público-Privadas ou outros arranjos que possam viabilizar a construção de novas ferrovias.

➤ **Meta: 007J** – Expandir em 1.101,20 km a malha ferroviária no país, com recursos do Orçamento Geral da União.

Tabela 50 – Expansão da malha ferroviária com recursos do OGU

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
007J – Expandir em 1.101,20 km a malha ferroviária no país, com recursos do Orçamento Geral da União.	Km	1.101,20	104,2
Região Centro-Oeste	Km	513,00	104,20
Região Nordeste	Km	419,20	0
Região Sudeste	Km	169,00	0

Fonte: SPO/SE

A meta 007J contempla segmentos na Ferrovia Norte-Sul – Extensão Sul (FNS) (EF-151), trecho Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP, com extensão de 682,00 km e segmentos na Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Ilhéus/BA – Barreiras/BA (FIOL) (EF-334).

Em 2017, foram implantados 36,20 km de grade ferroviária na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul. Ainda foram executados 2,4% de infraestrutura, 0,3% de superestrutura e 2,6% de obras de arte especiais. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 97,3% de infraestrutura, 88,7% de superestrutura e 92,3% de obras de arte especiais.

No que se refere ao trecho Caetité/BA – Barreiras/BA (FIOL II) foram executados 2,4% de infraestrutura e 17,8% de obras de arte especiais. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 21,4% de infraestrutura, 11,0% de superestrutura e 33,1% de obras de arte especiais.

➤ Meta: 040H – Conceder para expandir em 2.510,00 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada.

Tabela 51 – Expansão da malha ferroviária federal com recurso da iniciativa privada

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
040H – Conceder para expandir em 2.510,00 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada.	Km	2.510,00	0
Região Centro-Oeste	Km	479,00	0
Região Nordeste	Km	76,00	0
Região Norte	Km	1.229,00	0
Região Sudeste	Km	726,00	0

Fonte: SPO/SE

Foi dada continuidade à política de fortalecimento das concessões de transportes através do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), possibilitando cumprir a meta de conceder para expandir em 2.510 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada.

➤ Objetivo 0147 – Ordenar o tráfego nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, de anéis, de variantes ferroviários e de outras intervenções.

O objetivo é estratégico para aumentar o movimento de cargas pela via. Os trechos situados nos aglomerados urbanos prejudicam não só o trânsito urbano, mas também o ferroviário, ao impor a redução da velocidade do comboio que é de aproximadamente 22,6 km/h.

A busca por soluções para o conflito cidade x ferrovia e para o aumento da velocidade média faz com que sejam necessárias intervenções no âmbito do tráfego ferroviário e de carga/descarga na área urbana. Uma solução possível é a construção de contornos ou anéis ferroviários, gerando maior velocidade média ao se retirar o fluxo de trens de dentro das áreas urbanas.

A implantação de contornos ferroviários cria a possibilidade de se dialogar com estratégias de mobilidade urbana, ao se liberar vias que cortam a cidade para o transporte de passageiros, desafogando os sistemas rodoviários, diminuindo acidentes e mitigando a emissão de poluentes.

➤ Meta 008C – Realizar 3,00 adequações ferroviárias em perímetro urbano.

Tabela 52 – Adequação de ferrovias em perímetro urbano

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
Meta: 008C – Realizar 3,00 adequações ferroviárias em perímetro urbano	Unidade	3	0
Região Sudeste	Unidade	3	0

Fonte: SPO/SE

O objetivo da meta é realizar 3 adequações ferroviárias, sendo elas nos municípios de Juiz de Fora (MG), São Carlos (SP) e Barra Mansa (RJ).

Em Juiz de Fora (MG), o convênio encontra-se com execução vigente até 31 de dezembro de 2019. Atualmente o convênio encontra-se com 35,8% de conclusão, conforme cronograma físico-financeiro. Foram concluídas as seguintes intervenções: Ponte da Praça dos Poderes, Ponte Tupynambás e a Ponte Antônio Lagrota.

Em 2017, o empreendimento de Juiz de Fora (MG) foi incluído no PAC e foi entregue o projeto do viaduto Benjamin Constant. Está em andamento a obra do viaduto Tupynambás, com avanço de 59% do cronograma físico-financeiro.

Em Barra Mansa (RJ), a obra encontra-se com 74% de execução. Além disso, foi entregue o projeto retificado das unidades habitacionais previstas no reassentamento.

Em São Carlos (SP), o empreendimento está em fase de readequação do projeto executivo.

➤ **Objetivo: 1002** – Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes.

O objetivo busca atender uma demanda ainda reprimida por transporte ferroviário, necessária e capaz de dar respostas a vários setores, entre eles o industrial e o do agronegócio.

Dentre os trechos ferroviários que serão concedidos, destaca-se o trecho da Ferrovia Norte-Sul, de Porto Nacional/TO a Ouro Verde/GO (incluindo o ramal de acesso ao pátio de Anápolis/GO) e o trecho de Ouro Verde/GO a Estrela D'Oeste/SP.

O modelo de concessão das ferrovias se dará de acordo com as características de cada empreendimento. Em todos os casos, haverá garantia de direito de passagem e tráfego mútuo. A preservação da qualidade da via férrea construída e ainda não concedida assegura o funcionamento eficiente e eficaz da via permanente, que tem sido alcançado por meio dos serviços de manutenção ferroviária.

Com a execução deste objetivo espera-se uma ampliação de capacidade de tráfego, melhoria da segurança e sinalização da via, integração de novos pátios, construção de novos ramais, modernização da frota ferroviária, aperfeiçoamentos dos processos de manutenção e das atuais concessões ferroviárias federais.

➤ **Meta: 017M** – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha ferroviária sob administração federal.

Tabela 53 – Manutenção permanente da malha ferrovia

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
017M – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha ferroviária sob administração federal.	%	100%	100%
Região Centro-Oeste	%	100%	100%
Região Norte	%	100%	100%
Região Sudeste	%	100%	100%

Fonte: SPO/SE

A malha ferroviária em operação, sob administração federal, compreende atualmente o trecho Palmas/TO – Anápolis/GO (Tramo Central), integrante da Ferrovia Norte-Sul, com extensão total de 855,0 km.

Em 2017, houve a manutenção preventiva, preditiva e corretiva de todo o trecho da Ferrovia Norte-Sul entre Porto Nacional/TO e Anápolis/GO da superestrutura e infraestrutura de via permanente, bem como manteve em operação a circulação e o tráfego ferroviário, por meio da implantação de sistema de comunicação satelital híbrido, bem como sistema de controle de trens.

- Meta: 040D – Conceder 1.537,00 km de ferrovias existentes.

Tabela 54 – Concessão de trechos de ferrovias

Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2019	Realizada até 2017
040D – Conceder 1.537,00 km de ferrovias existentes.	Km	1.537,00	0
Região Centro-Oeste	Km	1.035,00	0
Região Norte	Km	333,00	0
Região Sudeste	Km	169,00	0

Fonte: SPO/SE

A meta de concessão de 1.537,00 km de ferrovias existentes foi definida para ser alcançada por meio da concessão de dois trechos da Ferrovia Norte-Sul (FNS) (EF-151): o primeiro, de Porto Nacional/TO a Ouro Verde/GO (incluindo o ramal de acesso ao pátio de Anápolis/GO) com 855,00 km de extensão, e o segundo, de Ouro Verde/GO a Estrela D'Oeste/SP com 682,00 km de extensão.

Em 2017, foi realizada Audiência Pública nº 007/2017, com o objetivo de colher contribuições para aprimoramento das minutas de edital e contrato, bem como os estudos de viabilidade para a subconcessão. Com isso, segundo novo cronograma a Licitação encontra-se prevista para ser realizada no primeiro semestre de 2018.

3.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações do Orçamento de Investimento - OI

Quadro 3.3.2.1 - Ações do orçamento de investimento

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral () Parcial
Código	26.122.0807.4101.0021 Tipo: Manutenção
Título	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, no Estado do Maranhão – MA
*Iniciativa	
Objetivo	Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Código: 0807 Tipo:
Unidade Orçamentária	39.214
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	
Dotação	Despesa Restos a Pagar do exercício

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
40.000	40.000	39.448				
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Não há meta física						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Identificação da Ação						
() Integral () Parcial						
26.122.0807.4102.0021			Tipo: Manutenção			
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, no Estado do Maranhão – MA						
Código:						
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais						
Código: 0807			Tipo:			
39.214						
(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000	0	9.248				
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Não há meta física						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Identificação da Ação						
() Integral () Parcial						
26.122.0807.4103.0021			Tipo: Manutenção			
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, no Estado do Maranhão – MA						
Código:						
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais						
Código: 0807			Tipo:			
39.214						
(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.000	0	8.672				
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Não há meta física						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SPO/SE

3.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em função dos ajustes fiscais que vêm ocorrendo no país, os contingenciamentos de limites orçamentários e financeiros prejudicaram um melhor desempenho.

3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 3.3.4.1 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017	Pagamento		Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017
	a	b		c	d = (a-b-c)
2016	1.009.241,93	1.001.164,23		8.077,70	0,00
TOTAL RP PROC	1.009.241,93	1.001.164,23		8.077,70	0,00
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017	Liquidados	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017
	e	f	g	h	i = (e-g-h)
2012	10.921.544,36	0,00	0,00	0,00	10.921.544,36
2013	34.889.224,01	3.679.414,38	3.679.414,38	381.396,16	30.828.413,47
2014	97.481.597,65	1.740,37	1.740,37	817,34	97.479.039,94
2015	18.818.483,24	4.916.457,52	4.916.457,52	4.294.025,72	9.608.000,00
2016	35.109.807,26	18.208.575,19	18.188.077,01	2.967.373,85	13.954.356,40
TOTAL RP Ñ PROC	197.220.656,52	26.806.187,46	26.785.689,28	7.643.613,07	162.791.354,17

Fonte: SPO/SE

Análise Crítica

Além dos valores acima demonstrados consta registrado na conta contábil 6.3.1.1.0.00.00 Restos a Pagar Não Processados a Liquidar o valor de R\$ 14.950.000,00, referente ao saldo de créditos recebidos oriundos de Termos de Descentralização de Recursos firmados com Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, TED 06/2017, no valor de R\$ 8.000.000,00 e com o Ministério da Saúde, TED 214/2017, no valor de R\$ 6.950.000,00, para campanhas publicitárias, com empenhos em nome de Link/Bagg Comunicação e Propaganda Ltda.

Foi cancelado no exercício de 2017 o montante de R\$ 7.643.613,07 de restos a pagar não processados a liquidar de exercícios anteriores e R\$ 8.077,70 de restos a pagar processados, devido encerramentos de contratos, falta de justificativa para execução das despesas, em atenção ao decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Os saldos dos exercícios de 2012 a 2015 no montante de R\$ 148.836.997,77, encontra-se em análise para verificação da possibilidade de cancelamento no exercício de 2018 juntamente com os dos exercícios de 2016 e 2017.

3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item tem por objetivo informar sobre a descentralização de recursos da UPC para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, consórcios públicos e Entes da Federação para a execução de ações ou atividades de responsabilidade da UPC.

Os quadros 3.3.5.1, a seguir, demonstram o resumo dos instrumentos e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios das unidades concedentes ou contratantes.

Quadro 3.3.5.1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (SAAD)

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)					
UG/GESTÃO:	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de repasse						
Descentralização	03	01		140.495,90	15.000,00	
Totais	03	01		140.495,90	15.000,00	

Fonte: SIAFI

O quadro acima trata dos seguintes termos: (i) Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 691860, firmado com a Secretaria de comunicação Social/PR, trata-se de esforço integrado de vários órgãos federais, em articulação com estados e municípios, com o objetivo de reduzir a violência no trânsito, o projeto será executado em etapa única, que coincidem com os períodos de maior movimento nas estradas brasileiras. A operação abrange campanhas educativas, aumento da fiscalização, e melhoria de sinalização. O valor de R\$ 8.000.000,00, sendo repassado no referido

exercício o valor de R\$ 7.909,51. A unidade responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é a ASCOM.

(i) Termo de Execução Descentralizada nº 692374 firmado com a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, para realizações de campanha publicitária de segurança no trânsito, oportunizando a época de fim de ano. O valor R\$ 6.950.000,00 não foi repassado no referido exercício. A unidade responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é a ASCOM.

(ii) O valor de R\$ 132.586,39, refere-se ao Termo de Execução Descentralizada nº 689914, firmado com Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, disponibilizará serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço dos órgãos da administração pública federal direta, por meio de táxi, no âmbito do distrito federal e entorno, prestado por fornecedor contratado pela central de compras. A unidade responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é o Serviço de Transporte (SETRAN).

Quadro 3.3.5.1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (GM)

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Coordenação de Assuntos Internacionais - Gabinete do Ministro (GM)					
UG/GESTÃO:	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de repasse						
Descentralização	02			39.065,78	15.000,00	
Totais	02			39.065,78	15.000,00	

Fonte: SIAFI:

(i) O valor de R\$ 19.150,00, refere-se ao Termo de Execução Descentralizada nº 689587, firmado com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), destinado para pagamento de despesas com apoio logístico ao Ministro de Estado, e do Secretário Executivo ou representante por eles indicados, e comitivas, em suas viagens oficiais ao exterior. A unidade responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é a Coordenação de Assuntos Internacionais/GM/MTPA.

(ii) O valor de R\$ 19.915,78, refere-se ao Termo de Execução Descentralizada nº 690668, firmado com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), para apoio em visitas e missões oficiais ao exterior para o Ministro de Estado e do Secretário Executivo ou representante oficial por eles indicados. A unidade responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é a Coordenação de Assuntos Internacional/GM.

Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres (GM)

Unidade Concedente				
Nome: Coordenação de Assuntos Internacionais - Gabinete do Ministro (GM)				
UG/GESTÃO: 390004/00001				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas	Quantidade		

	Prestadas	Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			01
		Montante Repassado			19.150,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAF

(i) O valor de R\$ 19.150,00, refere-se ao Termo de Execução Descentralizada nº 689587, firmado com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), destinado para pagamento de despesas com apoio logístico ao Ministro de Estado, ao Secretário Executivo ou representante por eles indicados, e comitivas, em suas viagens oficiais ao exterior. A unidade responsável pelo acompanhamento da utilização dos recursos é a Coordenação de Assuntos Internacionais/GM.

Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres (SPI)

Unidade Concedente					
Nome: Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD)					
UG/GESTÃO: 390004/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Descentralização
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			02
		Montante Repassado			720.456,62
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			01
		Montante Repassado			238.765,15

Fonte: SIAFI

(i) O valor de R\$ 720.456,62, referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 682373, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para atualização da política ambiental do Ministério. A Unidade responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a CGPLAN/SPNT.

(ii) O valor de R\$ 238.765,15, referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 682372, com a Universidade Federal Fluminense (UFF), para contratação de serviços técnicos especializados para o Desenvolvimento de Modelos de Documentos Eletrônicos aplicados aos processos logísticos com ênfase em Comércio Exterior de Cargas Containerizadas. A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de contas dos recursos é a Secretaria de Política e Integração (SPI).

Quadro 3.3.5.3 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão (SPNT)

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: Secretaria de Política e Integração (SPI)	
UG/GESTÃO: 390004/00001	
Contas apresentadas ao repassador no exercício de	Instrumentos

referência do relatório de gestão		Convênios	Contratos de repasse	Descentralização
Contas analisadas	Quantidade aprovada			1
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			720.456,62
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			

Fonte: SIAF

(i) O valor de R\$ 720.456,62, refere-se a quarta e quinta parcelas e conclusão do Termo de Cooperação Técnica (TCT) nº 682373, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para atualização da política ambiental do Ministério. A unidade responsável pelo acompanhamento técnico e prestação de recursos é a CGPLAN da então SPNT.

Análise Crítica

As transferências dos recursos ocorreram dentro da normalidade, bem como as prestações de contas.

No tocante ao Termo nº **689587** firmado com o Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$ 19.150,00, sua prestação de contas encontra-se em fase de encaminhamento pelo referido Ministério.

Quanto ao Termo de Execução Descentralizada nº **682372**, firmado com a Universidade Federal Fluminense, tendo como objeto “estudos e pesquisas para o desenvolvimento de metodologia para implementação de documentos eletrônicos aplicados aos processos logísticos, com vista a incentivar operações de transporte de carga containerizada,” sendo transferido a 1ª parcela no valor de R\$ 238.765,15.

Contudo, depois de firmado o termo de execução, a conveniente alegou que não poderia cumprir um de seus itens, razão pela qual o Ministério decidiu rescindir o convênio e exigir a devolução do valor repassado.

A Universidade solicitou a revisão dos fatos que ensejaram a rescisão unilateral por parte do Ministério, justificativa não aceita pela equipe de gestores do Termo de Execução, responsável pela análise e acompanhamento do estudo.

Em face do não recolhimento espontâneo do débito pela Universidade, o Termo encontra-se em análise conclusiva pela área responsável, para a instauração de Tomada de Contas Especial.

3.3.6. Informações sobre a execução das despesas

Este item tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, a consolidação da execução da despesa pelas unidades gestoras (UG) que compõem o contexto da unidade prestadora da conta (UPC).

Quadro 3.3.6.1 - Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil									Código UO:39101	UGO: 39000		
Modalidade de Contratação	Despesas Empenhadas				Despesa Liquidada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	342.314.094,97	8,468	80.247.227,86	2,380	107.190.729,22	2,934	51.447.128,57	1,542	107.014.138,78	2,932	51.003.903,91	1,529
a) Convite	22.684,56	0,001			22.684,56	0,001			22.684,56	0,001	0,00	
b) Tomada de Preços	60.000,00	0,001									0,00	
c) Concorrência	12.042.336,74	0,298	13.528.990,00	0,401	10.622.028,62	2,716	1.542.527,33	0,046	10.622.028,62	0,049	1.542.527,33	0,046
d) Pregão	138.515.403,11	3,427	63.372.725,86	1,879	90.353.328,97	2,473	48.315.957,05	1,448	90.176.738,53	2,471	48.302.046,82	1,448
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	191.673.670,56	4,742	3.345.512,00	0,099	6.192.687,07	0,170	1.588.644,19	0,048	6.192.687,07	0,170	1.159.329,76	0,035
2. Contratações Diretas (h+i)	116.776.079,89	2,889	5.650.666,53	0,168	32.488.233,73	0,889	4.173.195,94	0,125	29.892.203,35	0,819	4.173.195,94	0,125
h) Dispensa	109.146.348,17	2,700	2.948.180,88	0,087	28.209.643,84	0,772	2.430.413,79	0,073	25.613.613,46	0,702	2.430.413,79	0,073
i) Inexigibilidade	7.629.731,72	0,189	2.702.485,65	0,080	4.278.589,89	0,117	1.742.782,15	0,052	4.278.589,89	0,117	1.742.782,15	0,036
3. Regime de Execução Especial	23.201,58	0,001	36.162,59	0,001	23.201,58	0,001	36.162,59	0,001	23.201,58	0,001	36.162,59	0,001
j) Suprimento de Fundos	23.201,58	0,001	36.162,59	0,001	23.201,58	0,001	36.162,59	0,001	23.201,58	0,001	36.162,59	0,001
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.283.276.556,65	81,223	3.061.632.692,75	90,787	3.272.839.313,13	89,595	3.059.721.650,80	91,685	3.272.839.313,13	89,663	3.059.209.048,72	91,697
k) Pagamento em Folha	3.282.591.887,13	81,206	3.061.258.647,39	90,776	3.272.154.643,61	89,577	3.059.347.605,44	91,673	3.272.154.643,61	89,645	3.058.835.003,36	91,686
l) Diárias	684.669,52	0,017	374.045,36	0,011	684.669,52	0,019	374.045,36	0,011	684.669,52	0,019	374.045,36	0,011
5. Outros	299.892.364,21	7,419	224.767.179,79	6,665	240.369.645,13	6,580	221.845.984,36	6,648	240.369.645,13	6,585	221.792.569,17	6,648
6. Total (1+2+3+4+5)	4.042.282.297,30	100,00	3.372.333.929,52	100,000	3.652.911.122,79	100,000	3.337.224.122,26	100,000	3.650.138.501,97	100,000	3.336.214.880,33	100,000

Fonte: SIAFI

Quadro 3.3.6.2 - Despesa por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária:			Código UO: 39101				UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1 Despesas de Pessoal	3.282.591.887,13	3.061.258.647,39	3.272.154.643,61	3.059.347.605,44	10.437.243,52	1.911.041,95	3.272.154.643,61	3.058.835.003,36
1Aposentadorias e Reformas	833.038.525,69	808.789.913,34	832.514.827,45	808.366.293,20	523.698,24	423.620,14	832.514.827,45	808.363.863,47
03-Pensões	2.186.578.898,25	2.051.744.510,57	2.186.228.898,25	2.051.615.858,15	350.000,00	128.652,42	2.186.228.898,25	2.051.615.858,15
11-Venc e Vant Fixas	138.370.441,63	110.441.104,86	137.752.828,12	110.331.118,70	617.613,51	109.986,16	137.752.828,12	110.331.118,70
Demais elementos do grupo	124.604.021,56	90.283.118,62	115.658.089,79	89.034.335,39	8.945.931,77	1.248.783,23	115.658.089,79	88.524.163,04
2.Juros/Encargos da Dívida								
Elemento de despesa								
Demais element do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	270.262.042,04	132.046.025,16	209.752.155,37	109.694.857,66	60.509.886,67	22.351.167,50	206.979.534,55	109.627.532,24
35-Consultoria								
37-Locação de mão de obra	87.223.458,44	45.621.577,19	66.719.976,61	36.057.921,29	20.503.481,83	9.563.655,90	66.382.150,18	36.057.921,29
39-Outros Serviços de Terceiros	109.082.332,26	23.712.649,06	76.024.820,71	14.537.873,53	33.057.511,55	9.174.775,53	73.609.696,42	14.523.963,30
93-Indenizações e Restituições	30.924.294,99	36.703.690,58	30.898.941,28	34.930.095,95	25.353,71	1.773.594,63	30.898.941,28	34.882.328,73
46-Aux. Alimen					0,00	0,00		
08-Outr.Benef. Assistencias								
Demais element do grupo	43.031.956,35	26.008.108,33	36.108.416,77	24.168.966,89	6.923.539,58	1.839.141,44	36.088.746,67	24.163.318,92

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4- Investimentos	453.856.655,13	179.029.256,97	160.910.228,37	168.181.659,16	292.946.426,76	10.847.597,81	160.910.228,37	167.752.344,73
39-Outr Serviços de Terceiros - PJ	15.260.481,90	5.892.388,00	6.192.687,07	4.050.820,19	9.067.794,83	1.841.567,81	6.192.687,07	3.621.505,76
35-Serviço de Consultoria	2.211.437,00	9.000.000,00			2.211.437,00	9.000.000,00		
51-Serviço de Consultoria	429.905.084,00	161.000.000,00	154.680.492,00	161.000.000,00	275.224.592,00		154.680.492,00	161.000.000,00
52-Eq.e material permanente	6.479.652,23	3.136.868,97	37.049,30	3.130.838,97	6.442.602,93	6.030,00	37.049,30	3.130.838,97
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras	35.571.713,00		10.094.095,44		25.477.617,56		10.094.095,44	
65-Constituição ou aumento de capital de empresas	35.571.713,00		10.094.095,44		25.477.617,56		10.094.095,44	
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
TOTAL	4.042.282.297,30	3.372.333.929,52	3.652.911.122,79	3.337.224.122,26	389.371.174,51	35.109.807,26	3.650.138.501,97	3.336.214.880,33

Fonte: COGEP/SAAD

Análise Crítica

Não ocorreu variação relevante nas modalidades de contratações no exercício de 2017. A modalidade de contratação pregão foi priorizada com o valor total empenhado de R\$ 138.515.403,11, as contratações nas modalidades de contratações diretas a dispensa empenhou no exercício o valor de R\$ 109.146.348,17, apresentando aumento relevante no exercício e na inexigibilidade foi empenhado o valor de R\$ 7.629.731,72 e pelo regime de execução especial (suprimento de fundos) apresentou redução em comparação com o exercício anterior. A modalidade outros foi o que apresentou maior variação com acréscimo de 33,42% em comparação com o exercício de 2016, devido a despesas com a obra do Rodoanel de São Paulo.

As despesas empenhadas no exercício de 2017 totalizaram R\$ 4.042.282.297,30, representando um acréscimo de 19,87% em comparação com o exercício de 2016 no valor de R\$ 3.372.333.929,52, compatível com os acréscimos das repactuações dos contratos de serviços contínuos, reajustes salariais e incorporação do pessoal remanescente das Secretarias de Portos e Aviação Civil, por força do Decreto nº 13.341/2016, de 29 de setembro de 2016.

No tocante as despesas com pessoal foi empenhado no exercício de 2017 o valor de R\$ 3.282.591.887,13 representando um acréscimo de 7,23% em comparação com o exercício de 2016 que foi empenhado o valor de R\$ 3.061.632.692,75, considerando a aplicação parcial da Lei 13.324, de 29 de julho de 2016, no que tange a reajuste dos cargos comissionados, funções de confiança, funções gratificadas e gratificações, houve um aumento de despesas proporcional aos valores aprovados na referida Lei, além da incorporação dos funcionários pertencentes às extintas Secretarias de Portos e Aviação Civil.

Ocorreu no exercício descentralizações de recursos para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) para apoio a execução da obra do Rodoanel de São Paulo e para o Ministério de Relações Exteriores (MRE) com a finalidade de cobrir despesas com deslocamento do Ministro no exterior e foram descentralizados recursos para Universidades Federais em conformidade com Termos de Descentralização de Recursos.

No exercício de 2017 ocorreu inversões financeiras, com despesas empenhadas para o aumento de capital de empresas no valor de R\$ 35.571.713,00, referente à participação da União no Capital de empresas.

3.3.7. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 3.3.7.1 - Concessão de Suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	39004	CGRL			05	80.000,00	20.000,00
2016	39004	CGRL			06	102.000,00	30.000,00
2015	39004	CGRL			06	102.000,00	30.000,00

Fonte:SIAFI

Quadro 3.3.7.2 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
					Saque		Fatura
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)

2017	390004	CGRL			11	7.433,45	14.335,13	21.768,58
2016	390004	CGRL			17	7.780,40	28.340,70	36.121,10
2015	390004	CGRL			30	11.852,24	52.165,22	64.017,46

Fonte: SIAFI

Quadro 3.3.7.3 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
390004	CGRL	339030	96	09
		339039	96	08

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

No exercício de 2017, a UPC utilizou somente o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), para pagamento de despesas por suprimento de Fundos.

A UPC segue as determinações constantes na Instrução Normativa nº 01, de 04.06.2008, quanto à indicação de pessoas autorizadas a utilizar CPGF, quanto ao prazo de prestação de contas e documentação comprobatória.

O valor concedido no exercício de 2017 foi de R\$ 80.000,00, menor que o valor do exercício anterior. Os gastos no exercício de 2017 totalizaram R\$ 18.558,33, inferior ao exercício de 2016.

A composição dos gastos com suprimento de fundo no exercício de 2017 está considerando o valor de R\$ 1.433,45, correspondente a 02 faturas do cartão de pagamento do Governo Federal de competência do exercício com vencimento em janeiro/2018.

3.4. Desempenho operacional

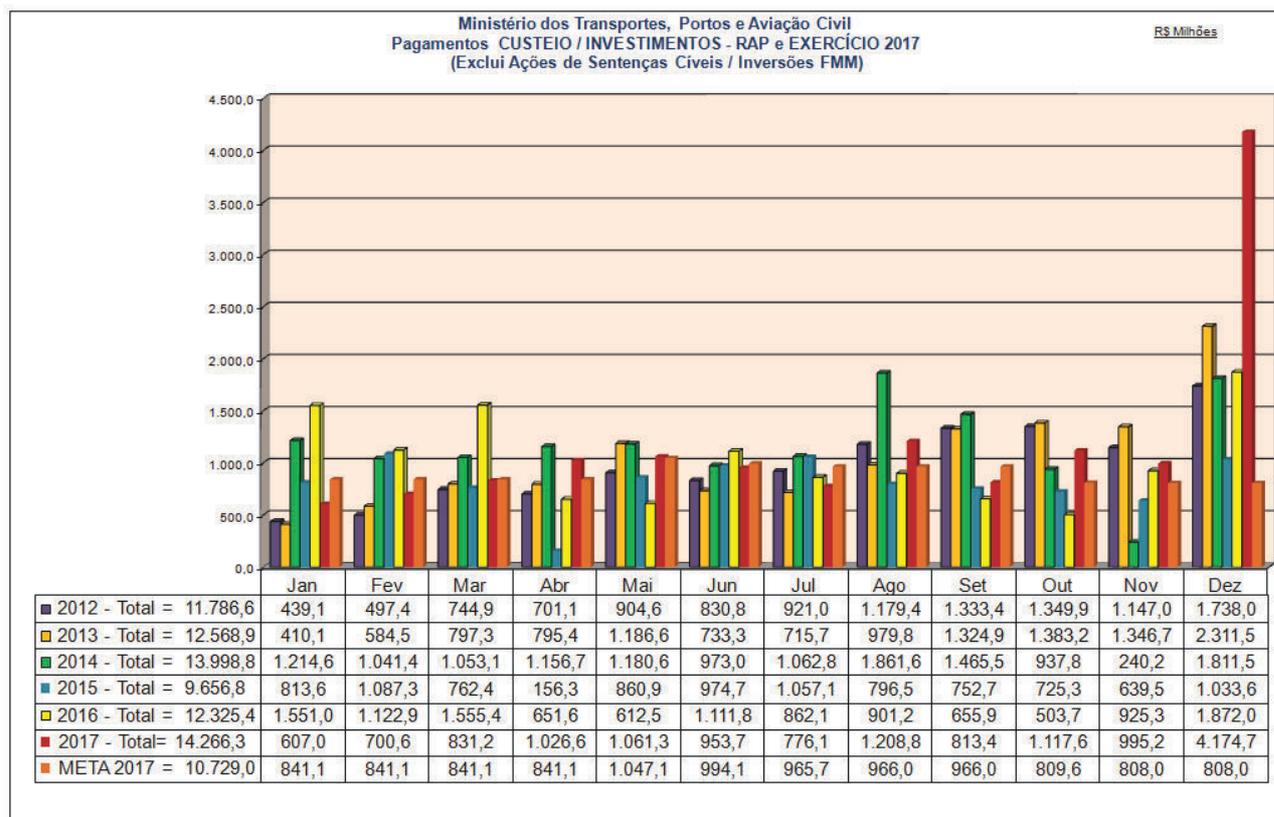
No exercício de 2017, foram apresentadas diversas informações gerenciais que permitiram tomadas de decisões para a definição de prioridades e implementações das políticas públicas do Governo para o setor transportes.

Destacam-se os resultados alcançados por meio do Fórum de Desempenho do Ministério, o qual a SPO faz parte. Foram analisadas as despesas inscritas em restos a pagar, onde foram cancelados R\$ 382,0 milhões, de um montante inscrito de R\$ 9.065,60, e a busca de melhoria na gestão dos processos que envolvem a redução dos prazos entre a realização das obras/serviços, atestação das despesas e o efetivo pagamento.

No início do Exercício de 2017, foi apresentada ao Ministério da Fazenda a demanda e a capacidade de realização de uma possível meta de R\$ 15,8 bilhões, porém, diante do cenário político e financeiro exposto pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda, foi redimensionada a meta para R\$ 10,7 bilhões e, para tanto, foi necessário realizar cortes orçamentários e financeiros em todas as Unidades deste MTPA, sendo necessário um acompanhamento diário dos gastos das Unidades.

Porém, a partir do mês de outubro, houve remanejamentos e ampliações dos Limites de Pagamento do Ministério elevando a R\$ 14,4 bilhões, incluindo as despesas obrigatórias constantes no Anexo VI do referido Decreto.

Portanto, no que se refere ao cumprimento da meta de desempenho da execução financeira anual, estabelecida para o ano de 2017, no valor de R\$ 10,7 bilhões, foram pagos R\$ 14,3 bilhões, o que representa mais de 100 % da meta fixada, incluindo o pagamento de Emendas Impositivas no valor de R\$ 246 milhões.



FORNTE: TESOURO GERENCIAL

Figura 3 - Pagamentos: Custeio / Investimento – Rap e Exercício.

No quesito elaboração da proposta orçamentária anual, foram observados todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, bem como nas disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para o exercício de 2017.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados às dotações de Custeio, Capital e Inversões Financeiras, foram observados os referenciais definidos por meio do Decreto nº 8.961, de 16.01.2017, publicado no DOU, de 17.01.2017, e alterações posteriores.

No tocante às atribuições do Decreto nº 6.976, de 07.10.2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, a SPO, procedeu à elaboração sistemática de relatórios com informações e orientações a respeito das análises realizadas nas contas contábeis das Unidades Gestoras subordinadas ao Órgão Superior – MTPA. Esses relatórios foram encaminhados pelo titular da SPO aos responsáveis por aquelas Unidades, com vistas às regularizações das restrições contábeis durante o exercício, evitando, dessa forma, incompatibilidades nos Balanços dos Órgãos e, conseqüentemente, no Balanço Geral da União (BGU).

A execução orçamentária para o exercício de 2017, no que se refere a Outras Despesas Correntes - Custeio e Capital, considerando as disposições contidas no Decreto nº 8.961/2017 e suas alterações, representou 91% do orçamento aprovado pela Lei nº 13414, publicada em 10.01.2017, e seus créditos adicionais, mais Restos a Pagar, conforme demonstrativo adiante indicado.

No que se refere ao limite para pagamento, concedido pelo citado Decreto nº 8.961, de 16.01.2017, publicado no DOU, de 17.01.2017, e alterações posteriores, foram destinados à programação financeira das entidades vinculadas a este Órgão, por meio de cotas mensais, 64% do limite para movimentação de empenho, mais Restos a Pagar, sendo importante esclarecer que os recursos direcionados às sentenças judiciais, pessoal e encargos, inversões financeiras do Departamento da Marinha Mercante, e destaques recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado Decreto.

COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA E LIMITES CONCEDIDOS PARA OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL							
Milhões							
"DEMAIS AÇÕES" E "PAC"	LEI + CRÉDITOS	LIMITE PARA EMPENHO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	LIMITE DE PAGAMENTO	PAGAMENTOS EFETIVADOS	%	
[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G] = E/(C - D)	[H] = (C/B)
CUSTEIO / INVESTIMENTOS	15.147,3	13.748,6	8.683,7	14.397,5	14.266,3	64%	91%
Fontes próprias e tesouro							
Obs: 1) Não está incluso Sentenças Cíveis, Inversões Financeiras do DMM e Crédito Extraordinário.							
2) Os valores relativos aos Limites de Pagamento de Demais Ações não foram liberados em sua totalidade pela STN.							
[A] - Despesas sujeitas aos limites de empenho e pagamento do Decreto nº 8.961, de 16/01/2017, e alterações posteriores.							
[C] - Composição do Limite para Empenho (Disponibilizado) R\$ 13.748,6							
- Demais Ações R\$ 897,1							
- Despesas Obrigatórias R\$ 337,6							
- PAC R\$ 12.513,9							
[E] - Composição do Limite de Pagamento de R\$ 14.397,5							
- Demais Ações R\$ 1.002,6							
- Despesas Obrigatórias R\$ 346,2							
- PAC R\$ 13.048,7							
[F] - Pagamento do Orçamento de 2017 e Restos a Pagar							

Figura 4 - Comparativo da dotação autorizada e limites concedidos para outros custeios e capital

Fonte: SPO

Com relação ao desempenho específico da Secretaria de Política e Integração pode-se informar que ele é acompanhado periodicamente por meio de dois tipos de reuniões:

a) Reuniões com Diretores:

Coordenadas pelo Secretário, com a participação do Gabinete e Diretores. Nelas são discutidas as linhas gerais de atuação da Secretaria e principais diretrizes estratégicas.

b) Reuniões de Coordenação:

Coordenadas pelo Secretário, com a participação do Gabinete, Diretores e Coordenadores Gerais. As iniciativas estratégicas estabelecidas no âmbito da SPI são monitoradas. Esse fórum configura-se como oportunidade de debater dificuldades, avaliar sinergias e buscar soluções conjuntas.

3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Este item tem por objetivo demonstrar os principais indicadores utilizados pela UPC para monitorar e avaliar o desempenho da gestão.

Indicadores são essenciais ao planejamento e controle dos processos das organizações, porque possibilitam o estabelecimento de metas e para a análise crítica do desempenho da unidade objetivando as tomadas de decisões.

➤ Indicadores COGEP

A COGEP tem buscado adotar práticas de gestão subsidiadas na gestão por competências e nos processos de trabalho. Com o mapeamento de competências, fundamentado em objetivos estratégicos, gradativamente, têm sido adotadas novas iniciativas que convergem para sua consecução.

Mesmo diante das necessidades de soluções tecnológicas e do quantitativo defasado de seu quadro funcional, a COGEP, de um modo geral, conseguiu atingir grande parte das metas propostas, como pode ser observado no quadro abaixo.

Tabela 55- Indicadores COGEP/SAAD

Objetivo Unidade	Indicador	Coordenação	Responsável	Frequência	Unid.	Fórmula / Cálculo	2017				
							Meta	1° T	2° T	3° T	4° T
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Análise de processo de Aposentadoria	COAD	SEREF (João)	Trimestral	%	Percentual de Processos de aposentadoria apurados	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	100%
	Análise de processo de abono de permanência	COAD	SEREF (João)	Trimestral	%	Percentual de Processos de Abono de Permanência apurados	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	100%
Garantir Ambiente Organizacional propício - motivação, transversalidade e comunicação interna	Programa qualidade de vida	Coordenação (Treinamento)	Ênio	Trimestral	Nº	Quantidade de ações de qualidade de vida (ex: palestras, seminários etc.)	Meta	2	2	3	4
							Realizado	2	2	4	4
	Servidores capacitados	Coordenação (Treinamento)	Ênio	Trimestral	Nº	Quantidade de Servidores Capacitados	Meta	10	125	125	50
							Realizado	0	152	144	31
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Fluxo de Processos (vazão)	COPAP	DICAP (Rômulo)	Trimestral	Nº	A - B <= 0 (A = quantidade de processos que entram no setor; B= quantidade de processos que saem da DICAP)	Meta	19	12	5	3
							Realizado	19	12	5	3
	Tempo de permanência dos Processos na Divisão	COPAP	DICAP (Rômulo)	Trimestral	Tempo (dias)	A - B = X (A = data em que o processo entrou no setor; B= data que o processo foi finalizado)	Meta	10 dias	10 dias	10 dias	10 dias
							Realizado	12 dias	12 dias	12 dias	12 dias

Coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas à manutenção e controle da folha e prestar informações e orientações em processos, referentes a demandas administrativas e judiciais, relativas ao pagamento de aposentados e de pensionistas	Análise de documentos e processos de aposentadorias e de pensão	COPAP	COPAP (Lúcia)	Mensal	%	Percentual de processos concluídos	Meta	100%	90%	90%	90%
							Realizado	90%	90%	90%	90%
	Prestar informações aos órgãos da Justiça, ao TCU e às procuradorias da AGU no prazo estabelecido	COPAP	COPAP (Lúcia)	Mensal	%	Percentual de documentos e processos recebidos e respondidos	Meta	100%	90%	90%	90%
							Realizado	100%	90%	90%	90%
	Subsídio à Central de Relacionamento	COPAP	COPAP (Lúcia)	Mensal	%	Subsídio ao atendimento da demanda da Central de Relacionamento relativa a pagamento de aposentados e de pensionistas	Meta	90%	90%	90%	90%
							Realizado	100%	90%	90%	90%
	Encaminhamento, em até 60 dias, de pedidos de reversão de créditos de ex-aposentados e pensionistas às instituições bancárias após constatado o fato motivador	COPAP	COPAP (Lucia) DICAP (Rômulo) SECAP (Iva) SEPEN (Lucas)	Mensal	%	Quantitativo de reversões de créditos expedidas	Meta	90%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	90%	90%	90%
	Atendimento de Trilhas de Pessoal da Controladoria Geral da União no prazo estabelecido	COPAP	COPAP (Lucia) DICAP (Rômulo) SECAP (Iva) SEPEN (Lucas)	Mensal	%	Percentual de trilhas atendidas	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	90%	90%	90%

Demandas Judiciais distribuídas para análise e Instrução	Processos instruídos e despachados para instrução final pelas unidades da COGEP (encaminhamentos)	COTEC	(Elaice Vinagre da Silva Guimarães)	Trimestral	Nº	Nº de processos recebidos)	Meta	890	1205	1170	1092
		DITEC					Realizado	862	1180	1172	1070
Diligências adotadas para análise e instrução dos processos distribuídos	Informações prestadas às Procuradorias da União, ao Poder Judiciário e Defensorias Públicas (ofícios e emails)	DITEC	(Elaice Vinagre da Silva Guimarães)	Trimestral	Nº	Total de Informações	Meta	13	13	6	4
							Realizado	13	13	6	4
Receber, Instruir processos diversos	Processos concluídos	DINOR	(Antonio Ximenes Feijão)	Trimestral	%	Nº de processos despachados / nº de processos recebidos) * 100	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	98,04%	96,38%	98,36%	111,36%
Consolidar a Gestão por Resultados Gestão Estratégica Gestão de Iniciativas Gestão de Processos Gestão de Riscos	Índice de vazão de Processos	SEAINF	Serviço de Articulação de Informação (Fabiola)	Trimestral	%	percentual de processos despachados / percentual de processos recebidos) * 100	Meta	100%	100%	100%	100%
							Realizado	100%	100%	100%	98%
	Tempo de permanência dos Processos no Setor	SEAINF	Serviço de Articulação de Informação (Fabiola)	Trimestral	Tempo (dias)	A - B = X (A = data em que o processo entrou no setor; B= data que o processo saiu do setor ou foi concluído)	Meta	6,3	6,3	6,3	6,3
						Realizado	3,3	8,4	6,2	7,2	

Fonte: COGEP/SAAD

➤ Indicadores CGRL

Analisando os indicadores, tendo em vista garantir a infraestrutura e serviços adequados aferidos no âmbito da SAAD, verifica-se que apenas os serviços de Antenista e Eletrônica mantiveram-se dentro da expectativa de meta fixada para o exercício de 2017.

Os demais serviços de elétrica, hidráulica, marcenaria e serralheria não alcançaram a meta estabelecida, em decorrência de diversos fatores tais como: descontinuidade dos serviços, em razão de substituições e afastamentos de empregados, bem como a elevação da demanda em razão da incorporação das novas Secretarias à estrutura do Ministério.

Tabela 56 - Indicadores da CGRL/SAAD

Objetivo Estratégico ou Objetivo Operacional	Indicador	Responsável	Unidade de Medida	Fórmula / Cálculo		2016				2017				2018			
						1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T
Suportar as áreas e secretarias do MT na aquisição, empenho, liquidação e controle dos contratos	Tempo médio da fase interna da contratação de serviços	CGRL	Dias	Somatório dos dias necessários para a elaboração de termo de referência, elaboração de projeto e publicação do edital	Meta	-	-		88				110				100
					Realizado	-	-	-	233,6				334,1				
	Tempo médio da fase interna para compra de materiais	CGRL	Dias	Somatório dos dias necessários para a elaboração de termo de referência, elaboração de projeto e publicação do edital	Meta	-	-	-	110				110				100
					Realizado	-	-	-	167				337,2				

Garantir infraestrutura e serviços adequados	Pesquisa de satisfação com os serviços (restaurante e lanchonete)	CGRL	%	Questionário	Meta	-	-	70%	-	-	-	70%	70%	70%	70%	70%	70%	
					Realizado	-	-	-	-	-	-	43%	-	-	-	-	-	
	Pesquisa de satisfação com os serviços prestados (telefônico, electricidades, etc)	CGRL	%	Questionário	Meta	-	-	-	90%	-	-	-	90%	-	-	-	90%	
					Realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Atendimento dentro do prazo (Serviços de Manutenção Predial)	CGRL	%	(Número de atendimentos dentro do prazo / total de atendimentos realizados)*100	Meta	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	92%	92%	92%
					Realizado	81%	80%	75%	79%	81%	79%	83%	89%					
	Atendimento dos serviços de transporte	CGRL	Minutos	Somatório do tempo de atendimento dos serviços de transporte	Meta	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%
					Realizado	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Pesquisa de satisfação com os serviços de transporte	CGRL	Minutos	Questionário	Meta	95%	95%	95%	95%	97%	97%	97%	97%	90%	90%	90%	90%	
					Realizado	*	*	*	96%	98%	96%	97%	92%	*	*	*	*	

Fonte: CGRL/SAAD. Observação: A pesquisa e a aferição do atendimento serão realizadas após a conclusão do sistema informatizado em desenvolvimento pela CGRL e CGTI

➤ Indicadores CGTI

Tabela 57 - Indicadores CGTI/SAAD

Objetivos	Indicadores	Frequência de Medição:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Formula de Cálculo:	Responsável pela Medição do Indicador:	Responsável pela Meta:	META 2015	META 2016	META 2017	Realizado 2017
F01. Garantir a entrega de 60% das demandas autorizadas ao usuário final (sistemas)	% de demandas autorizadas atendidas	Semestral	%	QUANTO MAIOR MELHOR	Total atendido / Total solicitado	CGTI	COPSI/CGTI	82%	90%	95%	88,6%
F02. Garantir a entrega de 60% das demandas autorizadas ao usuário final (infraestrutura)	% de demandas autorizadas atendidas	Semestral	%	QUANTO MAIOR MELHOR	Total atendido / Total solicitado	CGTI	COINF/CGTI	80%	90%	95%	99,38%
F03. Identificar e implantar o plano de continuidade	% de implementação do plano de continuidade	Trimestral	%	QUANTO MAIOR MELHOR	Total atendido / Total a iniciar	CGTI	COINF/CGTI	20%	50%	55%	*
F04. Implementar a governança de TI	Índice IGovTI	Trimestral	Número	QUANTO MAIOR MELHOR	Total atendido / Total a iniciar	CGTI	COGIN/CGTI	80%	90%	95%	**
F05. Aprimorar e institucionalizar o processo de aquisição de bens e serviços de TI	% de implementação do processo de aquisição	Trimestral	%	QUANTO MAIOR MELHOR	Total atendido / Total a iniciar	CGTI	COGIN/CGTI	80%	90%	95%	75%
F06. Aprimorar as políticas de segurança da TI segundo o GSI	% de implementação da política de segurança de TI (GSI)	Trimestral	%	QUANTO MAIOR MELHOR	Total atendido / Total a iniciar	CGTI	CGTI	40%	75%	80%	60%

Fonte: CGTI/SAAD

Análise dos Indicadores de desempenho CGTI:

Objetivo F01 – Garantir a entrega de 60% das demandas autorizadas ao usuário final (Sistemas):

As demandas autorizadas da área de sistemas totalizaram 212 demandas. Destas 212 demandas foram atendidas 188 (88,6%).

Objetivo F02 – Garantir a entrega de 60% das demandas autorizadas ao usuário final (Infraestrutura):

As solicitações de serviços para área de infraestrutura de TI totalizaram 30.236 solicitações. Destas 30.236 solicitações foram atendidas 30049 (99,38%).

Objetivo F03 – Identificar e Implantar o Plano de Continuidade de Serviços:

O Projeto de Gestão de Continuidade de Negócio (GCN) contempla em uma de suas ações a elaboração do Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e está aguardando disponibilidade orçamentária para sua execução.

Objetivo F04 – Implementar a Governança de TI:

São destacadas abaixo ações de implementação da Governança de TI conduzidas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

Conforme as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Órgão Central do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIC) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), a CGTI tem aprimorado a sua Governança de TI por meio da execução das seguintes ações:

- O MTPA dispõe de um comitê de TI formalmente instituído, composto por representantes de áreas relevantes da organização;
- O Comitê de Governança Digital (CGD) realiza as atividades previstas em seu ato constitutivo;
- A CGTI executa periodicamente processo de planejamento de TI;
- O processo de planejamento de TI prevê a participação das áreas mais relevantes da organização;
- O processo de planejamento de TI prevê o apoio do CGD;
- O MTPA possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) vigente, formalmente instituído;
- O PDTIC vigente contempla objetivos, indicadores e metas para a TI, com os objetivos explicitamente alinhados aos objetivos de negócio constantes do plano estratégico institucional;
- O PDTIC vigente vincula as ações (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio;
- O PDTIC vigente fundamenta a proposta orçamentária de TI;
- A CGTI possui um Escritório de Gerenciamento de Projetos de TI (EGP-TI) institucionalizado.

Objetivo F05 – Aprimorar e Institucionalizar o Processo de Bens e Serviços de TI

Em relação ao objetivo F05, a CGTI projetou a execução de 4 (quatro) macro-ações relacionadas com o Processo de Bens e Serviços de TI.

Nesse cenário, foram concluídas três macro-ações (75%) das quatro macro-ações previstas, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 58 – Macro-ações dos processos de bens e serviços de TI

Macro-ação	Situação
Mapeamento do Processo de Contratação de TIC	Concluído
Publicação do Processo de Contratação de TIC	Pendente
Revisão dos templates de Contratação de TIC	Concluído*
Publicação dos Normativos, Guias e Templates de Contratação de TIC no Portal da CGTI	Concluído

Fonte: CGTI/SAAD. Observação: * A revisão dos templates ocorre de acordo com as oportunidades de melhorias identificadas em cada Planejamento de Contratação realizado.

A Portaria Nº 174, de 16/10/2014, institucionaliza o Núcleo de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (NCTI). Tal Núcleo tem caráter de assessoramento técnico e consultivo, composto por servidores em exercício na CGTI, com o objetivo de realizar estudos sobre contratações de bens e serviços de TIC e divulgar boas práticas sobre atividades relacionadas ao tema. Nesse sentido, a CGTI:

- Realiza estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação;
- Explicita as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação;
- Explicita os indicadores dos benefícios de negócio que serão alcançados;
- Explicita o alinhamento entre a contratação e os planos estratégico institucional e o PDTIC vigente;
- Realiza análise dos riscos que possam comprometer o sucesso do processo de contratação e dos resultados que atendam as necessidades de negócio;
- Adota métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato;
- Realiza, por meio da área competente do MTPA, os pagamentos dos contratos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos, conforme atesto da área técnica do Ministério;
- Realiza a análise dos benefícios reais já obtidos, utilizando-a como critério para prorrogar o contrato, quando for conveniente;
- Diferencia e define formalmente os papéis de gestor e fiscal do contrato;
- Possui procedimentos internos que auxiliam na padronização das atividades de planejamento das contratações de TI;
- Executa processo de planejamento das contratações de TI;
- Acompanha o processo de planejamento das contratações de TI, por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir;
- Revisa e melhora o processo de planejamento das contratações de TI é periodicamente, com base nas mensurações obtidas;
- Observa o processo de planejamento, cuja norma é de cumprimento obrigatório, conforme disposições contidas na Instrução Normativa Nº 04 da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do MP;
- Acompanha o processo de gestão de contratos de TI, por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e níveis mínimos de serviços a cumprir.

Objetivo F06 – Aprimorar as políticas de segurança da TI segundo o GSI:

No que se refere ao objetivo F06, foram previstas a execução de 5 (cinco) ações de aprimoramento relacionadas com a política de segurança da informação.

Nesse contexto, foram concluídas três ações de aprimoramento (60%) da Segurança da Informação e Comunicação (SIC) das cinco previstas, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 59 – Ações de aprimoramento da segurança da informação

Ação de Aprimoramento	Situação	Observação
Revisão da Política de SIC	Concluída	Portaria GM nº 922 de 25/10/2017
Instituição do Comitê de SIC	Concluída	Portaria GM nº 921 de 25/10/2017
Designação do Gestor de SIC	Concluída	Portaria GM nº 920 de 25/10/2017
Norma Complementar de Uso dos Recursos de TI.	Em andamento	Norma Complementar elaborada aguardando encaminhamento para apreciação da Subsecretaria de Assuntos Administrativos.
Norma Complementar de Backup.	A iniciar.	---

Fonte: CGTI/SAAD

As Normas Complementares relativas à Política de SIC são elaboradas gradativamente, de acordo com a realidade de SIC a ser implementada no Ministério.

➤ Indicadores SPI

A forma de medir o desempenho operacional da Secretaria de Políticas e Integração (SPI), foi estabelecido conforme o critério a seguir, considerando já a possibilidade de existência de gastos com recursos do Orçamento da União para execução de determinados projetos/atividades.

Tabela 60 – Indicadores SPI

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Desempenho	100%	95%	xx%	Anual	$ID_e = \sum_{i=1}^n \left(\frac{PAR_i}{MAP_i} . PP_{e_i} \right) \rightarrow e = a, b \text{ ou } c$

Fonte: SPI

Obs: O índice prevê 3 medidas, calculadas com base nos percentuais de realização de cada um de seus projetos/atividades ponderados pelo seu respectivo percentual de participação no conjunto da SPI conforme a seguir:

IDE = Indicador de Desempenho da SPI segundo os enfoques (a), (b) ou (c), sendo:

- Do total anual dos recursos destinados à execução plena dos projetos contratados pela SPI – sob este enfoque, o percentual seria estabelecido pela razão entre o total anual dos recursos destinados ao projeto/atividade e aquele destinado ao conjunto da SPI.

A título de exemplo, suponha-se que a SPI tenha contratado quatro projetos com as seguintes características:

Tabela 61 – Simulação de recursos destinados, executados e atualizados de projetos

Projeto	Total de Recursos destinados à plena execução do Projeto (R\$)	Tempo Total de Execução do Projeto (anos)	Total de Recursos Anualizados (R\$/ano)
1	100 milhões	10 anos	10 milhões/ano

2	40 milhões	2 anos	20 milhões/ano
3	15 milhões	1,5 anos	10 milhões/ano
4	5 milhões	0,5 anos	10 milhões/ano
TOTAL	160 milhões	-	50 milhões/ano

Fonte: SPI

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPI serão estabelecidos em 20%, 40%,20% e 20%, respectivamente

Do total dos recursos programados para o ano em análise – sob este enfoque, o percentual de participação seria estabelecido pela razão entre o total de recursos programados para cada projeto/atividade e aquele programado para o conjunto da SPI.

Considerando, ainda, o exemplo posto acima, suponha-se que a programação dos recursos para o ano em análise tenha sido a dada pelo quadro abaixo:

Tabela 62 – Simulação da programação dos recursos para o ano

Projeto	Programação dos Recursos para o Ano a ser avaliado (R\$)
1	15 milhões
2	20 milhões
3	10 milhões
4	5 milhões
TOTAL	50 milhões

Fonte: SPI

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPI seriam estabelecidos em 30%, 40%,20% e 10%, respectivamente

Da nota de relevância do projeto/atividade para a SPI – sob este enfoque, o percentual de participação seria estabelecido com base na razão entre o grau de importância, em uma escala (nota) de zero a cem, atribuído, subjetivamente, ao projeto/atividade pela SPI e a soma total dessas notas.

Considere-se, agora, que os quatro projetos acima referidos tenham sido pontuados, segundo sua relevância, conforme o quadro a seguir:

Tabela 63 – Simulação da pontuação dos projetos

Projeto	Nota de Relevância
1	100
2	30
3	50
4	20
TOTAL	200

Fonte: SPI

Neste caso, os percentuais de participação dos projetos 1, 2, 3 e 4 na SPI seriam estabelecidos em 50%, 15%,25% e 10%, respectivamente

MAP_i = Meta Anual Projetada – Percentual do projeto/atividade seria realizado no ano de avaliação.

PAR_i = Percentual do projeto/atividade efetivamente realizado no ano de avaliação.

PPe_i = Percentual de participação do projeto/atividade segundo o enfoque e= (a), (b) ou (c), dado pela fórmula:

$$PP_{e_i} = \frac{V_{e_i}}{\sum_{i=1}^n V_{e_i}} \rightarrow e = a, b \text{ ou } c$$

Na qual:

V_{e_i} = valor da variável representativa do enfoque “e” associado ao projeto/atividade “i”;

i = identificador do projeto/atividade, i =1, 2, 3, ..., n

n = nº de projetos contratos da Secretaria

Para efeito de qualificação, os indicadores serão classificados segundo o quadro abaixo:

Tabela 64 – Simulação do desempenho dos projetos

Qualificação	Classe de valores
Ótimo	de 90% a 100%
Bom	de 70% a 90%
Regular	de 50% a 70%
Ruim	de 30% a 50%
Péssimo	de 0% a 30%

Fonte: SPI

Desta forma, os 91,7% medido pelo índice, qualificaria como ÓTIMO, o desempenho da SPI no exercício em análise.

Nota: No exercício de 2017, a SPI não promoveu gastos diretos com recursos da União para execução de seus projetos e atividades, sendo desenvolvidos pelo seu corpo técnico, portanto, no cálculo do índice de desempenho, não se considerou os enfoques “a” e “b” do modelo

Avaliação de 2017. O quadro a seguir relaciona os projetos/atividade da Secretaria, executados em 2017, e seus respectivos percentuais de participação, segundo os enfoques (a), (b) e (c):

Tabela 65 – Relação dos projetos/atividades da SPI

PROJETO/ATIVIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	ENFOQUES							
		(a) TOTAL ANUAL DE RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO PLENO DO PROJETO/ATIVIDADE				(b) RECURSOS PROGRAMADOS NO ANO		(c) RELEVÂNCIA RELATIVA DO PROJETO PARA A POLÍTICA DE TRANSPORTES [0 - 100]	
		Total (R\$)	Tempo de execução (ANO)	Total/ano (R\$/ANO)	Valor Relativo (Peso ₁)	Valor Absoluto	Valor Relativo (Peso ₂)	Valor Absoluto	Valor Relativo (Peso ₃)
1) Projeto “Política Nacional de Transportes”	Promover e consolidar a Política Nacional de Transportes							100	0,17
2) Projeto “Corredores Logísticos Estratégicos - Soja e Milho”	Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de Governo e sociedade							80	0,14
3) Projeto “Corredores Logísticos Estratégicos - Minério”	Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de Governo e sociedade							80	0,14
4) Elaboração do Anuário Estatístico de Transportes	Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações							50	0,08
5) Revisão do Planejamento Estratégico	Fortalecer a capacidade de planejamento integrado buscando o alinhamento das esferas de Governo e sociedade							60	0,10
6) Projeto “Avaliação de Políticas de Transportes”	Incorporar continuamente melhores práticas incluindo a aferição dos resultados							80	0,14
7) Banco de Informações de Transportes - BIT	Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações							50	0,08
8) Caderno de Transportes 2016	Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações							40	0,07
9) Projeto “Integra Transportes”	Aprimorar a competência Integradora da SPI							50	0,08
TOTAL								590	1,00

Fonte: SPI

O quadro, a seguir, apresenta a evolução dos projetos/atividades da SPI ao longo dos quatro trimestres de 2017 e sua avaliação segundo os indicadores de desempenho calculados:

Tabela 66 – Evolução dos projetos /atividades da SPI

Seq. i	PROJETO/ATIVIDADE	PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO POR TRIMESTRE				ACUMULADO DO PERÍODO		QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O ENFOQUE ADOTADO		
		1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	Realizado	Programado	Realizado/ Programado	(a) Peso ₁	(b) Peso ₂	(c) Peso ₃
1	Projeto “Política Nacional de Transportes”	5%	5%	5%	10%	25%	30%	0,83			0,14
2	Projeto “Corredores Logísticos Estratégicos - Soja e Milho”	10%	5%			15%	15%	1,00			0,14
3	Projeto “Corredores Logísticos Estratégicos - Minério”		25%	35%	35%	95%	100%	0,95			0,08
4	Elaboração do Anuário Estatístico de Transportes	15%				15%	15%	1,00			0,08
5	Revisão do Planejamento Estratégico	40%				40%	40%	1,00			0,10
6	Projeto “Avaliação de Políticas de Transportes”	10%	10%	10%	10%	40 %	40%	1,00			0,14

Seq. i	PROJETO/ATIVIDADE	PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO POR TRIMESTRE				ACUMULADO DO PERÍODO		QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O ENFOQUE ADOTADO		
		1° trim.	2° trim.	3° trim.	4° trim.	Realizado	Programado	Realizado/ Programado	(a) Peso ₁	(b) Peso ₂	(c) Peso ₃
7	Banco de Informações de Transportes - BIT	25%	25%	25%	25%	100%	100%	1,00			0,08
8	Caderno de Transportes 2016	100%				100%	100%	1,00			0,07
9	Projeto “Integra Transportes”	40%	60%			100%	100%	1,00			0,08
$\text{INDICADOR DE DESEMPENHO} = \sum_{i=1}^5 \text{Peso}_{D_i} \times \frac{\text{Realizado}_i}{\text{Programado}_i}$									-	-	91,7%
									Não medido	Não medido	Ótimo

Fonte: SPI

4. Governança, gestão de risco e controles internos

4.1. Descrição das estruturas de governança

O Ministério, a partir da Lei 13.341, de 29.09.2016 e do Decreto 9.000, de 9.03.2017, passou a contar em sua estrutura com a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e com a Secretaria Nacional de Portos (SNP), além das demais Secretarias então integrantes de seus quadros, porém com as seguintes novas denominações: Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário (SNTTA), Secretaria de Fomento e Parcerias (SFP) e Secretaria de Política e Integração (SPI). Com essa nova estrutura, o MTPA passou a supervisionar 14 entidades vinculadas: DNIT, VALEC, INFRAERO, ANTT, ANTAQ, ANAC, CDP, CODOMAR, CDC, CODERN, CODEBA, CODESA, CDRJ e CODESP.

A reformulação e reestruturação do Ministério teve como consequência ajustes consideráveis na atuação da Pasta, resultante da ampliação de competências e atribuições, especialmente na adoção de procedimentos e mecanismos com o objetivo de oferecer melhoria contínua da gestão, com foco na governança, gestão de riscos, transparência, integridade, correição, relação com o cidadão e controles internos no âmbito do Ministério.

As criações da Assessoria Especial de Controle Interno e da Ouvidoria, adicionadas às já existentes Corregedoria e Comissão de Ética, demonstra claramente o comprometimento e suporte por parte da Alta Administração do Ministério, à inovação e aperfeiçoamento da Governança, do Controle Interno, das ações de Integridade e de Transparência.

A Assessoria Especial de Controle Interno, unidade de assessoramento direto ao Ministro de Estado, atua em duas linhas distintas:

- adoção de procedimentos de controles internos e externos e também de atuação junto aos órgãos de Defesa do Estado;
- fomento e monitoramento de ações de Governança, Riscos, Integridade e Transparência.

As citadas unidades organizacionais proporcionaram ambiente mais apropriado e dinâmico, tanto internamente no Ministério como nas entidades vinculadas, para a atuação de forma segregada de significativa relevância para o desempenho do papel institucional da Pasta, com a concretização de ações e aprovação de medidas e estratégias para viabilizar a conscientização e a adoção de práticas e procedimentos de correição, a maior observância da conduta ética e a dinamização e integração dos canais de comunicação, tanto internos quanto externos.

Nessa linha, foram implementadas as seguintes iniciativas no exercício de 2017, as quais têm a característica de serem aperfeiçoadas no decorrer dos exercícios, e são detalhadas na sequência:

- Publicação do Plano de Dados Abertos do Sistema Transportes
- Publicação da Política de Gestão de Riscos na âmbito do MTPA - Portaria 353
- Publicação da Portaria 2644, instituindo Grupo de Trabalho responsável por propor as instâncias, as estruturas e as respectivas competências e atribuições referentes à Gestão de Riscos e Controles Internos, no âmbito do Ministério.
 - Instituição do Comitê Técnico de Auditoria (CTA)
 - Instituição do Comitê Técnico de Corregedoria (CTC)
 - Instituição do Comitê Técnico de Ouvidoria (CTC)
 - Realização de diversos treinamentos, seminários e palestras para servidores do MTPA.

Plano de Dados Abertos

O Ministério, com o objetivo de cumprir à Lei nº 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI) e o Decreto nº 8.777, de 11.05.2016, e de estimular o engajamento e a participação social dos cidadãos nas ações do Governo Federal na área de infraestrutura e logística e todo segmento de transportes, elaborou e publicou o Plano de Dados Abertos – 2017, documento, que atende à legislação vigente e traz orientações e diretrizes, a partir de metodologia consolidada, as quais serão responsáveis por conduzir todos os setores que compõem a Pasta em iniciativas para a promoção e divulgação de dados do MTPA.

O documento foi elaborado nos termos da Portaria nº 3233, de 16.11.2016, da Secretaria-Executiva do MTPA, que constituiu o Grupo de Trabalho encarregado de instituir o Plano de Dados Abertos do Ministério - GT-PDA/MTPA, com os seguintes objetivos:

I – instituir o Plano de Dados Abertos (PDA), de modo a promover e ampliar a transparência da base de dados produzidos ou acumulados pelo Ministério;

II – identificar, no âmbito do Ministério, os dados e informações que serão disponibilizados, em observância ao Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; e

III - assegurar a publicação dos dados e informações identificados, bem como a sua atualização periódica.

O GT concluiu os trabalhos e publicou o PDA/MTPA em 24.01.2017. Por meio do PDA os dados gerados no âmbito do Ministério serão organizados e disponibilizados no triênio 2017-2019, cumprindo o dever constitucional previstos no artigo 37 da Constituição Federal, em respeito ao princípio da publicidade.

Plano de Gestão de Risco

Com o advento da Instrução Normativa Conjunta nº 1, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal assumiram o dever de adotar diversas medidas visando a sistematização de práticas relacionadas à Governança, à Gestão de Riscos e aos Controles Internos.

A mencionada Instrução Normativa, visando a adoção de efetivas medidas de boa governança, estabeleceu princípios que devem ser seguidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com foco na efetiva governança, princípios estes que devem ser aplicados de forma integrada, como um processo, e não apenas individualmente, sendo compreendidos por todos na organização:

- I – liderança;
- II – integridade;
- III – responsabilidade;
- IV – compromisso;
- V – transparência; e
- VI – accountability.

Uma marca forte da IN 01 é o reconhecimento do dirigente máximo de cada órgão ou entidade como o principal responsável pelo estabelecimento da estratégia de organização e da

estrutura de gerenciamento de riscos. Além disso, também fica claro o papel do dirigente máximo de estabelecer, de forma continuada, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

Nesse sentido, o Ministério, por meio da Portaria nº 353, de 5.05.2017, instituiu a Política de Gestão de Riscos do MTPA, que compreende a declaração das intenções e diretrizes gerais do Ministério relacionadas à gestão de riscos.

Em observância à mencionada Política, e em razão da necessidade de alinhar a governança do Ministério às boas práticas de gestão, foi constituído o Grupo de Trabalho Gestão de Riscos, por meio da Portaria nº 2.644, de 02.08.2017, da Secretaria-Executiva do MTPA, com o objetivo de propor às instâncias, as estruturas e as respectivas competências e atribuições referentes à gestão de riscos e controles internos no âmbito do MTPA, em observância ao disciplinamento da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 001/2016 e demais normas aplicáveis.

O Grupo de Trabalho, composto por representantes de todas as áreas do MTPA, compreendendo Gabinete do Ministro, Secretaria-Executiva, demais Secretarias e Subsecretarias, Ouvidoria, Corregedoria, contando ainda com a assessoria da Consultoria Jurídica e da Assessoria Especial de Controle Interno realizou cinco reuniões.

Ocorre que, em 22.11.2017, foi publicado o Decreto 9.203, de 22.11.2017, que “dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional”, o que recomendou uma pausa no andamento dos trabalhos, em razão das novas determinações e orientações. Em 29.11.2017, os trabalhos foram retomados, e nessa ocasião o GT decidiu encerrar suas atividades, pelas inadiáveis necessidades de readequação do escopo de trabalho.

O mencionado Decreto 9.203/2017, que trouxe a determinação de que os “órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão instituir comitê interno de governança ou atribuir as competências correspondentes a colegiado já existente, por ato de seu dirigente máximo, com o objetivo de garantir que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam apropriadas pela instituição de forma contínua e progressiva”, produziu reflexos na estrutura do MTPA e nos trabalhos do GT, com vistas às adequações para alinhar-se ao disposto no novo Diploma Legal, bem como os consequentes ajustes na Política de Gestão de Riscos do Ministério.

Por meio de Aviso-Circular, a Casa Civil solicitou a adoção das providências necessárias para o cumprimento da medida, o que, de acordo com o Decreto, ficou estabelecido o prazo de 180 dias, a contar da sua publicação, para o Ministério instituir o Comitê Interno de Governança ou adequar estrutura existente, assunto que já está em discussão entre as partes envolvidas, compreendendo, inclusive a criação de novo Grupo de Trabalho para propor a adoção das medidas pertinentes.

De forma prática, as medidas decorrentes desse novo ordenamento implicarão na criação do Comitê de Governança estabelecido pelo Decreto, prevendo a participação de todas as áreas finalísticas do Ministério com o apoio das áreas de apoio técnico e legal.

O referido comitê que terá o caráter e as atribuições de ordem estratégica e tática, será formado pelo Ministro de Estado, juntamente com o Secretário-Executivo, os Secretários Nacionais e os Subsecretários e contarão ainda com os seguintes auxílios:

- De Riscos:

Serão criadas células específicas responsáveis pela gestão de riscos, que farão o mapeamento operacional dos riscos de cada área específica, sendo atribuído a cada risco um gestor responsável.

➤ De Integridade:

O grupo que será formado pela Corregedoria, Ouvidoria, Assessoria Especial de Controle Interno e Comissão de Ética e será responsável por auxiliar na identificação dos riscos de Integridade em suporte as áreas operacionais e ao Comitê.

➤ De Controle Interno:

As atividades de controle interno são inerentes a cada gestor/servidor/colaborador, ainda assim a Assessoria Especial de Controle Interno permanecerá oferecendo treinamentos e realizando ações de fomento às boas práticas de controle.

➤ De Planejamento Estratégico:

A área responsável pelo gerenciamento do Planejamento Estratégico no MTPA dará o suporte necessário às ações do Comitê visando manter as ações de Governança associadas aos riscos sempre em consonância com o Planejamento Estratégico do Ministério.

Comitê Técnico de Auditoria do Sistema Transportes (CTA)

O Comitê Técnico de Auditoria (CTA) foi instituído pela Portaria MTPA nº 536, de 04.07.2017, e funciona como Fórum Permanente de Articulação entre os entes vinculados ao Ministério, com o propósito de integrar e aperfeiçoar tecnicamente as atividades de auditoria e controle, com foco na melhoria contínua da gestão e dos resultados, prestando assessoramento ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e ao Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Transportes do Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União (CGU).

O CTA/MTPA, composto pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do MTPA, pelos titulares das unidades de auditoria interna das entidades vinculadas ao MTPA tem as seguintes finalidades:

- desenvolver ações e mecanismos que contribuam para o aperfeiçoamento dos procedimentos e técnicas de auditoria nas entidades vinculadas ao MTPA, bem como fomentar estudos e debates acerca da função de auditoria e controle, respeitadas as características individuais de cada entidade, as disposições legais e as orientações do órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União;

- adotar sistemática de ação integrada das atividades de auditoria no âmbito do MTPA e entidades vinculadas, visando padronizar procedimentos, estabelecer formas e estratégias de atuação e deliberar sobre ações conjuntas;

- estimular o intercâmbio de experiências e melhores práticas profissionais entre as áreas de controle do MTPA e de auditoria das entidades vinculadas, bem como com o Tribunal de Contas da União (TCU), Advocacia-Geral da União (AGU) e Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), objetivando o aperfeiçoamento, a atualização e o treinamento de conhecimentos técnicos e normativos de auditoria e controle;

- propor ao MTPA e CGU a homogeneização de interpretações sobre procedimentos relativos às atividades de Controle e Auditoria, bem como a expedição de normas, visando maior eficiência, eficácia e economicidade das atividades de auditoria.

- propor ações com o objetivo de aumentar e proteger o valor organizacional das entidades vinculadas, indicando formas de avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos.
- propor auditorias integradas entre as Unidades de Auditoria Interna das entidades vinculadas, definindo os parâmetros, padrões e procedimentos, em observância à legislação pertinente;
- propor a inclusão de temas no Plano Plurianual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT);
- discutir temas relativos à execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e a produtos/resultados que devam ser incluídos no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT);
- estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, por meio de regimento interno aprovado pelo Comitê.

Foram realizadas duas reuniões do CTA. A primeira foi realizada de 4 a 5.07.2017, com a presença do Ministro de Estado e do Ministro Interino da Transparência e Controladoria Geral da União, na qual foi assinada a portaria instituindo o CTA. A reunião teve como propósito inicial o lançamento do Comitê, além da definição do funcionamento administrativo e da eleição do Presidente substituto. Na sequência ocorreram as apresentações das seguintes palestras:

- IN 3 /2017- Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (Daniel Caldeira - Secretário-Adjunto da SFC/CGU e Equipe)
- Normas pertinentes a Gestão de Riscos e as Auditorias Internas (Rodrigo Fontenelle).
- Interação entre gestão e as Auditorias Internas (Francisco Bessa).

Na segunda reunião, realizada de 4 a 6.10.2017, além da pauta de deliberações, foram apresentadas as seguintes palestras:

- IN 03/2017 – “Os avanços e a melhoria contínua da forma de atuação das Auditorias Internas” (Antonio Carlos Bezerra Leonel – Secretário Federal de Controle Interno - CGU)
- Ouvidoria – “A atuação da Ouvidoria e a parceria com a Auditoria Interna” (Gilberto Waller Júnior – Ouvidor Geral da União – CGU)
- Corregedoria – “A atividade correcional e a parceria com a Auditoria Interna” (Waldir João Ferreira – Corregedor- Geral da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH e ex – Corregedor-Geral da União (CGU)
- Gestão – “relação entre o Gestor e os Auditores Internos e com os mecanismos de avaliação da gestão – CGU/TCU - do ponto de vista do Gestor” (Homero Gustavo Reginaldo Lima – Secretario- Executivo adjunto do Ministério do Esporte – Auditor da CGU e ex-AECI/CIDADES)
- “Gestão de Riscos e a participação apoiadora e verificadora da Auditoria Interna” (Paulo Graziotin – Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério das Cidades)
- “Auditoria de Auto Avaliação de Controles” (Cosme Leandro do Patrocínio – Auditor Chefe da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

Comitê Técnico de Ouvidoria do Sistema Transportes (CTO)

A criação do Comitê Técnico de Ouvidoria do MTPA (CTO) decorreu das ações que vêm sendo implementadas em observância à política de governança que, dentre seus eixos temáticos, constam a transparência e o programa de integridade, dos quais a Ouvidoria tem forte atuação em conjunto com a Assessoria Especial de Controle Interno, a Corregedoria e a Comissão de Ética.

O CTO, composto pelas Ouvidorias, SICs e unidades correlatas dos órgãos e entidades vinculadas do MTPA, tem por finalidade promover ações integradas para o aperfeiçoamento técnico das atividades de ouvidoria, de atendimento e de Serviço de Informação ao Cidadão, a saber:

- Estudos e debates
- Alinhamento de interpretação da legislação pertinente às atividades de Ouvidoria, de Atendimento e de Serviço de Informação ao Cidadão;
- Intercâmbio de experiências e de boas práticas entre as unidades participantes do Comitê; e
- Eventos conjuntos de capacitação.

A primeira reunião do CTO/MTPA ocorreu no mês de setembro/2017, durante a qual, além das discussões sobre assuntos específicos, ocorreram palestras sobre os seguintes temas:

- Ouvidoria como Instância de Participação Social
- Sistema e-OUV
- A utilização das manifestações para melhoria dos serviços prestados
- As Ouvidorias e a Rede de Controle
- Ouvidoria e SIC - Intersecções
- Marco Regulatório e Evolução Histórica
- Ouvidoria e Integridade
- Proteção da Informação Classificada Sigilosa, e Pessoal Sensível

Dentre os encaminhamentos da primeira reunião do CTO/MTPA destacam-se a formalização do fórum por meio de portaria ministerial, cuja minuta já foi submetida para aprovação e assinatura do Senhor Ministro do MTPA, e a atuação da Assessoria Especial de Controle Interno perante as Companhias Docas, para reforçar a necessidade de instalação de serviços de ouvidoria naquelas Empresas.

Comitê Técnico de Correição do Sistema Transportes (CTC)

O Comitê Técnico de Correição (CTC) foi instituído por meio da Portaria 951, de 21.11.2017. O Comitê é composto por órgãos vinculados e entidades supervisionadas do Ministério com a finalidade de promover a integração e o aperfeiçoamento de suas instâncias de correição.

O CTC realizou duas reuniões em 2017, com a participação das seguintes Corregedorias: MTPA, DNIT, INFRAERO, ANTAQ, ANTT e ANAC, assim como com as áreas responsáveis pela atividade correcional da VALEC, da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), da Companhia Docas do Estado da Bahia (CODEBA), da Companhia Docas do Pará (CDP), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA).

Dentre as atividades iniciadas pelo CTC destacam-se:

- levantamento e organização de normas disciplinares dos membros do CTC;
- um censo sobre a situação das corregedorias e áreas de correição dos membros do CTC;

- levantamento e preparação de material para campanhas de prevenção de ilícitos disciplinares.

O aperfeiçoamento dos procedimentos e mecanismos de monitoramento e acompanhamento das demandas de Controle Interno e Externo oriundo da CGU e do TCU, é medida constante no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, o que se avolumou no exercício de 2017, em decorrência da absorção das atividades da Secretaria de Aviação Civil (SAC) e da Secretaria Especial de Portos (SEP), com ênfase na ampliação da integração das unidades de Auditoria do sistema Transportes.

O Fórum Permanente dos representantes do Ministério nos conselhos de administração e fiscal das entidades vinculadas à Pasta, coordenado para Assessoria Especial de Controle Interno do MTPA, é mecanismo de facilitação e compreensão, por todas as partes envolvidas, da aplicação da legislação vigente e os seus reflexos no setor.

Realização de Treinamentos, Seminários e Palestras para Colaboradores do MTPA

No exercício de 2017, a Assessoria Especial de Controle Interno promoveu a realização de diversas ações e ofereceu treinamentos não apenas para sua equipe como também para todo quadro de servidores do Ministério, os cursos ou palestras nas instalações do Ministério ou em outros órgãos em Brasília sem custos adicionais foram realizados, uma vez que, os professores ou palestrantes são servidores públicos com os quais a AECI mantém forte rede de parceria.

Alguns eventos que podem ser destacados:

➤ Cursos:

- Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público - ENAP
- Gestão de Riscos e Controles Internos - Teoria e Prática - MTPA
- Controles na Administração Pública - Instituto Sersedello Corrêa (ISC)
- Prestação de Contas exercício 2016 - Instituto Sersedello Corrêa (ISC)

➤ Seminários:

- Desafios para Implantação do Planejamento Estratégico nas organizações Públicas - ENAP
- Seminário Avanços e Conquistas da Gestão de Riscos - MP
- Seminário sobre os 5 anos de Implantação da Lei de Acesso a Informação (ISC)

Em 2018, a Assessoria Especial de Controle Interno dará continuidade a esses eventos de qualificação e treinamento de sua equipe e também de servidores do Ministério.

4.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Corregedoria do Ministério dos Transportes, instituída pelo Decreto nº 7.717/12, está regulamentada na nova Estrutura Regimental deste órgão, por meio do Decreto nº 9.000, de 08.03.2017.

Os processos administrativos que constituem o passivo do extinto DNER foram absolvidos pela Corregedoria, por força da publicação da Portaria nº 120, de 15.04.2014.

Destaca-se que, por força do parágrafo 2º, do artigo 92, da Lei nº 10.233, de 05.06.2001 a instauração de procedimento disciplinar, para apurar falta praticada por dirigentes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) está a cargo do Ministro de Estado dos Transportes. Tais processos também são acompanhados por esta Corregedoria. A Lei nº 10.233, de 05.06.2001 trata das demais agências e disciplina em seu art. 56 as formas de perda de mandato dos seus dirigentes.

Como novas iniciativas, o primeiro termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi celebrado por este Ministério sob a égide da Instrução Normativa nº 2, de 30.05./2017, publicada no DOU de, 31.05.2017. Do mesmo modo, foi iniciado o primeiro Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (PAR) no setor de licitações e contratos, com acompanhamento desta Corregedoria.

Por meio da Portaria nº 859, de 10.10.2017, publicada no DOU nº 196, de 11.10.2017, foi nomeado o novo Corregedor. A partir de então foram estabelecidas as principais linhas de atuação da Corregedoria, com base em registros históricos da Unidade e nas necessidades de aprimoramento da gestão identificadas, dentre as quais se destacam a finalização dos processos mais antigos que correm risco de prescrição, o treinamento do corpo técnico, a comunicação e a interação com as comissões, com as unidades do Ministério e com a Corregedoria-Geral da União.

Importante destacar a criação do Comitê Técnico de Correição (CTC) por meio da Portaria 951, de 21.11.2017. O Comitê é composto por órgãos vinculados e entidades supervisionadas do Ministério, com a finalidade de promover a integração e o aperfeiçoamento de suas instâncias de correição.

O referido CTC realizou duas reuniões em 2017, com a participação das seguintes Corregedorias: Seccional do MTPA, DNIT, INFRAERO, ANTAQ, ANTT, ANAC, assim como com as áreas responsáveis pela atividade correcional da VALEC, da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), da Companhia Docas do Estado da Bahia (CODEBA), da Companhia Docas do Pará (CDP), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA).

Dentre as atividades iniciadas pelo CTC destacam-se: i) levantamento e organização de normas disciplinares dos membros do CTC; ii) um censo sobre a situação das corregedorias e áreas de correição dos membros do CTC; e iii) levantamento e preparação de material para campanhas de prevenção de ilícitos disciplinares.

Em paralelo às atividades típicas de correição, no ano de 2017 a Corregedoria do MTPA passou a contribuir com as ações relativas à implantação do Programa de Fomento à Integridade, ao qual o Ministério aderiu formalmente. Antecipando as atividades do Programa de Fomento à Integridade, a Corregedoria fez um levantamento de todos os processos julgados de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, com dados relevantes para análise de risco por meio da atividade da Corregedoria.

A Corregedoria iniciou o exercício de 2017 com 27 procedimentos administrativos em curso, os quais, somados aos 20 novos procedimentos, perfizeram um total de 47 processos analisados até 31.12.2017. Destes, 18 ainda terão prosseguimento no exercício de 2018.

Tabela 67 - Procedimentos disciplinares instaurados em 2017

Procedimentos Disciplinares Instaurados em 2017	Autoridade Instauradora		Total
	Gabinete do Ministro	CORREG/SE/MT	

Processo Administrativo Disciplinar	07	02	
Processo Administrativo (PA)	-	02	
Sindicância Investigativa	03	05	
Investigação Preliminar		01	
*TAC		01	
Total Geral de Procedimentos Disciplinares instaurados			21
Obs. Total de 20 (vinte) processos instaurados, e 01 (um) *TAC			

Fonte: CORREG

Tabela 68 – Procedimentos disciplinares julgados em 2017

Procedimentos Disciplinares Julgados em 2017	Autoridade Instauradora		Total
	Gabinete do Ministro	CORREG/SE/MT	
Processo Administrativo Disciplinar	10	06	
Processo Administrativo (PA)	-	08	
Sindicância Investigativa	03	06	
Total Geral de Procedimentos Disciplinares julgados			33

Obs.: Compreende também processos instaurados por Portaria Conjunta com o DNIT.

Fonte: CORREG

Tabela 69 – Penalidade aplicadas em 2017

Geral de Penalidades aplicadas em 2017			
Penalidades	Autoridade Instauradora		Total
	Gabinete do Ministro	CORREG/SE/MT	
Advertência	-	-	
Suspensão	-	-	
*Demissão	02	-	
Conversão de exoneração em Destituição de Cargo em Comissão	01	-	
Destituição de Cargo em Comissão	-	-	
Rescisão de Contrato de Trabalho – CLT	-	05	
Cassação de Aposentadoria	-	-	
Total Geral de penalidades aplicadas			8

Fonte: CORREG

Obs.: * Das duas demissões, uma teve reintegração por via judicial.

Cumpra a esta Corregedoria, portanto, cadastrar e atualizar os dados no Sistema CGU-PAD de todos os processos disciplinares do MTPA, inclusive os que dizem respeito à apuração de irregularidades ocorridas no âmbito do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

(DNER) e do Departamento da Marinha Mercante (DMM). Além destes, a Corregedoria também assumiu o cadastramento dos procedimentos disciplinares instaurados por meio de Portaria Conjunta entre o Ministério, o DNIT e a Procuradoria-Geral Federal (PGF), uma vez que nestes casos a autoridade julgadora é o Ministro de Estado do MTPA.

Com o advento do Ofício-Circular nº 5627/CRG/CGU-PR, de 11.03.2015, a Corregedoria/MTPA passou a cadastrar no CGU-PAD os procedimentos administrativos disciplinares instaurados, os quais englobam as apurações disciplinares com juízo de admissibilidade em elaboração, as investigações preliminares e os processos que aguardam a disponibilidade de pessoal para designar a comissão, de forma a ampliar e otimizar o monitoramento por parte da CRG/CGU e da própria Seccional.

Cabe ainda alimentar o CGU-PJ, sistema voltado para o registro de informações sobre os Processos Administrativos de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (PAR).

4.3. Gestão de riscos e controles internos

A Assessoria Especial de Controle Interno vem atuando de modo a implementar a melhoria constante na gestão de riscos, com adoção de mecanismos na condução dos processos internos, para o aperfeiçoamento das práticas de gestão de riscos associadas às diversas atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério.

A publicação da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10.05.2016, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) promoveu verdadeira revolução na Gestão de Riscos por parte da Administração Pública Federal, uma vez que determina aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a adoção de medidas que desenvolvam mecanismos e práticas relacionadas à Governança, à Gestão de Riscos e aos Controles Internos, de forma sistêmica.

A IN 01 define que o dirigente máximo de cada órgão ou entidade é o responsável pelo estabelecimento da estratégia de organização e da estrutura de gerenciamento de riscos. Além disso, o Dirigente Máximo da Entidade tem a responsabilidade de estabelecer, de forma continuada, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

Todo risco deve estar associado a um agente responsável formalmente identificado. O agente responsável pelo risco deve ser um gestor cujo nível e alçada lhe proporcione orientar e acompanhar as ações de mapeamento, avaliação e mitigação do risco.

Consta da norma a instituição de Comitê de Governança, Riscos e Controles em todos os órgãos federais, o qual será liderado pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, pelos dirigentes das unidades a ele diretamente subordinadas e será apoiado Assessoria Especial de Controle Interno, e deverá promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência, efetividade das informações e, dentro dessa finalidade, promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos; assegurando a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões de acordo com a legislação vigente.

5. Áreas especiais da gestão

5.1. Gestão de pessoas

O Ministério não dispõe de servidores temporários. A necessidade atual deste Órgão na recomposição de sua força de trabalho não se enquadra nas tipicidades prescritas na Lei nº. 8.745, de 1993, que dispõe sobre as contratações por tempo determinado no âmbito do serviço público, destinadas a situações ditas excepcionais e temporárias.

Conforme se depreende dos dados apresentados nos quadros a seguir, o Quadro de Pessoal efetivo deste Ministério encontra-se defasado e envelhecido. Atualmente conta com servidores e empregados com idade média superior a 55 anos e mais de 50% em plenas condições de aposentar-se. Esta situação foi gerada por longos períodos, sem reposição adequada de pessoal, cujos últimos ingressos foram em 1994 e em 2010, este último em quantidade muito aquém do demandado.

A despeito disso, esforços gerenciais também têm sido feitos no sentido de otimizar o trabalho, com vistas a garantir o melhor desempenho possível em meio a essas condições. Em maio de 2016, foi implantado o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, que no âmbito deste Ministério e principalmente nesta COGEP, teve papel importante na diminuição do uso do papel como suporte físico, a virtualização de processos, o acesso simultâneo de várias unidades, ainda que distantes fisicamente, bem como a redução do tempo de realização das diversas atividades.

Ainda no mês de maio de 2016, foi elaborado o estudo e conseqüente proposta para instalação de ponto eletrônico no âmbito deste Órgão para os servidores e empregados públicos, incluindo os Núcleos de Recursos Humanos nos Estados. A aludida demanda tem por finalidade uma aferição mais fidedigna da frequência do corpo funcional, minimização de erros materiais, maior controle da documentação apresentada pelas unidades organizacionais, trazendo com isso mais facilidade de busca, pesquisa e localização das informações relacionadas à frequência funcional, melhoria da gestão do controle de assiduidade, bem como maior celeridade na adoção de medidas administrativas cabíveis.

Além desses fatos elencados, a COGEP elaborou proposta de aquisição de Sistema Informatizado de Gestão de Pessoal, o qual foi submetido à SAAD mediante respectivo Documento de Oficialização da Demanda (DOD), que se encontra em fase de processo licitatório. Esse Sistema tem como escopo o gerenciamento de toda a parte de pessoal, cadastro, pagamento, avaliação de desempenho, capacitação e desenvolvimento funcional, atualmente segregados em vários sistemas e planilhas sem interface entre si.

Não obstante às dificuldades apresentadas em relação à falta de pessoal, diversas determinações atribuídas foram cumpridas. Podemos citar, como exemplo, as Trilhas de Auditoria de Pessoal demandadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) à COGEP, que no ano de 2016, apurou 100% do grupo de trilhas da competência 06/2015, que totalizava 567 casos. As demais competências 06/2014, 12/2015, 06/2016 e 06/2017, dentre as 7846 inconsistências apresentadas, foram apuradas 7830.

Em relação às Deliberações do TCU, no de 2017 foram encaminhados, por meio do Sistema e-pessoal, 777 casos de inconsistências/desconformidades encontradas pelo Órgão de Controle, sendo todas analisadas e finalizadas por esta COGEP.

Além da rotina de ações afetas a gestão de cadastro da folha de pagamento do Órgão, composto por mais de 71.000 pessoas, cabe destaque especial, ainda, os seguintes trabalhos:

- Tratamento de demandas judiciais: 5154 processos.

- Processos de pensão avaliados no decorrer do ano de 2017: 1093 casos.

- Gestão do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores e Dependentes: média mensal de 16.280 pessoas atendidas pela GEAP e média mensal de 742 pessoas que recebem o Ressarcimento Auxílio Saúde.

- Gestão/Fiscalização de Contratos de Serviços terceirizados: três contratos com o total de 398 (Trezentos e noventa e oito) postos de trabalho, relativos às áreas de apoio administrativo, secretariado e central de relacionamento.

Visando o atingimento dos objetivos estratégicos relacionados inicialmente às Pessoas (*Desenvolver Competências Estratégicas – Quali e Quanti*) e ao Ambiente Organizacional (*Garantir Ambiente Organizacional Propício – motivação, transversalidade e comunicação interna*), não obstante às restrições orçamentárias, foram executadas ações a fim de aumentar o grau de satisfação e desempenho dos servidores, colaboradores e estagiários, promovendo ações de capacitação e treinamento de Pessoal no âmbito deste Ministério, as quais são normatizadas pela Portaria MT nº 433/2013, que dentre outras regras define que todas as capacitações têm de estar atreladas a objetivos estratégicos institucionais.

As restrições orçamentárias governamentais, a transferência das competências da Secretaria de Portos e Aviação Civil para este Ministério, por meio da Lei nº 13.341/2016, bem como a tardia edição do Decreto nº 8.540/2015, impactaram na execução do Plano Anual de Capacitação. Com isso houve um reduzido número de capacitações, totalizando apenas 83 servidores.

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

O quadro a seguir demonstra a força de trabalho da Unidade, quanto a tipologia dos cargos, sua lotação, os ingressos (entraram no órgão) no exercício e os egressos (saíram do órgão) no exercício em análise.

Quadro 5.1.1.1 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	1.207	82	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	02	02	02
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	1.205	80	23
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	617	00	04
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	190	67	15
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	01	01	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	397	12	04
2. Servidores com Contratos Temporários	-	00	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	154	47	15
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	1.359	129	40

Fonte: Divisão de Cadastro - DICAD/COAD/COGEP

O quadro acima apresenta apenas os servidores de carreira, não foram contabilizados os empregados públicos.

Em conformidade com as orientações constantes da Portaria Normativa nº 5, de 31.08.2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, do MP em cumprimento à determinação do Acórdão nº 303/2015 - TCU - Plenário, de 25.02.2015, bem como no Parecer AGU JT-01/2007, aprovado pelo Presidente da República, publicado no DOU, de 31.12.2007, está ocorrendo, no âmbito deste Ministério, a transposição do Regime Estatutário para o Regime de Trabalho Celetista de que trata o Decreto-Lei nº 5.452, de 01.05.1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referente aos servidores reintegrados das extintas empresa de Portos do Brasil (PORTOBRAS) e Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), a contar da data em que foram indevidamente transpostos para o Regime Estatutário. Do total de 762 (setecentos e sessenta e dois) casos a serem analisados, 25 (vinte e cinco) foram transpostos para a CLT, na categoria de empregados públicos.

O quadro a seguir demonstra a distribuição da lotação efetiva dos servidores nas áreas meio e fim da unidade.

Quadro 5.1.1.2 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	880	325
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	880	325
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	484	133
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	63	127
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	332	65
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	108	46
4. Total de Servidores (1+2+3)	988	371

Fonte: Divisão de Cadastro - DICAD/COAD/COGEP

No quadro acima, a área fim abrange as atividades desta UPC correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos, quais sejam, prover o apoio necessário à Secretaria Executiva no acompanhamento e na supervisão das atividades desenvolvidas pelas entidades vinculadas ao Ministério. Dessa forma, o quantitativo apresentado compreende os servidores da SNTTA, SAC, SPI, SFP e SNP, para atendimento à demanda de trabalho na realização de suas competências regimentais.

A área meio abrange todas as demais áreas da estrutura regimental deste Ministério, inclusive o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva, e corresponde às demais atividades que dão suporte técnico-administrativo à realização de suas atividades finalísticas.

Os demais servidores e empregados públicos não enumerados no quadro acima, são 149 cedidos e 792 celetistas e anistiados, dos quais 653 encontram-se em exercício em outros órgãos.

Quadro 5.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	--	293	137	95

1.1. Cargos Natureza Especial	--	02	02	02
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	--	291	135	93
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	--	40	23	57
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	32	16	07
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	--	81	50	16
1.2.4. Sem Vínculo	--	135	46	13
1.2.5. Aposentados	--	03	00	00
2. Funções Gratificadas	--	170	39	08
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	--	167	38	08
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	02	01	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	--	01	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	--	463	176	103

Fonte: Divisão de Cadastro - DICAD/COAD/COGEP

O quadro acima apresenta o total de Cargos de Natureza Especial, do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e as Funções Gratificadas, aprovadas pelo Decreto nº 8687/2016.

Não estão incluídos os cargos de DAS, em caráter temporário, da Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), aprovados pelo Decreto nº 6018/2007, os quais correspondem a: 42 (quarenta e dois), sendo 37 ocupados e 5 vagos; 20 por requisitados, 16 por sem vínculos e 1 por efetivo.

O quadro acima não apresenta o quantitativo das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), as quais foram criadas pela MP 731/2016, convertida na Lei 13.346, de 10.10.2016 e correspondem a: 207 (duzentos e sete), sendo 197 ocupadas e 10 vagas; 76 ocupadas por servidores efetivos, 77 por servidores em exercício descentralizado e 44 por servidores requisitados.

Análise Crítica

O Ministério, encontra-se com o Quadro de Pessoal extremamente precário para fazer frente às suas competências institucionais, tanto por carência de renovação do perfil profissional, quanto por falta de recomposição tempestiva da força de trabalho, evadida ao longo dos últimos anos.

Desde 1987, ocorreram somente duas oportunidades de ingresso de servidores mediante concurso público, em 1994 e 2010. Do último concurso realizado, além de ter sido autorizado quantitativo muito aquém da necessidade do Órgão, apenas 170 (cento e setenta) vagas, mais de um terço já se encontram desprovidas em função da evasão de pessoal.

Este grande lapso temporal, decorrido desde 1987 até os dias atuais, sem o ingresso suficiente de novos servidores para suprir as vacâncias e assumir trabalhos fruto da expansão das atividades desta Pasta, ensejou várias providências emergenciais, porém paliativas. Dentre essas, podemos mencionar a busca por profissionais do Quadro Descentralizado Ministério do Planejamento, a contratação de mão de obra acessória e especializada, através de empresas de prestação de serviços. Tais providências, no entanto, além de criarem algumas distorções administrativas indesejáveis, não resolvem o gritante problema da falta de pessoal efetivo.

Outra grande preocupação identificada é a previsão de aposentadorias, especialmente para 2017, tendo em vista o grande número de servidores que percebem abono de permanência, ou seja,

o Órgão poderá, ainda, perder cerca de 50% de seus servidores efetivos em curtíssimo prazo. Destaca-se também a alta faixa etária dos servidores que compõem o Quadro de Pessoal desta Pasta, o que denota um envelhecimento rápido da força de trabalho e a possível redução, em futuro próximo, de servidores ativos.

Muito embora essa falta de pessoal prejudique o bom andamento do serviço, no âmbito deste Ministério, estão sendo adotados procedimentos de modernização com destaque para a digitalização de todo o acervo funcional dos servidores/empregados, tanto os ativos quanto os inativos (aposentados, falecidos, exonerados, etc.), gerando mais organização e eficiência. Após a conclusão da digitalização, incluiremos esse acervo no Sistema de Assentamento Funcional Digital (AFD), disponibilizado pelo Ministério do Planejamento.

➤ Política de Capacitação e treinamento de Pessoal

As ações de capacitação e treinamento de Pessoal no âmbito deste Ministério são normatizadas pela Portaria MT nº 433/2013, que dentre outras regras define que todas as capacitações têm de estar atreladas a objetivos estratégicos institucionais.

Muito embora ainda não tenha sido publicado o novo Regimento Interno desta Pasta, que disporá sobre a estrutura regimental e a distribuição dos cargos ou funções do quadro efetivo, isso não inviabilizou a realização de ações prioritárias para as áreas meio e fim, visando o atendimento dos objetivos e metas das unidades organizacionais da Pasta.

Visando o atingimento dos objetivos estratégicos relacionados inicialmente a Pessoas (*Desenvolver Competências Estratégicas*) e ao Ambiente Organizacional (*Garantir Ambiente Organizacional Propício*), foram adotadas ações que vão ao encontro da Gestão por Competência. O objetivo é estruturar e atualizar o mapeamento das competências a partir do novo Regimento Interno do Ministério, a fim de desenvolver programas de ações de capacitação e treinamento cada vez mais assertivos.

Considerando as recomendações constantes no Relatório Final do Mapeamento de Competências elaborado pela UFPA, foi realizada ação de capacitação denominada "Desenvolvimento de Líderes: Coordenadores do MTPA", sendo a primeira ação realizada com base no Mapeamento de Competências, a qual contribuiu para o desenvolvimento das competências gerenciais dos servidores no exercício de suas funções, visando o atendimento das competências prioritárias e necessárias, sendo esta a ação que absorveu o maior volume dos recursos executados.

Em razão das restrições orçamentárias ocorridas desde a publicação do Decreto nº 8.540/2015, o recurso inicialmente disponibilizado para o atendimento das ações de treinamento e capacitação de pessoal em 2017 foi de R\$ 200.000,00 (duzentos e mil reais). Em face do recurso limitado, foi feito um acompanhamento cuidadoso de sua distribuição entre as Unidades Organizacionais do Ministério, para que esta ocorresse de forma mais equânime, permitindo a todas as áreas a realização de suas ações de capacitação mais prioritárias.

Posteriormente, foram acrescentados, no final do exercício, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), totalizando R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para ações de capacitação em 2017. O recurso adicional foi empenhado para atendimento demandas que haviam sido restringidas ao longo do exercício por indisponibilidade orçamentária. Em razão do momento da realização do empenho, as ações de capacitação serão executadas em 2018.

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Este item tem por finalidade informar sobre as principais rubricas de despesas com o pessoal da UPC, conforme quadro a seguir:

Quadro 5.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	298.375,09	30.934,70	-	16.700,49	-	-	-	-	346.010,28
	2017	189.954,96	-	15.829,58	-	47.331,35	-	15.829,56	-	-	268.945,45
Servidores de carreira vinculados ao Órgão da unidade											
Exercícios	2016	73.427.763,44	4.068.390,97	61.524.017,90	1.176.291,11	12.701.415,30	3.587.462,31	924.570,23	11.252.093,62	367.925,82	169.029.930,70
	2017	47.570.983,08	3.999.722,84	7.488.887,71	65.587,31	10.263.816,80	4.105.376,58	28.834.626,82	196.442,50	2.034.551,16	104.559.994,80
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da unidade											
Exercícios	2016	6.566.009,85	-	-	-	-	-	-	-	-	6.566.009,85
	2017	226.809,19	9.312.510,13	976.137,50	1.405,50	210.727,68	26.793,06	416.286,52	11.810,70	-	11.182.480,28
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporário)											
Exercícios	2016	6.477.525,61	-	748.402,11	-	-	-	-	-	-	7.225.927,72
	2017	18.195.305,90	-	825.557,27	3.187,51	1.217.267,28	184.011,89	303.791,85	5.617,50	-	20.734.739,20
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	59.686,37	-	-	-	-	-	-	-	-	59.686,37
	2017	4.581.718,23	-	788.696,89	-	514.942,98	470.727,51	3.757.088,65	4.733,57	153.491,10	10.271.398,93
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: COAD/COGEP

'- Não há servidores com contrato temporário nesta Unidade.

'- Os valores dos campos (gratificações, adicionais e indenizações) referentes a Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da unidade e Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública, exceto temporário, estão inseridos no título "Servidores de carreira vinculados ao Órgão da unidade", considerando que em análise aos relatórios de despesas foi constatado que tais valores se encontram consolidados, isto é, sem separação por situação.

Os valores referentes à despesa com pessoal estão constituídos em acordo com a atualização prevista na Lei nº 11.357, de 19.10.2006, alterada pela Lei nº. 13.324, de 29.07.2016, a qual fixou a remuneração e o reajuste de carreiras para os Exercícios 2015 a 2017, contemplando os cargos integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), cargos comissionados, funções de confiança, gratificações temporárias, bem como o valor do ponto da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE).

Fato extraordinário, ocorrido em 2016, repercutiu na despesa de pessoal deste Órgão, em decorrência da Medida Provisória nº 726, de 12.05.2016, publicada no DOU do mesmo dia convertida na Lei nº 13.341, de 29.09.2016, publicada no DOU, de 30.09.2016, mediante a qual as então Secretarias de Portos (SEP) e de Aviação Civil (SAC), ambas vinculadas à Presidência da República, foram extintas e suas competências transferidas para este Ministério. Dessas alterações, destaca-se a majoração do custo da folha de pagamento, incluídos os benefícios e as indenizações, fruto da absorção de 333 (trezentos e trinta e três) agentes públicos, englobando servidores efetivos, comissionados e empregados públicos vinculados às extintas Secretarias, integradas à UPAG deste Órgão, impactando entre os meses de abril e junho de 2017. Tal situação, quando ainda em perspectiva, suscitou em acréscimo orçamentária para o Exercício 2017 num acréscimo do custo da folha de pagamento para o provimento do Quadro de Pessoal que veio a se consolidar.

Destaca-se, ainda, os efeitos surgidos com o Acórdão nº 303/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou a transposição de Regime de Estatutários para Celetistas dos servidores originários das extintas Portobrás e EBTU. Os procedimentos estão estabelecidos na Portaria Normativa nº 5/2016 da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (SEGRT/MP).

No exercício de 2017, foram autuados processos administrativos individuais, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa, para início dos procedimentos de transposição para o regime celetista dos anistiados, cuja submissão ao Regime Estatutário foi impugnada pelo TCU.

As implementações no Sistema SIAPE promoveram um acréscimo na folha de pagamento, considerando o salário de celetista para o qual, aplicados os indexadores da Previdência Social, resultaram, em regra, numa diferença a maior em comparação à remuneração recebida na condição de servidor estatutário ativo ou aposentado, conforme o caso.

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No que tange à gestão de riscos, cumpre informar que, com o advento da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, de 10.05.2016, publicada no DOU, de 11.05.2016, Seção 1, este Ministério instituiu Grupo de Trabalho por meio da Portaria/SE/MTPA nº 2644, de 02.08.2017, a fim de alinhar a governança do MTPA com as práticas de gestão e com o objetivo de propor instâncias, estruturas e respectivas competências e atribuições referentes à Gestão de Riscos e Controles Internos.

Como fator gerador de riscos ao cumprimento da missão institucional, é necessário ressaltar o grande déficit funcional desta Pasta, que detém um exíguo quadro de pessoal, reflexo do alto índice de evasão (exonerações, vacâncias e aposentadorias) somado à inexistência de certame público para recomposição do quadro funcional.

Há que se destacar, que a baixa remuneração das carreiras de base do Poder Executivo Federal faz com que os servidores admitidos por meio de concurso público permaneçam por pouco tempo no Órgão, uma vez que se submetem a novos concursos ou oportunidades com salários maiores.

Dessa forma, o conhecimento não é transferido, ou seja, os servidores mais antigos se aposentam e a bagagem de conhecimento é repassada para mão de obra composta por estagiários e terceirizados, cuja presença no serviço público é temporária, agravando mais ainda os problemas relacionados à gestão de pessoal, podendo comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional a longo prazo, bem como os objetivos estratégicos em médio e longo prazo.

É imprescindível destacar que as dificuldades de acesso ao cadastro de servidores/empregados da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) vem comprometendo a conclusão de pedidos de concessão/revisão de benefícios e a prestação de informações, em tempo hábil, ao Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Advocacia-Geral da União (AGU) e Órgãos de Justiça em geral.

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

As regras de contratação e fiscalização da mão de obra terceirizada seguem as diretrizes previstas no Decreto nº 2.271, de 07.07.1997, a Portaria nº 409, de 21.12.2016, bem como das Instruções Normativas nº 04 de 12.11.2010, e nº 05, de 25.05.2017.

A contratação de mão de obra terceirizada restringe-se à execução de atividades de apoio e assessoramento administrativo, secretariado e tele atendimento, em área meio deste Ministério, totalizando 398 (trezentos e noventa e oito) postos de trabalho, com o objetivo de auxiliar na execução de tarefas administrativas de acordo com o estabelecido nos respectivos contratos.

Para melhor cumprimento e execução dos referidos serviços, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) mantém vinculado a cada contrato equipe de servidores designados para as funções de fiscal técnico, fiscal administrativo e gestor, promovendo assim o ideal acompanhamento da prestação dos serviços.

Cumprе ressaltar que, mesmo com o auxílio das citadas contratações, é urgente a necessidade de realização de novo certame público que venha a recompor a força de trabalho desta Pasta, reduzindo ou extinguindo a dependência de mão de obra terceirizada.

Quadro 5.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas						
UG/Gestão: 390004						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, implantação, treinamento e operação gerenciada de Central de Relacionamento, na modalidade Ativo e Receptivo	CTIS Tecnologia S/A (01.644.731/0001-32)	26/09/2014	26/09/2018	Nível médio	Ativo Prorrogado (P)
2015	Contratação de	EMPRESA Gestão de	06/01/2015	06/01/2019	Nível médio	Ativo

	empresa para execução indireta de serviços de apoio administrativo de secretariado, por meio da disponibilização de profissionais das categorias profissionais de Secretário-Executivo e de Técnico em Secretariado	Pessoas e Serviços LTDA (03.873.484/0001-71)				Prorrogado (P)
2015	Contratação de empresa para execução indireta de serviços de apoio técnico administrativo, por diversas categorias laborais, em atividades meio, no âmbito do Ministério dos Transportes	EMPRESA Gestão de Pessoas e Serviços LTDA (03.873.484/0001-71)	07/12/2015	07/12/2018	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: Serviço de Articulação e Informação – SEAINF/COGEP

As regras de contratação, as exigências sobre supervisão, a correlação com as atividades exercidas nas unidades e os valores de Bolsa-Estágio e Auxílio-Transporte dos estagiários são definidos pela Orientação Normativa nº 2, de 24.06.2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público/MP, publicada no DOU, de 28.06.2016, e que se ampara na Lei nº 11.788, de 25.09.2008.

O número máximo de vagas de Estágio disponibilizadas no SIAPE para cada Órgão correspondente 20% da força de trabalho, conforme a Lei 11.788/2008. No caso deste Ministério, seriam 764 vagas, sendo 283 de nível médio e 481 de nível superior. Contudo, entre 2012 e 2015 este Ministério limitou o número máximo de estagiários a 365, visando a racionalização dos gastos e a adequação ao perfil dos estagiários demandados pelas áreas.

A partir de 2016, em atendimento às recomendações exaradas no Parecer nº 00324/2015/CONJUR-MT/CGU/AGU, de 18.12.2015, que dispôs sobre a elaboração dos instrumentos de redução dos contratos de custeio, visando o alcance da meta de redução de 20% sobre o valor total dos contratos, nos termos do disposto no Decreto nº 8.540/2015, foi aplicada uma redução de 35% no número de vagas de estágio disponibilizadas às áreas do Órgão, resultando em um total de 231 vagas distribuídas.

Dessa forma, em 2017, o Programa de Estágios realizou 224 contratações, sendo que ocorreram 28 desistências, resultando em 196 novos estagiários, número muito próximo aos 198 desligamentos realizados no ano. Dos desligamentos, 74 foram a pedido dos estagiários, 84 por conclusão do período de estágio e 22 por interesse da administração, em razão de inassiduidade ou desempenho insatisfatório.

Das 231 vagas distribuídas, 44 (19%) são vagas de nível médio na área fim, 55 (24%) de nível superior na área fim, 59 (25%) de nível médio na área meio, e 73 (32%) de nível superior na área meio. A média de ocupação dos postos de estágio, ao longo de 2017, foi de 212, abaixo do limite estabelecido de 231.

Evolução da despesa com estagiários:

Tabela 70 – Evolução da despesa com estagiários

Período	2013	2014	2015	2016	2017
Quantidade (média)	280	273	290	211	212
AUXILIO TRANSPORTE (R\$)	443.751,68	433.840,06	459.702,76	334.832,02	338.510,00
BOLSA DE ESTAGIO (R\$)	1.307.860,41	1.242.481,79	1.376.550,06	1.085.035,94	1.055.282,37
COMPENSAÇÃO RECESSO (R\$)	23.543,03	46.460,79	51.864,19	63.783,03	47.958,97
TOTAL (R\$)	1.775.155,12	1.722.782,64	1.888.117,01	1.483.650,99	1.441.751,34

Fonte: COGEP/SAAD

5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

Informaremos neste item como o Ministério administra os bens imóveis sob sua guarda, evidenciando os controles internos relacionados à gestão do patrimônio imobiliário.

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito do Ministério é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL) que, dentre outras competências elencadas no Regimento Interno do MTPA, realiza a administração patrimonial de imóveis e manutenção predial, obras e serviços de engenharia. Atualmente, o Ministério possui um total de 10 (dez) imóveis para seu uso, sendo 07 (sete) no Distrito Federal e 03 (três) no Estado do Pará.

O gerenciamento e o controle dos imóveis são realizados por meio do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet). O objetivo do Sistema é, além de fazer a gerência da utilização dos imóveis da União, manter o cadastro de imóveis e usuários, emitir relatórios gerenciais, permitir utilização de elementos gráficos (mapas, fotos dos imóveis) e disponibilizar informações em interface simplificada e moderna.

No exercício de 2017, foram incorporados ao patrimônio deste Ministério 4.759 (quatro mil setecentos e cinquenta e nove) bens oriundos da extinta Secretaria da Aviação Civil (SAC), perfazendo um montante total equivalente a R\$ 19.428.276,84 (dezenove milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

5.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da união

O controle e a gestão dos imóveis da União sob a responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas se fazem por meio do Sistema de Registro dos Imóveis de uso Especial da União (SPIUnet). As atualizações das informações dos imóveis são inseridas no Sistema SPIUnet com reflexos nos registros contábeis.

No exercício de 2017, o Ministério devolveu à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) dois imóveis de Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) nº 0427.00520.500-7e RIP nº 0427.00522.500-8, localizados na cidade de Belém/PA

Tabela 71 - Distribuição geográfica dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UPC	
		2017	2016
BRASIL	UF 1 - DISTRITO FEDERAL	7	7
	BRASILIA	7	7

UF 2 - PARA	3	5
BELEM	3	5
Sub Total (BRASIL)	10	12
EXTERIOR PAÍS - NÃO TEM	0	0
Subtotal (EXTERIOR)	0	0
Total (Brasil + Exterior)	10	12

Nota: Foram devolvidos à Secretaria do Patrimônio da União - SPU dois imóveis localizados em Belém/PA – RIP **0427.00520.500-7** e RIP **0427.00522.500-8**

https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/consulta/Cons_PorUG_Imov.asp

Tabela 72 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UPC

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9701 214485.500-7	11	Bom	18/08/2014	48.689.561,12
	9701 21382.500-9	10	Bom	23/02/2018	19.788.896,65
	9701 21377.500-1	10	Bom	26/01/2018	1.846.691,09
	9701 21381.500-3	4	Bom	08/01/2018	1.969.960,40
	9701 21374.500-5	13	Bom	20/01/2018	332.430,00
	0427 00537.500-0	13	Regular	18/12/2015	117.116,54
	0427 00539.500-0	13	Regular	18/12/2015	108.896,80
	9701 33067.500-3	4	Bom	23/02/2018	110.810,00
	9701 33069.500-4	4	Bom	23/02/2018	110.810,00
	0427 00732.500-0	13	Regular	18/12/2015	116.143,71

Obs.: A Área utilizada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil referente ao RIP: 9701.21448500-7 (Ed. Sede) é 11.037,36 M2, Valor da Utilização 21.717.496,14

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet

5.3. Gestão da tecnologia da informação

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) integra a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD). Sua missão é prover soluções de Tecnologia da Informação (TI) eficazes, que proporcionem participação social, transparência das informações e otimização dos serviços digitais no desenvolvimento das políticas públicas do MTPA.

A CGTI executa e implanta as políticas e diretrizes de segurança da informação e comunicação, elabora normas internas e utiliza padrões para aquisição e uso dos recursos Tecnologia da Informação (TI), coordena o desenvolvimento e a implantação de software, realiza análises e modelagens de dados, define diretrizes e padrões de gerenciamento de projetos de software, elabora o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) em conjunto com o Comitê de Governança Digital, visando ampliar, modernizar e adequar às soluções tecnológicas que suportam as políticas públicas do MTPA.

Com o alinhamento do PDTI 2015/2017 ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI), foi possível obter maior efetividade no desenvolvimento das ações na área de Tecnologia da Informação (TI), de forma a rever e replanejar as ações de TI do Ministério a curto, médio e longo prazo, com uma visão alinhada ao planejamento estratégico institucional.

É importante ressaltar que a rotatividade dos servidores de TI representou fator limitador para a realização dos objetivos traçados pela área de TI para o exercício de 2017.

Acreditamos ser o presente relatório uma oportunidade de demonstrar e reafirmar a intenção de continuar proporcionando soluções de Tecnologia da Informação que subsidiem à tomada de decisão dos vários níveis do Ministério.

➤ Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no ano de 2017 e quais as principais decisões tomadas:

De acordo com art. 4º da Portaria SE-MTPA nº 3539, de 19/09/2017, compõem o Comitê de Governança Digital (CGD):

- I - o Secretário-Executivo;
- II - o Chefe de Gabinete do Ministro;
- III - o Secretário de Política e Integração;
- IV - o Secretário de Fomento e Parcerias;
- V - o Secretário Nacional de Transportes Terrestres e Aquaviários;
- VI - o Secretário Nacional de Aviação Civil
- VII - o Secretário Nacional de Portos;
- VIII - o Subsecretário de Assuntos Administrativos;
- IX - o Subsecretário de Planejamento e Orçamento;
- X - o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.

§ 1º Comitê de Governança Digital (CGD) será presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Parágrafo Único - Nas faltas e impedimentos do Presidente e de seu substituto, presidirá o CGD o Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva.

§ 2º Os suplentes dos integrantes do Comitê serão seus substitutos legais.

§ 3º Os suplentes dos integrantes do Comitê ficarão investidos em todas as competências do titular, gozando de poderes especiais de representação quanto às matérias de competência do Comitê e suas decisões terão efeito vinculante em relação à seção representada.

No decorrer de 2017, o Comitê de TI reuniu-se em três oportunidades. As principais decisões deliberadas pelo Comitê envolveram os seguintes temas:

- 2ª Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2015-2017;
- Plano de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicação;
- Designação do Gestor de SIC;
- Comitê de SIC; e
- Alteração da nomenclatura, composição, competências e regimento interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGETI) para uma nova estrutura de colegiado denominada Comitê de Governança Digital (CGD), em alinhamento ao Decreto nº 8.638 de 15.01.2016.

É importante destacar a participação da CGTI nas reuniões do Comitê Executivo de Tecnologia e de Gestão da Informação dos Transportes (CETIT). Tal Comitê é composto por representantes do MTPA, DNIT, ANTT, ANTAQ, VALEC, ANAC e INFRAERO. O CETIT tem por objetivo promover a integração e a articulação entre os programas de governo, planos, projetos e atividades, por meio da definição de políticas, diretrizes e normas relativas à TIC e à Gestão da Informação, de forma a nortear as ações de TIC do MTPA e entidades vinculadas.

Tabela 73 – Principais sistema de informação

Portfólio dos Principais Sistemas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							
Sigla	Descrição	Escopo resumido	Responsável Técnico	Gestor da Área de Negócio	RETENÇÃO DE BACKUPS	RPO (Recovery Point Objective): Tempo máximo aceitável de perda de dados devido a um desastre.	RTO (Recovery Time Objective): Tempo máximo aceitável para recuperação de um processo de negócio após um desastre.
ADM CIDE	Administrador Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Gestor do sistema CIDE - WEB	Felipe Torres	Marcos Vinícius - SNTTA	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
AECI ASSAD	Assessoria de Controle Interno	Controlar as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	Wyslane – ASSAD - GM	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
AECI ASSAM	Assessoria de Controle Interno	Controlar as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	Matheus – ASSAM - GM	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
AECI SEGES	Assessoria de Controle Interno	Controlar as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	Manuel SNTTA	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
AECI - SPI	Assessoria de Controle Interno	Controlar as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	SPI	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
ASI - PATRIMÔNIO		ASI - Patrimônio	Ciro Salomão	Gilvan Meneses - CGRL	6 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
AUXFUN	Auxílio Funeral	Analisar e instruir processos de auxílio funeral para os Servidores Ativos e Aposentados.	Maria de Fátima	Carlos Rafael -CGRH	12 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
CADIPP	Cadastro de Interessados Ponto de Parada	Responsável por cadastrar todos os pontos de paradas dos motoristas em cada posto do território nacional	Felipe Torres	Wagner Oliveira – SPI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

CAPPL	Consultar Andamento de Processos Passe Livre	Responsável por disponibilizar os processos em andamento do Passe Livre	Ayrton Silva	Roberto Marciano - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
CARGA FITA ESPELHO	CARGA FITA ESPELHO	Atualiza a base BD_RH através de importação de arquivo mensal do SIAPE para servidores ativos, pensionistas e aposentados.	Felipe Torres	Carlos Rafael/CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
CARGA MARINHA MERCANT E	CARGA MARINHA MERCANTE	Carga de importação dos arquivos de Consignatários, Empresas e Agências da Marinha Mercante.	Felipe Torres	Carlos Rafael -CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	Felipe Torres	Marcos Vinicius - SNTTA	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12 h
EGAB	Sistema eletrônico de Gabinete	Responsável pelo cadastro de agenda, contato, pleito, requerimento, perfis parlamentares, convite e demais funcionalidades que permitem interlocução política Ministerial.	Felipe Torres	Luis Rodrigues – ASSAD -GM	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
FORMAR	Acompanhamento de Formação de servidores	Acompanhamento de formação de servidores	Felipe Torres	Carlos Rafael -CGRH	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
GPWEB	Gestão de Projetos WEB	Responsável por monitorar todos os contratos ativos e inativos do MTPA	Lorena Lima	Viviane Fleury - CGTI - COGIN	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
HELP ONLINE	Guia prático de ajuda	Sistema responsável por centralizar o <i>help</i> das aplicações do MTPA, facilitando a manutenção e criação do conteúdo do <i>help</i> das funcionalidades das aplicações. Os <i>helps</i> de funcionalidades devem ser criados com o objetivo de auxiliar o usuário, de forma clara e objetiva, na melhor utilização da funcionalidade.	Valdinere Carneiro	Felipe Torres –CGTI - COPSI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
INTERNET	Portal do MT	Disponibiliza na <i>web</i> informações referente ao MT permitindo maior interação com o público interessado. O sistema mantém a atualização e inclusão de conteúdo no Portal do Ministério dos Transportes de forma dinâmica.	Lino Neto	Laura Almeida – ASCOM - GM	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
INTERNET – ADMINISTRADOR	Administrador de conteúdo	Publicador na <i>web</i> de informações referente ao MTPA, permitindo maior interação com o público interessado. O sistema mantém a atualização e inclusão de conteúdos no Portal do Ministério de forma dinâmica.	Lino Neto	Laura Almeida – ASCOM - GM	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
INTRANET	Portal do MT interno	É um instrumento para gerir a informação permitindo o adequado processo da comunicação organizacional interna.	Lino Neto	Laura Almeida – ASCOM - GM	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
INTRANET	Administrador de conteúdo	É um instrumento de gerir a informação permitindo o adequado processo da comunicação organizacional interna.	Lino Neto	Laura Almeida –	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

				ASCOM - GM			
Portal da Estratégia	Portal do Planejamento Estratégico Institucional	Disponibiliza na web informações referente ao planejamento estratégico do MTPA, permitindo maior interação com o público interessado.	Lino Neto	Orlando Filho –SPI	3 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
Portal da Estratégia – ADMINISTRADOR	Administrador de conteúdo do PEI	Publicador de informações da Subsecretaria SPI	Lino Neto	Orlando Filho –SPI	3 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
PLANO DE SAÚDE	PLANO DE SAÚDE	Receber mensalmente a movimentação dos atendimentos realizados pela conveniada, realizar batimento com as informações dos servidores na base de dados do sistema de recursos humanos, controlar descontos na folha de pagamento do benefício de plano de saúde, o batimento de servidores que estejam fora da folha ou com nome diferente, e realizar o controle dos estornos. (Extração de Arquivos)	Maria de Fátima	Robson Andrade - COGEP	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
RECAD - WEB	RECAD - WEB	Consulta externa para os processos referentes ao recadastramento anual dos aposentados e pensionistas do Ministério.	Maria de Fátima	Robson Andrade – COGEP	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
REIDI	Regime Especial para o desenvolvimento de da Infraestrutura	Preenchimento automático de informações de projetos aprovados pelo Ministério no REIDI - Regime Especial para o desenvolvimento da Infraestrutura neste MTPA, para encaminhamento à Secretaria da Receita Federal através de Declaração de Benefícios Fiscais - DBF	Felipe Torres	Adolfo Almeida – SPI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
REVERSÃO	REVERSÃO	Analisar e instruir processos de reversão de crédito de Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas.	Maria de Fátima	Carlos Rafael – COGEP	6 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SAECI/AECI	Sistema da Assessoria de Controle Interno	Controla as tarefas e seus encaminhamentos futuros, o registro da documentação recebida, o registro dos trabalhos/projetos e encaminhamentos de expediente, controlando os prazos de vencimento das tarefas, permitindo ainda a geração de informações para apoiar análise gerencial.	Maria de Fátima	Augusto.C.Souza - AECI/GM	12 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	3h
SCA	Sistema de Controle de Acesso	Possibilitar a definição de perfis de usuário, garantindo a segurança no acesso aos sistemas do Ministério no ambiente de produção.	William Ribeiro	Valdirene Carneiro – CGTI - COPSI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SCA COMPONENTES WEB	Sistema de Controle de Acesso	SCA - Componente Validação AD (porta 22000)	William Ribeiro	Valdirene Carneiro CGTI - COPSI	6 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SCA I	Sistema de Controle de Acesso	Possibilitar a definição de perfis de usuário, garantindo a segurança no acesso aos sistemas do Ministério no ambiente de produção.	William Ribeiro	Valdirene Carneiro/CGTI/COPSI	6 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SCEPL	Sistema de Consulta Externa para	Consulta Externa Passe Livre	William Ribeiro	Roberto Marciano - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

	Controle de processos do Passe Livre						
SCIMO	Sistema de controle de instrumentos médico e odontológico	Controlar o estoque de instrumentos Médicos e Odontológicos do Ministério.	Maria de Fátima	Carina Moreira - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SEI	Sistema Eletrônico de Informações	Responsável por manter os processos de forma eletrônica, controla todos os trâmites processuais, permite a assinatura eletrônica e digital, possui compartilhamento de processos para várias pessoas, áreas ao mesmo tempo.	Edison Moreira	Andreza Borges - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SGD	Sistema de Gestão de Documentos	Responsável por tramitar processos físicos.	Lorena Lima	Dilma Mendes - SPO	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SGF	Sistema de Gestão de Frotas	Responsável por controlar todos os veículos, Km, motorista, passageiros, inclusive a manutenção da frota do MTPA.	Lorena Lima	Marco Aurélio SAAD	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SIGI	Sistema de Gestão Internet	Gerenciar os questionamentos, dúvidas e sugestões do cidadão comum, e publicar informações sobre licitações em andamento no MTPA.	Lino Neto	Mara Lopes/SAAD	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SGINP	Sistema de Gestão de Impressão de Processos	Gerar número de processos e produzir etiquetas.	Felipe Torres	Marilene Thimotheo - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SGP	Sistema de Gestão de Processos	Acompanhar os Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicância do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), manutenção dos membros da comissão de sindicância e as ocorrências de prorrogação de prazo.	Felipe Torres	/SE	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SIADRI	Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno	Responsável por gerir a avaliação anual dos servidores	Maria de Fátima	Dilma Mendes - SPO	12 meses	De Seg a Dom: 1min.	6h
SIAEP	Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas -	Sistema responsável por cadastrar, visualizar, editar, excluir e aprovar pesquisas, podendo também gerar relatórios dos registros realizados em cada funcionalidade, facilitando, de forma objetiva, o controle das informações no sistema.	Felipe Torres	Everton Correa - SPI	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SIAEX	Sistema de Extração	Mini extrator dinâmico de dados que permite ao usuário escolher as informações que serão analisadas de forma dinâmica. Este sistema está vinculado às entidades usuárias de dados do SIORC.	Felipe Torres	/SPO	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SICAP	Sistema de Controle e Acompanhamento de	Mantém o controle da movimentação de processos e documentos, acompanha o seu movimento e distribuição, desde a formação até o arquivamento, mantendo registro de localização e responsável pelo recebimento do mesmo nos setores por onde tramitou.	Maria de Fátima	Marilene Thimotheo - SAAD	12 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h

	Processos						
SICAP - CONSULTA	Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos	SICAP Consulta - CTIS	Maria de Fátima	Marilene Thimotheo - SAAD	12 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SICAP - MALA DIRETA	Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos	Mala Direta SICAP	Maria de Fátima	Marilene Thimotheo - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SICAP - WEB	Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos	Possibilitar a consulta externa a processos registrados no sistema SICAP, por parte de empresas consignatárias e de navegação registradas no Sistema Mercante.	Maria de Fátima	Marilene Thimotheo - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SICAR	Sistema de Controle de Arquivo	Mantém informações sobre os documentos e processos arquivados no Arquivo Geral do MTPA.	Maria de Fátima	Wesley Nascimento - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SICON/SISCON	Sistema de Contratos	Realizar o controle e acompanhamento de contratos do Ministério.	Felipe Torres	/SAAD	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SICPAG	Sistema de Controle de Pagamento	Gerar o PCC (Plano de Classificação de Cargos) com todos os direitos e vantagens trabalhistas de um determinado aposentado ou pensionista em conformidade com as leis vigentes em cada período de tempo, desde 1960.	Felipe Torres	Carlos Rafael/CGRH	3 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SICPAT/SICAT	Sistema de Controle de Pagamentos Atrasados	Calcular e gerar valores para pagamentos atrasados de direitos e vantagens trabalhistas de aposentados e pensionistas do MTPA.	Felipe Torres	Robson Andrade – COGEP	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SIGAT	Sistema de Gestão das Ações de Transporte	Sistema de Gestão das Ações de Transporte	Felipe Torres		3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SIGEF	Sistema de Gestão Funcional	Responsável por controlar os dados funcionais dos servidores, terceirizados, dados financeiros, reversão, auxílio funeral	Maria de Fátima	Carlos Rafael – COGEP	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SIGESA	Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental	Responsável cadastrar e monitorar as licenças ambientais	Edison Moreira	Mateus Amaral – ASSAM - /GM	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SIGPAC/SIMER	Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento	Apoiar o controle e monitoramento da execução dos empreendimentos sob responsabilidade do MTPA, permitindo controlar as fases preparatórias e fases de execução das obras do PAC.	Felipe Torres	Emanuel Fonteles – SNTTA	6 meses	De Seg a Sex: 8h; Sáb e Dom: 24h.	6h

SIGT	Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes	Sistema de informações de Planejamento Regional de Transportes	Felipe Torres	/SPNT	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	3 h
SIMEC					3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SIMIC V2	Sistema de Microfilmagem	Responsável por cadastrar Setores, Rolos, Microfilmes e Etiquetas, podendo também, gerar relatórios dos registros realizados em cada funcionalidade. Facilitando, de forma objetiva, o controle das informações no Sistema.	Maria de Fátima	Ailton Silva/SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SIORC	Sistema de Orçamento	Apoiar as atividades executadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes (áreas: Orçamento e Financeiro), subsidiando com funcionalidades de cadastros, importação de informações e consultas.	Valdirene	Ana Josina - SPO	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SISPF	Sistema de Programação Financeira	Manter o cadastro dos ofícios de programação financeira do MTPA, apoiando a Secretaria de Planejamento e Orçamento (Financeiro).	Valdirene	Ana Josina - SPO	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SPNLT	Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego	Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego	Valdirene	Mário Filho - SPI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SITRA	Sistema de Tramitação	Realiza um planejamento antecipado das movimentações de um processo específico, sendo que tais movimentações deverão ocorrer após a entrada deste processo na CONJUR-MTPA.	Nelson Rezende	Sergio Santos - CONJUR	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SOPHIA	Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas	Responsável por controlar todo o acervo bibliográfico do MTPA.	Nelson Rezende	Sheila Portal - SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SPATIC	Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	Sistema de acompanhamento do fluxo de demandas de serviços/pleitos para solicitantes e gestores, verificando o seu andamento. Verifica também a viabilidade/inviabilidade, planejamento, execução e homologação da solicitação (pleito). Serão disponibilizados ainda relatórios gerenciais para prover informações quantitativas e de custos das demandas.	Maria de Fátima	Maria de Fátima - CGTI - COPSI	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SPL	Sistema de Passe Livre	Gerenciar a concessão de Passe Livre às pessoas portadoras de deficiência e carentes, conforme determina a Lei 3.298 de 20/12/2003.	Ayrton Silva	Roberto Marciano SAAD	3 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h
SPL - KITS	Sistema de Passe Livre	KITS - Módulo Passe Livre	Ayrton Silva	Roberto Marciano - SAAD	6 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h
SREAP	Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista	Mantém, acompanha e controla os processos referentes ao recadastramento anual dos aposentados e pensionistas do MTPA e atende o disposto no decreto nº 7.141 de 29.03.2010 que regulamenta a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas pagos pela União.	Maria de Fátima	Carlos Rafael - COGEP	12 meses	De Seg a Sex: 12h; Sáb e Dom: 24h.	6h

Suíte Corporativa	Suíte Corporativa	Responsável por centralizar os serviços de base corporativa, mensagens e servidor de arquivo	Edison Júnior	Robson Andrade – COGEP	12 meses	De Seg a Dom: 1min.	6h
Wi-fi	Rede sem fio	Responsável por cadastrar todos os usuários que terão acesso à rede sem fio do MTPA.	Felipe Torres	Felipe Torres – CGTI-COPSI	6 meses	De Seg a Dom: 24h.	12h

Fonte: CGTI/ASSAD

Tabela 74 - Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos que foram realizados no período em análise:

CAPACITAÇÃO	OE	APLICABILIDADE	STATUS
Gerenciamento de Projetos – Preparatório para Certificação PMP	OE25	Aplicar os conceitos de gerenciamento de projetos de forma ampla, contemplando as áreas de conhecimento e grupos de processos, principais técnicas e ferramentas, tendo por referência o GUIA PMBOK.	Não Realizado
ITIL V3 Foundations	OE25	Aplicar as boas práticas no gerenciamento de serviços de TI conforme a abordagem da ITIL Edição 2011.	Não Realizado
COBIT 5	OE25	Capacitar profissionais na governança de TI, usando o modelo do COBIT como base para realizar diagnósticos, estabelecer controles, gerenciar e melhorar os processos de TI.	Não Realizado
Formação em Security Officer	OE25	Capacitar profissionais nos aspectos de gestão e organização da segurança da informação.	Não Realizado
Elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos para Contratação de Bens e Serviços no Setor Público	OE25	Elaborar termos de referência e projetos básicos para aquisições de bens e serviços comuns e complexos, continuados ou não, por preço, por técnica e preço, e por técnica.	Realizado
Banco de Dados	OE25	Capacitar o servidor a entender o contexto onde é utilizada a Modelagem Multidimensional de Dados; desenvolver modelos multidimensionais de dados aplicando técnicas básicas e avançadas, seguindo as melhores práticas de mercado.	Não Realizado
Análise de Ponto de Função	OE25	Capacitar o servidor a medir e estimar o tamanho funcional de um software, abordando todo o processo de contagem de pontos de função definido pelo Grupo Internacional de Usuários de Pontos de Função - IFPUG e capacitar os métodos relativos à estimativa de tamanho a partir de requisitos ainda incompletos.	Realizado
Análise de Requisitos	OE25	Capacitar o servidor a utilizar abordagens sistemáticas para definir, analisar, especificar e verificar os requisitos de um sistema.	Não Realizado

Teste de Software	OE25	Capacitar o servidor a conhecer as habilidades necessárias para execução das atividades de teste de <i>software</i> , gerenciar e conhecer as principais ferramentas, técnicas estáticas e dinâmicas do teste.	Não Realizado
Analista de Negócio de TI	OE25	Capacitar o Analista de Negócios a compreender as reais necessidades do usuário de TI e garantir eficiência das soluções.	Não Realizado
Governança de TI na Administração Pública	OE25	Ao final do curso, o participante deverá ser capaz de estabelecer um conjunto de mecanismos com o objetivo de assegurar que o uso da TI agregue valor ao negócio, com riscos e custos aceitáveis.	Não Realizado
Encontro PMI-DF	OE25	Servir aos interesses profissionais de seus filiados e contribuir para o desenvolvimento da comunidade de gerenciamento de projetos no Distrito Federal.	Não Realizado
Analista de Negócios de TI com Base no Babok 2.0	OE25	Capacitação dos servidores para aplicação das regras de negócio, modelagem de negócios e processos BPM e as técnicas do Babok 2.0.	Não Realizado
Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação - DGTI	OE25	Desenvolver a capacidade para o planejamento integrado nos processos de aquisição e contratação de suprimentos, serviços, produtos e outros elementos relacionados à tecnologia da informação no contexto do SISP, além de aprimorar a capacidade técnica para avaliação de propostas dessa temática e de gerenciamento de contratos de tecnologia de informação.	Não Realizado
Licitação e Contrato Administrativo	OE25	Aplicação dos conhecimentos adquiridos no Serviço de Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação da CGTI.	Realizado
Arquitetura Corporativa	OE25	Capacitar os servidores para desenvolver processo iterativo, reutilizável, cíclico e suportado pelas melhores práticas de modelagem envolvidas nas atividades fim ou meio de uma organização, compreendendo quatro tipos de arquitetura que são comumente aceitas como subconjuntos de uma arquitetura corporativa, a saber: negócios, dados, aplicações e tecnologia.	Não Realizado
ISO 27002	OE25	Preparatório para: Exame ISO 27002 Fundamentos.	Não Realizado
ISO 27001	OE25	Preparatório para: Exame ISO 27001 Fundamentos.	Não Realizado
ISO 15999	OE25	Preparatório para: Exame ISO 15999 Fundamentos Boas Práticas na Segurança da Informação.	Não Realizado

Fonte: CGTI/SAAD

➤ Capacitação de servidor:

Tabela 75 – Capacitação de servidor em cursos e workshops

CURSO	SERVIDOR	RESULTADO ALCANÇADO
GovDay Mobile	Valdirene Carneiro	Noções sobre Desenvolvimento Mobile no Governo
Workshop em Método Ágil de Desenvolvimento	Edison Júnior, William Ribeiro, Lino Figueiredo, Nelson Rezende, Ciro Salomão e Valdirene Carneiro.	Implantação do Método Ágil de Desenvolvimento no Ministério dos Transportes.
Design Thinking no Setor de Transportes	Edison Júnior, William Ribeiro, Lino Figueiredo, Nelson Rezende, Ciro Salomão e Valdirene Carneiro.	Conhecimento de soluções para o Setor Transportes.
Encontro Anual de ATI's	Julierme Rodrigues e Anderson Costa	Conhecimento das iniciativas estratégicas e projetos prioritários da SETIC/MP.
GovDay Computação em Nuvem	William Ribeiro	Noções sobre Computação em Nuvem para elaboração de Contrato em Nuvem para MTPA.
Plataforma de Serviços (Cidadania Digital)	Lino Figueiredo	Conhecimento do papel do MTPA na Plataforma de Serviços.
Save The Date DynaTrace	Edison Júnior	Melhoria no monitoramento das aplicações estratégicas do MTPA.
Agile Trend	Edison Júnior, William Ribeiro, Lino Figueiredo e Ciro Salomão.	Consolidação do Método Ágil de Desenvolvimento no MTPA.
Encontro Anual Gartner	Nelson Rezende	Melhoria na Gestão.

Fonte: CGTI/SAAD

➤ Treinamento e transferência de conhecimento:

Em 2017 ocorreram os seguintes treinamentos representando transferências de conhecimentos:

Tabela 76 – Treinamentos para transferência de conhecimento

TREINAMENTO	OBJETIVO
Solução Backup Data Domain	Capacitar servidores da CGTI nos módulos: Data Protection Advisor Implementation and Management; e Data Domain System Administration.
Treinamento Operacional da Sala Cofre	Repassar o conhecimento dos procedimentos necessários a serem executados em caso de incidentes e falhas.
Solução APM Dynatrace	Repassar aos colaboradores da área de infraestrutura e sistemas o funcionamento da solução, com entendimento das funcionalidades, possibilidades e forma de realizar diagnósticos básicos das aplicações implantadas.
Solução de segurança da Informação	Capacitar a área de infraestrutura de TI nas ferramentas da solução de segurança da Informação contratada, contemplando os seguintes módulos: Symantec IT Management Suite, Symantec Endpoint Protection e Symantec Messaging Gateway.

Fonte: CGTI

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários:

Tabela 77 – Distribuição dos servidores, terceirizados e estagiários da CGTI no MTPA

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO SERVIDORES DA CGTI - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL			
COM GRATIFICAÇÃO GSISP – NÍVEL INTERMEDIÁRIO			
Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Adriana Carneiro Batista	Direito	Agente de Portaria
02	Marcelo Henrique Rios dos Reis	Ciências Econômicas	Agente Administrativo
03	Márcia Lopes Vicente	Letras	Agente Administrativo
04	Maria de Fátima Almeida Silva	Ciências Econômicas	Agente Administrativo
05	Marta Malaquias Nunes	Tecnologia em Gestão Pública	Agente Administrativo
ANALISTAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ATI			
Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Edison Moreira de Carvalho Júnior	Computação	Analista em TI
02	Felipe Torres da Silva e Souza	Administração	Chefe de Divisão
03	Julierme Rodrigues da Silva	Processamento de Dados	Analista em TI
04	Julio Cesar Ferreira da Silva	Ciência da Computação	Analista em TI
05	Lino José de Figueiredo Neto	Sistemas de Informação	Analista em TI
06	Marcelo Dias de Sá	Análise de Sistemas	Analista em TI
07	Marcus Vinicius Porto Lavinas	Processamento de Dados	Analista em TI
08	Nubian Mendonça Amorim	Processamento de Dados	Analista em TI
09	Valdirene Carneiro de Souza	Ciência da Computação	Chefe de Serviço
10	Viviane Fleury Veiga	Sistemas de Informação	Coordenadora
11	William Ribeiro da Silva	Sistemas de Informação	Analista em TI
SEM GRATIFICAÇÃO			
Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Joel de Oliveira	Análise de Sistemas	Analista de Sistemas
CARGOS EM COMISSÃO			
Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Ciro Tadeu Costa Salomão	Análise de Sistemas	Analista de Sistemas
02	Marcelo Cozzetti Bertoldi de Souza	Análise de Sistemas	Chefe de Divisão

03	Marcelo de Souza Bastos	Ciência da Computação	Chefe de Divisão
04	Nelson Gonçalves Rezende	Administração/Análise de Sistemas	Coordenador
05	Rafael Ferreira Bittencourt	Sistemas de Informação	Chefe de Serviço
ESTAGIÁRIOS			
01	André Luis Teodoro de Amorim	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estagiário
02	Carlos Henrique Ferreira de Melo	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estagiário
03	Danilo do Nascimento Guedes	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estagiária
04	Fabício Teixeira da Luz	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estagiário
05	Leticia Delmondes Alencar	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estagiária
06	Mayko de Sá Martins	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estagiário
07	Vivian Amorim de Holanda Gonçalves	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estagiária
COORDENAÇÃO-GERAL DE TI			
Qtd	Nome	Formação	Cargo
01	Kleber Campos Rodrigues Filho	Ciência da Computação	Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação
MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS TERCERIZADOS DA CGTI - MTPA			
Qtd	Nome	Empresa	Cargo
01	Alessandro Nogueira Exposto	Basis	Preposto
02	André Pereira Nogueira	Basis	Administrador de Dados
03	Ayrton José dos Reais Moura de Souza	Basis	Testador
04	Douglas Silva dos Santos	Basis	Analista de Requisitos
05	Fabio Akira Carrah Togawa	Basis	Desenvolvedor Java
06	Fernando Batista Pereira	Basis	Scrum Master
07	Hugo José da Silva Sousa	Basis	Desenvolvedor Java
08	Marcos Ferreira Tavares	Basis	Desenvolvedor Java
09	Matheus Ribeiro Torres	Basis	Desenvolvedor Mobile
10	Pedro Ernesto Uliana	Basis	Arquiteto de Software
11	Antônio Flávio Dantas Pinto	Intelit	Supervisor - Perfil A

12	Adelson Nascimento Dourado	Intelit	Analista Sênior - Perfil B
13	Eduardo Pinho de Andrade	Intelit	Analista Sênior - Perfil B
14	Rafael Leandro Almeida	Intelit	Analista Sênior - Perfil B
15	Alisson Eduardo do Vale Vasconcelos	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
16	Alysson Cotrim Rodrigues	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
17	Ana Paula Rabelo Cavalcante	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
18	Jonatan Dias Carmo	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
19	Kelly Oliveira da Silva	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
20	Marcelo Ferreira dos Reis Ribeiro	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
21	Nilton Rodrigues do Nascimento	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C
22	Wallacy Bom fim de Oliveira	Intelit	Técnico de Suporte Sênior - Perfil C

Fonte: CGTI

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade e demais iniciativas:

➤ Gerenciamento de Serviços de TI.

O processo de gerenciamento de serviços de TI implementado pela CGTI baseia-se numa Central de Serviços (*Service Desk*) que funciona como um ponto único de contato para oferecer orientação, diretrizes e tratamento de incidentes de TI desde sua detecção até sua resolução.

A Central de Serviços atende a todos os colaboradores vinculados ao Ministério, abrangendo atendimento ao público interno, às Secretárias de Portos e de Aviação Civil, ao Departamento da Marinha Mercante (DMM) e Núcleos Regionais de Recursos Humanos (NRH), que se localizam em diversas cidades do Brasil.

Todos os atendimentos são gerenciados pela ferramenta de gerenciamento de serviços de TI (ITMS) chamada *SysAid*, com a qual é possível incorporar características dos processos de *Service Desk*, gestão de incidentes, gestão de problemas, gestão de catálogo de serviços e de gestão de nível de serviço dentro da rotina de execução dos serviços de TI de níveis 1 e 2 (atendimento aos usuários).

Com essa ferramenta, os gestores da rede e as empresas de suporte técnico realizam o controle do Acordo de Nível de Serviço (ANS) de até sessenta minutos para atendimento às demandas de nível 1 e 2 de especialização, e ANS com tempo diferenciado para as demandas que são escalonadas para o Nível 3 de especialização. Mantendo a interação entre solicitante e as subáreas responsáveis pelo atendimento da requisição, cumprindo um ciclo de vida pré-definido.

Considerando a limitação técnica e quantitativa de pessoal, foi firmado contrato de prestação de serviços técnicos de suporte operacional e banco de dados de forma a suprir as demandas para os atendimentos de nível 3. A execução destes serviços contratados segue o catálogo de serviços técnicos desenvolvidos, especificando atividades, esforço, métricas e nível de serviço.

No Sistema de Gestão de Demandas (SysAid), ainda é disponibilizado o catálogo de serviços prestados aos usuários da rede MTPA com até três níveis de especialização, podendo o requisitante escolhê-los conforme a necessidade. A demanda pode ser categorizada em incidente ou requisição. Caso seja a primeira, dispara-se processo para restabelecimento o mais breve possível do serviço afetado, minimizando os impactos negativos.

A infraestrutura de TI que suporta a ferramenta *SysAid* é composta por *host* de máquina virtual no *cluster* de produção usado para a aplicação e um esquema dentro da instância principal do Banco de Dados *Oracle* Produção, ambos com rotinas de backups periódicas, de maneira a evitar indisponibilidades e perdas de dados e conhecimentos armazenados.

Ademais, existem iniciativas na CGTI para documentar e aprimorar os processos existentes, bem como implementar novos processos. Essas iniciativas têm por objetivo prover serviços e soluções de TI com maior qualidade.

Relacionado ao gerenciamento de configuração e de ativos, é usado o *software Symantec Altires*, que possibilitará o controle pelos gestores de todos os softwares e configurações aplicadas aos ativos de rede, como *desktops*, *notebooks*; *switches*, servidores de rede, entre outros.

O gerenciamento de conhecimento é realizado, atualmente, por meio de documentação dos serviços, dos ativos e dos procedimentos operacionais em arquivos de texto. Com a iminente contratação de novo modelo de prestação de serviços de Infraestrutura de TI, será exigido que toda documentação e conhecimento seja incluída numa base de conhecimento única, utilizando a funcionalidade já disponível no *software SysAid*.

Preocupando-se com a continuidade dos serviços ofertados pela CGTI, estão em desenvolvimento iniciativas envolvendo o estudo de projetos que possibilitem a oferta de alta disponibilidade dos serviços oferecidos pela CGTI.

Também estão em desenvolvimento iniciativas relacionadas com a definição de um plano de continuidade de serviço a implementação de soluções que possam auxiliar na segurança das informações mantidas pelos ativos envolvidos nos serviços TI a prospecção e utilização de recursos de alta performance na infraestrutura de rede, como no caso da solução de backup (Data Domain) implementado em site remoto, a fim de prover contingência do site do MTPA.

Colaborando com essa gestão da continuidade dos serviços foram estabelecidos projetos que visam realizar contratações de TI no intuito de atualizar tecnologicamente a infraestrutura de conectividade do Ministério, bem como propiciar a expansão dos recursos de hardware existentes, de forma a garantir a capacidade necessária para sustentação do crescimento da infraestrutura de TI atual, bem como possibilitar a absorção de demandas futuras.

Com objetivo de prover maior facilidade e satisfação aos usuários que utilizam o recurso de internet para a realização das tarefas diárias corporativas, bem como aumentar a performance de acesso aos sites hospedados no Ministério, foi contratado maior volume de banda de Internet em conjunto com o link Infovia. Essa contratação possibilitará acesso seguro entre órgãos de governo e a economia com ligações via telefonia IP entre órgãos que utilizam a Infovia.

Outra Iniciativa realizada durante o ano de 2017 foi a integração total da infraestrutura de TI da Secretaria Nacional de Aviação Civil (extinta Secretaria de Aviação Civil) à rede MTPA, realizada de forma controlada e com menor impacto possível para os usuários.

Concomitantemente, foi realizada integração parcial da rede da Secretaria Nacional de Portos (SNP) (extinta Secretaria Especial de Portos) à rede MTPA de modo a permitir que os usuários dessa Secretaria utilizem serviços da rede do MTPA, tais como correio eletrônico, SEI, intranet, dentre outros. A integração total da rede da SNP será realizada gradativamente, devido à necessidade de recursos tecnológicos adicionais para comportar tal estrutura.

Os portais da SAC e SNP foram integrados ao portal institucional do MTPA, proporcionando visão unificada e transparente das informações publicadas pelas Secretarias incorporadas ao Ministério.

A integração tecnológica da SAC e SNP ao MTPA é resultado de projeto realizado pela CGTI em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Presidência da República, a qual era responsável pela manutenção e desenvolvimento da infraestrutura de TI das Secretarias extintas.

Com a finalidade de manter a infraestrutura de TI funcional e considerando as restrições orçamentárias de 2017, foi realizada contínua readequação do ambiente físico e lógico do Data Center, de forma a possibilitar a absorção das demandas existentes durante o ano de 2017.

No intuito de aumentar a performance de acesso aos serviços do MTPA, foi realizado a reformulação das configurações e regras do Firewall, melhorando o fluxo de comunicação entre os seguimentos de redes e seu desempenho de acesso.

Para otimizar a experiência dos usuários no uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), foi implementada a versão 3.0 do referido sistema, incorporando novas funcionalidades, com melhor disponibilidade e resposta de acesso.

O processo de gerenciamento dos serviços de TI é apoiado também por ferramentas de monitoramento de ativos de rede, como Zabbix e Nagios, e de análise de performance de sistemas representada pelo ferramenta *Dynatrace* (APM)

Alguns recursos de TI estão em avançado estágio de contratação, com previsão de concretização em 2018, o que possibilitará a continuidade do fornecimento dos serviços de TI deste Ministério com foco em melhoria dos resultados apresentados e aumento da segurança da informação do ambiente tecnológico do MTPA.

A CGTI tem dedicado esforços para estabelecer um efetivo escritório de gerenciamento de projetos de TI, com a utilização de boas práticas e ferramentas automatizadas. Nesse sentido, tem sido executada ações para definir uma metodologia de projetos e institucionalizar o uso do sistema CA-PPM como ferramenta para gestão de projetos de TI.

O CA-PPM representa uma única plataforma que possibilita o gerenciamento de todo o ciclo de vida e inovação de TI e permite investimentos mais embasados.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no ano de 2017, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão:

Tabela 78 – Descrição dos Projetos de TI

E DE TI	E DE TI	E DO MT	C DE TI	PROJETO	CONTRATO	RESULTADOS ESPERADOS	VALOR ORÇADO R\$	VALOR DESPENDIDO R\$	PRAZO PARA CONCLUSÃO
TI2	E4	E25	C7	Serviço de Acesso à Internet	SERPRO - 08/2017	Interconexão com outros órgãos e disponibilização de acesso á internet	669.253,59	669.253,59	08/03/2018
TI2	E4	E3	C6	Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas	EVOLUÇÃO - 03/2013	Prestação de serviços especializados de atualização, suporte, atendimento e manutenção no sistema integrado de gabinete.	321.600,00	321.600,00	15/03/2018
TI3	E6	E3	C12	Manutenção, Atualização e Suporte Técnico (NETAPP)	COLUMBIA - 15/2013	Serviço especializado em suporte, manutenção e atualização, no site, do equipamento <i>storage NetApp</i> .	31.237,23	31.237,23	31/03/2017
TI2	E4	E3	C6	Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas	INTERAÇÃO -18/2014 *(4.893.000,48)	Prover o MTPA de um modelo eficiente e eficaz, capaz de atender as demandas de sistema de suas unidades internas.	**1.631.000,16	1.716.985,31	11/04/2017
TI2	E4	E25	C7	Serviço de Manutenção e Suporte ao VMWARE	BRISA - 08/2013	Atualização e Suporte técnico às licenças de uso do produto de virtualização de servidores VMWare.	215.038,17	215.038,17	13/05/2018
TI3	E5	E3	C12	Serviço de Manutenção e Suporte à Sala Cofre	ACECO - 09/2013	Garantir continuidade de funcionamento da sala-cofre no ambiente de TI do Ministério.	332.581,92	332.581,92	10/06/2018
TI3	E6	E3	C12	Serviço de Manutenção e Suporte de Biblioteca de Fita de Armazenamento de Dados - QUANTUM	UNITECH - 16/2013	Manter os equipamentos de armazenagem de dados e a unidade robotizada de backup em perfeito funcionamento	50.196,00	50.196,00	05/07/2018
TI2	E4	E25	C7	Serviços de Impressão Corporativa	VICMA - 20/2013	Agilidade e controle em impressões de serviços e documentos.	547.980,00	321.178,35	15/08/2018

TI2	E4	E25	C7	Contratação para o fornecimento de "Solução de Gerenciamento de Portfólio e Projetos, Contratos Administrativos, indicadores de desempenho (BI) e Extrator SIAFI, incluindo a aquisição de licenças de uso e a prestação serviços afins de instalação, Treinamento de usuários, Serviço de Suporte Técnico e Manutenção e Serviço de apoio Estratégico", a ser implantado na Secretaria de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.	N20 TECNOLOGIA A DA INFORMAÇÃO O LTDA ME - 10/2016 *(5.023.351,00)	Prover acesso através da intranet/internet: A Solução deverá permitir que todos os processos, atividades e registros sejam realizados, utilizando tecnologia "WEB" e acessado através de navegadores padrão de mercado, tais como Google Chrome, Firefox, Internet Explorer;	**1.674.450,33	1.580.475,00	01/09/2018
TI2	E4	E25	C7	Manutenção do Contrato de Atendimento e Suporte ao Usuário	INTELIT - 28/2014	Suporte técnico de informática em atendimento presencial e remoto, nas dependências física do MTPA.	1.170.141,52	975.117,93	01/10/2017
TI2	E4	E25	C7	Contratação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação com serviços de análise especializados, bem como, serviços complementares de apoio à consulta, interpretação e aplicação das informações contidas nas referidas bases.	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA - 16/2016	Fornecimento de estudos que funcionem como guias para profissionais, que atuem no setor de TI das empresas e do governo federal, além de subsidiar os gestores de TI uma melhor tomada de decisão no dia-a-dia.	678.811,55	678.811,55	02/12/2018
TI4	E8	E2	C16	Fornecimento, manutenção, atualização e <i>upgrade</i> de Solução de Segurança Integrada e Gerenciamento Seguro da Informação em ambiente corporativo.	FAST SECURITY TECNOLOGIA A DA INFORMAÇÃO O LTDA - 17/2016	Redução da possibilidade de sucesso de ataques cibernéticos aos equipamentos do Ministério; Redução da possibilidade de infecção dos equipamentos do Ministério; Atualização automática e permanente do sistema antivírus em uso no Ministério; Implementação de regras e políticas de segurança no que se refere ao uso de internet e correio eletrônico;	2.240.249,13	2.240.249,13	26/12/2018

TI5	E10	E2	C22	Fornecimento de Solução de Gerenciamento de Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e dos Serviços de Banco de Dados, e serviços associados.	XYS TECNOLOGIA LTDA - 19/2016	Disponer informações a respeito da qualidade das aplicações e dos bancos de dados, bem como ferramentas que promovam a análise e a investigação, de forma assertiva, dos incidentes de tecnologia que causam indisponibilidade ou diminuição da performance das aplicações e bancos de dados.	992.800,00	992.800,00	29/12/2018
TI2	E4	E25	C7	Serviço de Manutenção da Solução de Gestão de Biblioteca - <i>Sophia</i>	PRIMASOFT - 02/2015	Software de gerenciamento de biblioteca atualizado. Suporte técnico e manutenção.	11.880,00	11.880,00	15/01/2018
TI2	E4	E25	C7	Aquisição de Certificação Digital	SOLUTI – 26/2017	Aquisição de Certificação Digital	320.320,00	320.320,00	15/12/2018
TI2	E4	E25	C7	Serviço de Modernização Administrativa Portuária	LINKCON - 05/2017	Prestação de Serviço de Modernização Administrativa Portuária	3.423.200,00	2.852.666,66	22/02/2018
TI2	E4	E25	C7	Solução de Gerenciamento de Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e dos Serviços de Banco de Dados	DYNATRAC E – 19/2016	Solução de Gerenciamento de Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e dos Serviços de Banco de Dados	915.000,00	915.000,00	29/12/2017
TI2	E4	E25	C7	Solução de Gerenciamento de Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e dos Serviços de Banco de Dados	DYNATRAC E – 15/2017	Solução de Gerenciamento de Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e dos Serviços de Banco de Dados	137.000,00	45.666,66	22/08/2018
TI2	E4	E25	C7	Serviços de Apoio Técnico Especializado	DYNATRAC E – 22/2017	Serviços de Apoio Técnico Especializado	992.800,00	992.800,00	29/11/2018
TI2	E4	E25	C7	Serviços que envolvem a implantação, operação e gestão continuada de Central de Suporte Técnico, com registro e acompanhamento de serviços de terceiros	HEPTA – 23/2017 *(8.393.280,66)	Solução de Gerenciamento de Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e dos Serviços de Banco de Dados	**699.440,05	100.000,00	28/11/2018
TI2	E4	E25	C7	Serviços de licenças da Solução de Gestão Remota (Software, MDM Snow) para dispositivos móveis de coleta de dados, desktops, laptops, servidores e máquinas virtuais com suporte e instalação	SNOW - 36/2017	Contratação de Serviços de licenças da Solução de Gestão Remota (Software, MDM Snow) para dispositivos móveis de coleta de dados, desktops, laptops, servidores e máquinas virtuais com suporte e instalação	541.725,00	541.725,00	29/12/2018

TI2	E4	E25	C7	Solução de Gerenciamento da Disponibilidade e Qualidade dos Serviços de Banco de Dados	BLUE – 30/2017	Gerenciamento de Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e dos Serviços de Banco de Dados, e serviços associados	1.754.620,00	896.510,00	18/12/2018
TI2	E4	E25	C7	Serviços de manutenção de ambiente de dados digitais do MTPA	MAXTERA - 34/2017	Contratação de serviços de empresa especializada para manutenção de ambiente de dados digitais do MTPA por meio de aquisição de solução estatística de análise de dados e solução de processamento analítico de dados contemplando licenciamento, suporte técnico e serviços especializados, por um período de 12 meses.	1.325.316,00	1.325.316,00	29/12/2018
TI2	E4	E3	C6	Solução de auditoria, controle e gerência de permissionamento dos serviços de AD	OMTX - 37/2017	Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para eventual fornecimento e implantação de uma solução de auditoria, controle e gerência de permissionamento dos serviços de AD, de servidor de Arquivos (Microsoft File Server), de sistema de correio eletrônico (Microsoft Exchange Server), monitorar e prever comportamentos suspeitos em tempo real, identificar dados sensíveis e gerir de forma automática todas as permissões.	2.211.437,00	2.211.437,00	29/12/2018
TI2	E4	E25	C7	Sistema integrado de Comunicação Multimídia com recursos completos de hardware, software, instalação, customização, manutenção e treinamento.	INOVA - 30/2015(SNP)	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução tecnológica composta de Sistemas integrados de Comunicação Multimídia com recursos completos de hardware, software, instalação, customização, manutenção e treinamento.	9.900.000,00	8.580.000,00	26/11/2018
TOTAL							32.788.077,65	28.918.845,50	

Fonte: CGTI/SAAD - Observações: * Valor total do Contrato / ** Valor proporcional ao período de execução do Contrato em 2017.

Tabela 79 – Projetos executados em 2017

ITEM	PROJETO	RESUMO
01	SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI	Monitoramento e Suporte da aplicação. Planejamento da Implantação da Versão 3.0, com MOBILE.
02	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO (SCA)	Criação do Painel de Sistemas do MTPA.
03	SUÍTE CORPORATIVA	Melhorias na aplicação.
04	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SIGESA)	Continuidade da Construção do Sistema de Gestão Ambiental da Assessoria de Gabinete (MÓDULO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL).
05	SIAC	Continuidade do Sistema de Acompanhamento de Concessões (Antigo SACOP).
06	SISTEMA DE PASSE LIVRE (SPL)	Continuidade do Sistema de Passe Livre (VERSÃO 1.0, com MOBILE).
07	SUÍTE MOBILE	Construção da Suíte Mobile do MTPA.
08	MIGRAÇÃO DOS PORTAIS (SAC e SEP)	Junção dos Portais ao Portal principal do MTPA.
09	DEPRECIÇÃO DE BENS (SAC e SEP)	Depreciação dos Bens e junção dos patrimônios SAC e SEP.
10	CANAL DO SERVIDOR	Projeto de Melhorias no Canal do Servidor.
11	SISTEMA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES	Projeto de Melhorias no SGL.
12	PLANO DE DADOS ABERTOS	Entrega do Projeto Plano de Dados Abertos.
13	GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SIC	Atualização da Política de SIC, designação do Gestor de SIC e instituição do Comitê de SIC.
14	APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE TI	Atualização da nomenclatura, composição, competências e regimento interno do Comitê de TI.

Diante dos projetos apresentados, cumpre destacar as ações realizadas envolvendo o Sistema de Passe Livre (SPL), o qual visa modernizar a concessão do Passe Livre Interestadual.

O Passe Livre Interestadual é um programa do Governo Federal que proporciona a pessoas com deficiência e carentes, gratuidade nas passagens para viajar entre os estados brasileiros. O Passe Livre é um compromisso assumido pelo Governo e pelas empresas de transportes coletivos interestadual de passageiros para assegurar o respeito e a dignidade das pessoas com deficiência.

A modernização do SPL está inserida em dois importantes projetos do Governo Federal: o Programa de Desburocratização, conduzido pela Secretaria de Política e Integração; e a Plataforma da Cidadania Digital (Decreto 8.936/2016), conduzido pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos com implementação sob responsabilidade da CGTI.

No âmbito da Plataforma de Cidadania Digital, o SPL versão 1.0 propiciará ao requerente solicitar o benefício do Passe Livre via internet. O SPL foi implementado com recursos de acessibilidade e integrado com o Brasil Cidadão, o qual representa a unificação do cadastro e acesso do cidadão aos serviços públicos digitais.

Outra ação a ser destacada diz respeito a dependência tecnológica de terceiros, na área governamental, que se deve principalmente à falta de maturidade dos processos de TI, comuns ao ambiente de dificuldades de planejamento e investimento a longo prazo. O MTPA, assim como uma grande parte da Administração Pública Federal, carece de maturidade na sua área de TI e os trabalhos vêm sendo executados no sentido da melhoria dessa característica.

A dependência tecnológica principal encontra-se em duas atividades a saber: suporte a infraestrutura e aos usuários da rede de dados e desenvolvimento de sistemas.

a) Suporte a Infraestrutura e aos usuários da rede de dados:

Encontra-se em fase de implantação o contrato de prestação de serviços técnicos continuados de operação, monitoração, manutenção, sustentação e projetos de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Esse contrato é baseado no tamanho da infraestrutura de TI, que representa o escopo de atendimento/suporte do usuário de infraestrutura de TIC e dos projetos a serem realizados que envolvam a infraestrutura de TIC, baseando-se em métricas especializadas. Esse modelo eleva o nível de maturidade dos serviços de TI, ampliando a capacidade operacional, garantindo maior eficiência, possibilitando o controle contínuo dos status dos serviços devido ao monitoramento 24x7, ampliando a base de conhecimento e proporcionando maior qualidade dos serviços prestados pela área de TI.

Vale observar que nesse modelo de serviço há uma preocupação em incorporar soluções para inibir o aprisionamento e a dependência tecnológica. Para atender a este requisito, cabe destaque a agregação de valor a ser obtida pela transferência do domínio tecnológico para o Ministério, por meio da transferência de conhecimento ao mesmo tempo em que a execução do serviço vier a ocorrer.

Assim, o Ministério se beneficiará com os serviços prestados nesses moldes de execução, devido ao aumento da maturidade dos serviços de TI, com a efetiva utilização de processos, confecção de documentação técnica e repasse de conhecimento aos servidores da TI, que em caso de falta de mão-obra terceirizada terá a capacidade de manter os serviços ativos, reduzindo o risco de descontinuidade do negócio da instituição.

b) Desenvolvimento de sistemas:

Para mitigar a dependência tecnológica de empresas terceirizadas, foram realizadas as seguintes iniciativas:

1. Workshop em Método Ágil de Desenvolvimento; e
2. Participação em eventos na Comunidade para expansão do conhecimento.

5.3.1. Principais sistemas de informação

Tabela 80 – Quantitativo dos principais sistemas de informação

Sigla	Descrição
ADM CIDE	Administrador Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
AECI - ASSAD	Assessoria de Controle Interno
AECI - ASSAM	Assessoria de Controle Interno
AECI - SNTTA	Assessoria de Controle Interno
AECI - SPI	Assessoria de Controle Interno
ASI - PATRIMÔNIO	Sistema de Controle Patrimonial
AUXFUN	Auxílio Funeral
CADIPP	Cadastro de Interessados Ponto de Parada
CAPPL	Consultar Andamento de Processos Livre
CARGA FITA ESPELHO FASE1	CARGA FITA ESPELHO FASE1
CARGA FITA ESPELHO FASE2	CARGA FITA ESPELHO FASE2
CARGA MARINHA MERCANTE	CARGA MARINHA MERCANTE
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
EGAB	Sistema eletrônico de Gabinete
FORMAR	Acompanhamento de Formação de servidores
GPWEB	Gestão de Projetos WEB
HELP ONLINE	Guia prático de ajuda
INTERNET	Portal do MT
INTERNET - ADMINISTRADOR	Administrador de conteúdo
INTRANET	Portal do MT interno
INTRANET	Administrador de conteúdo
PEI	Portal do Planejamento Estratégico Institucional
PEI - ADMINISTRADOR	Administrador de conteúdo do PEI
PLANO DE SAÚDE	PLANO DE SAÚDE
RECAD - WEB	RECAD - WEB
REIDI	Regime Especial para o desenvolvimento de da Infraestrutura
REVERSÃO	REVERSÃO
SAECI/AECI	Sistema da Assessoria de Controle Interno
SAPPI	Sistema de Alimentação Ações de Estados
SCA	Sistema de Controle de Acesso

SCA COMPONENTES WEB	Sistema de Controle de Acesso
SCA I	Sistema de Controle de Acesso
SCEPL	Sistema de Consulta Externa Controle Processo do Passe Livre
SCIMO	Sistema de Controle de Instrumentos Médico e Odontológico
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SGD	Sistema de Gestão de Documentos
SGF	Sistema de Gestão de Frotas
SIGI	Sistema de Gestão Internet
SGINP	Sistema de Gestão de Impressão de Processos
SGP	Sistema de Gestão de Processos
SIADRI	Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
SIAEP	Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas -
SIAEX	Sistema de Extração
SICAP	Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
SICAP - CONSULTA	Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
SICAP - MALA DIRETA	Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
SICAP - WEB	Sistema de Controle e acompanhamento de processos
SICAR	Sistema de Controle de Arquivo
SICON/SISCON	Sistema de Contratos
SICPAG	Sistema de Controle de Pagamento
SICPAT/SICAT	Sistema de Controle de Pagamentos Atrasados
SIGAT	Sistema de Gestão das Ações de Transporte
SIGEF	Sistema de Gestão Funcional
SIGESA	Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
SIGPAC/SIMER	Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
SIGT	Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
SIMEC	
SIMIC V2	Sistema de Microfilmagem
SIORC	Sistema de Orçamento
SISPF	Sistema de Programação Financeira
SPNLT	Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego
SITRA	Sistema de Tramitação
SOPHIA	Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
SPATIC	Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
SPL	Sistema de Passe Livre
SPL - KITS	Sistema de Passe Livre
SREAP	Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista
Suíte Corporativa	Suíte Corporativa
Wi-fi	Rede sem Fio

Fonte: CGTI/SAAD

Manutenção de Sistemas Legados (sustentação):

Foram realizadas manutenções nos sistemas legados, conforme Portfólio de Sistemas do MTPA e sustentação nos produtos entregues pela equipe de projetos.

Abaixo seguem os serviços que foram prestados ao Ministério:

Tabela 81 – Relação dos serviços de manutenção de sistemas legados

PORTFÓLIO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES	
SERVIÇO MACRO	SERVIÇOS
1. APOIO À GESTÃO ÁGIL DE PROJETOS – SCRUM MASTER	1.1 Participar de reuniões
	1.2 Elaborar Atas de Reuniões
	1.3 Apoiar na elaboração de Padrões de Artefatos Ágeis
	1.4 Apoiar no Planejamento das Sprints (Sprint Backlog)
	1.5 Controlar o Backlog
	1.6 Apoiar na Elaboração do RoadMap dos Projetos em Execução
	1.7 Apoiar na Elaboração/Atualização do Plano do Projeto
	1.8 Apoiar na Estimativa de Prazo (Planning Poker)
	1.9 Remover os impedimentos dos projetos (Operacionais, Técnicos ou Organizacionais)
	1.10 Apoiar na Elaboração/Encaminhamento de Status Reports de Sprints dos Projetos
	1.11 Apoiar na Preparação e Apresentação Final do Projeto
	1.12 Realizar Workshop em Método Ágil
2. APOIO NA ANÁLISE DE NEGÓCIOS	2.1 Apoiar no preparo da elicitação MACRO de requisitos
	2.2 Apoiar na condução da elicitação MACRO junto às partes interessadas
	2.3 Apoiar no desenho dos Processos de Negócio
	2.4 Apoiar no desenho dos Processos do Sistema
	2.5 Apoiar na definição e lista das principais funcionalidades dos sistemas
	2.6 Apoiar na definição da necessidade do negócio
	2.7 Apoiar na definição da abordagem da solução
	2.8 Apoiar na definição do escopo da solução
	2.9 Apoiar na elaboração do Documento de Visão
	2.10 Apoiar no gerenciamento do Escopo e dos Requisitos da Solução
	2.11 Apoiar no gerenciamento da rastreabilidade de requisitos
	2.12 Apoiar na manutenção dos requisitos para reutilização
	2.13 Apoiar no preparo do pacote de requisitos
	2.14 Apoiar na comunicação dos requisitos as partes interessadas
	2.15 Apoiar na validação dos requisitos
	2.16 Apoiar na Apresentação da solução
3. APOIO NA GESTÃO DE BANCO DE DADOS	3.1 Apoiar na Gestão da Arquitetura de Dados
	3.2 Auxiliar no Desenvolvimento e Implantação de sistemas
	3.3 Apoiar na Criação, Análise e Validação de Artefatos de Bases de Dados
	3.4 Apoiar na eliminação da redundância e manutenção da qualidade dos dados
	3.5 Apoiar na Criação e Evolução de soluções de integração e transformação de dados
	3.6 Suporte na análise e solução de problemas
	3.7 Analisar informações e auxiliar na tomada de decisões
	3.8 Multiplicar Conhecimento
	3.9 Apoiar na migração de dados
	3.10 Realizar propostas de melhoria na Arquitetura de Dados do MTPA
	3.11 Apoiar na validação de Manuais de Implantação de Sistemas, no que concerne à criação das Bases de Dados
	3.12 Apoiar na validação de Scripts SQL
	3.13 Apoiar na validação dos Modelos de Dados
	3.14 Realizar treinamentos para disseminação do conhecimento
	3.15 Apoiar no desenvolvimento e manutenção de rotinas de exportação, transformação e carregamento de dados (ETL)
4. APOIO À GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E	4.1 Apoiar na criação do Manual de Implantação do Sistema nos servidores de Homologação e Produção

AMBIENTE	4.2 Apoiar na validação do pacote de implantação dos sistemas
	4.3 Apoiar na implantação do sistema em ambiente de desenvolvimento
	4.4 Apoiar na implantação do sistema em ambiente de homologação
	4.5 Apoiar na implantação do sistema em ambiente de produção
	4.6 Apoiar nos testes em sistemas recém-implantados
	4.7 Apoiar no preenchimento do checklist validando versões homologadas dos sistemas
	4.8 Apoiar no versionamento dos sistemas
	4.9 Apoiar na preparação do ambiente
	4.10 Apoiar na análise e solução de problemas de ambiente
	4.11 Esclarecer dúvidas sobre infraestrutura e ambiente à equipe da Coordenação de Projetos e sistemas
5. APOIO NA ARQUITETURA DE SOFTWARE JAVA, PHP, DELPHI E MOBILE	5.1 Apoiar na elaboração/revisão da proposta de arquitetura JAVA, PHP, DELPHI E MOBILE
	5.2 Apoiar na Análise e Projeto de Sistemas Orientados à Objetos
	5.3 Apoiar na Análise e Projetos de Sistemas Mobile
	5.4 Apoiar na Integração Contínua da Arquitetura
	5.5 Apoiar na Instalação e Configuração do Java Enterprise Edition 5, 6 e suas atualizações
	5.6 Apoiar na Instalação e Configuração do Framework de Desenvolvimento
	5.7 Apoiar na Instalação e Configuração do Hibernate
	5.8 Apoiar na Instalação e Configuração do Subversion ou outro equivalente
	5.9 Apoiar na Instalação e Configuração do Jboss Application Server
	5.10 Apoiar na Instalação e Configuração do PHP 5 e atualizações
	5.11 Apoiar na Definição de Framework PHP e suas atualizações
	5.12 Apoiar na Modelagem e Implementação de Soluções Integradoras
	5.13 Apoiar na Construção de Componentes DELPHI
	5.14 Apoiar na Instalação e Configuração da linguagem DELPHI
6. APOIO À GESTÃO DE CONTEÚDO	6.1 Apoiar na Definição do Escopo
	6.2 Apoiar na Especificação de Requisitos
	6.3 Apoiar na Especificação da Arquitetura da Informação
	6.4 Apoiar na Especificação da Identidade Visual Usuários
	6.5 Apoiar na Especificação de Perfis e Permissões de Usuários
	6.6 Apoiar na Especificação da Solução Técnica
	6.7 Apoiar na Especificação da Arquitetura de Software
	6.8 Apoiar no Projeto de Banco de Dados
	6.9 Apoiar na Integração e Implantação
	6.10 Apoiar na Especificação de Migração dos Dados
	6.11 Apoiar na Implementação da Arquitetura de Software
	6.12 Apoiar na Implementação da Interface
	6.13 Apoiar na Implementação da Customização
	6.14 Apoiar na Execução da Migração de Dados
	6.15 Apoiar na Execução do Treinamento e Material de Suporte
	6.16 Apoiar na Configuração de Plugins
7. APOIO À GESTÃO DE OPERAÇÕES	7.1 Apoiar na Priorização de Demandas Evolutivas e Corretivas
	7.2 Apoiar na Elaboração do Escopo Preliminar
	7.3 Apoiar na Especificação do Serviço
	7.4 Apoiar na Elaboração do Pré Projeto
	7.5 Apoiar na Elaboração do Parecer e Análise de Viabilidade
	7.6 Apoiar na Elaboração do Modelo Conceitual de Dados e Dicionário Conceitual
8. APOIO NO DESIGN DE INTERFACE	8.1 Apoiar na Elaboração de Interfaces Web e Mobile
	8.2 Apoiar na Elaboração de Componentes de Design
	8.3 Apoiar na Manutenção de Padrões de Design
9. APOIO À INTERNALIZAÇÃO DE SISTEMAS	9.1 Levantamento da situação do sistema (documentação, código-fonte, banco de dados)
	9.2 Realizar a identificação dos riscos,
	9.3 Realizar análise de viabilidade
	9.4 Realizar o planejamento da migração

Fonte: CGTI/SAAD

Tabela 82 – Relação dos serviços de manutenção do SEI

PORTFÓLIO DE SERVIÇOS PARA ATUALIZAÇÃO DO SEI 3.0.8, COM MOBILE	
SERVIÇO MACRO	SERVIÇOS
1. SERVIÇO DE CONSULTORIA DE GESTÃO PROCESSUAL	1.1 Participar de reuniões
	1.2 Apoiar na Elaboração do Cronograma
	1.3 Apoiar na Elaboração do Plano do Projeto
	1.4 Apoiar na Elaboração da Análise de Impacto
	1.5 Apoiar na Elaboração do Plano de Riscos
	1.6 Apoiar na Elaboração do Plano de RollBack
	1.7 Apoiar na definição da Infraestrutura necessária
	1.8 Apoiar no redesenho do Banco de Dados SEI 3.06
	1.9 Apoiar na Migração dos Dados
	1.10 Apoiar nos Testes de Desempenho
	2.1 Apoiar na Criação do Ambiente de Homologação
	2.2 Apoiar na Criação do Ambiente de Produção
	2.3 Apoiar nos Testes dos Ambientes de Homologação e Produção
	3.1 Apoiar na Elaboração do Plano de Implantação
	4.1 Apoiar na Execução do Plano de Implantação
	4.2 Apoiar em Testes de Carga
	5.1 Apoiar na Capacitação das atualizações do SEI 3.06
	6.1 Apoiar na Capacitação Avançada do SEI 3.06 (Áreas de Apoio)

Fonte: CGTI/SAAD

5.3.2. Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação (PDTI)

O planejamento principal da área de Tecnologia da Informação no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil chama-se Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), que se baseia, principalmente, no Planejamento Estratégico Institucional (PEI).

O PDTIC é revisado anualmente e mantido atualizado, mesmo com toda as restrições orçamentárias enfrentadas ao longo dos anos, impedindo uma atuação mais eficiente diante das demandas crescentes das áreas internas do Ministério.

O PDTIC é trienal, ocorrendo revisões no mês de dezembro de cada ano. É solicitado às Secretarias e Subsecretarias a identificação de projetos e necessidades. A CGTI auxilia nessa identificação e, posteriormente, organiza e consolida a revisão do Plano, que é submetida à aprovação do Comitê de Governança Digital.

Em 2017, foi realizada a segunda revisão do PDTIC 2015/2017, dentre as várias atualizações realizadas, destacamos:

- o alinhamento da estratégia e objetivos de TI com a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016/2019; e

- atualização do inventário das necessidades de TI, de acordo com a nova estrutura regimental do MTPA estabelecida pelo Decreto 9.000, de 08.03.2017.

5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

No âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, são adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, de acordo com o

previsto na IN SLTI/MPOG n.º 01/2010 de 19/01/2010. Realiza-se também a separação dos resíduos recicláveis descartáveis, conforme determinado no Decreto n.º 5.940/2006 de 25.10.2006, no sentido de proceder a uma destinação adequada dos resíduos.

Todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços prevêm como item os “CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE”, conforme modelos disponibilizados pela AGU e em conformidade com o Decreto n.º 7.746/2012.

O MTPA está inserido como unidade participante da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e suas atividades têm se pautado na implementação de ações que visam à utilização racional dos recursos disponíveis nos seguintes temas:

➤ Energia elétrica:

Ao longo dos últimos anos, foi realizada modificações da instalação elétrica do Edifício Anexo, com a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas, bem como lâmpadas fluorescentes de 32W e luminárias reflexivas para otimizar os ganhos em iluminação. Têm sido introduzidas lâmpadas de “led” para corredores, banheiros, bem como a instalação de interruptores, à iluminação do Edifício Anexo.

➤ Água e esgoto:

No curso do exercício 2017, foram efetuadas diversas ações de troca de reparos em torneiras, manutenção de descargas e busca de vazamentos. A reutilização da água do sistema de ar condicionado para irrigação dos jardins e lavagem das garagens, apesar do aumento da ocupação da edificação, gerou uma economia de água em torno de 9,6 % em relação ao ano anterior.

➤ Coleta seletiva de recicláveis:

No MTPA ocorre a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a cooperativas de catadores, em conformidade com o disposto no Decreto n.º 5.940/2006. Tais ações representaram no exercício 2017, a destinação de aproximadamente 300 quilos mensais de papel à cooperativa (CORTRAP), por exemplo.

➤ Qualidade de vida no ambiente de trabalho:

No aspecto “qualidade de vida no ambiente de trabalho”, podem ser citadas as ações de limpeza dos dutos de ar condicionado central do Edifício Anexo, com o monitoramento do ar dos diversos ambientes do edifício, gerando melhoria das condições de trabalho dos servidores, empregados, terceirizados e demais usuários dos serviços públicos postos à disposição nos diversos ambientes da edificação sob a gestão deste Ministério.

O deslocamento de pessoal por meio dos veículos da frota própria também vem sendo acompanhado, visando à redução dos gastos. Foram adotadas ações como concentração de tarefas para entrega de documentos, por exemplo, com a redução do número de saída de veículos, objetivando a economia do consumo de combustíveis e a emissões de substâncias poluentes.

Análise crítica

O objetivo desta UPC, quanto ao tema sustentabilidade ambiental, está voltado para a intensificação das práticas de racionalização no uso dos recursos disponíveis, envolvendo todas as unidades operacionais e administrativas para planejamento, contratação e execução de

ações colaborativas, utilizando-se da mão de obra do seu quadro de pessoal, público alvo das ações, no sentido de disseminar a importância do uso consciente dos recursos ambientais.

A unidade tem priorizado a implementação de ações de consumo consciente a cada exercício, observando-se que há plena condição para desenvolver ainda mais o tema, na adoção de práticas com foco na redução de custos e definição de ações exequíveis com a máxima otimização de recursos agregados à responsabilidade ambiental.

5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Tabela 83 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos		
Indicadores para uso de energia	Descrição	Resultado 2017
Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos (somatório dos valores mensais das faturas pagas no exercício de 2017)	11.1175 kwh
Gasto com energia	Valor total da fatura em reais (somatório dos valores mensais pagos em 2017)	R\$ 1.118.843,20
Uso de energia renovável - percentual	(Total de Kwh de energia elétrica a partir de fontes renováveis /total de kwh de energia elétrica) x 100	0%
Energia elétrica economizada - percentual	(Total de Kwh de energia elétrica no ano de 2016/total de kwh de energia no ano de 2017) x 100	7%
Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas incandescentes substituídas por lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho na área de iluminação	Iluminação 100% fluorescente e Led
Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula	Utilizações de sistema de controle de iluminação	Não

Indicadores para uso da água	Descrição	Resultado 2017
Consumo de água	Quantidade de m3 consumidos = (somatório dos valores mensais das faturas pagas em 2017)	10.177 m ³
Volume de água per capita	Quantidade de m3 de água consumidos/total de servidores	4,96 m ³
Gasto com água	Valor da fatura em reais (somatório dos valores mensais das faturas pagas em 2017)	R\$ 215.413,19
Consumo de água mineral	Total de galões de água mineral (20 litros) adquiridos	7.232
Gasto com aquisição de água mineral	Valor total gasto com compra de galões de água mineral em reais	R\$ 51.336,52
Reutilização de água	Total de m3 de água cinza (servida) + Total de m3 de água captada da chuva	20 m ³
Uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água	Informar se possui ou não hidrômetros individualizados	Sim

Fonte: CGRL/SAAD

Tabela 84 - Indicadores para transporte terrestre

Indicadores para Transporte Terrestre	Descrição	
Frota total	Quantidade de veículos utilizados no transporte de funcionários e/ou sob responsabilidade do órgão.	24
Quilometragem percorrida	Quantidade de quilômetros percorridos	116.401
Consumo de Gasolina	Quantidade de litros de gasolina consumida	5.237
Consumo de Álcool	Quantidade de litros de álcool consumido	13.263
Emissão de CO2	Quantidade de litros de gasolina consumida x 2,63 KgCO2/l	154.766
Indicadores para Gestão de Resíduos Perigosos	Descrição	
Descarte de lâmpadas fluorescentes	Quantidade de lâmpadas trocadas	671
Descarte de pilhas e baterias	Quantidade de pilhas e baterias descartadas	
Logística reversa de lâmpadas fluorescentes	Quantidade de lâmpadas recicladas pela empresa prestadora do serviço	671
Indicadores para Iluminação	Descrição	
Aquisição de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade de lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho adquiridas	671
Uso de reatores eletrônicos com alto fator de potência	Quantidade de reatores adquiridos	135
Uso de luminárias reflexivas de alta eficiência	Quantidade de luminárias adquiridas	29
Indicadores para Veículos	Descrição	
Aquisição de veículos flex	Quantidade de veículos flex adquiridos	0
Aquisição de veículos movidos a biocombustíveis	Quantidade de veículos movidos a biocombustíveis adquiridos	0
Indicadores para Serviços de Limpeza	Descrição	
Utilização de Materiais biodegradáveis	Informar sobre a inclusão, no contrato, de material de limpeza biodegradável	Sim

6. Relacionamento com a sociedade

6.1. Canais de acesso do cidadão

➤ Canal Direto com os Transportes (CDT)

O Canal Direto com os Transportes (CDT), localizado no Ed. Anexo, Térreo, Ala Leste, Sala 02, realiza o atendimento presencial para aposentados e pensionistas do Ministério.

Os Núcleos de Recursos Humanos (NRH) do MTPA faz o atendimento presencial aos aposentados e aos pensionistas em 15 (quinze) capitais, onde se encontram instalados.

A Central de Relacionamento do Ministério realiza atendimento por meio do telefone (61) 3329-9068, onde aposentados e pensionistas, procuradores, curadores e representantes legais de beneficiários de aposentadoria ou pensão podem solicitar informações sobre:

- Recadastramento;
- Tramitação de processos e documentos;
- Denúncias ou reclamações feitas junto à mesma central ou junto à alguma unidade da COGEP/MT;
- Plano de Saúde;
- Inclusão ou exclusão de beneficiário de aposentadoria/pensão;
- Isenção de Imposto de Renda;
- Montante de rendimentos para Declaração de Imposto de Renda;
- Cadastramento de senha de acesso para o SIAPENET;
- Pagamento de exercícios anteriores; e
- Qualquer outra demanda inerente à gestão de pessoas.

Cabe registrar que, além das chamadas telefônicas feitas por servidores aposentados e pensionistas, a Central de Relacionamento do Ministério atende também demandas afetas ao Programa Passe Livre (informações sobre habilitação ao Passe Livre, tramitação de documentos/processos, emissão e validade das carteiras).

O volume de ligações telefônicas recebidas na Central de Relacionamento no decorrer do ano de 2017 foi de 146.512 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e doze) atendimentos.

➤ Indicadores de desempenho da central de relacionamento nos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Tabela 85 – Indicador de Desempenho da Central de Relacionamento

Indicador de Desempenho	2014	2015	2016	2017
(A) Atendimentos telefônicos	33.104	44.609	83.085	73.077
(B) Assuntos solucionados pela central telefônica	26.894	41.267	76.274	67.879
(C) Assuntos direcionados aos técnicos de área (níveis 2, 3 e 4)	5.190	3.342	6.798	5.487
(D) Pendências que ficaram em aberto (o total mensal informa as pendências do mês somadas às que foram acumuladas ao longo do período e o total anual demonstra o somatório de todas as pendências, inclusive as já resolvidas)	1.157 (concluídas no exercício posterior)	296 (concluídas no exercício posterior)	15 (concluídas no decorrer de 2016)	69 (concluídas até setembro de 2017)

Fonte: COGEP/SAAD

Tabela 86 – Estatística mensal

Estatística mensal (detalhamento mensal do ano de 2017)													
ICD	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
A	6.889	4.645	6.167	5.720	5.684	4.991	6.057	6.829	6.217	7.076	7.512	5.290	73.077
B	6.309	4.203	5.517	5.245	5.226	4.562	5.663	6.317	5.819	6.447	6.786	5.785	67.879
C	580	442	650	475	458	429	394	512	398	409	435	305	5.487
D	17	1	0	0	18	17	0	0	16	0	0	0	69

Fonte: COGEP/SAAD

➤ Atendimentos efetuados nos núcleos de recursos humanos do Ministério nos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Tabela 87 – Atendimento NRH nos últimos exercícios

ATENDIMENTOS EFETUADOS NOS NÚCLEOS DE RECURSOS HUMANOS DO MTPA NOS EXERCÍCIOS DE 2014, 2015, 2016 E 2017				
NÚCLEO	2014	2015	2016	2017
NRH – 01 (Manaus – AM)	808	601	966	2.030
NRH – 02 (Belém – PA)	1.092	2.778	3.058	1.580
NRH – 03 (Fortaleza – CE)	23.530	10.563	21.120	29.855
NRH - 04 (Recife – PE)	11.706	18.699	4.153	12.327
NRH – 05 (Salvador - BA)	8.331	3.809	27.534	20.047
NRH – 06 (Belo Horizonte – MG)	19.430	29.547	20.753	22.436
NRH – 07 (Rio de Janeiro – RJ)	18.893	8.647	11.758	12.180
NRH – 08 (São Paulo – SP)	7.593	2.461	13.484	8495
NRH – 09 (Curitiba – PR)	4.936	6.120	9.673	7.535
NRH – 10 (Porto Alegre – RS)	2.537	4.341	8.190	4.300
NRH – 11 (Cuiabá – MT)	2.123	2.544	3.959	827
NRH – 12 (Goiânia – GO)	1.751	1.782	4.235	4.100
NRH – 13 (Florianópolis – SC)	4.593	3.311	3.083	4.585
NRH – 14 (Natal – RN)	5.327	3.398	3.725	587
NRH – 15 (João Pessoa – PB)	-	-	1.632	1.291
TOTAL	112.650	98.601	84.883	133.801

Fonte: COGEP/SAAD

Cabe esclarecer que, referente ao NRH – 15 (João Pessoa/PB), o referido núcleo foi recentemente criado, por meio da Portaria nº 398, de 15.12.2015, publicada no DOU, de 16.12.2015.

➤ Serviço de Informação ao Cidadão

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) deste Ministério é responsável por atender aos pedidos de acesso à informação recebidos no Órgão, com base na Lei n. 12.527, de 18.11.2011, Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em 2017, o SIC/MTPA totalizou 723 pedidos de acesso à informação por meio do Sistema e-SIC, com a média mensal de 60,25 pedidos.

Tendo como base principal os 20 dias para resposta estabelecidos na LAI, o SIC/MTPA fechou o ano com o tempo médio de resposta de 12,97 dias.

Abaixo são apresentados os tipos de respostas aos pedidos, as razões da negativa de acesso e os meios de envio de resposta.

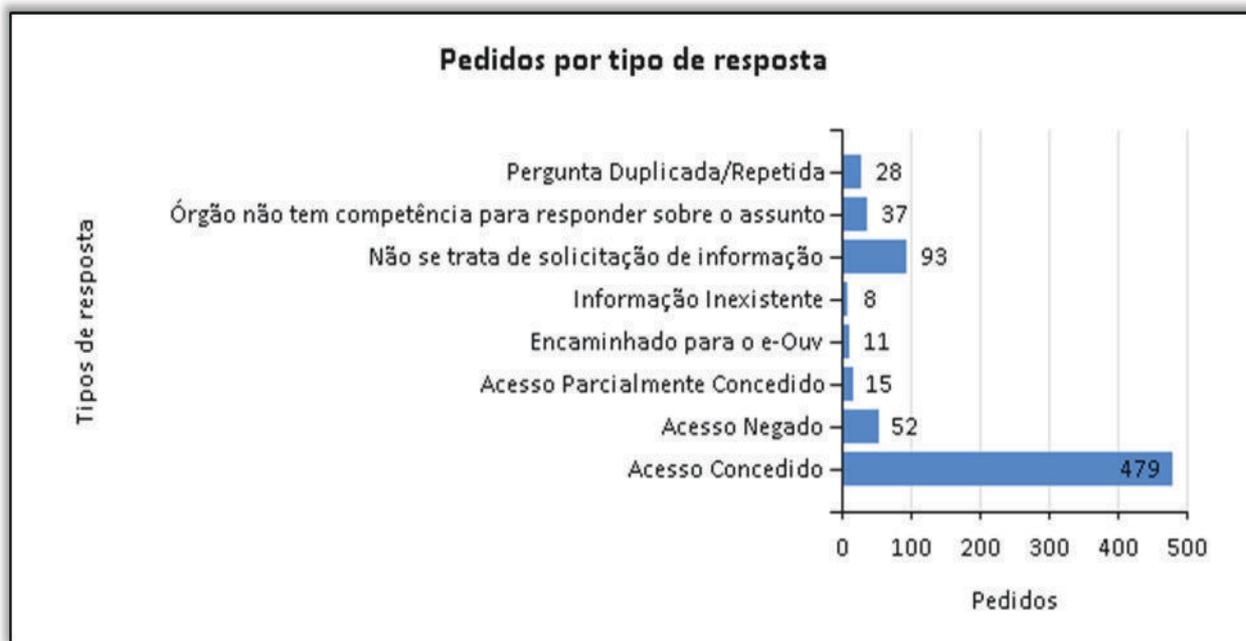


Figura 5 - Pedidos por tipo de resposta

Fonte: SIC/OUVIDORIA

Tabela 88 – Razões da negativa de acesso - SIC

Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Processo decisório em curso	18	34,615%	2,49%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	11	21,154%	1,52%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	10	19,231%	1,38%
Pedido genérico	5	9,615%	0,69%
Pedido exige tratamento adicional de dados	4	7,692%	0,55%
Pedido desproporcional ou desarrazoado	2	3,846%	0,28%
Dados pessoais	2	3,846%	0,28%
TOTAL:	52	100,000%	7,19%

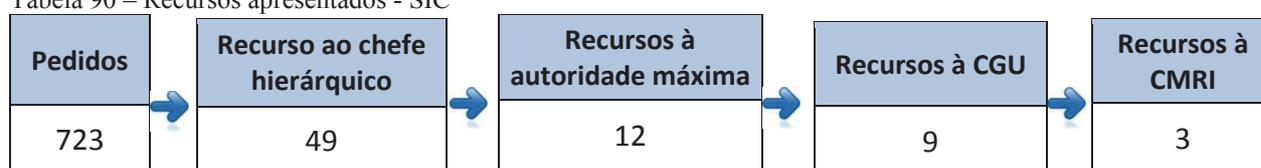
Fonte: COGPE/SAAD

Tabela 89 – Meios de envio de resposta - SIC

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	712	98,48%
Correspondência física (com custo)	7	0,97%
Buscar/Consultar pessoalmente	4	0,55%

Os recursos interpostos contra negativas de acesso à informação apresentaram os seguintes dados:

Tabela 90 – Recursos apresentados - SIC



Quanto ao perfil dos solicitantes, a grande maioria é composta por pessoas físicas, contabilizando 434 pedidos (92,74%), contra apenas 34 (7,26%) de pessoas jurídicas.

Registraram-se solicitações de todos os Estados, do Distrito Federal e até de outros países.

As unidades federativas que apresentaram maior quantidade de demandas foram o Distrito Federal, 191; São Paulo, 86; Rio de Janeiro, 85; e Minas Gerais, 28.

➤ Programa Passe Livre do Governo Federal

A partir de 2015, o Programa Passe Livre teve parte do fluxo telefônico direcionado para a Central de Relacionamento do Ministério, que conta com quinze atendentes, de 8 às 20 horas, aptos a prestar informações sobre os procedimentos e processos em análise.

No total, foram registradas 46.686 (quarenta e seis mil seiscentos e oitenta e seis) chamadas recebidas no ano, sendo 29.998 (vinte e nove mil novecentos e noventa e oito) recepcionadas pela Central de Relacionamento, por meio do número 3329-9068. Com o direcionamento, evolução desses procedimentos, tendo sido atendidas em janeiro 1.940 ligações, fevereiro 1.626, março 1.943, abril 1.594, maio 2.402, junho 2.298, julho 2.758, agosto 3.321, setembro 3.078, outubro 3.391, novembro 3.099 e dezembro 2.548. Dentre as solicitações destacam-se: alteração de endereço, reenvio de credencial, reenvio de exigência, pedidos de kit para beneficiário e acompanhante, pedido de 2ª via de credencial, resposta de protocolo. As demais informações foram sobre andamento, aquisição e procedimentos de preenchimento dos formulários já enviados ou a serem enviados.

Aproximadamente 16.688 (dezesesseis mil seiscentos e oitenta e oito) ligações foram recebidas e respondidas diretamente nas das instalações do Programa, que conta com quatro atendentes.

Quanto ao atendimento feito por email, foram registradas 18.688 (dezoito mil seiscentos e oitenta e oito) mensagens respondidas, dentre as quais se destacam as informações sobre a concessão do benefício, envio de cópia de documentos e de exames para atendimento de exigências, pedido de segunda via, reenvio de credenciais e de exigências.

Dentre as ações realizadas no exercício, merece destaque a distribuição das cartilhas em braile, contendo orientação de como proceder para requisitar o benefício concedido pelo Programa ao Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (CONADE), ao Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante e Pessoas com Deficiência do Brasil (ICEP-Brasil), à Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV), e à Associação de Amigos dos Deficientes Visuais (AADV).

➤ Ouvidoria

Criada pelo Decreto nº 9.000, de 08.03.2017, que aprovou a nova estrutura regimental do Órgão, a Ouvidoria foi inaugurada no dia 27.06.2017 com o firme propósito de atender ao comando democrático de disponibilizar um espaço de interlocução entre usuários de serviços públicos e o MTPA, recepcionando críticas, denúncias, solicitações e sugestões sobre políticas e serviços e disponibilizando informações de maneira transparente e abrangente.

Em 2017 foram registradas 387 manifestações no Sistema e-OUV, sendo 32 denúncias, 39 elogios, 118 reclamações, 191 solicitações e 07 sugestões.



Figura 6 - Percentual de atendimento por assunto
Fonte: Ouvidoria/SE

6.2. Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil facilita o acesso do cidadão às áreas de seu interesse relacionadas às atividades desenvolvidas pelo MTPA, promovendo a transparência e a interação na forma prevista no Decreto nº 6.932/2009 e na IN/MPOG nº 01/2010.

O acesso à Carta de Serviços ao Cidadão do MTPA está disponível no endereço eletrônico:

http://www.transportes.gov.br/images/OUVIDORIA_MTPA/Carta_de_Servi%C3%A7os_a_o_Usu%C3%A1rio_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

➤ Canal Direto com os Transportes - CDT

A Central de Relacionamento do Ministério, ao final de cada chamada telefônica, realiza pesquisa de satisfação com 2 (duas) perguntas à clientela de servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus representantes, que são:

1) Pergunta 01 - Como classifica a satisfação de forma geral na execução dos serviços prestados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil?

2) Pergunta 02 - Como você classifica a qualidade do atendimento prestado pelo Teleoperador/Atendente do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil?

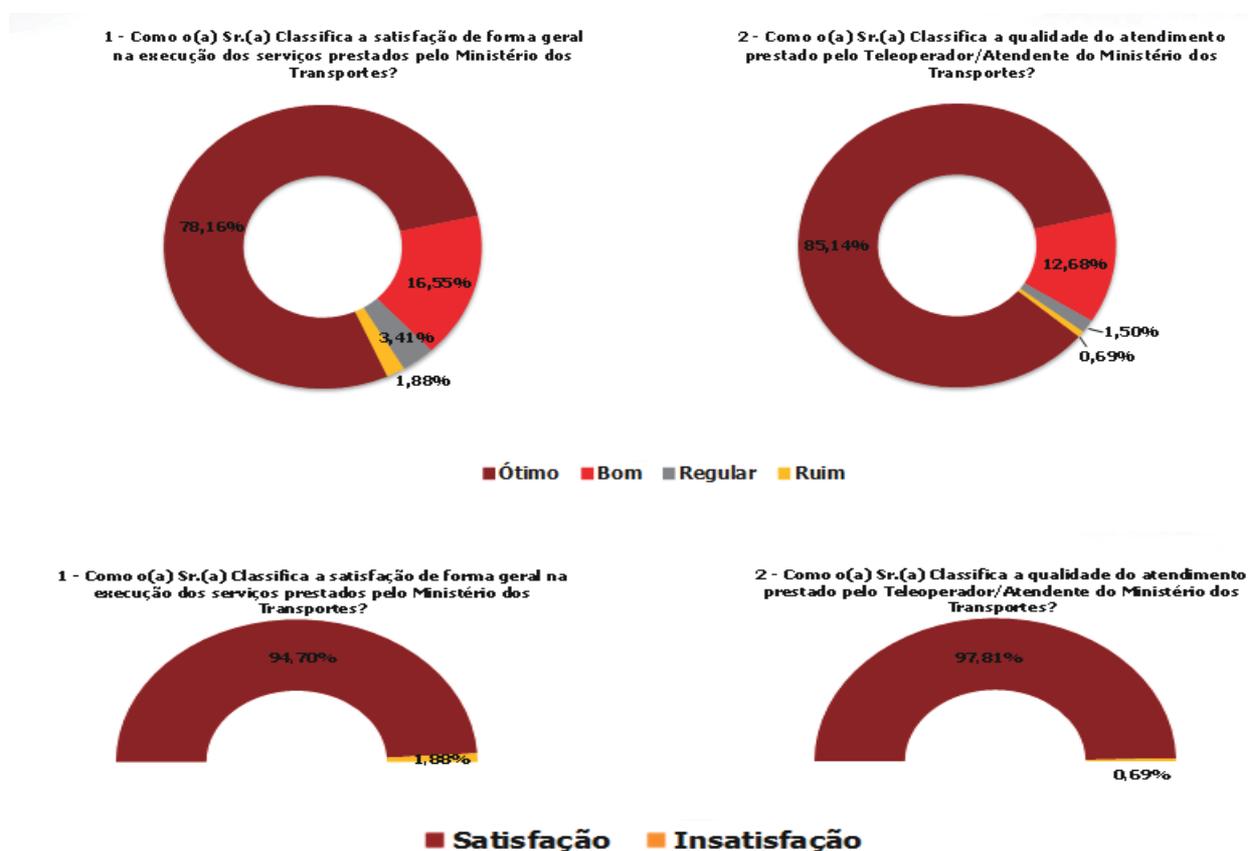


Figura 7 - Resultado da Pesquisa de Satisfação

Como resultado, fica evidenciado que os serviços prestados pela Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes atendem de forma satisfatória a maior parte dos usuários, como demonstrado abaixo:

Tabela 91 – Comparativo percentual de satisfação de serviços prestados por ano

ANO	SATISFAÇÃO GLOBAL*
2015	94,09%
2016	95,52%
2017	96,25%

Fonte: COGEP/SAAD

➤ Serviço de Informação ao Cidadão

Até 2016, o grau de satisfação do SIC era medido pelas demandas cadastradas no Sistema e-SIC, com as variáveis ‘ótimo’, ‘bom’, ‘médio’, ‘ruim’ e ‘péssimo’. As demandas com acesso negado, mediante razão legal, eram avaliadas automaticamente como ‘médias’ e ‘ruins’.

Em 2017, o Sistema e-SIC passou por atualizações e recebeu aprimoramentos na função de pesquisa de satisfação do usuário, tornando-a mais intuitiva e mais fácil de ser respondida pelo usuário. A nova pesquisa está estruturada em três perguntas, sendo duas objetivas, com níveis de 1 a 5, e uma subjetiva.

As perguntas variam de acordo com a resposta do órgão à demanda do usuário, que são: ‘Acesso totalmente concedido’, ‘Acesso parcialmente concedido’ e ‘Acesso negado’ (ou outras hipóteses de negativa). A pergunta subjetiva não foi considerada na apuração, porque foram registrados apenas comentários que não são mensuráveis.

Tabela 92 – Pesquisa de satisfação SIC (MTPA)

Grau de Satisfação do Usuário – SIC/MTPA 2017			
Total de atendimentos avaliados (via e-Sic): 103			
Pergunta 1	Não Atendeu	Atendeu Parcialmente	Atendeu Plenamente
A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?	16	10	50
A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?	9	2	13
A justificativa para a entrega parcial da informação foi satisfatória?			3
Pergunta 2	Difícil Compreensão	Fácil Compreensão	
A resposta fornecida foi de fácil compreensão?	10	66	
A informação fornecida foi de fácil compreensão?		3	
A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?	5	19	

Fonte: Ouvidoria /SE

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso às informações alusivas à atuação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil de interesse da sociedade em geral está disponível no portal www.transportes.gov.br, mais especificamente na janela “Serviços do MT” no link endereço eletrônico www.transportes.gov.br/servicos-da-denominacao.html. Abaixo, os principais serviços de interesse:

- Passe Livre: <http://portal.transportes.gov.br/passelivre/>
- Direito ao Cidadão: <http://www.transportes.gov.br/direto-ao-cidadao.html>
- Corregedoria: <http://www.transportes.gov.br/corregedoria.html>
- Comissão de Ética: <http://www.transportes.gov.br/comissao-de-etica.html>
- Condições das vias: <http://www.transportes.gov.br/condicoes-das-vias.html>

- Relatórios de Gestão: <http://www.transportes.gov.br/relatorio-de-gestao.html>
- Informações Gerais para Servidores Aposentados:
<http://www.transportes.gov.br/conteudo/2784-gestao-de-pessoas-aposentados.html>
- Informações Gerais para Pensionistas:
<http://www.transportes.gov.br/conteudo/2783-gestao-de-pessoas-pensionistas.html>
- Informações Gerais sobre recadastramento de aposentados e pensionistas:
<http://www.transportes.gov.br/gestao-de-pessoas/recadastramento.html>

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Ministério mantém em bom estado de conservação todos os meios de acesso aos portadores de necessidades especiais, a saber: rampa de acesso e corrimãos na entrada do Edifício Anexo, banheiros masculinos e femininos adaptados aos portadores de necessidades especiais, rampa de acesso à sala de multimídia do Edifício Sede, barras de segurança e painéis de acessibilidade em elevadores, entre outros.

7. Desempenho financeiro e informações contábeis

7.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Para o cálculo da depreciação, amortização ou exaustão dos bens do patrimônio e avaliação e mensuração dos seus ativos e passivos são utilizados os dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9 e NBC T 16.10 e demais normas aplicadas ao setor público.

Foram seguidas as orientações da Macrofunção SIAFI n. 02.03.30 para estimar a vida útil econômica do ativo imobilizado, bem como para os cálculos da depreciação, amortização e exaustão. As taxas de depreciação utilizadas e os percentuais residuais por bem também seguiram as orientações constantes na NBC T 16.9 e Macrofunção SIAFI n. 02.03.30.

A disponibilidade financeira, os créditos e as dívidas são avaliados e mensurados de acordo com a NBC-T-16.10. As contas são analisadas para apontar a necessidade de ajustes nos saldos. Na disponibilidade é aferida a existência de depósitos em moeda estrangeira ou aplicação financeira, para que seus valores sejam atualizados para as contas que representam os créditos e dívidas. Os saldos são analisados para identificar riscos de recebimentos de dívidas ou existência de obrigações pós-fixadas.

Da mesma forma, a mensuração e avaliação das saídas dos estoques são apuradas pelo custo médio ponderado, conforme orientação da NBC T 16.10.

O resultado apurado foi impactado em R\$ 4.985.385,34 (quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), com a utilização dos critérios das NBC T 16.9 e NBC T 16.10, conforme segue: baixa de estoque: R\$ 468.683,02 (quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e dois centavos), e depreciação, amortização e exaustão: R\$ 4.516.702,32 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e dois reais e trinta e dois centavos).

7.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), compete à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) desenvolver as atividades de acompanhamento e execução orçamentária, financeira e contábil, inclusive quanto ao acompanhamento, análise e divulgação de informações relativas ao Sistema de Custos. Desenvolve, também, informações relativas ao desempenho com as entidades vinculadas (DNIT, VALEC, ANTT, ANTAQ, ANAC, SAC, SNP e Fundos FNAC e FMM).

Para tanto, a SPO acompanhamento da gestão orçamentária e financeira, registra e mantém os sistemas que alimentam o Sistema de Custos, com análise da qualidade dos gastos e emissão de relatórios para subsidiar as decisões quanto à alocação de recursos.

Os relatórios de custos são gerados pelos órgãos centrais dos sistemas de Planejamento e Orçamento Federal e analisados pela equipe de custos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, que trabalha em conjunto com as entidades vinculadas, acompanhando e analisando a

qualidade dos gastos, bem como, emitindo relatórios para subsidiar as decisões quanto à alocação de recursos.

O gerenciamento de custos no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ainda está em fase inicial de implantação. Pode-se afirmar que o conhecimento histórico da Pasta, referente aos programas, projetos, obras, execução orçamentária, financeira e contábil, tem propiciado melhores resultados na aplicação dos recursos.

A SPO desenvolve e disponibiliza diversos relatórios de sistemas informatizados que complementam e balizam as informações de custos, como por exemplo:

- Séries Históricas;
- Relatórios Gerenciais do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI);
- Relatórios Gerenciais;
- Monitoramento e acompanhamento do SIPO; e
- Fórum de Desempenho e o Sistema de Gestão de Documentos (SGD) com as entidades vinculadas a esta Pasta.

7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis deste Ministério, exigidas pela Lei nº 4.320/64, foram extraídas do SIAFI, referente ao órgão 39000 – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e encontram-se exibidas junto com as notas explicativas no Item 9 - “Anexos e Apêndices” deste Relatório, na seguinte sequência:

- a) Balanço Orçamentário (BO): demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas;
- b) Balanço Financeiro (BF): evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- c) Balanço Patrimonial (BP): demonstra a evidência qualitativa e quantitativa da situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio líquido, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP): evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): demonstra a transparência da gestão pública, permitindo um melhor gerenciamento e controle financeiro da entidade e proporciona aos usuários informações úteis para avaliar a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades; e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade tais como: os ajustes de exercícios anteriores, o superávit ou déficit patrimonial, as transações de capital com os sócios, a destinação dos resultados e outras mutações do patrimônio líquido.
- g) Notas explicativas: fornece informações adicionais e necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial ou para fatos que podem alterar futuramente tal situação.

8. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2017, a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) gerenciou as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU) e as encaminhou às áreas específicas para que pareceres técnicos subsidiassem as respostas enviadas à Corte de Contas. Essa centralização de informações proporcionou maior celeridade ao atendimento das determinações e recomendações primando sempre pelo cumprimento dos prazos e pela apresentação de respostas em consonância aos questionamentos e apontamentos requeridos pelo Tribunal.

Com o advento do Decreto nº 9.000/2017, que estabeleceu as competências institucionais da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), foi realizado o monitoramento de 158 processos, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), os quais envolveram diretamente o atendimento de diversas demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), referentes à Diligências, Requisições, Oitivas, Tomadas de Conta Especial, Prestação de Contas, Denúncias, Atualização de Informações, Auditorias, dentre outras. Também foram monitorados os Acórdãos, os quais foram remetidos às unidades técnicas deste Ministério, objetivando o atendimento das determinações/recomendações, bem como a apresentação de justificativas para as situações pendentes de atendimento.

Quanto às orientações sobre os procedimentos a serem adotados na elaboração do Relatório de Gestão, em conjunto com a Secretaria Executiva (SE), a AECI encaminhou a todas as secretarias e subsecretarias o Memorando Circular nº 048/2017/AECI, para divulgação dos dispositivos legais a serem observados e solicitando a indicação de representantes para atuação como apresentadores de contas das respectivas áreas.

Foram realizadas diversas reuniões entre a AECI, a SE e as áreas competentes para definir as etapas do processo e o cronograma de elaboração, cujos conteúdos foram encaminhados para revisão, inserção e validação no Sistema e-Contas TCU pela Secretaria Executiva.

A seguir são apresentadas as ações em curso relativas aos acórdãos do TCU.

Quadro 8.1.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 030.981/2011-5	303/2015- Plenário	9.2 (9.2.1)	Aviso 117-Seses-TCU-Plenário	25/02/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2 – Determinar ao Ministério dos Transportes e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que: 9.2.1 – Apresente no prazo de 30 dias, plano de ação, cuja execução não ultrapasse o prazo máximo de 360, dias com as				

providências necessárias ao restabelecimento do Regime Celetista para todos os anistiados oriundos da EBTU e da Portobrás apontados nas listagens constantes do presente processo, caso ainda não tenha feito em cumprimento à conclusão de nº 47 constantes do Parecer JT-01/2007, do Advogado-Geral da União do dia 31/12/2007, devendo ser assegurados o contraditório e a ampla defesa aos que se considerarem afastados pela deliberação que vier a ser proferida.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O assunto se encontra em andamento, com aplicação decorrente dos comandos dispostos na Portaria Normativa nº 5/2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho (SEGRT) do Ministério do Planejamento, que regulamenta os procedimentos atinentes à alteração do regime jurídico do pessoal anistiado, observado o Plano de Ação do Tribunal de Contas da União expedido em 02.07.2015, elaborado a partir da relação de pessoal reintegrado das extintas Portobrás e EBTU, cuja transposição para o Regime Estatutário foi impugnada por aquela Corte. No Plano de Ação, os empregados encontram-se qualificados em planilhas categorizadas as quais orientam a COGEP/MTPA nas instruções processuais respectivas, observado o devido processo legal do contraditório e da ampla defesa.

FONTE: COAD/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 011.706/2014-7	2780/2016 - Plenário	9.1 e 9.2	Ofício 11817/2016-TCU/Sefip, de 25.11.2016 Processo	07.12.2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)

Descrição da determinação/recomendação

Determinação de examinar indícios de pagamento indevido de pensão à filha solteira, maior de 21 anos, em desacordo com os fundamentos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Devido ao grande quantitativo de pensionistas, cujos benefícios estão sendo revisados, foram adotadas as seguintes providências:

Encaminhados 263 Ofícios (concedendo às beneficiárias o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório quanto aos indícios apontados pelo TCU), que ensejaram nos cancelamentos dos benefícios; e 4.337 situações estão sendo analisadas, para que este Órgão possa oficiar suas respectivas beneficiárias, com vistas à coleta da manifestação das mesmas quanto aos indícios apontados pelo TCU.

Insta salientar que, desde a análise de cada caso, até o cancelamento do benefício, são tomadas 6 (seis) providências por situação que são:

- a) abertura de processo autônomo;
- b) elaboração de ofício solicitando a manifestação do beneficiário quanto ao ilícito apontado pelo TCU;
- c) recebimento da defesa/manifestação do beneficiário;
- d) elaboração de manifestação conclusiva da COGEP;

- e) cancelamento do benefício; e
f) elaboração de ato, tornando nulo o ato concessório do benefício.

Cumprir salientar ainda que, a mesma equipe envolvida no atendimento do Acórdão 2.780/2016-TCU-Plenário, também está envolvida na rotina regular da Divisão de Concessão e Revisão de Pensões (DICOP) (que inclui o atendimento das demandas da Trilha de Auditoria da CGU e Sistema de Índícios do TCU).

FONTE: COAP/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 013.516/2010-8	20/2017 - Plenário	9.4	Aviso nº 1-Seses-TCU-Plenário	26.01.2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. conhecer dos recursos interpostos por Hulmes Franca Lessa e Inês Cecilia de Melo Moraes para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se, em seus exatos termos, o Acórdão recorrido;</p> <p>9.2. conhecer do recurso interposto pelo Sr. Javan Araujo Deusdara, para, no mérito dar-lhe provimento parcial, excluindo seu nome do Acórdão 112/2016 – TCU – Plenário, por ofensa ao contraditório (CF art. 5º, LV e no art. 260, § 2º, RI/TCU);</p> <p>9.3. remeter os autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro Bruno Dantas para que seja promovida a oitiva prévia do Sr. Javan Araújo Deusdara sobre a irregularidade tratada nos presentes autos, mediante carta com AR a ser remetida para o seguinte endereço: SHIGS 703 – Bloco O – Casa 09 – Asa Sul, CEP. 70.331-715 – Brasília – DF;</p> <p>9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em cumprimento à sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 35.171/STF-DF, do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, este Ministério retornou o Sr. HULMES FRANÇA LESSA à condição de aposentado conforme portaria nº 114, de 10.01.2018, publicada no Diário Oficial da União de, 12.01.2018.</p> <p>Por meio da Portaria/COGEP/MTPA nº 978, de 23.03.2017, DOU de, 29.03.2017, tornou sem efeito a Portaria COGEP nº 1.193, de 06.05.2016, publicada no Diário Oficial da União de 10.05.2016 Sessão 2, página 54, que retornou a aposentadoria da servidora INÊS CECÍLIA DE MELO MORAIS, matrícula 1319981, uma vez que o Tribunal de Contas da União (TCU) através do Acórdão nº 20/2017 - TCU - Plenário, negou provimento ao recurso interposto pela servidora contra a decisão constante do Acórdão nº 112/2016- Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 013.516/2010-8, por meio da qual o TCU manifestou-se pela ilegalidade da aposentadoria. (Processo nº 50000.003751/2017-11)</p>				

FONTE: COAD/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 009.256/2014-8	983/2017 – Plenário	9.3 (9.3.1);	Aviso nº 307-Seses-TCU-	25.05.2017

		9.3.2; 9.3.3)	Plenário / Ofício nº 2296/2017-TCU/Sefip	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. rever de ofício o Acórdão 1.802/2014-TCU-Primeira Câmara, constante da relação 14/2014, sessão de 13.05.2014, de modo a considerar ilegal o ato de aposentadoria de Ernesto Mainardi (CPF 798.420.388-15) e cancelar o respectivo registro, mantendo inalterados os demais termos da referida deliberação;</p> <p>9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;</p> <p>9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:</p> <p>9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique o interessado acerca desta decisão e o informe que poderá retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;</p> <p>9.3.2. em não havendo retorno à atividade, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, transcorridos 120 (cento e vinte) dias após a notificação do interessado;</p> <p>9.3.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelo interessado com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação dos respectivos processos;</p> <p>9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações deste acórdão;</p> <p>9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao interessado e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança/STF nº 35.005 deferiu o pedido de liminar para suspender os efeitos dos Acórdãos TCU nº 983/2017, processo TC nº 009.256/2014-8, que tornou ilegal a aposentadoria do servidor ERNESTO MAINARDI. Dessa forma, de acordo com a Portaria/COGEP/MTPA nº 3564, de 20.09.2017, publicado no DOU de, 22.09.2017, foi tornada sem efeito a Portaria COGEP/MTPA nº 2030 de 20.06.2017, publicada no DOU de 28.06.2017, que tornou sem efeito a Portaria nº COGEP nº 2.168, de 27.07.2012, publicada no DOU, de 30.07.2012 a qual concedeu aposentadoria ao ex-servidor ERNESTO MAINARDI, retornando-o à condição de aposentado. (Processos nº 50000.036437/2017-14 e 50000.023612/2017-03)</p>				
FONTE: COAD/COGEP				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 021.967/2014-8	1331/2017 – Plenário	9.3 (9.3.1; 9.3.2; 9.3.3; 9.3.4) ; 9.4.2	Aviso nº 93-Seses-TCU- 1º Câmara	27.07.2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. rever de ofício o Acórdão 5.379/2014-TCU-1ª Câmara para considerar ilegais as aposentadorias de Nereu Delfino da Motta, Selma Lemos dos Santos Xavier e Sergio de Souza Pimentel, cancelando os respectivos registros;</p> <p>9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;</p>				

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique os interessados acerca desta decisão e informe que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.3.2. em não havendo retorno à atividade, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após a notificação dos interessados;

9.3.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional, com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação dos respectivos processos;

9.3.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos Srs. Nereu Delfino da Motta e Sergio de Souza Pimental e à Sra. Selma Lemos dos Santos Xavier, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.4.1. monitore o cumprimento das determinações expedidas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e de ciência aos interessados do inteiro teor deste acórdão, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução 170/2004-TCU;

9.4.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

De acordo com a Portaria/COGEP/MTPA nº 3.011, de 22.08.2017, publicado no DOU, de 31.08.2017, foi tornada sem efeito a Portaria CGRH nº 2226, de 16.02.2004, publicada no DOU, de 18.02.2004, Seção 2, página 26, em virtude da aposentadoria do ex-servidor NEREU DELFINO MOTTA, matrícula SIAPE Nº 1319936 ter sido julgada ilegal pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Acórdão nº 1331/ 2017-TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 021.967/2014-8, Ata nº 24/2017 -Plenário, em Sessão Ordinária de 28.06.2017, ficando porém, dispensadas de ressarcimento as quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da súmula de jurisprudência do TCU. (Processo sei nº 50000.016936/2003-81).

Pela Portaria/COGEP/MTPA nº 3.197, de 29.08.2017, publicado no DOU, de 31.08.2017, foi tornada sem efeito a Portaria CGRH nº 1683, de 30.08.2013, publicada no DOU, de 02.09.2013, Seção 2, página 169, em virtude da aposentadoria da ex- servidora SELMA LEMOS DOS SANTOS XAVIER, matrícula SIAPE Nº 1319968 ter sido julgada ilegal pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Acórdão nº 1331/ 2017-TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 021.967/2014-8, Ata nº 24/2017 -Plenário, em Sessão Ordinária de 28.06.2017, ficando porém, dispensadas de ressarcimento as quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da súmula de jurisprudência do TCU. (Processo sei nº 50000.024874/2013-53).

Em razão do servidor SÉRGIO DE SOUZA PIMENTEL ter seu pedido de reexame da decisão constante do Acórdão nº 1331/2017TCU Plenário proferido nos autos do Processo nº TC 021.967/20148, acolhido por aquela Corte de Contas o referido servidor continua na folha de pagamento deste órgão na condição de aposentado.

FONTE: COAD/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 017.898/2012-9	5144/2017 - 1ª Câmara	9.3	Aviso nº 93-Seses-TCU- 1º Câmara / Ofício nº 3530/2017/TCU/Sefip	27.07/017

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)

Descrição da determinação/recomendação

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Mariana Márcia Costa Wichrowski, Rita de Cássia Chaves Dias da Silva, Tania Couto da Silva Lisa, Sandra Maria de Souza Barbosa e Oscar Hyperson Portilho Chiarelli, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. não conhecer do pedido de reexame de Regina Jana Mello;

9.3. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação e aos recorrentes.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

De acordo com a Portaria/COGEP/MTPA nº 2.701, de 04.08.2017, publicado no DOU, de 10.08.2017, foi revogada a Portaria COGEP/MTPA nº. 2272, de 15.07.2016, publicada no DOU, de 22.07.2016, que retornou a aposentadoria da servidora MARIANA MARCIA COSTA WICHROWSKI, matrícula 1366259, uma vez que o Tribunal de Contas da União (TCU) através do Acórdão nº 5144/2017-TCU-1ª Câmara, negou pedido de reexame interposto pela servidora em face a decisão constante do Acórdão nº 1936/2016-TCU-1ª Câmara, proferido nos autos do Processo nº TC 017.898/2012-9 por meio da qual o TCU manifestou-se pela ilegalidade da aposentadoria. (Processo nº 50000.032756/2017-42).

Por meio da Portaria/COGEP/MTPA nº 2.709, de 07.08.2017, publicado no DOU, de 10.08.2017, foi revogada a Portaria COGEP/MTPA nº 2273, de 15.07.2016, publicada no DOU, de 22.07.2016, que retornou a aposentadoria da servidora RITA DE CASSIA CHAVES DIAS DA SILVA, matrícula 1319680, uma vez que o Tribunal de Contas da União (TCU) através do Acórdão nº 5144/2017-TCU-1ª Câmara, negou pedido de reexame interposto pela servidora em face a decisão constante do Acórdão nº 1936/2016-TCU-1ª Câmara, proferido nos autos do Processo nº TC 017.898/2012-9 por meio da qual o TCU manifestou-se pela ilegalidade da aposentadoria. (Processo nº 50000.032756/2017-42).

Por meio do Ofício nº. 6943/2017-TCU/SEFIP, de 11.12.2017 (0719015) a Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União (SEFIP/TCU) encaminhou a esta Coordenação-Geral o Fax 5172/2017, de 07.12.2017, do Supremo Tribunal Federal noticiando a concessão de liminar nos Autos do Mandado de Segurança nº. 35.321, em favor dos impetrantes OSCAR HYPERSON PORTILHO CHIARELLI, TÂNIA COUTO DA SILVA LISA e SANDRA MARIA DE SOUZA BARBOSA.

A tutela deferida outorgou a suspensão dos efeitos do Acórdão nº. 303/2015-Plenário TCU o qual determinou o restabelecimento do Regime celetista para todos os anistiados advindos das extintas EBTU e PORTOBRÁS enquadrados, administrativamente, no Regime Jurídico Único - Lei nº. 8.112/90. Em razão disso e da condição inicial de aposentados dos impetrantes, os Autos encontram-se sobrestados no Serviço de Concessão e Revisão de Aposentadorias (SERCA) desta COGEP, até que a Secretaria-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União enuncie os preceitos da executoriedade da liminar.

Ocorreu, entretanto, que antes da notificação do TCU no Ofício nº. 6943/2017 a impetrante TÂNIA COUTO DA SILVA LISA apresentou, em 16.11.2017, requerimento (50000.015542/2017-10), mediante o qual subscreve opção para retornar à condição de celetista, solicitando a desconsideração dos recursos administrativos até então apresentados em oposição ao Acórdão nº. 303/2015-TCU e à Portaria Normativa nº. 5/2016 da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público (SEGRT/MP).

Em vista disso, seu restabelecimento ao Regime celetista foi efetivado pela Portaria/COGEP/MTPA nº. 4386, de 17.11.2017, publicada no DOU, de 21.11.2017, culminando na reassunção de suas atividades laborais como empregada pública vinculada ao Regime CLT.

Assim, ante os fatos apontados que repercutem, substancialmente, na decisão liminar do STF proferida no MS 35.321 na qual a interessada figura como parte favorecida em sentido oposto a sua deliberação pelo Regime celetista, foi solicitado o pronunciamento da Secretaria-Geral de Contencioso da AGU, cuja posição atual, veiculada no Despacho nº. 00003/2018/DCD/SGCT/AGU, (Processo 50000.052758/2017), é a de que foi providenciada elaboração de petição nos autos do MS nº 35.321 em curso perante o Supremo Tribunal Federal, para comunicar o cumprimento da decisão judicial quanto aos impetrantes OSCAR HYPERSON PORTILHO CHIARELLI e SANDRA MARIA DE SOUSA BARBOSA e a perda superveniente do objeto do mandado de segurança em relação à impetrante TÂNIA COUTO DA SILVA LISA, em virtude do seu retorno, por requerimento próprio, à condição de empregada pública celetista, o que foi efetivado pela Portaria COGEP/MTPA nº 4386, de 17.11.2017.

FONTE: COAD/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 010.973/2013-3	1661/2017 – Plenário	9.3 (9.3.1; 9.3.2; 9.3.3; 9.3.4)	Ofício nº 3929/2017-TCU/Sefip.	04.10.2017.

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. rever de ofício o Acórdão 3.696/2013-1ª Câmara, para considerar ilegal o ato de aposentadoria de Francisco dos Santos Mendes em virtude da irregularidade na transposição de regime celetista para estatutário;</p> <p>9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé por Francisco dos Santos Mendes, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;</p> <p>9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que adote as seguintes providências:</p> <p>9.3.1. dê ciência a Francisco dos Santos Mendes do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar a estes autos o comprovante de notificação nos quinze dias subsequentes;</p> <p>9.3.2. informe ao Sr. Francisco dos Santos Mendes que ele poderá retornar à atividade no prazo de trinta dias a contar da notificação e, não havendo retorno à atividade, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado transcorridos cento e vinte dias após a notificação do interessado;</p> <p>9.3.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados por Francisco dos Santos Mendes com vistas à regularização de seu enquadramento funcional no prazo máximo de cento e vinte dias, contado da autuação do respectivo processo, observadas as diretrizes previstas na Portaria Normativa-SGP/MPDG 5, de 31.08.2016;</p> <p>9.3.4. alerte o Sr. Francisco dos Santos Mendes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, em caso de não-provimento;</p> <p>9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda à renovação da oitiva da viúva de Carlos Alberto Gonçalves Lompa e dê prioridade na tramitação deste processo.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Senhor Francisco dos Santos Mendes impetrou Mandado de Segurança nº 101.0032-08.216.4.013.400, no qual determinou a suspensão do acórdão, tornando sem efeito a Portaria COGEP nº 4183, de 30.10.2017, passando assim, à condição de aposentado (Processo nº 50000.005855/2017-51 e 50000.035591/2017-61).				
FONTE: COAP/COGEP				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 021.091/2013-7	1794/2017 – Plenário	9.3 (9.3.1; 9.3.2; 9.3.3; 9.3.4; 9.3.5); 9.4.2	Aviso nº 669-Seses-TCU- Plenário	24.08.2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. rever de ofício, parcialmente, o Acórdão 6.448/2013-TCU-1ª Câmara para considerar ilegal a aposentadoria de Fernando Teixeira Leite de La Rocque (084.594.521-15) , cancelando o registro do ato número de controle 10001506-04-2007-000059-2;</p> <p>9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;</p> <p>9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:</p> <p>9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique o interessado acerca desta decisão e informe que ele poderá retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;</p> <p>9.3.2. em não havendo retorno à atividade, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado transcorridos 120</p>				

(cento e vinte) dias após a notificação do interessado;

9.3.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelo interessado com vistas à regularização de seu enquadramento funcional, com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação dos respectivos processos;

9.3.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Fernando Teixeira Leite de La Rocque, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.4.1. encaminhe ao órgão concedente cópia do presente acórdão, bem como do voto e do relatório que a fundamentam;

9.4.2. monitore o cumprimento das determinações expedidas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Mediante a Portaria/COGEP/MTPA nº 794, de 16.03.2018, publicada no DOU, de 21.03.2018, em cumprimento da sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 35.320-STF, foi tornada sem efeito a Portaria COGEP/MTPA nº 3.303 de 04.09.2017, publicada no DOU, de 11.09.2017 que, em razão da deliberação no Acórdão TCU Nº. 1794/2017-Plenário, havia tornado sem efeito a Portaria nº COGEP/MTPA nº 1.031, de 11.05.2007, publicada no DOU de 14.05.2007 que concedeu aposentadoria ao ex-servidor FERNANDO TEIXEIRA LEITE DE LA ROCQUE, passando assim, à condição de servidor aposentado deste órgão. (Processos nº 50000.052756/2017-69 e 50000.037565/2017-77)

FONTE: COAD/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 017.898/2012-9	8043/2017 – 1ª Câmara	9.5 (9.5.1; 9.5.2; 9.5.3; 9.5.4; 9.5.5)	Aviso nº 93-Seses-TCU- 1º Câmara	27.07.2017

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)

Descrição da determinação/recomendação

9.1. conhecer dos embargos de declaração;

9.2. acolher, parcialmente, os embargos opostos por Mariana Marcia Costa Wichrowski e Rita de Cassia Chaves Dias, prestando-lhes os esclarecimentos contidos no voto que fundamenta este Acórdão;

9.3. rejeitar os embargos opostos por Regina Jana Mello;

9.4. rever, de ofício, o Acórdão 1.936/2016-1ª Câmara, para alterar o subitem 9.5 do referido decisum, que passa a ter a seguinte redação:

9.5. determinar ao Ministério dos Transportes que adote medidas para:

9.5.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados de que tratam os itens 9.1 e 9.3, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso esses não sejam providos;

9.5.2. somente cesse os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais após o transcurso do prazo de 120 dias, contado da notificação dos interessados, para possibilitar que adotem eventuais medidas administrativas e/ou judiciais tendentes a assegurar suas dignidades, inclusive quanto à fruição dos benefícios que lhes seriam devidos pelo regime da CLT;

9.5.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seus enquadramentos funcionais, com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação dos respectivos processos;

9.5.4. promover a exclusão, no prazo de 15 (quinze) dias, das rubricas pagas a título de irredutibilidade (“Vantagem Indiv. Art 9 L 8460/92” e “Decisão Judicial N Tran Jug Ap”) identificadas nas fichas financeiras de Mário Oliveira das

Neves;
9.5.5. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os inativos referidos nos itens 9.1 e 9.3 tiveram conhecimento do acórdão.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

De acordo com a Portaria/COGEP/MTPA nº 2.701, de 04.08.2017, publicada no DOU, de 10.08.2017, foi revogada a Portaria COGEP/MTPA nº. 2272, de 15.07.2016, publicada no DOU, de 22.07.2016, que retornou a aposentadoria da servidora MARIANA MARCIA COSTA WICHROWSKI, matrícula 1366259, uma vez que o Tribunal de Contas da União (TCU), através do Acórdão nº 5144/2017-TCU-1ª Câmara, negou pedido de reexame interposto pela servidora em face da decisão constante do Acórdão nº 1936/2016-TCU-1ª Câmara, proferido nos autos do Processo nº TC 017.898/2012-9, por meio da qual o TCU manifestou-se pela ilegalidade da aposentadoria. (Processo nº 50000.032756/2017-42).

Por meio da Portaria/COGEP/MTPA nº 2.709, de 07.08.2017, publicada no DOU, de 10.08.2017, foi revogada a Portaria COGEP/MTPA nº 2273, de 15.07.2016, publicada no DOU, de 22.07.2016, que retornou a aposentadoria da servidora RITA DE CASSIA CHAVES DIAS DA SILVA, matrícula 1319680, uma vez que o Tribunal de Contas da União (TCU), através do Acórdão nº 5144/2017-TCU-1ª Câmara, negou pedido de reexame interposto pela servidora em face a decisão constante do Acórdão nº 1936/2016-TCU-1ª Câmara, proferido nos autos do Processo nº TC 017.898/2012-9, por meio da qual o TCU manifestou-se pela ilegalidade da aposentadoria. (Processos nº 50000.032756/2017-42 e 50000.031963/2017-80)

FONTE: COAD/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 022.868/2010-0	2067/2017 – Plenário	9.3 (9.3.1; 9.3.2; 9.3.3; 9.3.4; 9.3.5; 9.3.6)	Ofício nº 5139/2017/TCU/Sefip.	24.10.2017.

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)

Descrição da determinação/recomendação

9.1. rever de ofício o Acórdão 1.274/2013-2ª Câmara para considerar ilegais os atos de aposentadoria dos servidores Guilherme de Lima Paes e Pedro Batouli, em virtude da irregularidade na transposição de regime celetista para estatutário;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência desta Corte;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.3.1. dê ciência a Guilherme de Lima Paes e Ana Cristina Gomes Batouli (pensionista de Pedro Batouli) do teor desta deliberação e faça juntar os comprovantes de notificação aos autos deste processo nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. informe ao sr. Guilherme de Lima Paes que poderá retornar à atividade no prazo de sessenta dias, a contar da notificação, caso seja considerado apto para o trabalho;

9.3.3. na hipótese de não haver retorno do servidor Guilherme de Lima Paes, faça cessar os pagamentos dos proventos no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da notificação;

9.3.4. faça cessar os pagamentos da pensão instituída por Pedro Batouli no prazo de trinta dias, a contar da notificação;

9.3.5. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações ou pleitos administrativos formulados pelo sr. Guilherme de Lima Paes com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de noventa dias, contados da autuação do respectivo processo;

9.3.6. alerte os srs. Ana Cristina Gomes Batouli e Guilherme de Lima Paes de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos

indevidamente, caso os recursos não sejam providos;
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>Observada a Portaria/COGEP/MTPA nº 96, de 09.01.2018, publicada no DOU, de 10.01.2018, retificada pela Portaria/COGEP/MTPA nº 534, de 20.02.2018, publicada no DOU, de 23.02.2018, em cumprimento a liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 35.409/DF, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, foi tornada sem efeito a Portaria COGEP nº 4.183, de 30.10.2017, publicada no DOU, de 06.11.2017, que tornou sem efeito a Portaria nº CGRH nº 181, de 03.02.2003, publicada no DOU, de 04.02.2003 que concedeu aposentadoria ao servidor GUILHERME DE LIMA PAES, tendo em vista deferimento do pedido de liminar para suspender os efeitos do Acórdão TCU nº 2067/2017-Plenário, processo TC 022.868/2010-0, que tornou ilegal a referida aposentadoria. Processo nº 50000.053713/2017-09.</p> <p>Registre-se ainda que conforme determinado por aquele Tribunal, por meio do item 9.3.4 do Acórdão nº 2667/2017-TCU - Plenário, este Órgão cessou o pagamento da pensão à Senhora ANA CRISTINA GOMES BATOULI em 27.11.2017. (Processo nº 50000.044115/2017-31).</p> <p>FONTE: COAP/COAD/COGEP</p>

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.764/2010-3	9376/2017 – 2ª Câmara	9.3 (9.3.1; 9.3.2; 9.3.3); 9.4	Aviso nº 177-Seses-TCU-2º Câmara	14.12.2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Nilson Costa Peres, em virtude da transposição de regime celetista para estatutário sem respaldo legal, bem como em razão da absorção a menor do valor da rubrica vantagem individual nominalmente identificada;</p> <p>9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação pelo órgão de origem, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;</p> <p>9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:</p> <p>9.3.1. faça cessar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU; 8º, caput, da Resolução 206/2007-TCU e 15, caput, da Instrução Normativa 55/2007-TCU;</p> <p>9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido; e</p> <p>9.3.3. encaminhe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelo interessado, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução 170/2004-TCU.</p> <p>9.4. alertar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil de que, em sede de apreciação de atos para fins de registro, nas situações em que há necessidade, conforme determina o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, o Tribunal de Contas da União oportuniza o prévio contraditório e a ampla defesa aos interessados cujos atos são julgados ilegais, de modo que não se faz necessária a instauração de novo processo administrativo para a adoção de tais procedimentos, uma vez que as decisões desta Corte de Contas já determinam que os servidores retornem à condição de celetistas, ao fixar prazo para a que sejam cessados os pagamentos decorrentes do ato impugnado.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Mediante a Portaria/COGEP/MTPA nº 273, de 29.01.2018, publicada no DOU, de 01.02.2018, foi tornada sem efeito a Portaria COGEP nº 4427, de 21.11.2017, publicada no DOU, de 28.11.2017, que tornou sem efeito a Portaria CGRH nº 2417, de 03.09.2007, publicada no DOU, de 04.09.2007 que concedeu aposentadoria ao servidor NILSON COSTA PERES, matrícula nº 1319883, uma vez que o referenciado interpôs pedido de reexame da decisão constante do Acórdão nº 9376/2012-TCU-2ª Câmara, proferido nos autos do Processo nº TC 019.764/2010-3, por meio da qual o Tribunal de Contas da União manifestou-se pela ilegalidade da aposentadoria, sendo o exame de admissibilidade do recurso interposto pelo servidor acolhido pelo TCU. (Processo nº 50000.052034/2017-12 e 50000.046384/2017-31)

FONTE: COAD/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 005.392/2009-5	9063/2017-2ªCâmara	1.8.1	Ofício nº 5650/2017-TCU/Sefip	26.10.2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.1. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que adeque, no prazo de 15 (quinze) dias, o parcelamento da multa aplicada ao Sr. Robson de Souza Andrade (CPF 552.554.931-04) , por intermédio do subitem 9.3 do Acórdão 5.755/2014 – TCU – 2ªCâmara, ao disposto no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 46, § 1º, da Lei 8.112/1990, de maneira que a parcela mensal descontada do contracheque do servidor não seja inferior a 10% da sua remuneração.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
No período de março de 2015 a outubro de 2017, foi efetuado o desconto da multa em parcelas de R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais), num total de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e Oitocentos Reais). Desse modo, em atendimento ao comando da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 5.755/2014-TCU-2ª Câmara, no sentido de adequar o valor do desconto mensal da multa aplicada ao servidor ROBSON DE SOUZA ANDRADE ao disposto no art. 28, Inciso I, da Lei nº. 8.443/1992, c/c o art. 46 § 1º, da Lei nº. 8.112/90, a Divisão de Pagamento implantou, a partir de novembro de 2017, o desconto no valor equivalente a 10% (dez por cento) de sua remuneração, ou seja, R\$ 1.032,36 (Um mil, Trinta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos) , a ser debitado até a quitação do saldo remanescente da multa. (Processo nº 50000.044621/2017-20)				

FONTE: COAD/COGEP

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 044.735/2012-0	063/2017-TCU-Plenário		Ofício nº 5982/2017-TCU/Sefip, de 25/10/2017	08.11.2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:				
9.1. fixar em 31.12.2017, com fulcro no art. 45 da Lei 8.443/1992, a data-limite para que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, nos casos de empregados de empresas estatais a eles cedidos, façam incidir o teto				

remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, sobre o valor total custeado com recursos do Tesouro Nacional, incluindo o reembolso de que trata o Decreto 4.050/2001 e a retribuição pelo exercício do cargo em comissão, na forma dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 3.195/2016-TCU-Plenário;

9.2. informar aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal alcançados pelo disposto no item 9.1 deste acórdão que o descumprimento à decisão do Tribunal enseja a aplicação de multa aos agentes faltosos, com base no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992; e

9.3. enviar cópia deste acórdão às empresas estatais federais, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao Ministério de Minas e Energia e à Procuradoria da República no Distrito Federal (2º Ofício de Servidor Público e Concurso).

Providências tomadas por essa Coordenação

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP cientificou as entidades vinculadas deste Ministério, acerca da deliberação do TCU e das providências a serem cumpridas. Posteriormente, foi efetuado o levantamento do pessoal cedido, bem como dos valores remuneratórios, culminando na constatação de que três situações que ultrapassaram o teto constitucional para os quais foram aplicadas as medidas para o abate teto.

Fonte: COAD/COGEP

8.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

O acompanhamento das recomendações da CGU é realizado por meio do Sistema Monitor, onde as manifestações das unidades deste Ministério são registradas e acompanhadas.

Cada unidade organizacional indicou representantes para monitoramento e acompanhamento das manifestações dos gestores, bem como encaminhamento ao órgão de Controle Interno.

Como no decorrer dos exercícios de 2016 e 2017 o Ministério passou por uma significativa reformulação, novos procedimentos serão adotados para inserir nesse monitoramento as entidades que passaram a compor a nova estrutura do MTPA, quais sejam, a Secretaria Nacional de Portos (SNP), a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e suas respectivas entidades vinculadas. Para o acompanhamento e atendimento às recomendações do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, vem sendo adotado o Plano de Providências Permanente: documento de monitoramento da implementação das providências relacionadas às recomendações recebidas.

O PPP é um instrumento de monitoramento contínuo, que registra gradualmente o encaminhamento das soluções para resolução das constatações identificadas nos trabalhos realizados pela CGU, as quais são registradas no sistema monitor.

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Em relação à apuração de responsabilidade por dano ao erário, impende mencionar que este procedimento, no âmbito deste Órgão, é de competência da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD), conforme disposto no inciso V do art. 1º do seu Regimento Interno, bem como na Portaria Ministerial nº 250/2010. Desta forma, as apurações disciplinares encerradas na Corregedoria/MTPA são encaminhadas àquela Unidade para as pertinentes verificações e providências.

Na tabela abaixo estão listados os processos disciplinares cujos resultados apontaram possível dano ao erário, encaminhados à SAAD e, conforme o caso, a aos outros Órgãos competentes:

Tabela 93 – Processos disciplinares com possibilidade de dano ao erário.

qtd	Processo investigado	Tipo	Documento de encaminhamento
1	50000.121280/2016	PAD	Encaminhado para a COGEP por meio do Memorando nº 33/2017/CORREG/SE, de 04.04.2017.
2	50000.003917/2016	PA	Encaminhado para a SAAD por meio do Despacho nº 17/2017/CORREG/SE, de 30.01.2017.
3	50000.012324/2017	PA	Encaminhado a SAAD por meio do Despacho nº 273/2017/CORREG/SE, de 06.12.2017.
4	50000.022583/2015	PAD	Encaminhado para a COGEP por meio do Despacho nº 105/2017/CORREG/SE, de 03.05.2017.
5	50000.031802/2012	PAD	Encaminhado a COGEP por meio do Memorando nº 36/2017/CORREG/SE, de 06.04.2017.
6	50000.044588/2015	PA	Encaminhado a SAAD por meio do Despacho nº 147/2017/CORREG/GM, de 06.07.2017.
7	50000.114394/2016	PA	Encaminhado a SAAD por meio do Memorando nº 75/2017-CORREG/SE/MT, de 04.10.2017.
8	50000.120274/2016	PA	Encaminhado a SAAD por meio do Despacho nº 273/2017/CORREG/GM, de 06.12.2017.
9	50000.044589/2015	PAD	Encaminhado para a COGEP por meio do Despacho nº 105/2017/CORREG/GM, de 03.05.2017.

Fonte: CORREG

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de processos encerrados com o respectivo motivo.

Tabela 94 – Quantitativo de processos encerrados e motivo de encerramento

Motivo do encerramento	Ano do ressarcimento	Qnt.
Por meio de pagamento GRU	2017	1
Por meio de pagamento GRU	2017	0
Pela entrega de um bem de características iguais ou superiores	2017	3
Prestação de serviço que restitua o bem danificado às condições anteriores	2017	0
Bem localizado	2017	0
Processo arquivado	2017	0
Processo em andamento	2017	5
Total		9

Fonte: CGRL/SAAD

Foram abertos no exercício de 2017, 9 (nove) processos de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), referente extravio ou dano a bens públicos, que implicaram em prejuízo de pequeno valor.

Quadro 8.3.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
09	09	0	0					

Fonte: COGEP/SAAD

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O cronograma de pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços observa o disposto no art. 5º da Lei n. 8.666/93.

O art. 5º da referida Lei, dispõe sobre a "ordem cronológica das datas de suas exigibilidades". Assim, a data de ateste da nota fiscal/fatura é considerada como o marco inicial a partir do qual um crédito decorrente de um contrato administrativo é passível de ser exigido do ente contratante.

Além disso, é respeitado o prazo para pagamento previsto na Instrução Normativa n. 02/2008 da SLTI/MPOG e suas alterações, que determina, em seu art. 36, § 3º, que “o prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua apresentação, na inexistência de outra regra contratual.”

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração de folha de pagamento

Em janeiro de 2014, foi autuado o processo 50000.002951/2014-03, contendo a documentação relacionada abaixo, para avaliação da Consultoria Jurídica desta Pasta quanto à questão relacionada à revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração de folha de pagamento e manifestação orientativa acerca das diretrizes a serem tomadas.

Providências adotadas:

1. Recebimento do Ofício 37211/DITRA/DISFC/CGU-PR;
2. Envio do formulário de atendimento encaminhando dúvida de legislação ao sítio do Compras Net para esclarecimento do assunto;
3. Recebida resposta da equipe “Compras Net.normas” informando que os órgãos e entidades deveriam aguardar a manifestação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) com as medidas necessárias a revisão dos contratos;

4. Envio do Memorando 52/2013-DIAC/COEX/CGRL/SAAD/MT, solicitando a prorrogação do prazo de resposta, haja vista a complexidade do caso vertente, junto a Secretaria Federal de Controle Interno;

Documentos anexados ao processo:

5. Cópia da Lei 12.546, de 14/12/2011;
6. Cópia do Decreto n. 7.828, de 16/10/2012;
7. Orientações da SLTI acerca do Acórdão TCU n. 2859/2013, que trata da desoneração contratual;
8. Cópia do Ofício n. 487/2013-SAAD/SE/MT, em resposta à Secretaria Federal de Controle Interno, e
9. Despacho da SAAD submetendo a questão à CONJUR.

A CONJUR-MT, por sua vez, emitiu o Parecer nº 52/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJA/rc., sobre o qual cumpre destacar que, de acordo com as prescrições do Decreto 7.828, de 16.10.2012, os períodos e alíquotas indicados pela planilha elaborada pela Divisão de Atos e Contratos parecem corretos, especificamente os contratos indicados como serviços de Tecnologia da Informação (TI) ou de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Destaca-se, ainda, que o presente aditivo formaliza ato administrativo que impõe a revisão econômica do contrato administrativo, através de reequilíbrio econômico (álea extraordinária), não se caracterizando como aditivo de supressão.

Importante registrar que, todo o trâmite do referido processo de desoneração utilizou como metodologia a Lei n. 12.546, de 14.12.2011, o Decreto n. 7.828, de 16.10.2012 e as orientações da SLTI acerca do Acórdão TCU n. 2859/2013.

Com referência ao contrato 35/2014, firmado com a empresa CTIS Tecnologia S/A, foi incluído no rol dos contratos da tabela abaixo, uma vez que a empresa se enquadra nos requisitos do Plano Brasil Maior. Entretanto, o processo ainda está sendo encaminhado à Consultoria Jurídica para análise da viabilidade do pleito da contratada.

Em que pese todo o trabalho desenvolvido a título de desoneração da folha de pagamento, o TCU suspendeu os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2859/2013, que tratava das medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Conforme informações publicadas no sítio “Compras Governamentais”, em 01.04.2015, a Secretaria de Logística e Tecnologia/MP expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG, após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União.

Por fim, registra-se abaixo o quadro com os contratos que foram objeto de análise.

Tabela 95 - Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Contrato	Empresa	Contratante	CNPJ/Contratante	Objeto	Vigência	Redução de valor	Valor Ressarcido	Valor a ressarcir
38/2009	IOS Informática Organização e Sistemas s.a	CGTI	38.056.404/0001-70	Manutenção dos sistemas de informação e de sítios web do MT	28/08/09 a 09.07.13	78.078,75	-	78.078,65
39/2009	IOS Informática Organização e Sistema S.A	CGTI	38.056.404/0001-70	Manutenção da Infraestrutura do Ambiente de Tecnologia da Informação do MT	29/07/09 a 28.07.14	530.817,87	-	530.817,87
40/2009	IOS Informática Organização e Sistema S.A	CGTI	38.056.404/0001-70	Serviço de Atendimento e Suporte aos Usuários do MT (HELP DESK)	29/07/09 a 28/07/14	161.865,84	-	161.865,84
35/2012	BASIS Tecnologia da Informação	CGTI	11.777.162/0001-57	Desenvolvimento de novos sistemas e manutenção dos sistemas de informação do MT, no modelo de fábrica de Software, compreendendo a licitação de requisitos, análise, projeto, codificação, testes, documentação, implantação, configuração e treinamento, limitado ao quantitativo máximo de 15.908 (quinze mil, novecentos e oito)	01/11/12 a 31/10/13	-	-	-
52/2009	CTIS Tecnologia S.A	CGRH	01.644.731/0001-32	Central de relacionamento, nas modalidades receptivo, contemplando a disponibilização por parte da contratada, de infraestrutura de rede e equipamentos de informática, sistema de gestão de relacionamento, telefonia e engenharia de telecomunicações, equipamento da plataforma.	15/09/09 a 14/09/14	637.675,01	-	637.675,01
27/2014	DATAINFO Soluções em Tecnologia Da Informação LTDA	CGTI	05.085.461/0001-28	Serviços técnicos especializados de tecnologia da informação e comunicação - TIC, para planejamento, implantação, administração, manutenção, suporte e operação do ambiente tecnológico.	01/10/14 a 30/10/15	-	-	-
35/2014	CTIS Tecnologia S/A	COGEP	01.644.731/0001-32	Central de relacionamento, nas modalidades receptivo, contemplando a disponibilização por parte da contratada, de infraestrutura de rede e equipamentos de informática, sistema de gestão de relacionamento, telefonia e engenharia de telecomunicações, equipamento da plataforma.	26/09/14 a 26/09/17	-	-	-

Fonte: CGRL/SAAD

8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, tem o papel de assessorar o Ministro, o Secretário-Executivo, secretários e diretores no relacionamento com a imprensa. Também tem como atribuição estabelecer estratégias e implementar ações para divulgar e consolidar a correta imagem do Ministério e suas vinculadas perante seus públicos-alvo, ou seja, organizações da sociedade civil e mídia.

Com a edição da Medida Provisória nº 726, de 12.05.2016, convertida na Lei nº 13.341, em 29.09.2016, o então Ministério dos Transportes incorporou as Secretarias de Portos e Aviação Civil, até então, vinculadas à Presidência da República, ampliando seu escopo de trabalho.

A ASCOM tem ainda a função de dar suporte às ações e eventos promovidos pelo Ministério e suas vinculadas, bem como difundir campanhas que devem ser, impreterivelmente, de utilidade pública (educacional e comportamental), acerca dos temas pertencentes ao escopo do Ministério.

➤ Ações Planejadas para 2017:

1. Educação para usuário de aviação civil e aeroportos.

Objetivo: educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, acerca do melhor uso do Sistema de Aviação Civil e Aeroportos, promovendo cidadania e a inclusão social.

Público-alvo: usuário do sistema de aviação civil.

2. Educação para usuário de hidrovias e portos.

Objetivo: educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, a cerca do melhor uso do sistema de hidrovias e portos, promovendo cidadania e a inclusão social.

Público-alvo: usuários de hidrovias e portos.

3. Educação para prevenção de acidentes de trânsito.

Objetivo: educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, para a prevenção de acidentes de trânsito.

Público-alvo: Motoristas habilitados e potenciais motoristas, que utilizam as rodovias brasileiras.

4. Educação para usuário de transportes rodoviário.

Objetivo: educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, acerca do melhor uso do Sistema Rodoviário Brasileiro, promovendo cidadania e a inclusão social.

Público-alvo: Usuário do Sistema de Rodoviário Brasileiro - motoristas profissionais, transportadores, motoristas em geral e pedestres.

5. Educação para usuários do Sistema de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (TRIP).

Objetivo: educação, com vistas à mudança de atitude e comportamento da sociedade, acerca do melhor uso do Sistema TRIP e para coibir o transporte clandestino de passageiros, promovendo cidadania e a inclusão social.

Público-alvo: usuários, profissionais e empresas do Sistema TRIP.

6. Educação socioambiental - rede rodoviária e ferroviária.

Objetivo: Informar e orientar população impactada pela presença, modificação ou ampliação da rede rodoviária ou ferroviária federal com intuito de promover bem estar, segurança e cidadania.

Público-alvo: População impactada por rodovias e ferrovias federais brasileiras.

7. Programa Passe Livre.

Objetivo: Informar e orientar as pessoas com deficiência e comprovadamente carentes para obter o acesso gratuito ao transporte coletivo interestadual por rodovia, ferrovia e hidrovia.

Público-alvo: pessoas carentes e portadoras de deficiência.

8. Educação para utilização de aeronaves remotamente pilotadas - drones.

Objetivo: ações educativas para a utilização de aeronaves remotamente pilotadas “popularmente conhecidas como drones” de maneira viável e harmônica que possibilite o uso desses equipamentos tanto para uso recreativo quanto para o uso não recreativo.

Público-alvo: população em geral, indústria e instituições de pesquisa.

9. Educação para coibição dos "balões juninos".

Objetivo: O objetivo é alertar a população em relação aos perigos que os balões não tripulados, também conhecidos como "balões juninos", proporcionam ao setor aéreo brasileiro. Orientando quanto às regras, legislação vigente e penalidades previstas.

Público-alvo: população em geral.

➤ Ações executadas durante o ano de 2017:

1. Campanha CGTA

Ação de comunicação de utilidade pública visando informar as mudanças das condições gerais do transporte aéreo e as novas regras da aviação civil que passaram a vigorar em março de 2017 em todo o país.

Investimento em produção e mídia – R\$ 900.000,00

2. Programa Passe Livre:

Produção de vídeo com 2 (dois) minutos, para veiculação nas redes sociais tendo em vista a divulgação e orientação para utilização do Programa Passe Livre que garante às pessoas carentes com deficiência a gratuidade no transporte coletivo interestadual.

Investimento em produção – R\$ 39.926,00

3. Campanha Prevenção de Acidentes – São João

Ação de comunicação de utilidade pública visando à mobilização para redução dos acidentes de trânsito através da mudança de comportamento da população.

A campanha “Ausência” visa provocar no público uma reflexão sobre a gravidade e a extensão das conseqüências causadas pelas atitudes imprudentes ao volante.

Investimento em produção e mídia – R\$ 4.100.000,00

- Campanha Prevenção de Acidentes – Festas de fim de ano, férias e Carnaval

Em dezembro, no dia 20.12.2017, o Governo Federal lançou a 7ª edição da operação “Rodovida”, que trata de esforço integrado de vários órgãos federais, em articulação com estados e municípios, com o objetivo de reduzir a violência no trânsito. O projeto foi executado nos períodos de maior movimento nas estradas brasileiras: 22.12.2017 a 31.01.2017, na primeira quinzena de janeiro/2018 e no período de carnaval em fevereiro/2018.

A ação de comunicação coordenada pela SECOM/PR e Casa Civil tem como objetivo cooperar com o acordo firmado com a Organização Mundial da Saúde – OMS pela Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, na qual governos de todo o mundo se comprometem a tomar medidas para prevenir os acidentes de trânsito de modo que, em 10 anos, haja uma redução de 50% nos óbitos no trânsito. Como parte desse grande esforço, o Governo Federal entende como relevante o desenvolvimento de ações de comunicação que tenham como objetivo a conscientização da sociedade brasileira quanto ao risco da direção imprudente, visando à redução do número e da fatalidade dos acidentes de trânsito nas rodovias federais.

A campanha foi concebida e produzida pelo MTPA e veiculada em cooperação com a SECOM/PR e o Ministério da Saúde (MS), com os quais firmou-se o Termo de Execução Descentralizada (TED), para utilização de recursos que viabilizaram a veiculação da Campanha.

Tabela 96 - Termos de Execução Descentralizada

Publicidade de utilidade pública	Programa/Ação orçamentária	Fonte	Natureza da Despesa	Valor
TED nº 06/2017	04.131.2038.2017.001	100 - SECOM/PR	33.90.39.93	8.000.000,00
TED nº 214/2017	10.305.2015.20YJ. 0001	Ministério da Saúde (6151000000)	33.9039	6.950.000,00

Fonte: CGRL

Os recursos das TED da SECOM e do Ministério da Saúde, perfazem o montante de R\$ 14.950.000,00 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta mil reais) e foram aplicados na produção e veiculação da campanha de prevenção de acidentes, veiculada no período de festas de final de ano, férias e carnaval de 2018.

Os pagamentos relativos as TED da SECOM/PR e do MS ocorrerão durante o ano de 2018, mediante a comprovação de execução dos serviços, bem como a apresentação das respectivas notas fiscais.

Tabela 97 - Relação dos Empenhos emitidos em 2017

Valores em R\$ 1,00

Empenhos com verba do MTPA	Valor
2017NE800017 - 1/18 avos janeiro	299.799,00
2017NE800158 - 1/18 avos fevereiro	299.799,00
2017NE800224 - 1/18 avos março	299.799,00
2017NE800452	3.100.603,00
2017NE800463	1.000.000,00
<u>2017NE800769</u>	39.926,00
Total verba do MTPA	5.039.926,00
Empenhos ref. as TED SECOM/PR e MS	Valor
2017NE800955 - MS	6.950.000,00
2017NE800918 - SECOM/PR	1,00
<u>2017NE800919- SECOM/PR</u>	<u>7.999.999,00</u>
Total das TED SECOM e MS	14.950.000,00

Fonte: CGRL

O quadro abaixo relaciona as despesas com publicidade desta Unidade Prestadora de Conta.

Quadro 8.6.1 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica			
Utilidade Pública	03.131.2112.4641.0001		499.541,43
Utilidade pública	04.131.2101.2017.0001		2.660,00
Utilidade pública	06.131.2112.4641.0001		155.800,11
Utilidade Pública	04.131.2038.2017.0001	8.000.000,00	
Utilidade pública	10.131.2115.4641.0001		9.907.382,27
Utilidade Pública	15.131.2116.4641.0001		1.573.577,33
Utilidade Pública	10.305.2015.20YJ0001	6.950.000,00	
Utilidade Pública	26.131.2126.4641.0001	5.039.926,00	7.827.386,16

Fonte: CGRL/SIAFI

A tabela a seguir contempla dados pertinentes aos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

Tabela 98 - Contratos firmados de publicidade e propaganda

Número	Vigência Aditivada até	Valores Contratados	Valores Desembolsados em 2017
11-2014/MT	20/02/2016	20.000.000,00	8.727,52
11-2014/MT	20/02/2017	20.000.000,00	15.049.918,28
11/2014/MT	20/02/2018	20.000.000,00	4.907.701,50

Fonte: ASCOM, revisado pela CGRL/SAAD

Do total dos valores pagos no exercício de 2017, R\$ 19.966.347,30 o montante de R\$ 15.049.918,28 corresponde a valor de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

9. Anexos e apêndices

Neste item são apresentadas, nas páginas seguintes, as demonstrações contábeis do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil enumerada pela legislação aplicável ao setor público e as notas explicativas de que trata o subitem 7.3 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas.

Anexo 1 - Demonstrações contábeis do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e as notas explicativas.

Anexo 2 - Notas explicativas das demonstrações contábeis do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	11.358.331,30	3.635.471,04	Despesas Orçamentárias	3.862.002.416,37	3.226.350.252,28
Ordinárias	10.059.392,64	2.397.960,94	Ordinárias	1.926.666.420,77	3.092.438.632,70
Vinculadas	1.298.942,16	1.240.811,68	Vinculadas	1.935.335.995,60	133.911.619,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.298.942,16	1.240.811,68	Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.914.747.496,26	133.706.984,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3,50	-3.301,58	Operação de Crédito	20.507.063,98	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	81.435,36	204.635,58
Transferências Financeiras Recebidas	31.886.461.121,19	21.004.629.194,57	Transferências Financeiras Concedidas	28.042.301.076,73	17.675.905.883,40
Resultantes da Execução Orçamentária	27.181.938.342,76	13.596.034.212,93	Resultantes da Execução Orçamentária	23.763.662.755,58	10.367.639.113,44
Cota Recebida	23.680.596.076,81	10.392.378.215,34	Repasse Concedido	20.227.753.037,07	7.154.194.283,86
Repasse Recebido	89.344,87	10.704.635,58	Sub-repasse Concedido	3.499.867.895,21	3.192.576.764,52
Sub-repasse Recebido	3.499.867.895,21	3.192.576.764,52	Cota Devolvida	35.593.873,42	20.822.305,80
Repasse Devolvido	937.075,99	328.838,23	Sub-repasse Devolvido	447.949,88	45.759,26
Sub-repasse Devolvido	447.949,88	45.759,26	Independentes da Execução Orçamentária	4.278.638.321,15	7.308.266.769,96
Independentes da Execução Orçamentária	4.704.522.778,43	7.408.594.981,64	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.261.980.846,06	7.304.252.399,72
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.674.174.348,97	7.408.068.512,64	Demais Transferências Concedidas	5.299.140,29	375.597,62
Demais Transferências Recebidas	7.271.090,00	523.167,42	Movimento de Saldos Patrimoniais	11.358.334,80	3.638.772,62
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.291.459,97	3.301,58	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	18.785.879,49	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	456.439.039,37	25.519.257,71
Recebimentos Extraorçamentários	396.609.668,40	39.065.286,53	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.995.171,37	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	363.069,82	586.726,26	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	441.428.379,11	24.811.614,12
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	390.886.402,65	37.670.936,86	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.902.050,01	707.643,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.360.195,93	807.581,92	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.113.438,88	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	41,49	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.789,75	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	41,49	Demais Pagamentos	1.110.649,13	
Saldo do Exercício Anterior	565.518.571,22	445.964.012,47	Saldo para o Exercício Seguinte	499.205.159,64	565.518.571,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	565.518.571,22	445.964.012,47	Caixa e Equivalentes de Caixa	499.205.159,64	565.518.571,22
TOTAL	32.859.947.692,11	21.493.293.964,61	TOTAL	32.859.947.692,11	21.493.293.964,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	11.358.331,30	11.358.331,30
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	1.298.942,16	1.298.942,16
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	1.298.942,16	1.298.942,16
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	10.059.389,14	10.059.389,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	127.357,53	127.357,53
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	9.931.981,61	9.931.981,61
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	50,00	50,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	11.358.331,30	11.358.331,30
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	11.358.331,30	11.358.331,30
DEFICIT	-	-	3.850.644.085,07	3.850.644.085,07
TOTAL	-	-	3.862.002.416,37	3.862.002.416,37
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.902.727.917,00	3.659.612.422,00	3.541.204.227,42	3.459.635.785,46	3.459.272.715,64	118.408.194,58
Pessoal e Encargos Sociais	3.446.229.574,00	3.295.209.121,00	3.283.019.177,40	3.272.581.933,88	3.272.581.933,88	12.189.943,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	456.498.343,00	364.403.301,00	258.185.050,02	187.053.851,58	186.690.781,76	106.218.250,98
DESPESAS DE CAPITAL	1.456.604.539,00	554.666.810,00	320.798.188,95	11.480.228,26	11.480.228,26	233.868.621,05
Investimentos	1.280.314.539,00	515.986.957,00	285.226.475,95	1.386.132,82	1.386.132,82	230.760.481,05
Inversões Financeiras	176.290.000,00	38.679.853,00	35.571.713,00	10.094.095,44	10.094.095,44	3.108.140,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	5.359.332.456,00	4.214.279.232,00	3.862.002.416,37	3.471.116.013,72	3.470.752.943,90	352.276.815,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.359.332.456,00	4.214.279.232,00	3.862.002.416,37	3.471.116.013,72	3.470.752.943,90	352.276.815,63
TOTAL	5.359.332.456,00	4.214.279.232,00	3.862.002.416,37	3.471.116.013,72	3.470.752.943,90	352.276.815,63

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	23.441.910,60	88.090.167,25	62.398.661,77	62.032.909,63	16.780.436,86	32.718.731,36
Pessoal e Encargos Sociais	13.333,00	3.040.521,79	823.914,36	823.914,36	2.140.270,82	89.669,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23.428.577,60	85.049.645,46	61.574.747,41	61.208.995,27	14.640.166,04	32.629.061,75
DESPESAS DE CAPITAL	655.515.200,00	385.034.494,76	379.467.333,90	379.395.469,48	6.113.769,44	655.040.455,84
Investimentos	444.011.328,29	225.402.929,47	267.394.831,49	267.322.967,07	6.113.769,44	395.977.521,25
Inversões Financeiras	211.503.871,71	159.631.565,29	112.072.502,41	112.072.502,41	-	259.062.934,59
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	678.957.110,60	473.124.662,01	441.865.995,67	441.428.379,11	22.894.206,30	687.759.187,20

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	290.594,06	586.726,26	557.939,57	28.786,69	290.594,06
Pessoal e Encargos Sociais	285.482,39	512.602,08	510.172,35	2.429,73	285.482,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.111,67	74.124,18	47.767,22	26.356,96	5.111,67
DESPESAS DE CAPITAL	34.461.824,64	-	9.437.231,80	-	25.024.592,84
Investimentos	4.126.406,14	-	4.126.406,14	-	-
Inversões Financeiras	30.335.418,50	-	5.310.825,66	-	25.024.592,84
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	34.752.418,70	586.726,26	9.995.171,37	28.786,69	25.315.186,90



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	70.347,33	70.347,33			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	70.347,33	70.347,33			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.223.372.261,43	716.105.652,51	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.223.372.261,43	716.105.652,51

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	499.205.159,64	565.518.571,22	PASSIVO FINANCEIRO	1.110.411.412,34	49.852.305,75
ATIVO PERMANENTE	724.167.101,79	150.587.081,29	PASSIVO PERMANENTE	28.507.378,18	26.601.020,85
			SALDO PATRIMONIAL	84.453.470,91	639.652.325,91

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	276.866.381,54	36.422.634,79	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.368.634.551,43	162.642.825,42
Execução dos Atos Potenciais Ativos	276.866.381,54	36.422.634,79	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.368.634.551,43	162.642.825,42
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	261.309.096,05	34.594.506,94	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	15.557.285,49	1.828.127,85	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	136.519.791,60	3.116.664,62
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	1.232.114.759,83	159.526.160,80
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	276.866.381,54	36.422.634,79	TOTAL	1.368.634.551,43	162.642.825,42

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-848.550.221,72
Recursos Vinculados	237.343.969,02
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-6.885.286,50
Operação de Crédito	-15.881.348,28
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-70.929.291,44
Outros Recursos Vinculados a Fundos	331.039.895,24
TOTAL	-611.206.252,70



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	333.999.517,96	126.531.432,72
INGRESSOS	31.903.179.648,42	21.009.072.247,53
Receitas Derivadas e Originárias	11.358.331,30	3.635.471,04
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.298.942,16	1.240.811,68
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.059.389,14	2.394.659,36
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	31.891.821.317,12	21.005.436.776,49
Ingressos Extraorçamentários	5.360.195,93	807.581,92
Transferências Financeiras Recebidas	31.886.461.121,19	21.004.629.194,57
DESEMBOLSOS	-31.569.180.130,46	-20.882.540.814,81
Pessoal e Demais Despesas	-3.491.958.038,29	-3.182.277.124,72
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-499.541,43	-
Administração	-2.660,00	-14.771.068,51
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-155.800,11	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-3.085.202.593,27	-2.926.230.257,91
Saúde	-9.907.382,27	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-1.573.577,33	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-387.545.754,91	-230.211.803,83
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-7.067.939,22	-11.064.035,96
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.789,75	41,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-29.908.316,30	-23.650.163,10
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-26.045.409,69	-21.381.149,33
Outras Transferências Concedidas	-3.862.906,61	-2.269.013,77
Outros Desembolsos das Operações	-28.047.313.775,87	-17.676.613.526,99
Dispêndios Extraorçamentários	-3.902.050,01	-707.643,59
Transferências Financeiras Concedidas	-28.042.301.076,73	-17.675.905.883,40
Demais Pagamentos	-1.110.649,13	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-400.312.929,54	-6.976.873,97
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-400.312.929,54	-6.976.873,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-394.181.926,42	-4.514.697,97
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-6.131.003,12	-2.462.176,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-66.313.411,58	119.554.558,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	565.518.571,22	445.964.012,47
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	499.205.159,64	565.518.571,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	189.365.974,01	-	-	189.365.974,01
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	24.640.523,38	-	-	24.640.523,38
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	3.492.272,86	-	-	3.492.272,86
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	466.315.997,98	-	-	466.315.997,98
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	470.927,57	-	-	470.927,57
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	684.285.695,80	-	-	684.285.695,80

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	684.285.695,80	-	-	684.285.695,80
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-1.070.454.105,30	-	-	-1.070.454.105,30
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	1.549.138,94	-	-	1.549.138,94
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	213.689.818,43	-	-	213.689.818,43
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	1.333.590.896,33	-	-	1.333.590.896,33
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	1.162.661.444,20	-	-	1.162.661.444,20



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	33.359.013.025,66	21.395.518.658,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.298.942,16	1.240.811,68
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.298.942,16	1.240.811,68
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.812,59	10,20
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	13.812,59	10,20
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	33.347.068.799,57	21.004.767.581,80
Transferências Intragovernamentais	33.266.960.122,47	21.004.629.194,57
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	7.478.300,00	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	72.630.377,10	138.387,23
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	301.990,61	386.019.719,25
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	299.560,88	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.429,73	386.019.719,25
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10.329.480,73	3.490.535,37
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	1.092.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	10.329.480,73	2.398.535,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	33.145.323.207,23	20.929.202.660,32
Pessoal e Encargos	251.595.565,28	217.696.713,91
Remuneração a Pessoal	149.352.391,20	139.365.739,15
Encargos Patronais	31.829.429,48	23.907.065,75
Benefícios a Pessoal	44.554.350,45	47.031.429,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	25.859.394,15	7.392.479,90
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.080.766.046,12	2.917.458.186,98
Aposentadorias e Reformas	795.222.194,18	801.824.204,39
Pensões	2.281.375.869,06	2.111.752.556,28
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.167.982,88	3.881.426,31
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	192.797.485,92	82.890.415,33
Uso de Material de Consumo	550.992,08	674.921,77
Serviços	186.079.929,22	79.585.394,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.166.564,62	2.630.099,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	3.301,58
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	3.301,58
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	29.555.152.424,41	17.678.174.897,17
Transferências Intragovernamentais	29.478.012.669,22	17.675.905.883,40
Transferências Intergovernamentais	3.554.700,04	295.831,84
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.986.774,58	1.973.181,93
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	71.598.280,57	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	61.252.770,90	26.149.669,97
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	150.209,32	168.044,38
Incorporação de Passivos	-	22.975.438,79
Desincorporação de Ativos	61.102.561,58	3.006.186,80



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	39000 - MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	13.067,01	16.536,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.656,00	1.856,00
Contribuições	11.411,01	14.680,09
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.745.847,59	6.812.939,29
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	1.138.901,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.745.847,59	5.674.038,29
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	213.689.818,43	466.315.997,98

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS

4º Trimestre 2017

Órgão 39000 – MTPA

Balanco Orcamentário

Receitas

A previsão inicial da arrecadação de receitas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil era de R\$ 11.358.331,30 (onze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e um reais e trinta centavos), saldo da previsão é composto totalmente de Receitas Correntes, subdividida em Delegações de Serviços Públicos R\$ 1.298.942,12 (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e doze centavos), Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais R\$ 127.357,53 (cento e vinte sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), Indenizações, Restituições e Ressarcimentos R\$ 9.931.981,61 (nove milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos) e Demais Receitas Correntes R\$ 50,00 (cinquenta reais). Todo o financeiro do órgão provêm de recursos originários do Tesouro Nacional, não faz parte das atividades deste órgão (sem ser consolidado/órgão máximo) arrecadações de outras naturezas, nenhuma receita prevista foi realizada no exercício de 2017.

Despesas

A dotação inicial das despesas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil era de R\$ 5.359.332.456,00 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), houve alguns cortes de gastos do governo no ano de 2017, como o PAC que é um das verbas para despesa deste ministério e possuía um orçamento de R\$ 36 bilhões que foi reduzido para R\$ 19 bilhões e o Decreto nº 8.947 que extinguiu cargos em comissão, funções de confiança e gratificações temporárias de governo federal , após estas medidas foi auferida uma nova dotação para as despesas.

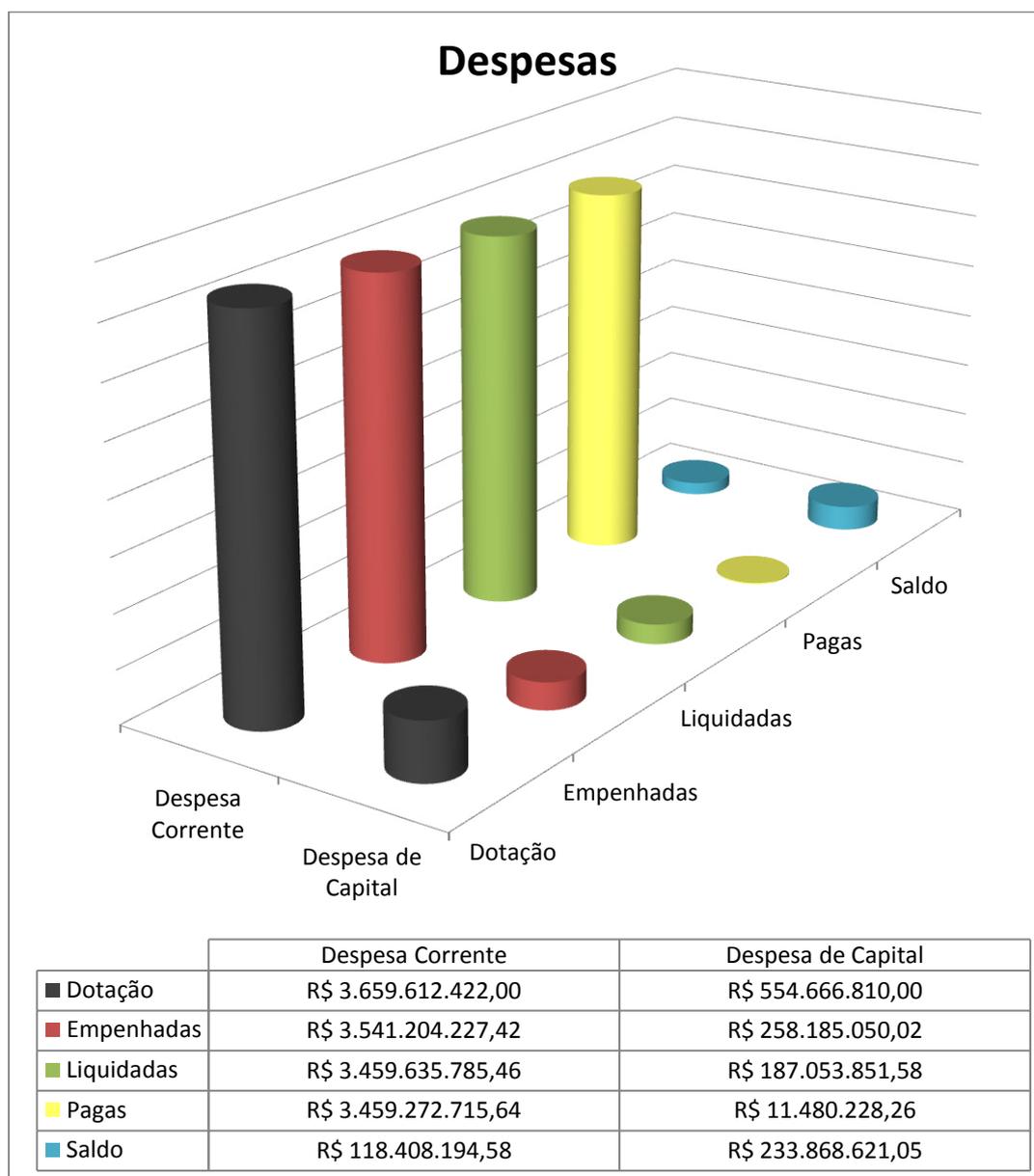
A dotação atualizada das despesas foi de R\$ 4.214.279.232,00 (quatro bilhões, duzentos e quatorze milhões, duzentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais), foi empenhado no exercício de 2017 o valor de R\$ 3.862.002.416,37 (três bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), no qual correspondendo a 91,64% da dotação atualizada.

Do total das despesas empenhadas, R\$ 3.471.116.013,72 (três bilhões, quatrocentos e setenta e um milhões, cento e dezesseis mil, treze reais e setenta e dois centavos) foram liquidadas e R\$ 3.470.752.943,90 (três bilhões, quatrocentos e setenta milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa centavos) foram pagas, 89,87% das despesas empenhadas foram pagas no exercício.

As despesas correntes correspondem a 91,69% das despesas empenhadas no exercício do 2017, a razão disto é por que na Unidade Gestora 390007 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – ocorre o pagamento de pessoal do ministério e alguns órgãos vinculados, como a Secretaria de Aviação Civil, Secretaria de Portos entre outros.

As despesas de capital correspondem a 8,31% das despesas empenhadas, R\$ 320.798.188,95 (trezentos e vinte milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e

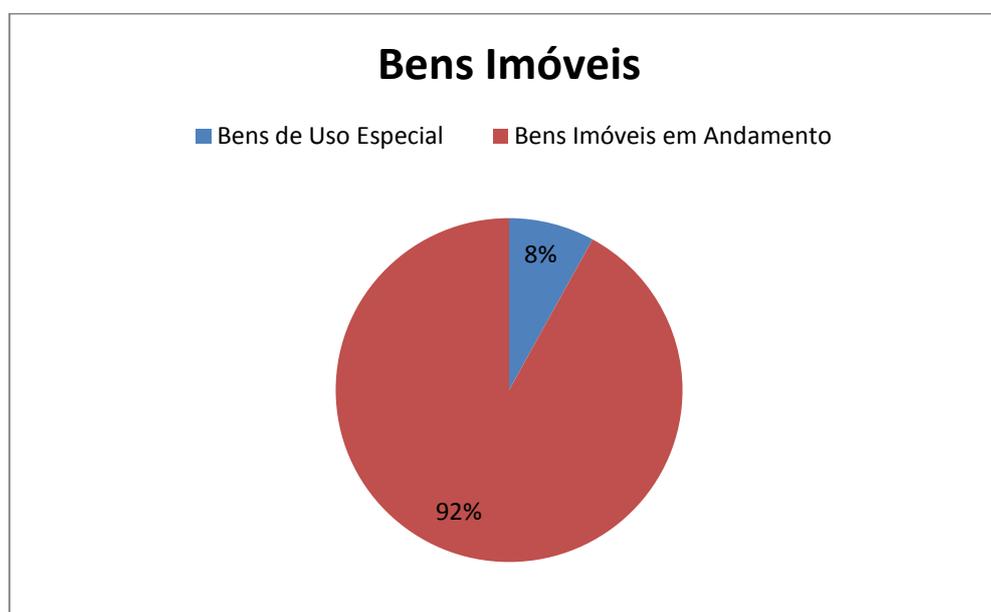
cinco centavos), deste valor R\$ 11.480.228,26 (onze milhões, quatrocentos e oitenta mil, duzentos e vinte oito reais e vinte seis centavos) foram pagos, correspondendo a 3,58%. A Despesa de Capital é composta basicamente de inversões financeiras, que correspondem a 87,92% das Despesas de Capital. Estas inversões financeiras são as transferências de recursos da Secretaria Nacional de Portos para as Companhias Docas, com a finalidade de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.



Balanco Patrimonial

BENS IMÓVEIS

A nível de órgão , temos a seguinte composição para os Bens Imóveis:



			R\$
Bens Imóveis	UG Executora	DEZ/2017	013/2016
Bens de Uso Especial	COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	28.751.937,24	28.979.922,12
	REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A- INVENTARIANCA	25.137.708,02	0,00
	Subtotal	53.889.645,26	28.979.922,12
Bens Imóveis em Andamento	SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS/MTPA	438.098.069,18	0,00
	SECRETARIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	180.100.710,36	0,00
	Subtotal	618.198.779,54	0,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	(741.579,58)	(158.093,07)
	REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A- INVENTARIANCA	(187.418,48)	0,00
	Subtotal	(928.998,06)	(158.093,07)
Total		671.159.426,74	28.821.829,05

Fonte: SIAFI

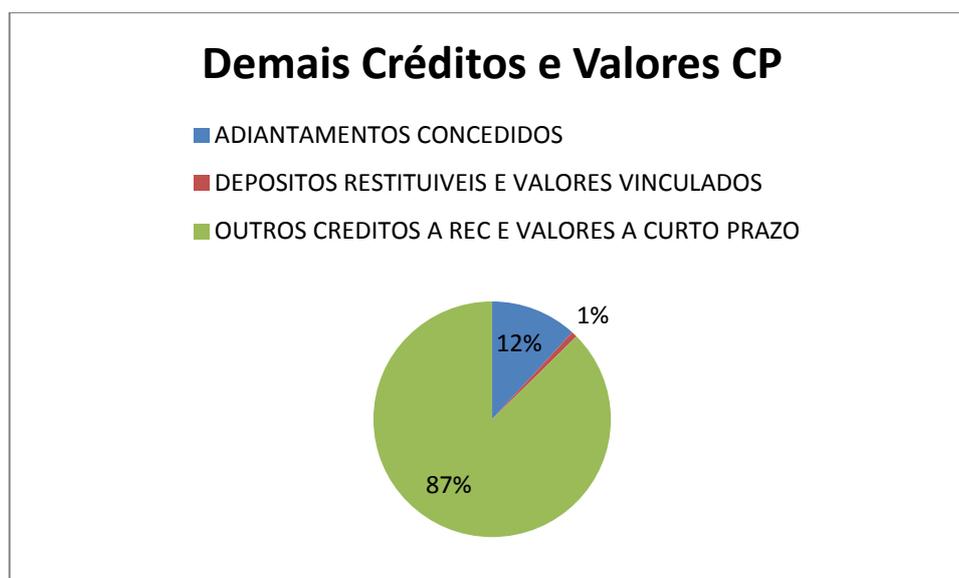
A evolução dos Bens de Uso Especial foi de R\$ 28.979.922,12 (vinte oito milhões, novecentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte dois reais e doze centavos) para R\$ 53.889.645,26 (cinquenta e três milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte seis centavos), aumento de 85,96%, ocasionado pelo registro de R\$ 25.137.708,02 (vinte cinco milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e oito reais e dois centavos) pela Rede Ferroviária Federal S.A. – Inventariança.

Os Bens Imóveis em Andamento saiu de saldo zero para R\$ 618.198.779,54 (seiscentos e dezoito milhões, cento e noventa e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), ocasionado pela inclusão em 2017 da Secretaria Nacional de Portos, R\$ 438.098.069,18 (quatrocentos e trinta e oito milhões, noventa e oito mil, sessenta e nove reais e dezoito centavos), e a Secretaria Nacional de Aviação Civil, R\$ 180.110.710,36 (cento e oitenta milhões, cento e dez mil, setecentos e dez reais e trinta e seis centavos).

Também se destaca a depreciação e amortização acumulada de -R\$ 928.998,06 (nove milhões, vinte oito mil, novecentos e noventa e oito reais e seis centavos), a Coordenação Geral e Recursos Logísticos teve um acréscimo de 369,08% de um exercício para outro, de R\$ 158.093,07 (cento e cinquenta e oito mil, noventa e três reais e sete centavos) para R\$ 741.579,58 (setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO

Em termos de Demais Créditos e Valores de Curto Prazo, encontramos a seguinte situação:



			R\$	
Créditos por Danos ao Patrimônio	UG Executora		DEZ/2017	013/2016
	390004	COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	0,00	4,69
	390007	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	0,00	14.122,44
CRED A REC DECORRENT DE PAGTOS INDEVIDOS	390056	SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIV. SAAD	0,00	29.096.486,43
	Subtotal		0,00	29.110.613,56
	390007	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	0,00	6.194,18
CRED A REC DE SERVIDOR NAO RECOL NO PRAZO	Subtotal		0,00	6.194,18
	390007	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	0,00	76.399,98
CRED A REC DECORRENTE DESFALQUE OU DESVIO	Subtotal		0,00	76.399,98
	390004	COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	0,00	29.047,22
CRED A REC DE RESPONSAVEIS POR DANO/PERDA	390056	SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIV. SAAD	0,00	0,08
	Subtotal		0,00	29.047,30
	390004	COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	0,00	9.175.290,96
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	390056	SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIV. SAAD	0,00	25.539.831,67
	Subtotal		0,00	34.715.122,63
	390056	SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIV. SAAD	0,00	588.235,36
CRED A REC DECOR DE FRAUDE EM BENEFICIOS	Subtotal		0,00	588.235,36
Total			0,00	64.525.613,01

Fonte: SIAFI

Destacamos a evolução da rubrica Créditos por Danos ao Patrimônio que teve o saldo de R\$ 64.525.613,01 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e vinte cinco mil, seiscentos e treze reais e um centavo) em dezembro de 2016 a saldo zero em 2017.

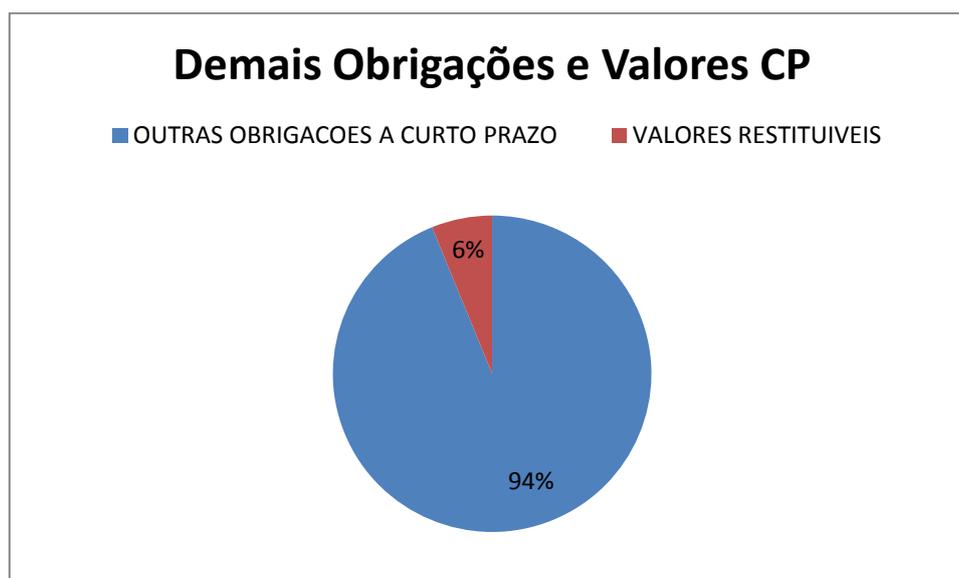
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	UG Executora		DEZ/2017	013/2016
= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	390007	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	5.749.647,72	5.749.647,72
= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	390082	SECRETARIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	2.794.232,60	
Total			8.543.880,32	5.749.647,72

Fonte:SIAFI

Da composição do principal elemento, Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo são 87,41% do valor total dos Demais Créditos e Valores de Curto Prazo com R\$ 8.543.880,32 (oito milhões, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), os valores de créditos a receber por cessão de pessoal da UG 390007 compõe 67,30%, saldo de R\$ 5.749.647,72 (cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos) e a Secretaria Nacional de Aviação civil são os outros 32,70% com R\$ 2.794.232,60 (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

DEMAIS OBRIGAÇÕES E VALORES CURTO PRAZO

Em termos de Demais Obrigações e Valores Curto Prazo, os valores se dividem em Outras obrigações e Valores Restituíveis:



Em termos de evolução, destaca-se Outras Obrigações a Curto Prazo, em 2016 teve saldo de R\$ 4.223,20 (quatro mil, duzentos e vinte três reais e vinte centavos) referente a Fatura – Cartão de Pagamento do Governo Federal pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos, para um saldo de R\$ 25.098.423,96 (vinte cinco milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e vinte três reais e noventa e seis centavos) em 2017, sendo deste R\$ 25.024.592,84 (vinte cinco milhões, vinte quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos) da Secretaria Nacional de Portos pelo aporte de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital nas Companhias Docas.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em relação aos Fornecedores e Contas a Pagar, encontra-se a seguinte distribuição:

		R\$	
Fornecedores e Contas a Pagar		DEZ/2017	013/2016
390004	COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	335.557,36	0,00
390015	REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A- INVENTARIANCA	7.718,55	20.708,99
390081	SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS/MTPA	1.174.544,82	0,00
Total		1.517.820,73	20.708,99

Fonte:SIAFI

A entrada da UG 390081- Secretaria Nacional De Portos/MTPA- no órgão 39000 foi o fator de evolução principal com a entrada de R\$ 1.174.544,82 (um milhão, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) do total de R\$ 1.517.820,73 (um milhão, quinhentos e dezessete mil, oitocentos e vinte reais e setenta e três centavos), ou seja 77,38%.

		R\$
Unidade Gestora	Fornecedores	dez/17
COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	BRILHANTE ADMINISTRACAO E SERVICOS EIRELI	181.984,69
	DIGITAL PAPELARIA E INFORMATICA EIRELI - EPP	20,40
	INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA	22.349,74
	KANTRO EMPREENDIMENTOS APOIO E SERVICOS LTDA	16.519,07
	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - ME	15.867,90
	MULTI SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA - ME	9.990,41
	RP1 BRASILIA COMUNICACOES LTDA.	19.334,70
	S & K INFORMATICA LTDA - ME	315,00
REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A- INVENTARIANCA	SNAKE - EMPRESA DE SEGURANCA LTDA	69.175,45
	ARANCIBIA VIAGENS LTDA - EPP	7.491,68
	ESPACO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	5.498,76
	PRO-NORTE SOLUCOES EM SERVICOS - EIRELI - EPP	15.437,10
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS/MTPA	DTA ENGENHARIA LTDA	71.864,42
	MISPASERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA ME - EPP	5.111,67
	SERPRO - SEDE - BRASILIA	1.097.568,73
Total		1.538.529,72

Fonte:SIAFI

O principal fornecedor é o SERPRO com valor de R\$ 1.097.568,73 (um milhão, noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e três centavos) ligado a Secretaria Nacional De Portos/MTPA, correspondendo 71,34% dos fornecedores.

RESULTO PATRIMONIAL DO PERÍODO

Apesar do resultado do exercício cair de R\$ 466.315.997,98 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos) para R\$ 213.689.818,43 (duzentos e treze milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos), perca de 54,17%, resultado patrimonial líquido teve um acréscimo de 69,91%, de R\$ 684.285.695,80 (seiscentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos) para R\$ 1.162.661.444,20 (um bilhão, cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).

Este aumento deve-se aos resultados e ajustes de exercícios anteriores, que no anterior, 2016, teve saldo positivo de R\$ 217.969.697,82 (duzentos e dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos) para um aumento de R\$ 948.971.625,77 (novecentos e quarenta e oito milhões, novecentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte cinco reais e setenta e sete centavos) em 2017, aumento de 335,37%.

Com estes valores o resultado e ajustes de exercícios anteriores fez o Resultado Patrimonial do Período ter um acréscimo de 70,84%, no exercício de 2016 possuía saldo de R\$ 716.105.652,51 (setecentos e dezesseis milhões, cento e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), em 2017 saldo de R\$ 1.223.372.261,43 (um bilhão, duzentos e vinte três milhões, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos).

Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o Art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado das variações patrimoniais (= VPA – VPD) é de R\$ 213.689.818,43 (duzentos e treze milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos).

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em setembro de 2017, apresentou as seguintes Variações Patrimoniais:

Variação Patrimonial Aumentativa		R\$
43	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.298.942,16
44	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	13.812,59
45	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	33.347.068.799,57
46	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESENCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	301.990,61
49	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.329.480,73
Total		33.359.013.025,66

Fonte: SIAFI

Variação Patrimonial Diminutiva		R\$
31	PESSOAL E ENCARGOS	251.595.565,28
32	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.080.766.046,12
33	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL FIXO	192.797.485,92
35	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	29.555.152.424,41
36	DESVALORIZAÇÃO E PERDAS E ATIVOS	61.252.770,90
37	TRIBUTÁRIAS	13.067,01
39	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.745.847,59
Total		33.145.323.207,23

Fonte: SIAFI

Da Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) é merecido as Transferências e Delegações Recebidas equivale a 99,86% da VPA. Assim como, as Transferências e Delegações Concedidas e os Benefícios Previdenciários e Assistenciais que correspondem juntos a 98,46% da VPD, R\$ 32.635.918.470,53 (trinta e dois bilhões, seiscentos e trinta e cinco milhões, novecentos e dezoito mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		R\$
451120100	COTA RECEBIDA	23.680.596.076,81
451120200	REPASSE RECEBIDO	89.344,87
451120300	SUB-REPASSE RECEBIDO	3.499.867.895,21
451120802	REPASSE DEVOLVIDO	937.075,99
451120803	SUB-REPASSE DEVOLVIDO	447.949,88
451220100	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	4.674.174.348,97
451220200	DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	7.271.090,00
451220300	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	4.291.459,97
451220400	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS-NSSALDO	18.785.879,49
451220500	MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	1.380.499.001,28
453110100	TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	7.478.300,00
459020100	DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	72.630.377,10
Total		33.347.068.799,57

Fonte:SIAFI

Notas Explicativas Unidades Gestoras:

UG 390002 - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Setorial

A Unidade Gestora **390002** - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento-Setorial apenas executa no SIAFI descentralizações orçamentárias e financeiras as Unidades Gestoras da Administração Direta.

UG 390004 - Coordenação Geral e Recursos Logísticos

Ativo Circulante Nota 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

A CGRL apresenta em 31/12/17 saldo de R\$ 5.244.868,38 (cinco milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos) com redução de 54,94% em comparação com dezembro de 2016 que apresentava saldo de R\$ 11.641.049,56 (onze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) **em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS**, com a composição abaixo discriminada em 31/12/17:

Fonte 0100000000 400 – Custeio/Investimento – R\$ 1.343.694,84 (um milhão , trezentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos);

Fonte 0100000000 412 – Pagamento Cartão de Crédito - R\$ 46.190,37 (quarenta e seis mil, cento e noventa reais e trinta e sete centavos);

Fonte 0100000000 415 – Custeio/Investimento PAC – R\$ 3.264.427,79 (três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos);

Fonte 0100000000 500 – Custeio e Investimento – R\$ 76,87 (setenta e oito reais e oitenta e sete centavos)

Fonte 0174020197 400 – Custeio/Investimento – R\$ 4.199,89 (quatro mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), referente ao Termo de Execução Descentralizada nº 02/2016 firmado com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal – para Publicidade de Ações de Enfrentamento de Violência no Trânsito;

Fonte 0180399010 400- Custeio/Investimento – R\$ 42.809,28 (quarenta e dois mil, oitocentos e nove reais e vinte e oito centavos), referente repasse de recursos do Departamento de Marinha Mercante para utilização no armazenamento de documentos da RFB.

Fonte 0188000000 400 – Custeio/Investimento – R\$ 539.147,72 (quinhentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos).

Fonte 6100000000 400 – Custeio/Investimento – R\$ 4.321,62 (quatro mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada nº 138/2016 firmado com o Ministério da Saúde para publicidade de Utilidade Pública.

Nota 2 Estoque

Materiais utilizados para consumo nas atividades do Ministério calculados pelo custo médio de aquisição, conforme orientação da NBC T 16.10, apresenta saldo em 31/12/17 no valor de R\$ 616.719,84 (seiscentos e dezesseis mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) assim distribuído:

Materiais	Valor
Material de Consumo	229.413,56
Gêneros Alimentícios	4.464,53
Materiais de Construção	
Materiais de Telecomunicações	5.391,10
Materiais Gráficos	29.493,05
Material de Expediente	347.957,60
Total	616.719,84

Ativo Não Circulante Nota 3 Imobilizado e Intangível

O Ativo Imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição, produção ou construção deduzida da depreciação acumulada. Tendo sua vida útil estimada e o cálculo de sua reavaliação apurados de acordo com os dispositivos constantes na NBC T 16.10 e na Macrofunção Siafi ° 020330. O Intangível refere-se a licença de software adquiridos e capitalizados com base nos custos incorridos e por concessão de direito de uso de comunicação.

A depreciação e a amortização dos bens são calculadas utilizando os critérios apresentados nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 e a metodologia constante na Macrofunção Siafi nº 020330, para apuração da vida útil do bem, a taxa de depreciação e amortização a ser aplicada e também os valores

residuais dos mesmos.

O Ativo Imobilizado no exercício de 2017, até o mês de dezembro/17, apresentou acréscimo de R\$ 12.400.887,44 (doze milhões, quatrocentos mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) sendo: acréscimo em Bens Móveis R\$ 19.367.268,30 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito e trinta centavos), devido basicamente pela incorporação de bens oriundos Secretaria de Aviação Civil – SAC, conforme Termo de Cessão nº 001/2017, no valor de R\$ 19.373.426,84 (dezenove milhões, trezentos e setenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos) redução de Bens Imóveis, R\$ 227.984,88 (duzentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) de Bens Imóveis (Salas) e depreciação R\$ 6.738.395,98 (seis milhões, setecentos e trinta e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos) de depreciação de bens. O Intangível apresentou redução de R\$ 534.719,50 (quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e dezenove reais e cinqüenta centavos) sendo: aquisição de software R\$ 84.700,00, incorporação de bens da Secretaria de Aviação Civil – SAC e amortização de intangíveis R\$ 674.269,50 (seiscentos e setenta e quatro mil duzentos e sessenta e nove reais e cinqüenta centavos).

Nota 4

Passivo Circulante

O Passivo Circulante é composto por obrigações vencíveis até o final do exercício seguinte e apresenta como obrigações à curto prazo. No mês de dezembro/17 apresenta saldo de R\$ 385.001,45 (trezentos e oitenta e cinco mil, um real e quarenta e cinco centavos) sendo: R\$ 335.557,36 de Contas a Pagar Credores Nacionais, referente a fornecedores de bens, materiais e apropriados no mês de dezembro/17 com pagamento previsto para janeiro/18, R\$ 48.010,64 (quarenta e oito mil, dez reais e sessenta e quatro centavos) de Depósitos Retidos de Terceiros, referente a valores a serem depositados em Contas Vinculadas conforme Contrato, R\$ 1.433,45 (um mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos) de Saque – Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Nota 5

Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 14.047.592,43 (catorze milhões, quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos) correspondem a baixa de adiantamentos de transferências voluntárias em atenção ao Acórdão TCU-1320/2017-TCU, no valor de R\$ 4.561.662,64 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), a baixa de créditos a receber decorrentes de falta/irregularidade comprovação TCE. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo reconhecido quando da decisão definitiva do TCU com imputação de débito R\$ 9.484.820,29 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e vinte e nove centavos) e incorporação complementar de bens da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD, conforme relatório de entrada de materiais 201700003 R\$ 1.109,50.

Nota 6

Varição Patrimonial Diminutiva

O saldo da Variação Patrimonial Diminutiva em 31/12/17 é de R\$ 179.340.965,63 (cento e setenta e nove milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos) apresentou acréscimo de 130,32% em comparação com o saldo do mesmo período do exercício de 2016 R\$ 77.866.131,27 (setenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e um reais e vinte e sete centavos) devido basicamente a inclusão das despesas oriundas da Secretaria de Portos e Secretaria de Aviação Civil por força da Lei nº 13.341, de 29/09/2016, na qual foram extintas as referidas Secretarias e transferidas as respectivas competências e entidades supervisionadas pelas mesmas para o Ministério dos Transportes.

Os acréscimos com maiores relevâncias foram: Serviços - 102,53%, sendo de maiores relevâncias: Serviços Técnicos Profissionais 255,21%, Serv. Transp. Passagem, Locomoção e Hospedagem. – PJ – 295,25%, Locação e Arrendamento Mercantil Operacional – 6.352,56%. Doações/Transferências Concedidas – Intra OFSS- 100,00%, referente a estorno de incorporações de bens feitas pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, sendo: prédio da RFFSA na cidade do Rio de Janeiro R\$ 25.137.708,02, 02 Salas localizadas na cidade de Belém-PA R\$ 227.984,88, bens oriundos da Secretaria Nacional de Aviação Civil – Sac R\$ 2.926.684,22 e R\$ 196.044,01 (cento e noventa e seis mil, quarenta e quatro reais e um centavo) referente baixa de bens por doação.

Nota 6.1

Depreciação, Amortização e Exaustão

No exercício de 2017 com a utilização dos critérios das NBC T 16.9 e NBC T 16.10 as contas de resultado foram impactadas até o mês de dezembro/17 com despesas de depreciação de bens móveis R\$ 3.258.946,31 (três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos), depreciação de bens imóveis R\$ 583.486,51 (quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos) amortização de intangíveis R\$ 674.269,50 (seiscentos e setenta e quatro mil duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

Nota 7

Variação Patrimonial Aumentativa

O saldo da Variação Patrimonial Aumentativa em 31/12/17 é de R\$ 184.445.181,06 (cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e seis centavos) apresentou acréscimo de 99,64% em comparação com o saldo do mesmo período do exercício de 2016 R\$ 92.388.712,34 (noventa e dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil, setecentos e doze reais e trinta e quatro centavos).

Nota 7.1

Valor Bruto Exploração Bens Dir. e Serviços

Valor de registro de arrecadação por Guia Recolhimento da União –GRU, código da receita 10.721-2 – MT- Receita Transf. Conc. Rodov. ou Obras, referente receita para o registro da arrecadação da verba de fiscalização, a ser cobrada pelos estados na concessão de rodovias federais, e transferido para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, na proporção 5% sobre o valor pago. Saldo em 31/12/17 de R\$ 1.298.942,16 (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos).

Nota 7.2

Transferências Intragovernamentais

Valor de registro de liberação de recursos previstos no orçamento do exercício de 2017 para despesas administrativas (custeio, investimentos, restos a pagar e gap do pac). O valor em dezembro de 2017 é de R\$ 124.882.564,20 (cento e vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos) representando um acréscimo de 37,33% em comparação com o mesmo período de 2016.

Nota 7.3

Doações/Transferências Recebidas

Valor referente a incorporação ao patrimônio do Ministério pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, do prédio pertencente a RFFSA, no valor de R\$ 25.137.708,02 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e oito reais e dois centavos) e recebimento de bens da extinta Secretaria Nacional de Aviação Civil

– Sac, no valor de R\$ 19.428.276,84 (dezenove milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Nota 8

Restos a Pagar

Em conformidade com o Decreto nº 93.872/86, foram inscritos como restos a pagar no exercício de 2017 o valor de R\$ 70.393.805,80 (setenta milhões, trezentos e noventa e três mil, oitocentos e cinco reais e oitenta centavos) representando um acréscimo de 122,34% em comparação com o mesmo período do exercício de 2016, correspondendo um valor de R\$ 38.732.927,41 (trinta e oito milhões, setecentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos).

UG 390007 - Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

BALANÇO PATRIMONIAL 2017

Nota Explicativa de valores de maiores relevâncias, conforme abaixo:

PASSIVO CIRCULANTE

CONTAS	VALOR
OBRIGAÇÕES TRAB.,PREVID E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO	
2.1.1.1.1.01.02 - Decimo Terceiro Salario a Pagar	19.648.911,29
2.1.1.1.1.01.03 - Férias a Pagar	224.743,88
TOTAL	19.873.655,17

As provisões são baixados ao longo do ano.

CONTAS	VALOR
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
2.1.8.8.1.04.47 - Depósitos por Devolução de Valores (1)	934.369,79
2.1.8.9.1.36.03 - Ordens Bancárias Canceladas (2)	72.397,67
TOTAL	1.006.767,46

(1) São valores de devoluções de remunerações, proventos e pagamentos de pensões, sendo que a maior parte trata-se de pagamento de pensões.

Valores que não são reclamados por desconhecimento da existência por parte de servidores e pensionistas que tiveram erros de cadastramento de domicílio bancário, contas encerradas e/ou inativas.

(2) Lançamento 2017NS001939 de 31/12/2017, de estorno de saldo devoluções de OBs. O valor retornou a conta de ordens bancarias canceladas, totalizando R\$ 72.397,67, que foram regularizados em 31/janeiro/2018

21891.36.03 F01909800002017OB800601	- 68.536,72D
21891.36.03 F01909800002017OB800607	- 50,61D
21891.36.03 F01909800002017OB800613	- 3.810,34D

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

CONTAS	VALOR
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
2.2.8.8.1.04.09 - Depósitos de Terceiros	3.929.600,33
TOTAL	3.929.600,33

- São valores de devoluções de remunerações, proventos e pagamentos de pensões, sendo que a maior parte trata-se de pagamento de pensões.
- Valores que não são reclamados por desconhecimento da existência por parte de servidores e pensionistas que tiveram erros de cadastramento de domicílio bancário, contas encerradas e/ou inativas.
- Muitos pagamentos ocorrem por meio de processo judiciais.
- Estes valores são mantidos nesta conta para aguardando a solicitação do devido pagamento.

UG 390056 - Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD

Nota 1

Limites de Saque Com Vinculação de Pagamento – OFSS

Apresenta saldo de R\$ 35.779,32 (trinta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos), referente a depósitos judiciais e depósitos e cauções recebidas – Fonte 0190000000 990 – Passivos Financeiros.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Em 31 de dezembro de 2017, a Unidade Gestora 390081 – Secretaria Nacional de Portos apresentou os saldos relacionados a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme tabela a seguir:

		R\$	
2.1.8.9.1.08.00 - AFAC		DEZ/2017	014/2016
396001	Companhia Docas do Rio de Janeiro	6.858.000,00	-
396002	Companhia Docas da Bahia	10.000.000,00	-
396004	Companhia Docas do Para	1.000.000,00	-
396006	Companhia Docas do Estado de Sao Paulo	1.500.000,00	-
399002	Companhia Docas do Espirito santo	5.666.592,84	-
Total		25.024.592,84	0,00

Fonte: SIAFI

Observa-se a não existência de saldo no período de 014/2016, comparado ao exercício de Dezembro/2017. Isto ocorreu devido à reclassificação dos saldos da conta de AFAC que estavam classificados indevidamente na conta fornecedores e Contas a Pagar.

Abaixo temos a composição da conta Fornecedores e Contas a Pagar, comparando os exercícios de DEZ/2017 em relação a 014/2016, verifica-se um decréscimo de R\$ 29.899.538,37 (vinte e nove milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quinhentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), isto originou-se, principalmente, da necessidade de reclassificação das contas contábeis em relação a AFAC:

		R\$	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – POR COMPOSIÇÃO		DEZ/17	014/2016
11304967000183	MISPASERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA ME - EPP	5.111,67	5.111,67
396005	COMPANHIA DOCA DO RIO GRANDE DO NORTE	0,00	5.310.825,66
399002	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO	0,00	5.666.592,84
396002	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA	0,00	10.000.000,00
396006	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO	0,00	1.500.000,00
396004	COMPANHIA DOCAS DO PARA	0,00	1.000.000,00
396001	COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO	0,00	6.858.000,00
806030	SERPRO - SEDE - BRASILIA	1.097.568,73	752.314,77
02385674000187	DTA ENGENHARIA LTDA	71.864,42	0,00
Total		1.174.544,82	31.092.844,94

Fonte: SIAFI

Em relação aos principais fornecedores (Companhias Docas), observa-se que houve um decréscimo de R\$ 30.335.418,50 (trinta milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos) em relação ao mês de dezembro/2017 para o exercício de 2016, cuja origem se reporta aos registros efetuados pela UG 390081, por meio dos documentos 2017NL000041, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e 2017NL000042, no valor de R\$ 28.835.418,50 (vinte e oito milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos) tendo em vista reclassificação de conta contábil 2.1.3.1.1.04.00 – Contas a pagar Credores Nacionais para 2.1.8.9.1.08.00 – Adiantamento para Futuro aumento de capital, referente às Companhias Docas: CODERN, CODESA, CODEBA, CODESP, CDP e CDRJ, que após mudança do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi classificado indevidamente.

Depreciação Bens Móveis

Em 31 de Dezembro de 2017, a Unidade Gestora 390081 – Secretaria Nacional de Portos apresentou saldo de R\$ 2.057.227,71 (dois milhões, cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos), referente aos Bens Móveis registrados no balancete da Unidade. Este valor é composto pelas contas contábeis abaixo:

Bens Móveis – Composição	R\$	
	DEZ/2017	014/2016
Bens Móveis	2.057.227,71	2.057.227,71
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Total	2.057.227,71	2.057.227,71

Fonte: SIAFI

Bens Móveis – Detalhados	R\$	
	DEZ/2017	014/2016
Conta Corrente		
1.2.3.1.1.01.07	201,21	201,21
1.2.3.1.1.02.01	3.244,90	3.244,90
1.2.3.1.1.03.03	747,00	747,00
1.2.3.1.1.99.09	2.053.034,60	2.053.034,60
Total	2.057.227,71	2.057.227,71

Fonte: SIAFI

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Nota-se a inexistência de Depreciação dos Bens Móveis da Unidade Gestora, isso se origina pelo fato de que a Secretaria Nacional de Portos não possui regulamento específico sobre seus Bens, dessa forma, todos os Bens Móveis anteriores a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida pela Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, quando adquiridos, eram transferidos por meio de Termo de Cessão para a UG 110001/00001 - Secretaria de Administração/PR, respeitando o Decreto nº 4.939 de 29/12/2003.

Observa-se que a Secretaria Nacional de Portos não teve qualquer aquisição de Bens Móveis em relação ao exercício findo de 2016 para o mês de dezembro de 2017. Dessa forma, a falta de Depreciação, no exercício de 2017 se dá devido a não transferência do Imobilizado para a UG 390004/00001 - Coordenação Geral de Recursos e Logísticas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Destaca-se que a Coordenação de Contabilidade do Ministério dos Transportes no dia 07 de julho de 2017 realizou reunião com os responsáveis pelo patrimônio da SNP e apresentou os saldos pendentes de depreciação, bem como, falou da necessidade de transferência dos bens para a realização da adequada depreciação, conforme Ata de Reunião CCONT/CGFC/SPO/MTPA de 07 de julho de 2017.

Houve a realização de nova reunião com os representantes da SNP e a equipe da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MTPA no dia 24 de novembro de 2017, dentre os assuntos, foi tratado sobre a situação do Patrimônio. A Subsecretaria sugeriu a elaboração de um levantamento de dados para identificar, analisar e avaliar os bens pendentes de transferência para a UG 390004/00001 - Coordenação Geral de Recursos e Logísticas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Caso não sejam localizados, sugere-se a apuração dos responsáveis pela eventual não materialidade dos bens, conforme Ata de Reunião CCONT/CGFC/SPO/MTPA de 24 de novembro de 2017.

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2017, a Unidade Gestora 390081 – Secretaria Nacional de Portos apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.174.544,82 (um milhão, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) relacionados com fornecedores e contas a pagar. Este valor é composto da seguinte forma:

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Composição

Fornecedor	R\$	
	DEZ/17	014/2016
11304967000183 MISPASERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA ME - EPP	5.111,67	5.111,67
396005 COMPANHIA DOCA DO RIO GRANDE DO NORTE	0,00	5.310.825,66
399002 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO	0,00	5.666.592,84
396002 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA	0,00	10.000.000,00
396006 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO	0,00	1.500.000,00
396004 COMPANHIA DOCAS DO PARA	0,00	1.000.000,00
396001 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO	0,00	6.858.000,00
806030 SERPRO - SEDE - BRASILIA	1.097.568,73	752.314,77
02385674000187 DTA ENGENHARIA LTDA	71.864,42	0,00
Total	1.174.544,82	31.092.844,94

Fonte: SIAFI

Em relação aos principais fornecedores (Companhias Docas), observa-se que houve um decréscimo de R\$ 30.335.418,50 (trinta milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos) em relação ao mês de dezembro/2017 para o exercício de 2016, cuja origem se reporta aos registros efetuados pela UG 390081, por meio dos documentos 2017NL000041, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e 2017NL000042, no valor de R\$ 28.835.418,50 (vinte e oito milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos) tendo em vista reclassificação de conta contábil 2.1.3.1.1.04.00 – Contas a pagar Credores Nacionais para 2.1.8.9.1.08.00 – Adiantamento para Futuro aumento de capital, referente às Companhias Docas: CODERN, CODESA, CODEBA, CODESP, CDP e CDRJ, que após mudança do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi classificado indevidamente.

Observa-se que o aumento de maior relevância ocorreu com o fornecedor SERPRO - SEDE – BRASILIA - Contrato nº 29/2015, cujo objeto é a prestação contínua e ininterrupta dos serviços de manutenção de ambientes, desenvolvimento e manutenção de sistemas, consultoria técnica, atendimento especializado e certificação digital, tendo acréscimo de 145,89% comparado ao exercício findo de 2016.

Bens Imóveis

Em 31 de Dezembro de 2017, a Unidade Gestora 390081 – Secretaria Nacional de Portos apresentou um saldo em aberto de R\$ 438.098.069,18 (quatrocentos e trinta e oito milhões, noventa e oito mil, sessenta e nove reais e dezoito centavos), referente aos Bens Imóveis registrados no balancete da Unidade. Este valor é totalmente composto pela conta contábil 1.2.3.2.1.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO, tendo como função registrar os valores relativos a obras, desde sua construção ate o termino da mesma, conforme a seguir:

Bens Imóveis – Composição	R\$	
	DEZ/2017	014/2016
Bens Imóveis em Andamento	438.098.069,18	200.396.961,34
Total	438.098.069,18	200.396.961,34

Fonte: SIAFI

Bens Imóveis – Detalhados		R\$
Obras em Andamento	DEZ/2017	014/2016
IC0012017	12.977.442,88	0
IC0092016	2.696.557,65	0
IC0122014	104.683.276,18	75.657.156,47
IC0162014	9.282.259,62	5.598.524,51
IC0192014	184.341.349,30	72.831.258,25
IC0262015	81.184.970,36	5.717.220,45
IC0342015	872.293,56	872.293,56
IC2012009	34.157.635,51	31.818.223,98
IC2013007	7.902.284,12	7.902.284,12
Total	438.098.069,18	200.396.961,34

Fonte: SIAFI

Foram registrados 02 (dois) contratos novos, tais quais: IC0012017, relativo à execução da obra de engenharia de dragagem por resultado no acesso aquaviário do Porto de Itajaí/SC e demais serviços e operações necessárias à entrega das obras, conforme contrato nº 01/2017 e o IC0092016, referente ao apoio à fiscalização das obras de dragagem e derrocagem para ampliação de acesso da ampla estrutura aquaviária ao complexo Portuário do Rio de Janeiro, contrato nº 09 /2016.

Observa-se que o aumento de maior relevância ocorreu no contrato nº IC0262015 - DTA ENGENHARIA LTDA, cujo objeto é a elaboração do projeto básico e executivo de dragagem, sinalização, balizamento e execução das obras de dragagem de aprofundamento por resultado no porto de Paranaguá/PR, conforme contrato nº 26/2015, tendo acréscimo de 1420,01% comparado ao exercício findo de 2016.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Em 31 de Dezembro de 2017, a Unidade Gestora 390081 – Secretaria Nacional de Portos apresentou saldo de R\$ 1.840.807,26 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e sete reais e vinte e seis centavos), referente ao Intangível registrado no balancete da Unidade. Este valor é composto pelas contas contábeis abaixo:

Intangível – Composição	R\$	
	DEZ/2017	014/2016
Softwares	1.840.807,26	1.940.807,22
Softwares	2.129.200,00	2.129.200,00
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(288.392,74)	(188.392,78)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Total	1.840.807,26	1.940.807,22

Fonte: SIAFI

Intangível – Vida Útil Definida	R\$	
1.2.4.1.1.01.01 - SOFTWARES	DEZ/2017	014/2016
MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	300.000,00	300.000,00
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(288.392,74)	(188.392,78)
Total	11.607,26	111.607,22

Fonte: SIAFI

Intangível – Vida Útil Indefinida	R\$	
1.2.4.1.1.02.01 - SOFTWARES	DEZ/2017	014/2016
FAF TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME	1.637.200,00	1.637.200,00
THIAGO RIBEIRO DO NASCIMENTO	192.000,00	192.000,00
Total	1.829.200,00	1.829.200,00

Fonte: SIAFI

Conforme orientação da Coordenação Geral de Contabilidade – UG 170999, por intermédio da Mensagem SIAFI nº 2015/1689375 de 21 de outubro de 2015, que a partir de janeiro de 2016 as contas do subgrupo 124 - Ativo Intangível serão segregadas em intangível com vida útil definida e indefinida. O ativo intangível com vida útil definida está sujeito à amortização, conforme previsto no manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP e nas normas internacionais de contabilidade. O ativo intangível com vida útil indefinida não está sujeito à amortização.

O intangível da SNP só apresentou movimentação no 4º trimestre de 2017 em relação à amortização acumulada, não havendo nenhuma nova aquisição.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o Art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A Secretaria Nacional de Portos, em 31 de dezembro de 2017, apresentou as Variações Patrimoniais, a saber:

Variações Patrimoniais Aumentativas		R\$
		DEZ/2017
45	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.621.593.164,30
49	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.836.167,32
Total		1.630.429.331,62

Fonte: SIAFI

Variações Patrimoniais Diminutivas		R\$
		DEZ/2017
32	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.811,97
33	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	20.285.505,34
35	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.292.424.171,54
36	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	58.629.560,48
Total		1.371.355.049,33

Fonte: SIAFI

Do quadro acima relativo às Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas, destacamos a análise das Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas, pois foram os itens que apresentaram maior relevância de variação durante o exercício. As Transferências e Delegações Recebidas correspondem a 99,46% das VPA's e as Transferências e Delegações Concedidas corresponderam a 94,24% das VPD's.

Transferências e Delegações Recebidas		R\$
		DEZ/2017
451120300	SUB-REPASSE RECEBIDO	29.287.266,14
451220100	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	400.378.467,71
451220300	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	4.291.456,47
451220400	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS-NSSALDO	18.305.880,58
451220500	MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	1.161.851.793,40
453110100	TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	7.478.300,00

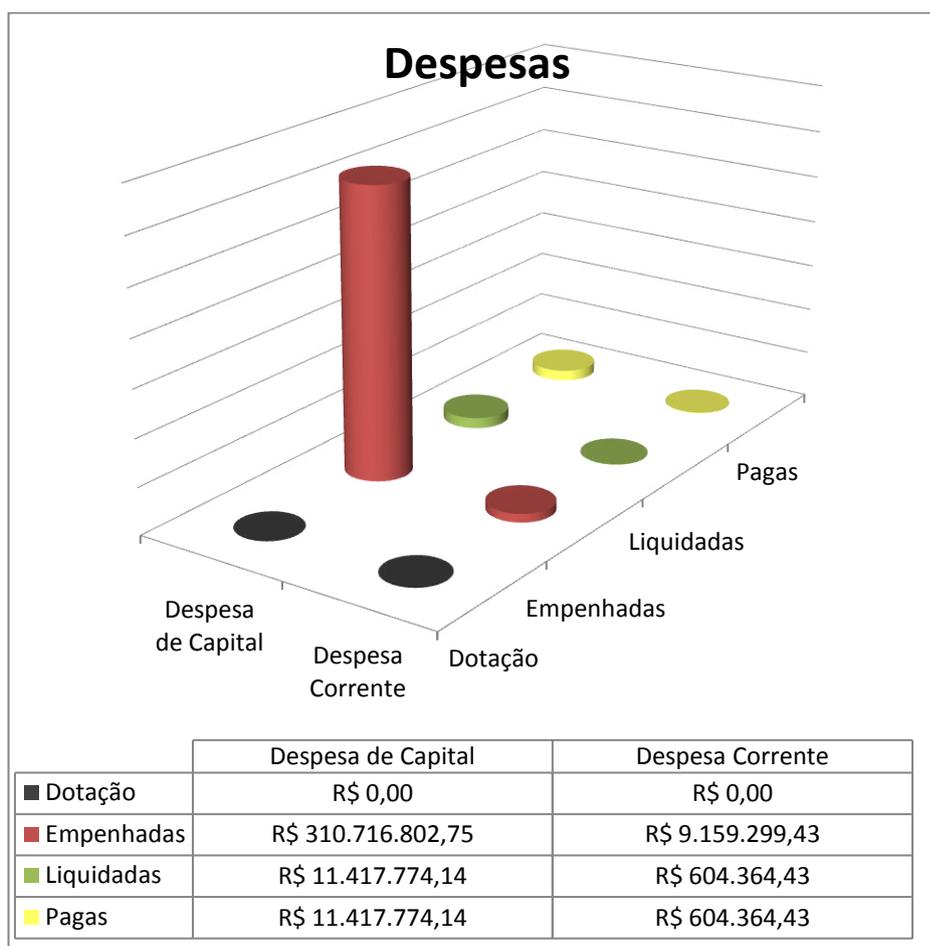
Fonte: SIAFI

Execução Orçamentária da Receita e da Despesa

Conforme estabelecido pela Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, a Secretaria de Portos foi extinta e consequentemente transferidas para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Observa-se que no exercício de 2017, não houve previsão/realização de Receitas, tendo em vista que a Secretaria Nacional de Portos não dispõe de orçamento próprio.

Na execução da Despesa observa-se que não há dotação inicial e dotação atualizada das despesas da Secretaria Nacional de Portos, devido sua Setorial Orçamentária ser a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO UG: 390002 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA .



Fonte: SIAFI

Do total das despesas empenhadas, R\$ 319.876.102,18 (trezentos e dezenove milhões, oitocentos e setenta e seis mil, cento e dois reais e dezoito centavos), foram liquidadas e pagas R\$ 12.022.138,57 (doze milhões, vinte dois mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), correspondendo a 3,75% das despesas empenhadas.

As Despesas de Capital correspondem a 97,14% das despesas empenhadas, desta despesa R\$ 11.417.774,14 (onze milhões, quatrocentos e dezessete mil, setecentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos) foram liquidadas e pagas, correspondendo a 3,67%.

As Despesas de Capital pagas são compostas basicamente de inversões financeiras, que correspondem a 88,41%. Estas inversões financeiras são as transferências de recursos da Secretaria Nacional de Portos para as Companhias Docas, com a finalidade de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

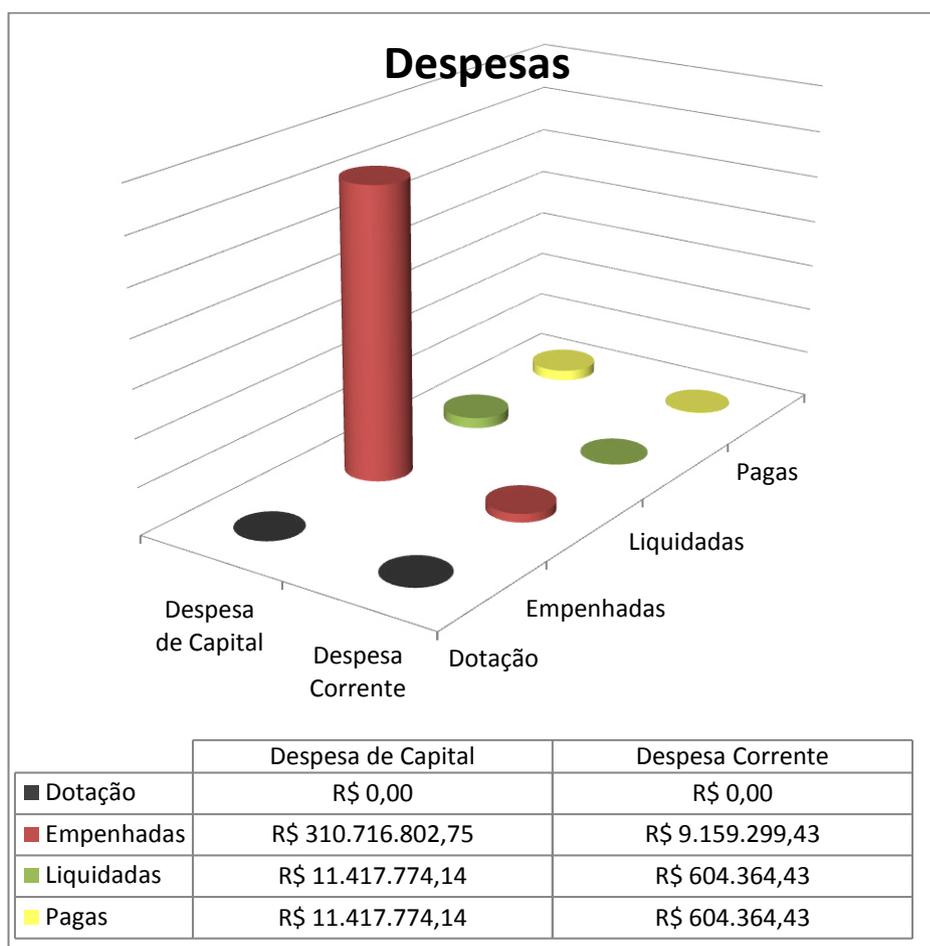
Fonte: SIAFI

Execução Orçamentária da Receita e da Despesa

Conforme estabelecido pela Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, a Secretaria de Portos foi extinta e consequentemente transferidas para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Observa-se que no exercício de 2017, não houve previsão/realização de Receitas, tendo em vista que a Secretaria Nacional de Portos não dispõe de orçamento próprio.

Na execução da Despesa observa-se que não há dotação inicial e dotação atualizada das despesas da Secretaria Nacional de Portos, devido sua Setorial Orçamentária ser a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO UG: 390002 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA .



Fonte: SIAFI

Do total das despesas empenhadas, R\$ 319.876.102,18 (trezentos e dezenove milhões, oitocentos e setenta e seis mil, cento e dois reais e dezoito centavos), foram liquidadas e pagas R\$ 12.022.138,57 (doze milhões, vinte dois mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), correspondendo a 3,75% das despesas empenhadas.

As Despesas de Capital correspondem a 97,14% das despesas empenhadas, desta despesa R\$ 11.417.774,14 (onze milhões, quatrocentos e dezessete mil, setecentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos) foram liquidadas e pagas, correspondendo a 3,67%.

As Despesas de Capital pagas são compostas basicamente de inversões financeiras, que correspondem a 88,41%. Estas inversões financeiras são as transferências de recursos da Secretaria Nacional de Portos para as Companhias Docas, com a finalidade de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Outras Despesas de capital, as despesas de investimentos, no valor de R\$ 1.323.678,70 (um milhão, trezentos e vinte três mil, seiscentos e setenta e oito reais e setenta centavos) são referentes a obras em portos, realizados por contratos com a Secretaria Nacional de Portos sendo a contratante. No exercício de 2017 somente foi utilizado 0,48% do valor empenhado para investimentos, isto ocorre, pois, os investimentos da Secretaria Nacional de Portos são voltados para a melhoria da infraestrutura e da logística portuária construídos com o objetivo principal de ampliar e modernizar as atividades nos portos brasileiros, adequando-os ao aumento da movimentação de cargas e à expectativa de crescimento contínuo das exportações brasileiras, com isto ocorre o empenho da despesa, porém, muitas vezes as obras demoram na fase de construção, não havendo a medição dentro do exercício, gerando dessa forma a inscrição em restos a pagar não processados ou processados a pagar para exercício seguinte.

As Despesas Correntes da Secretaria Nacional de Portos são pagas pelo órgão superior, Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, porém no exercício de 2017 a SNP ainda pagou alguns itens como diárias e passagens, despesas com aluguel e a contribuição anual para permanência do Brasil como país-membro da Comissão Interamericana de Portos – CIP – referentes aos exercícios de 2011 a 2017. As Despesas Correntes correspondem a 5,03% do total de despesas pagas no exercício de 2017.

UG 390082 - Secretaria Nacional de Aviação Civil

1- Transferência dos bens móveis

Refere-se à transferência de bens móveis da Unidade Gestora 390082-Secretaria Nacional de Aviação Civil para UG:390004-Coordenação Geral de Recursos logísticos/MTPA no mês novembro e dezembro de 2017, tendo em vista a extinção por meio da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República conforme o processo de cálculos -50000.043506/2017-38. É importante relacionar esses bens, devido a relevância para contabilidade, sendo um montante bastante expressivo na ordem de 19 milhões de reais aproximadamente. Para melhor detalhamento faz-se uso das tabelas abaixo.

Tabela 1

Bens transferidos VR.Bruto

Conta	Descrição	Valor	Quant.
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	R\$ 184,00	2
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	R\$ 420.506,77	541
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	R\$ 1.839,90	30
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	R\$ 11.985,29	20
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	R\$ 776,44	3
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	R\$ 255,96	2

123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	R\$ 2.610,02	54
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 1.205.163,31	913
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	R\$ 30.502,84	50
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	R\$ 21.478,95	9
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 1.951.093,05	2.201
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	R\$ 5.852,67	43
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	R\$ 90.295,62	62
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	R\$ 515,00	1
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	R\$ 13.908.130,00	10
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	R\$ 1.775.150,10	5
Total		19.426.339,92	3.946

Fonte SIAFI 2017

Tabela 2

Bens anteriores a 2010

Conta	Descrição	Bens anteriores a 2010	Valor
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	0	R\$ 0,00
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	0	R\$ 0,00
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	0	R\$ 0,00
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	1	R\$ 96,00
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	0	R\$ 0,00
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	0	R\$ 0,00
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	0	R\$ 0,00
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1	R\$ 673,35
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	0	R\$ 0,00
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	0	R\$ 0,00
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	8	R\$ 779,57
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	0	R\$ 0,00
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1	R\$ 388,00

123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	0	R\$ 0,00
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	0	R\$ 0,00
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	0	R\$ 0,00
Total		11	R\$ 1.936,92

Fonte SIAFI 2017

Destaca-se que esses bens anteriores a 2010 não são depreciados, entretanto, serão reavaliados por equipe técnica dentro da UG: 390004- Coordenação Geral de Recursos logísticos/MTPA para apurar o valor de mercado, efetuando ajustes contábeis no SIAFI. Foram transferidos da UG: 390082- Secretaria Nacional de Aviação Civil/MTPA em novembro de 2017 para UG: 390004 para compor o patrimônio do MTPA, para serem mensurados por esta Unidade gestora responsável.

Tabela 3.

Depreciação dos bens

Conta	Descrição	Valor
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	R\$ 27,60
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	R\$ 128.263,40
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	R\$ 538,20
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	R\$ 4.325,67
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	R\$ 175,39
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	R\$ 127,30
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	R\$ 925,09
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 895.434,45
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	R\$ 10.475,82
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	R\$ 5.300,67
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 720.815,43
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	R\$ 2.183,12
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	R\$ 34.037,32
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	R\$ 151,63
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	R\$ 652.198,00
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	R\$ 631.659,73
Total		R\$ 3.086.638,82

Fonte SIAFI 2017

É importante ressaltar que foram transferidos o valor bruto dos bens e a respectiva depreciação concernente a cada bem trazendo uma informação muito mais completa, caso fosse transferido somente o valor líquido contábil. O entendimento da STN- Secretaria do Tesouro Nacional, órgão máximo do Sistema de contabilidade federal aplicada ao setor público, salienta que os bens transferidos devem adotar o valor bruto e sua respectiva depreciação como valores de transferência.

É necessário trazer a perspectiva do setor público, o princípio da Oportunidade, que é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas **na sua totalidade**, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.

Tabela 4.

Transferência de veículo de tração mecânica remanescente

Conta	Descrição	Valor	Quantidade
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA- Aquisição em 15/dez/2017-não depreciado.	1.092.220,00	1

Fonte SIAFI 2018